

REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 205

OUTUBRO - DEZEMBRO

1949

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos
Et possint sera posteritate frui.

COMISSÃO DIRETORA

GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO

CLAUDIO GANNS

FEIJÓ BITTENCOURT



Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro - Brasil - 1952

TRABALHOS TRANSCRITOS

APONTAMENTOS CRONOLÓGICOS DA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO

BARÃO DE MELGAÇO

EXPLICAÇÃO PRELIMINAR

Em sessão de 7 de dezembro de 1882, o Instituto Histórico registrou expressiva doação, de que se fez intermediário douto amigo do autor.

"O Sr. Conselheiro Beaurepaire Rohan apresentou dois importantes manuscritos do falecido consócio Augusto Leverger, barão de Melgaço, que lhe haviam sido remetidos de Cuiabá com destino ao Instituto pelo coronel honorário Cesário Corrêa da Costa, genro do dito barão ; são eles "Dicionário Geográfico" e "Apontamentos cronológicos da província de Mato Grosso".

E pondera, que "não devendo obras como estas ser publicadas por partes, roga ao Instituto que seja ela integralmente publicada em um só tomo na Revista Trimestral.

Resolveu-se que fôsse remetido à Comissão de História para dar parecer."

Claro está que a decisão final referia-se apenas à segunda contribuição, pois que a primeira deveria ser encaminhada à Comissão de Geografia.

Por ventura, foi-lhe dispensada a intervenção, a julgar pela indicação referida em sessão de 24 de agosto de 1883, nos termos a seguir :

"Em mãos da Comissão de Redação para um esboço do "Dicionário Topográfico" da província de Mato Grosso ; conquanto muito deficiente, o que indica perda ou extravio de grande parte de suas indicações, o pouco que existe é tão bom que, sanados ligeiros senões devidos ao copista, torna-se digno de publicação.

E como sabe o abaixo assinado, que existem em trabalho outros dicionários sobre o mesmo assunto, propõe que o Instituto faça prontamente essa publicação, no justo intuito de não ser prejudicado esse consciencioso trabalho de tão esforçado e criterioso membro do Instituto. — Sala de Sessões, 24 de agosto de 1883 — Severiano da Fonseca”.

O depoimento de João Severiano, que andara por Mato Grosso, donde voltou com opulentas informações enfiçadas na magnífica “Viagem ao Redor do Brasil”, apressou a publicação do ensaio, que a Revista, em seu tomo 47 (Parte II, 1884), deu a lume, com o título de *Apostamentos para o Dicionário Corográfico da Província de Mato Grosso pelo Barão de Melgaço*.

Do outro, porém, não há indício de que tenha tido análogo destino.

Sunuiu, sem que ninguém lhe indicasse o paradeiro, quando procurado.

Vagamente referem os contemporâneos que teria sido entregue a competente relator para emitir parecer, e não mais tornou ao Instituto.

Como quer que seja, extraviou-se ainda em vida de quem o entregou ao destinatário.

Felizmente, porém, a filha do autor, D. Emília Leverger Correia da Costa, possuía outro exemplar, que cedeu a Estevão de Mendonça, professor de história no Liceu Cuiabano, e ardoroso admirador do bretão cuiabanizado.

Quando o diretor do Colégio Salesiano de Cuiabá, padre Helvécio de Oliveira, atual arcebispo de Mariana, fundou a revista *Mato Grosso*, de fecundo programa cultural, que exerceu acentuada influência na evolução literária regional, desde o primeiro número estampou a colaboração do exaltado levergeriano, a quem se deparou aурpiciosa oportunidade para ir publicando os manuscritos que possuía.

E assim apareceu, a partir de 1904, parceladamente, a obra que Beaurepaire Rohan queria ver “integralmente publicada” na Revista do Instituto.

Como seja rara a coleção completa do periódico de Cuiabá, em cujas páginas ela aflorou, não virá fora de propósito a sua reprodução, que executará a decisão tomada pelo Instituto em 1882, e malograda por causa do extravio dos originais.

Apesar das sete décadas decorridas após o desaparecimento de Leverger, em 1880, não perderam as suas observações a valia que lhe grangeou a nomeada de maior conhecedor, em seu tempo, da geografia e história de Mato Grosso.

Durante o meio século que viveu em Cuiabá, onde se radicou, desistindo de maior ascensão na carreira naval, a que o predestinavam os seus méritos, não houve problema regional que não examinasse com inteligência sagaz.

Hábil hidrógrafo, explorou os tributários navegáveis do rio Paraguai, como evidenciam os diários e roteiros de navegação, que lhe justificaram o ingresso ao quadro social do Instituto Histórico, a 19 de outubro de 1848.

Geógrafo, palmilhou a região sulina, onde, encarregado da "coordenação e complemento da carta da Província", por um triz não foi colhido pela invasão lopesina (a).

Enfrentou-a em Melgaço, onde, dominando o pânico generalizado, organizou eficientemente a defesa, merecendo, em recompensa, as insígnias de barão, que lhe concedeu o Governo Imperial.

Presidente da Província mais de uma vez, distinguiu-se pela retidão e sensatez, no solucionar os problemas administrativos, sobranceiro às injunções partidárias.

Historiador, anotava quanto lhe pudesse mais tarde servir para as monografias que por ventura planeasse elaborar.

"Os apontamentos cronológicos" evidenciam o processo que adotava nas pesquisas.

Recorria à documentação que lhe chegasse ao alcance, proporcionada pelo Arquivo do Governo, quando no exercício da Presidência da Província.

Ainda quando não lhe sobrasse vagar para compor ensaio completo sobre a História de Mato Grosso, queria, ao menos, estar sempre bem informado, por satisfação própria e para atender às consultas dos governantes e estudiosos, como ocorreu mais de uma vez.

Era, não obstante afastado de posições de mando, o oráculo em assuntos mato-grossenses, sempre solícito em responder aos consulentes, como revelou Pimenta Bueno, ao visitá-lo meses antes do seu falecimento, a 14 de janeiro de 1880 (b).

E' de duvidar que pensasse em dar à publicidade os seus "Apontamentos", como fizera aos "Diários de Reconhecimentos" fluviais, redigidos por maneira que constituíssem monografias completas.

Talvez quizesse apenas tê-los à mão para qualquer consulta momentânea, quando nenhuma obra satisfatória existia a respeito da História de Mato Grosso.

A sua fonte primeira de inspiração derivou dos "Anais do Senado da Câmara de Cuiabá", em cuja primeira página rompe a declaração do magistrado que lhes promoveu a elaboração, em cumprimento de preceito legal.

"Este livro há de servir para nêle se lançarem as Memórias anuais dos novos estabelecimentos, fatos e casos mais notáveis, dignos da história, que tiverem sucedido desde a fundação desta Capitania, e forem sucedendo (as quais?) Memórias hão de ser escritas pelo Vereador Segundo dêste Senado, e apresentadas ao mesmo no fim de cada um ano, para serem revistas, examinadas e aprovadas; tudo na conformidade da Real Provisão de 20 de julho de 1782, enviada por cópia pelo Dr. ouvidor geral da comarca, com carta sua de ofício datada de 18 de fevereiro do presente ano.

Vai numerado e rubricado por mim, juiz de fora, presidente do mesmo Senado, com a minha costumada rúbrica de Ordonhes, Cuiabá, 20 de junho de 1786 — Diogo de Toledo Lara Ordonhes".

Seis decênios tinham decorrido depois que a bandeira de Pascoal Moreira Cabral acampara nas lavras cuiabanas, e raros se lembrariam dos afastados acontecimentos da época.

Recorreram então os camaristas ao manancial opulento, proporcionado pela "Relação das Povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos", de José Barbosa de Sá, que ultimara, a 18 de agosto de 1775, a narrativa dos episódios de que fora testemunha, ou tivera ciência, logo ao chegar às minas de Cuiabá, pouco depois de descobertas.

E' de presumir que Ordonhes, devotado a pesquisas históricas, a tivesse manuseado com vagar e atenção, por lhe aquilatar a merecida valia e a recomendasse a Joaquim da Costa Siqueira, a quem coube trasladar para o livro oficial o escrito particular, que por esse tempo corria entre mãos dos mais doutos.

Com tôca a lealdade, o vereador atribuiu o mérito da obra, na parte inicial, inclusive o ano de 1765, a Barbosa de Sá, de quem declarou ter copiado fielmente o manuscrito, "corrigindo unicamente aquilo que pôde achar contrário e acrescentando as que se omitiram, talvez por falta de lembrança, e prosseguindo do dito ano de 1765 em diante com os mais fatos que ocularmente presenciou, e outros que são constantes, e praticando o mesmo sistema que tem aquele primeiro escritor".

Insignificantes seriam as alterações que poderia Siqueira intercalar na obra do licenciado, referente ao período já distante de mais de meio século.

Todavia, a cópia sobremaneira valorizou-se com as anotações que, de sua letra miudinha, o próprio Ordonhes, apesar de não ter nessa época mais de um ano de residência em Cuiabá, lançou à margem, para contestar ou esclarecer algumas afirmativas do cronista.

A contribuição primitiva de Barbosa, transmitida por um dos seus exemplares, chegou à Biblioteca Nacional, que a divulgou em seus preciosos "Anais" (vol. XXIII — 1901).

Da versão esposada pelos vereadores, obteve Toledo Piza uma cópia anotada por Ordonhes, que deu a lume pela "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo" (vol. IV — 1899), duas décadas antes que lhe iniciasse a publicação a "Revista do I. H. de Mato Grosso", a partir de 1919, quando se fundou.

Também Beaurepaire Rohan conheceu os assentamentos dos camaristas de Cuiabá, diretamente ou por alguma das várias transcrições, como patenteia a edição póstuma dos seus "Anais de Mato Grosso", empreendida pela Revista do Instituto de São Paulo, (tomo XV — 1910).

Embora Leverger imitasse o exemplo do seu predecessor, no tocante às épocas minguadas de documentação, ao socorrer-se dos "Anais de Cuiabá", não tardaria em completá-los por meio de relatos oficiais, que os outros desconheciam e depois de 1830, com o próprio testemunho de observador imparcial e justiceiro.

A cada passo, enxerta informações que lhe provam o conhecimento de papéis do Arquivo do Governo, de que soube utilizar-se a preceito, desde pelo menos a era de Dom Antônio Rolim de Moura, primeiro capitão general de Mato Grosso.

Destarte, o seu trabalho contribui para o esclarecimento de pontos obscuros da história regional e merece divulgação mais ampla do que a proporcionada pela revista *Mato Grosso*, de tiragem d'iminuta, que lhe torna difícil a consulta para os estudiosos (c).

E, nos derradeiros decênios, o seu depoimento pessoal supre a carência de informações dos "Anais", que se interromperam na era imperial.

ANOTAÇÕES

a) Na Capital do Império, correu a notícia da prisão de Leverger, a que se refere J. de Mesquita, ao divulgar a existência, no Arquivo Público de Cuiabá, de "cartas autógrafas de Henrique de Beaurepaire Rohan a Augusto Leverger".

"Logo depois do início da guerra, manifesta a apreensão causada entre os amigos pelo boato de que Leverger havia caído prisioneiro dos paraguaios, no rio Apa.

E, diz : "Escrevei-me. Fazei que o mais depressa possível, eu possa provar que tive razão de não querer ser crédulo — que *j'ai raison de ne pas vouloir être crédule*".

J. de Mesquita — Cartas de Beaurepaire Rohan.

Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso. Tomo LXIV — 1950.

b) Incumbido pelo Governo Imperial de trabalhos geográficos e de "estudar os meios de melhorar as comunicações de Cuiabá com a Côte", F. A. Pimenta Bueno ainda encontrou, às vésperas, por assim dizer, o abnegado consultor, a respeito de cujo saber firmou expressivo depoimento.

"O venerando Sr. barão de Melgaço, afirmou o engenheiro, possuía um precioso arquivo de cópias interessantes de documentos gráficos com os quais organizou a carta da Província em 1868 ; entre estes documentos tinha muitos seus, relativos à história e geografia da Província e de reconhecimentos dos rios Cuiabá, Paraguai, do distrito de Miranda e outras localidades.

Sempre cavalheiro e franco, o barão de Melgaço, não fazia mistério de seu arquivo e com vivo interesse pela Província de Mato Grosso prestava todos os esclarecimentos ao seu alcance.

Tive a fortuna de encontrar ainda êsse ilustre ancião, a quem devo muitas informações e documentos para o desempenho da minha comissão".

Por isso, na "Carta da Província de Mato Grosso", que elaborou, abriu apropriada clareira em campo verde, para gravar significativa declaração fora das normas cartográficas :

"A memória veneranda do barão de Melgaço, dedico êste trabalho, como sinal de respeito e gratidão".

c) A carência de coleção completa da referida publicação denuncia-se pelos obstáculos que se depararam à cópia dos "Apontamentos cronológicos", para a reedição integral.

Não fôra a boa vontade e compreensão cooperativa do desembargador José de Mesquita, que prontamente se prestou a proporcionar ao Instituto Histórico as páginas que faltavam, mediante transcrição dos números arquivados na "Casa do Barão de Melgaço", em que tem sede o Instituto Histórico de Mato Grosso, ficaria truncado o ensaio.

Faz jus, portanto, aos agradecimentos de quantos apreciarem a valiosa contribuição levergeriana, que pela primeira vez sai a lume em conjunto, com anotações de Virgílio Corrêa Filho.

APONTAMENTOS CRONOLÓGICOS DA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO

Em 1718 uma bandeira chefiada por Antônio Pires de Campos, tendo subido o rio Cuiabá em procura de índios, a fim de reduzi-los à escravidão, chegou até a barra do Coxipó-mirim, onde encontrou uma aldeia de Coxiponés, que foi subjugada.

Governava então a Capitania de São Paulo, na qual se compreendiam os sertões de Minas, Goiás e Mato Grosso, Dom Pedro de Almeida Portugal, conde de Assumar, que foi depois vice-rei das Índias e primeiro marquês de Aloma (1).

1719

Outros bandeirantes, capitaneados por Pascoal Moreira Cabral, chegaram ao mesmo lugar, e como encontrassem nas barrancas do Coxipó alguns granetes de ouro, subiram por esse rio e formaram um arraial no lugar da Forquilha, onde entregaram-se a trabalho de mineração, apesar de se acharem desprovidos dos instrumentos necessários.

Em junta que fizeram a 8 de abril resolveram enviar a São Paulo Gabriel Antunes, para dar parte do descoberto, e elegeram por essa ocasião Pascoal Moreira Cabral para guarda-mor-regente, até que recebessem ordens do capitão-general.

(1) A narrativa de Leverger inspira-se grandemente nos "Anais do Senado da Câmara de Cuiabá", em que foi transcrita a memória de J. Barbosa de Sá, cuja crônica referente às primeiras décadas da vila recebeu neste lance homologação oficial.

Aliás, mais de uma vez o autor cita o primeiro cronista cuiabano, quando não lhe transcreve expressivos trechos.

1720

Chegaram expedições partidas de São Paulo com numerosa gente, atraída pela notícia do ouro descoberto; vieram pela via fluvial, com muito trabalho, fome e sofrimento. Tomou posse do Governo de São Paulo o capitão-general Rodrigo César de Menezes (2).

1721

Levantou-se na Forquilha uma capela dedicada à N. S. da Penha de França. A primeira missa foi celebrada a 21 de fevereiro pelo padre Jerônimo Botelho.

1722

Em data de 6 de janeiro houve em São Paulo, por ordem do capitão-general, uma junta para tratar-se de abertura de um caminho por terra para as minas de Cuiabá. Ficou resolvido que o dito caminho fôsse aberto por conta da Fazenda Real, e tivesse começo logo depois da Pascoa (3).

Chegou a expedição ou monção de São Paulo, pela navegação fluvial, mas com excessivo destroço; pereceu muita gente de fome, peste, e também devorada pelas onças.

Em um dia de outubro, Miguel Sutil, sorocabano, acompanhado de um seu camarada europeu, alcunhado o Barbado, guiado por índios descobriram o lugar onde atualmente existe a cidade de Cuiabá, e pela tarde voltaram aos seus ranchos — o primeiro com meia arroba de ouro, e outro com duzentas oitavas. Tratou logo de

(2) Rodrigo César de Menezes, irmão do vice-rei do Brasil, Vasco Fernandes, conde de Sabagosa, tomou posse do cargo de capitão general de São Paulo, capitania desmembrada de Minas Gerais, a 5 de setembro de 1721.

(3) O caminho por terra, entre São Paulo e Cuiabá, foi empreendido por Gabriel Antunes Maciel, que não tardou em desistir, sendo substituído por Bartolomeu Pais de Abreu.

A propósito transcreve A. de Taunay em *Os primeiros anos de Cuiabá e Mato Grosso*, informações extraídas da *Nobiliarquia*:

"Saíu de São Paulo para o sertão de Cuiabá, em 1721, e tendo chegado, com picada, à altura do rio Grande (Paraná), deixando três feitorias de plantas de milho", feijão e outros legumes e em uma delas 250 bois para se sustentar a tropa, voltou a São Paulo com a notícia de ter chegado Rodrigo César de Menezes, governador capitão general de São Paulo" que lhe contrariou a pretensão. E assim baldou essa primeira tentativa de ligar as lavras cuiabanas a Piratininga por via terrestre.

mudar-se para esse lugar tôda a gente da Forquilha. Avaluava-se em quatrocentas arrobas o ouro que se tirou ali em um mês (4).

O capitão-mor Jacinto Barbosa Lopes levantou a igreja Matriz, dedicada ao Senhor Bom Jesus.

1723

Em resposta à comunicação de que fôra portador Gabriel Antunes, chegou ao guarda-mor uma carta do capitão-general mandando providência sobre a capitação e entradas. Sobre a forma de governo prescrevia que o guarda-mor elegeisse doze deputados e formasse um como Senado para o regimento ordinário.

Houve uma grande miséria por terem praguejado os milhais. Não estava introduzido nem sequer entre os viajantes, o uso de pescar; por acaso, algum que o faria, vendia um dourado por quatro ou cinco oitavas. Chegou-se a comprar um jaú por uma quarta de ouro, que deu o dôbro a quem o retalhou em postas.

O guarda-mor arrecadou os quintos reais, que se pagavam por capitação. Tôda a pessoa que minerava ou trabalhava por qualquer officio, fôsse branco, índio, ou negro, pagava duas e meia oitavas.

Foram remetidos para São Paulo os ditos quintos, que não passaram de quatro arrobas.

Em 26 de junho o capitão-general deu ao mestre de campo João Leme da Silva um regimento para o governo das Minas de Cuiabá.

1724

Correu este ano com as misérias do ano passado, por falta de mantimentos e por muitas doenças de febres malignas e maleitas.

Chegaram de São Paulo diversas monções com muito trabalho e miséria. Vieram o tenente-coronel João Antunes Maciel, provido em superintendente geral das minas, e Fernando Dias Falcão, para capitão-mor-regente. Vieram também alguns eclesiásticos.

Em março fêz-se junta para regular o pagamento de capitação e assentada, seis oitavas; carga de sêco, ou molhado, duas oitavas, batea três oitavas; cada venda, ou loja, onze oitavas, assim como official de qualquer officio; os traficantes, que não tivessem loja assentada, seis oitavas; carga de sêco, ou molhado, duas oitavas, e da entrada de cada negro pela primeira vez duas oitavas.

(4) Outras versões não limitam a colheita ao prazo de um mês de trabalho, mas a pequena área, em quadra próxima ao "Tanque do Ernesto".

Em julho remeteram-se para São Paulo 3.805 oitavas. Em setembro ficou pagando — cada escravo quatro oitavas ; carga de seco oito, e a de molhado cinco oitavas.

Levantou-se a capela do N. S. da Conceição, junto da qual formou-se um poderoso arraial pelas ricas lavras que ali se descobriram.

1725

Uma expedição que se supõe composta de 20 canoas e mais de 600 pessoas, vinda de São Paulo, foi destroçada no rio Paraguai, junto à boca dos Chanés, pelo gentio Paiaguá, escapando apenas um branco e um preto (5).

Não chegou neste ano fazenda alguma, seca ou molhada, e em consequência deu-se por um frasco de sal até quarenta oitavas. Para se batizar um inocente andavam à procura de quem tinha uma pedra de sal, e por falta dela deixaram de batizar alguns.

Principiou-se a navegar o rio Pardo acima até o Sanguésuga, varar as canoas em Camapuan, e descer com elas ao Coxim. Depois que se largara o caminho da Vacaria deixavam, os que vinham de São Paulo, as canoas na cachoeira do Jauru e caminhavam com as fazendas às costas até Coxim. Os primeiros que cometeram essa empresa — de subirem com as canoas e vará-las em Camapuan — foram os irmãos João Leme e Lourenço Leme (6).

Neste ano plantou-se a primeira roça em Camapuan.

Pagaram-se — por batea, 6 oitavas ; por ofício, 14 ; por venda ou loja, 32 oitavas.

A remessa para São Paulo alcançou a 8.953 oitavas.

1726

Em junho partiu para São Paulo uma expedição que foi acomedida no rio Paraguai pelo gentio Paiaguá ; distinguiram-se na ação os dois ituanos Miguel Antunes Maciel e Antônio Antunes Lôbo.

(5) Foi a primeira fulminante ofensiva dos paiaguais, canoeiros habilíssimos, contra as monções, com o fim de impedir a comunicação de Cuiabá com São Paulo.

(6) Os Lemes fundaram, para auxílio dos viajantes, a fazenda de Camapuã, no divisor de águas de Paraná e Paraguai, sequestrada, no decorrer da perseguição que lhes moveu Rodrigo César, até conseguir exterminá-los cruelmente.

Remeteram-se para São Paulo 16.727 oitavas de ouro, inclusive 5.665 oitavas de Registro.

A 15 de novembro chegou ao arraial de Cuiabá o capitão-general Rodrigo César de Menezes, que veio acompanhado do Dr. Antônio Alvares Lanhas Peixoto, ouvidor de Paranaguá, e do padre Lourenço de Toledo Taques, nomeado para os empregos de visitador, vigário da Vara e pároco da Freguesia, provido pelo bispo do Rio de Janeiro. A expedição compunha-se de 300 canoas, com cerca de 3.000 pessoas, entre brancos e negros, tendo-se perdido algumas canoas e morrido muita gente afogada durante os quatro meses da viagem.

1727

No dia 1 de janeiro celebrou-se o auto de criação da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá.

"Deu-se-lhe por armas um escudo dentro com campo verde e um morro ou monte no meio, tudo salpicado com folhetas e granetes de ouro, e por timbre, encima do escudo, uma Fenix".

Pagava-se no Registro por cavalgadura em pélo três oitavas; casa de truque de taco 128 oitavas; cada forno 28; cada oficial 28; as lojas e vendas 50 oitavas, e sendo de sêcos e molhados 64.

Havia nesse ano duas casas de truque, onze fornos e 2.607 escravos. Tudo rendia para a Fazenda Real 35.210 oitavas, que foram remetidos em março para São Paulo (7).

Expediram-se três bandeiras para fazerem novas descobertas e conquistarem gentios.

O vigário Lourenço de Toledo Taques prendeu e excomungou ao seu antecessor Manuel Teixeira Rabelo; este agravou para o juiz do Feito da Corôa, — Dr. Lanhas Peixoto, que o mandou soltar, ao que seguiu-se ser também excomungado pelo vigário. Entre o capitão-general e o ouvidor havia também manifesta discórdia, e os males que resultaram de aí, os pesados tributos e o rigor com que os cobravam, desgostavam o povo — dando em resultado que muitos habitantes fugiram para São Paulo, outros foram para as minas de Goiás, e outros finalmente internaram-se pelos sertões em busca dos gentios Perecis e Bororos, para reduzi-los ao cativeiro.

Por Bando de 13 de dezembro proibiu o capitão-general que se vendessem índios.

(7) A presença do capitão general em Cuiabá elevou a taxação adotada em 1724, de 11 para 50 oitavas, em cada venda ou loja, e de 11 para 28 oitavas, quando se tratasse de algum officio, e o mais na mesma proporção.

Em 6 de janeiro fêz-se junta em que se assentou que para os Reais Quintos, pagasse cada batéa 7 oitavas, e tudo mais como no ano anterior.

Em 29 de fevereiro publicou-se um Bando proibindo o exercício de ourives, e mandando fechar as tendas. Em março remeteram-se para São Paulo 14.263 oitavas de direitos de entradas.

O licenciado Barbosa de Sá, que primeiro escreveu os "Anais de Cuiabá", refere os dois seguintes fatos milagrosos :

1.^o No dia de quinta-feira, maior, o S. S. Sacramento em Custódia achando-se sobre uma banquetta de madeira, sem que ninguém a ela se chegasse, foi visto virar-se para o lado da Epístola, e parecendo aos circunstantes que algum descuido ou imperfeição no armento pudesse ocasionar o que presenciavam, foi o sacerdote endireitar a Custódia e examinar o lugar ; mas, não obstante o cuidado, cautela e circunspeção com que procedeu, foi preciso repetir o mesmo exame à face do povo, até que ficou a Custódia imóvel.

"Demonstração diz o autor dos Anais, que fêz Deus Nosso Senhor de que não era servido que se despovoasse estas Minas".

2.^o Havendo-se remetido para São Paulo e dali para Lisboa sete arrobas de ouro, produto dos Quintos, os quatro cunhetes em que ia esta porção, acharam-se, quando se abriram em Lisboa, cheios de chumbo em grão.

Procedeu-se à mais severa devassa, e não se acharam provas de roubo. "Assim, diz o narrador, quiz Deus mostrar que não lhe agradavam os pesados tributos que se impunham ao novo estabelecimento" (8).

(8) O caso da substituição do ouro cuiabano por chumbo de igual peso foi minuciosamente explicado por A. de Taunay em *Os primeiros anos de Cuiabá e Mato Grosso*.

A explicação apresentada por Barbosa de Sá valia como libelo contra a extorsão fiscal a que se achavam sujeitos os moradores de Cuiabá. Os fatos, porém, passaram-se de maneira menos misteriosa.

Os cunhetes lacrados, com 18.065 oitavas de ouro, foram entregues, em São Paulo, ao provedor dos Quintos, Sebastião Fernandes do Rego que tinha chave do coíre em que se guardavam os cunhos. Foi-lhe fácil substituir o ouro por chumbo de igual peso, e de novo lacrar o fêcho, que tomou o mesmo aspecto primitivo.

Quando se evidenciam a escamoteação, perante Dom João V, que se rodeava de ministros e fidalgos para festivamente mostrar o agrado com que recebia as primícias do ouro cuiabano, a indignação do rei manifestou-se por atos inequívocos.

Ciente da decisão da metrópole em castigar o criminoso, Antônio Caldeira da Silva Pimentel, governador de São Paulo, a quem se atribuía cum-

Pela primeira vez, nestas minas, houve execução de pena capital, enforcando-se um escravo que matara a seu senhor. Recusando-se o ouvidor Lanhas a mandar fazer a execução, por não se julgar autorizado para isso, exigiu o general que se fizesse deixoção do lugar, em que foi substituído pelo mestre de campo João Leme da Silva, juiz ordinário mais velho (9).

Por nova eleição passou esta jurisdição ao Dr. Diogo de Lara Moraes, e depois (em 4 de abril) foi extinta por ordem do general.

Em abril procedeu-se à primeira lotação dos oficiais de Justiça e de Fazenda.

Em junho, ao retirar-se para São Paulo, o capitão-general Rodrigo César de Menezes deu um Regimento aos Officiais do Senado da Câmara, a quem incumbiu do governo destas minas.

Fêz-se constar por Bando que, em virtude da Ordem de 3 de junho de 1723, todo aquele que fizesse descoberta seria guarda-mor delas e teria um hábito das Ordens militares com tença de 50\$000 réis.

Por esta época vendia-se o frasco de aguardente por 5 e 6 oitavas, donde nasceu o imposto de uma oitava por frasqueira.

Vindo do sertão dos Parecis uma porção de bandeirantes, e descendo o rio Paraguai embarcados em canoas com muito gentio que daquela nação traziam, foram destroçados pelos Paiaгуаs, que mataram parte d'êles e levaram os demais cativos. Ninguém escapou, e só no fim de dois anos se soube do successo por um dos últimos, que pôde fugir.

Pelo fim do ano moveram grandes disputas entre os individuos que pretendiam sair no pelouro para officiaes da Câmara no ano seguinte. Vendo os camaristas que com a publicação do pelouro, que era o último, haveria certamente mortes e pancadas, meteram o pelouro no fogo e o reduziram a cinzas.

Soceçou o rumor dos pretendentes com o tomarem os camaristas a culpa sobre si, temeridade notável, mas obrada com bons intuitos, pela qual saíram depois culpados na devassa que se jirou.

plicidade no ousado assalto ao Erário Real, esforçou-se por afastar de si qualquer suspeita, mediante prisão do seu sócio, mantido incomunicável.

O astuto causador da perseguição aos Lemes, de cujos haveres se apossou em grande parte, conseguiu livrar-se da condenação, que lhe pesaria mais tarde, se ainda o encontrasse com vida a ordem de renovação do processo, baseada em documentos que o historiador A. de Taunay arrolou em sua excelente monografia: *Os primeiros anos de Cuiabá e Mato Grosso*.

(9) A propósito houve troca de officios ásperos entre o então general ás vésperas de deixar Cuiabá e o ouvidor de Paranaguá, que teimou em não o acompanhar de regresso.

Uns puseram-se em livramento, outros seguindo viagem para São Paulo deram-se por livres.

As minas neste ano foram em notória decadência.

1729

O sargento mor Antônio de Sousa Basto declarou à Câmara, em vereança de 12 de janeiro, na qualidade de segundo juiz, que era público na vila que muitos moradores dela estavam com a resolução de irem para a cidade de São Lourenço (Santa Cruz de la Sierra), dos domínios de Espanha (10).

Assentaram então que fôsse impedida essa viagem e que se prendessem os que fôsssem apanhados nela sem guia, na forma das ordens estabelecidas, assim como que se mandasse lançar um Bando cominando pena de prisão e confiscação de bens aos que saíssem sem passaporte.

Saiu uma expedição com o intuito de fazer uma povoação no rio Coxim e explorar as minas dessa paragem. Foi ela derrotada pelos Paiaguás, e os que escaparam foram presos e tiveram os bens sequestrados pelo juiz de Fora, sob o pretexto de que iam fugidos para a Espanha.

Outra expedição desceu o rio Pardo, e subindo pelo Paraná, Paranaíba e Corumbá, foram os que dela faziam partes estabelecer-se nas minas de Goiás.

Em uma monção de São Paulo veio para vigário da Vara, enviado pelo bispo do Rio de Janeiro, o padre Antônio Dutra de Quadros, que prendeu — logo que chegou — o seu antecessor, o padre Lourenço de Toledo Taques, como este fizera ao padre Manuel Teixeira Rabelo. O preso fugiu da prisão e o padre Dutra ficou fulminando excomunhão contra os que dessem favor, conselho ou ajuda ao padre Toledo: tudo isso, porém, ficou no mesmo pé, sem nenhum resultado (11).

Por mandado do Senado da Câmara e principais pessoas da vila foi uma expedição buscar a imagem do Senhor Bom Jesus, que se achava em Camapuan. Diz-se que esta imagem, de madeira, feita em

(10) O plano, referido pelo cronista, de mudança para terras de Espanha, somente poderia patentear descontentamento dos habitantes de Cuiabá, que preferiam tentar nova vida ainda que sob o jugo estranho.

Não consta, porém, que tivessem levado avante o seu projeto.

(11) Embora Barbosa de Sá timbrasse em proclamar os seus sentimentos de católico, apontou as rixas entre os religiosos, sem lhes encobrir a incorrecção do procedimento.

Sorocaba, fôra parar à ilha do Manuel Homem, no rio Paraná, e que resistira por seu pêsso aos esforços dos que pretenderam voltar com ela para São Paulo, deixando-se, entretanto, facilmente transportar com destino a Cuiabá (Anais do Senado da Câmara de Cuiabá).

Houve carestia de todo o gênero. Chegaram a vender algumas camisas, de lençóis que se desfaziam, a doze oitavas. Sal não havia, nem para batisar.

1730

Em 5 de janeiro publicou-se em São Paulo um Bando do capitão-general Antônio da Silva Caldeira Pimentel estendendo aos mineiros o privilégio de que gozavam os senhores de engenho, quanto a não serem executados por dívidas, mas sim obrigados a entregar aos credores, por ordem do juiz, o ouro tirado.

Em junho partiu de Cuiabá para São Paulo uma numerosa expedição levando 60 arrobas de ouro pertencentes a particulares, e na qual ia o Dr. ouvidor Antônio Álvares Lanhas Peixoto. Foram atacados no rio Paraguai (outros dizem no rio Cuiabá) pelo gentio Paiaçuá, e depois de renhida peleja, que durou desde as nove horas da manhã até as duas da tarde, ficaram os expedicionários completamente derrotados, perecendo perto de quatrocentos cristãos e escapando somente oito, que por terra se ocultaram em um reduto. O Dr. Lanhas obrou prodígios de valor e vendeu cara a vida.

Distinguíram-se também por excessiva bravura o cabo da expedição Inácio Pinto Monteiro, paulista, e Miguel Pedro da Silva. Constava a frota do gentio de oitenta canoas, com mais de 500 homens, dos quais 50 morreram na peleja (12).

Logo depois desta expedição partiu do porto de Cuiabá outro troço de canoas, em que ia por cabo João de Araújo Cabral, com três canoas, bastante gente, que levava o ouro dos Reais Quintos; e mais atrás Felipe de Campos Bicudo e sua comitiva em outras tantas canoas. Chegados uns e outros ao lugar da peleja viram gente no barranco do rio, e eram os que tinham escapado.

Incorporados todos, elegeram cabo a João de Araújo Cabral para continuarem a viagem.

Temendo que o gentio adiante os esperasse, ali pararam e escreveram ao Senado da Câmara pedindo que se lhes mandasse socorro

(12) A derrota fragorosa da monção de Lanhas Peixoto demonstrou o perigo que havia para os viajantes na travessia dos pantanaes policiados pelos paiaçuás, que pretendiam estrangular a via fluvial de navegação, estendida de Aratiguaba a Cuiabá, por mais de quinhentas léguas.

com que pudessem prosseguir a jornada. Não havendo pólvora na terra, os moradores da vila aprontaram à sua custa (no que despenderam mais de uma arroba de ouro) dezenove canoas armadas em guerra, para vingar o insulto feito pelos Paiaгуá, tendo sido cabo dessa expedição — que se denominou dos Emboabas — o coronel Tomé Ferreira de Moraes Sarmento.

Saiu Tomé Ferreira a 4 de setembro e voltou passados quatro meses, sem haver encontrado o gentio, nem chegado aos seus limites.

Em 21 de julho publicou-se em São Paulo um Bando proibindo que se tirassem índios dos sertões dos Parecís, e ordenando que a gente de Cuiabá que fôsse para São Paulo viajasse junta em uma tropa, ou monção, que havia anualmente.

Em uma monção que chegou a Cuiabá no fim do ano chegou o ouvidor Dr. José Burgos Vila-Lobos.

O brigadeiro Antônio de Almeida Lara mandou buscar nas margens do rio São Lourenço, canas de açúcar que lhe haviam sido noticiadas por uns sertanistas, e delas fêz plantações, que prosperou.

1731

Chegaram os Paiaгуá ao Arraial Velho, onde acharam grande porção de gente nossa que ali estava fazendo pescarias; mataram muitos e levaram outros cativos.

Em consequência de uma carta do capitão-general dirigida ao Senado da Câmara de Cuiabá, datada de 26 de julho de 1736, dizendo que em virtude da Régia Provisão de 15 de dezembro de 1728 tinha sido decidido em Junta, na vila de Santos, que se fizesse guerra contra aquele gentio, ficando escravos os que fôsem aprisionados, aprontou-se uma expedição para bater o mesmo gentio.

Com relação aos Parecís repetidas ordens de sua majestade proibiam que fôsem tirados das suas terras.

Saiu a armada no mês de abril, ao mando do brigadeiro Antônio de Almeida Lara; compunha-se de 30 canoas de guerra e 50 de bagagens, e levava 400 homens (brancos, pardos e pretos), duas peças de artilharia dois pedreiros. Desceu até as campanhas onde habitava o gentio Guaicurus abaixo da bocaina do Paraguai. Ai se lhes saiu, em uma manhã, o Paiaгуá em grande chusma de canoas, que se lhes não pôde fazer número, e o Guaicuru por terra com exército de cavalaria formado, desafiando uns e outros aos nossos com acenos e algazarras.

Disparam-se as duas peças a um tempo, com bala miúda, sobre o troço dos Paiaгуá; provavelmente produziram grande morti-

cínio, por isso que amainaram e desceram pelo rio abaixo. Seguindo os nossos foram acostar-se à aldeia dos Tabatingas, cue se achavam à margem esquerda do Paraguai.

Não quiz o brigadeiro ofender a estes e voltou para cima até ao distrito dos Guaicurus, e mandando convidá-los a que viessem fazer amizade e negócio, chegaram alguns, que entraram em paz. Tendo-os seguros, o brigadeiro prendeu a um deles, que trouxe consigo, e aos demais mandou cortar as mãos e orelhas, dizendo-lhes que fôsem mostrar aos seus caciques, e aos Paiguás, seus amigos. Feito isto, voltou a expedição. O Guaicuru que veio era filho de um cacique.

Foi muito bem instruído na religião católica e batizado com o nome de Tomé. Voltou depois para os seus, não sem alguma repugnância. Persuadiu-se a nossa gente que este índio viesse a servir de Apóstolo da sua nação, porém assim não sucedeu. Apesar disso, entretanto, em tôdas as ocasiões que os cuiabanos tiveram de falar ou negociar com aquela nação, foi sempre Tomé fiel para conosco, avisando-nos de algumas traições dos seus.

Em princípio do ano foi empossado do lugar de superintendente dos Quintos. Entradas e mais Direitos da Fazenda Real, nome em que foi mudado o de provedor, o coronel Tomé Ferreira de Moraes Sarmiento, que, pouco depois, retirou-se para fora da vila e daí para São Paulo, perseguido pelas violências do ouvidor Vila Lobos. Neste mesmo ano entrara também o brigadeiro Lara a ser regente da Vila e guarda mor das terras minerais.

Veio ordem para se fazer arrecadar os dizimos da nova vila desde 1728 e 1731, para os quais não tinha havido contratador. Enquanto aos anos anteriores houve contratadores, a cujo benefício se lançou um Bando em 1727. Foi esta a primeira providência sobre os Dizimos Reais.

Neste ano chegaram a esta Vila, vindos dos sertões dos Parecís, Fernando Paes de Barros, seu irmão, Artur Paes de Barros e seus sobrinhos João Martins Claro e João Pinheiro, todos naturais de Sorocaba; apresentaram um cruzado de ouro de amostra das minas de Mato Grosso (13).

Fizeram-se em Cuiabá muitas plantações de cana e com o uso de guardiente (da qual o frasco vendia-se a princípio por dez oitavas) foram diminuindo as febres e a mortandade dos escravos.

(13) Esta passagem do cronista, repetida por Leverger, destoa do que succedeu em 1734, quando os irmãos Fernando e Artur Paes de Barros realmente descobriram ouro no vale do rio Galera, como, aliás, registrou o "Anal de Vila Bela".

Tal estrago fizeram os ratos nas roças e nas casas, que o primeiro casal de gatos vindo ter a Cuiabá foi comprado por uma libra de ouro, e a sua descendência vendeu-se a 20 e 30 oitavas.

1732

As minas de Cuiabá iam em visível decadência, segundo uma extensa petição dirigida ao provedor pelo capitão-mor Luis Vilares e outros. Na dita petição referem em consequência dos estragos que havia feito o gentio e pela notoria falta de ouro nas faisqueiras, carência de gêneros de consumo e de viveres. Dizem que chegara a se vender o prato de sal por 10 oitavas, camisa de linho por 12 e a libra de pólvora também por doze oitavas, e nos anos anteriores o milho foi vendido a razão de 12 oitavas e o feijão 24 a 30.

Esse Estado de coisas deu motivo a grande debate em uma reunião da Câmara, Nobreza e Povo efetuada a 23 de março.

Por esse tempo e por causa da miséria entranharam-se os bandeirantes pelos sertões dos Parecis para, a pretexto de descobrirem novas minas, cativarem o gentio.

Segundo os Anais de Cuiabá parece que neste ano foram trilhados os sertões de Mato Grosso pela primeira vez, sendo que esse nome provavelmente se origina da grande mata em que correm os rios Jauru e Guaporé, e que depois applicou-se à cidade ali edificada e finalmente a toda a capitania (14).

Retirou-se o vigário Antônio Dutra, deixando em seu lugar o padre André dos Santos Queiroz.

1733

Uma expedição vinda de São Paulo, capitaneada por José Cardoso Pimentel e composta de cerca de cinquenta pessoas, foi nas imediações do Carandá destroçada pelos Painguaás.

1734

Sairam de Cuiabá Fernando Paes de Barros e seu irmão Arthur Paes de Barros, naturais de Sorocaba, à conquista do gentio Parecis, que já se achava quasi extinto nas vastas campinas de seus sertões.

(14) Leverger poderia suprimir o advérbio "provavelmente", para mais acentuar a realidade. Sem dúvida, foi a mata, entre o Jauru e o Guaporé, que deu nome ao distrito e à Capitania. A cidade, primitivamente denominada Vila Bela da Santíssima Trindade, só mais tarde foi designada por Mato Grosso.

Viajando mais para o Poente, arrancharam-se junto ao rio Galera, onde acharam três quartos de ouro (15).

Fernando Paes deu disto conhecimento ao regente guarda-mor a quem pediu ferramenta e pólvora, aguardando resposta na margem do rio Paraguai a fim de penetrar e examinar o sertão.

Chegou de São Paulo — em março — o tenente de mestre de campo general Manuel Reis de Carvalho, enviado pelo novo capitão general, Dom Antônio Luís de Távora, para dar execução à Provisão de 6 de março de 1732, pela qual mandara sua majestade fazer guerra aos Paiaguás e seus confederados, e que se lhes queimassem e destruíssem as aldeias, ficando cativos os prisioneiros, que se repartiriam pelas pessoas que entrassem na dita guerra, pagando o quinto.

A expedição ficou composta de 28 canoas de guerra, 80 de bagagens e 3 balsas, que eram casas portáteis sobre canoas, e 842 homens entre brancos, pardos e pretos. Foi repartida a milícia em três regimentos, de que foram coronéis Felipe de Campos Bicudo, Antônio Antunes Maciel e Antônio Pires de Campos. A expedição saiu de Cuiabá a 1 de agosto, encontrando-se com os índios em uma ilha do rio Paraguai, bate-os e fêz-lhes 266 prisioneiros, matando cerca de 600 e ficando muitos ainda espalhados, que não perseguiram.

1735

Foi mandado para Mato Grosso, pelo regente, o sargento-mor Antônio Fernandes de Abreu, e com ele — ainda que sem o socorro pedido — Fernando Paes, que levou seu irmão Artur, então arranchado no rio Macabará.

Descobriram nas vizinhanças deste rio um ribeirão ao qual deram o nome de Santana; ali acharam três oitavas de ouro, e com este feliz anúncio regressou o sargento mor a Cuiabá, ainda no mesmo ano. Foi tal o alvoroço dos povos com essa notícia, que todos quizeram ir para o descoberto.

O regente, não só por ponto de policia, como também por benefício da Fazenda Real (cujo provedor lhe representou o muito que se devia), ordenou que, até maiores indagações, ninguém saísse de Mato Grosso. Consta, entretanto, que no mesmo ano arrancharam-se ali o padre Manuel Leite, Francisco Xavier Sales, João Pereira da Cruz e outros.

(15) Esta versão da descoberta de ouro no rio Galera é confirmada no "Anal de Vila Bela", de que Leverger teve conhecimento, pelo que se deduz dos seus escritos.

Na monção de São Paulo veio o Dr. ouvidor João Gonçalves Pereira, que tomou posse a 29 de dezembro.

1736

A monção vinda de São Paulo, tendo por cabo Pedro Morais de Siqueira, foi atacada no dia 19 de março pelos índios Paiaguás. Pelejou Morais como valente capitão, auxiliado pelo frei Antônio Nascentes, religioso franciscano, alcunhado o Tigre. Depois de porfiada resistência sucumbiram, e o gentio apoderou-se das canoas dispersas pelas águas com bastante gente, que cativou.

Juntos em um corpo, Lourenço Soares de Brito, Francisco Xavier de Matos e seu filho, com cinco escravos e muitos camaradas deram sobre os índios; mataram muitos e reuniram as canoas já prisioneiras, exceção de duas que carregavam fazendas. Nessa peleja mereceu especial menção Manuel Roiz do Prado, mulato fúscio, natural de Pindamonhangaba, a quem chamavam Mandu-açu.

Este mulato vinha como piloto de uma das canoas, com sua mulher ao lado; cercado pelos índios, entrou aos tiros com eles — carregando-lhe a mulher as armas, e com tanto esforço, valor e presteza se portou que atemorizou os índios e os obrigou a retirada.

Voltou de Mato Grosso a Cuiabá Francisco Xavier Sales, com oito oitavas de ouro tirado do ribeirão do Brumado e cinco do ribeirão da Conceição.

A 3 de maio partiram com Sales o regente e guarda-mor, além de outras pessoas e mulheres, descobrindo-se então o caminho por terra de Cuiabá ao Paraguai (16). O ribeirão do Brumado deu-se por faisqueira, do Paraguai repartiu-se.

Uma expedição promovida pelo ouvidor e pela Câmara de Cuiabá empreendeu a abertura de um caminho por terra para Goiás, tendo sido cabo dela Antônio de Pinho e Azevedo.

Tendo-se neste ano extinguido as casas de fundição e suscitado a capitação e censo das indústrias pelo decreto de 22 de março de 1734, estabeleceu-se o mesmo que se praticava em Minas. Cada escravo pagava 4 3/4 oitavas, assim como as pessoas livres que tiravam o ouro por suas mãos e os oficiais de qualquer indústria. As lojas grandes pagavam 24 oitavas, as medianas 16 e as pequenas, incluídas as boticas e cortes de carne, 8 oitavas. Este imposto rendeu no primeiro ano 11.905 1/2 oitavas.

(16) A viagem fazia-se por água. Do Cuiabá ao Paraguai de descida, e pelo Jauru de subida, até o ponto em que ali principiava o caminho terrestre, para travessia do divisor de águas.

1737

Em fevereiro remeteu o regente 1.300 oitavas dos quintos e dizimos de Mato Grosso.

Foi reconhecido o Rio Guaporé, viajando-se pelo Sararé, que nêle faz barra.

Em setembro voltou a expedição que fôra abrir caminho para Goiás, para a qual o povo havia concorrido com 3.000 oitavas.

Sairam para Mato Grosso o Dr. ouvidor e o intendente de Cuiabá; tocaram primeiramente no Jauru, onde já existiam moradores, sendo a comitiva daqueles dois funcionários composta de 50 canoas e 1.500 pessoas.

Partiu para São Paulo uma expedição levando 80 arrobas de ouro tirado de Mato Grosso. Rendeu a capitação 11.825 1/4 oitavas. Faleceu em Trairas, nas minas de Goiás, o capitão general conde de Sarzedas; sucedeu-lhe o governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade (17).

1738

Chegou de São Paulo uma grande monção, e nela o intendente e provedor Dr. Manuel Roiz Tórres, que praticou muitos excessos na arrecadação da Fazenda Real, tanto nestas minas, como nas de Mato Grosso.

1739

Com a expedição de São Paulo veio ordem do capitão general Dom Luís de Assis Mascarenhas, para que o ouvidor procedesse contra o intendente Manuel Roiz Tórres, por queixas e más informações que a seu respeito haviam sido dirigidas ao general.

Nas contas que se lhe tomaram achou-se falta de meia arroba de ouro. O ouvidor não quis admitir reposição, e prendeu o intendente e os seus oficiais e fêz-lhes todo o mal que pôde. Este procedimento do ouvidor foi no ano seguinte estranhado pelo capitão general.

Descobriu-se o rio Alegre, que entra na margem esquerda do Guaporé, um pouco acima da atual cidade de Mato Grosso.

Apareceram as primeiras notícias de que no Corumbiara havia ouro.

Rendeu a capitação 14.894 1/2 oitavas.

(17) Sarzedas faleceu a 28 de setembro de 1737, quando viajava para instalar Vila Boa no primeiro núcleo de povoamento de Goiás.

A monção que vinha de São Paulo foi atacada no mês de janeiro pelos Paiaguás, que levaram quatro canoas carregadas de fazendas e escravos. Houve-se neste conflito como esforçado soldado o itano Jerônimo Gonçalves Meira, que reuniu duas das canoas aprisionadas, matou muita gente, e defendeu a mais; conservou e trouxe a Cuiabá lanças, arcos e flexas do inimigo, em sinal da sua vitória.

Por diligências do vigário João Caetano Leite, e contribuindo cada pessoa com a esmola de doze vintens, foi levantada a Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus, que agora existe e que antes era de pau a pique e coberta de palha.

Pelos índios Bororos do rio-acima tiveram em Cuiabá notícia de que nas cabeceiras do rio Cuiabá achavam-se alguns padres castelhanos, os quais se ocupavam em aldear o gentio, tendo em comêço feitorias. Convocou o ouvidor uma junta de todo o povo, e ficou assentado que os mesmos Bororos deveriam voltar e destruir tais feitorias, arrasando-as; e assim foi executado (18).

Resolven-se também mandar um cabo capaz para fazer amizade com os Guaicurús para, por este meio, serem destruídos os Paiaguás. Finalmente assentou-se de enviar homens práticos e investigar as povoações castelhanas mais vizinhas, para com elas tratar amizade e fazer com que não dessem favor aos Paiaguás, como se dizia.

Partiu para este fim Antônio Pinheiro de Faria, com bastante gente; passou o Paraguai; seguiu viagem por caminhos já trilhados e chegou à aldeia de São Rafael de Chiquitos. Ali achou três padres da Companhia, pelos quais foram os portugueses recebidos com grandes obséquios; estes ofereceram seus presentes e voltaram com ofertas de vacas e cavalos (19).

Sabido isto pelos de Mato Grosso foram logo muitos a levar os seus presentes; mas não consentiram os castelhanos, que tivessem entrada na povoação dizendo-lhes que, se voltassem de novo, seriam expulsos com violência, e assim finalizou-se a amizade.

Essa expedição foi severamente exprobrada ao ouvidor pelo capitão general, em carta datada de Vila Boa de Goiás em 7 de novembro. Foi também a mesma expedição reprovada pelo Governo de Lisboa.

(18) Este episódio, da entrada de missionários espanhóis até as cabeceiras do rio Cuiabá, merece exame cuidadoso.

(19) Seria interessante o relatório de Antônio Pinheiro de Faria, para o estudo das relações comerciais entre os pioneiros fronteirícios.

Quanto à expedição para os Guaicurús, saiu capitaneada por Antônio João de Medeiros, com bastante fazenda para brindar os ditos índios e fazer negócio a troco de cavalos, que teria de conduzi-los pela Vacaria. Chegou a expedição às terras dos Guaicurús e mandou-se-lhes recado por um língua da sua nação, vieram muitos com cavalos e alguns carneiros a uma campina à margem do rio, tendo a nossa gente se aquartelado em uma ilha fronteira.

Mandou o capitão Medeiros convidar o cacique para vir ao acampamento, ao que este respondeu que fôsem os brancos até o local em que achava a sua gente. Assim reabriu-se, indo o capitão com alguns brancos; apresentavam ao cacique e aos mais com panos de várias cores, ferramentas, etc. e em retribuição receberam alguns carneiros e promessa de que lhes dariam quantos cavalos quizessem e pudessem conduzir. Ofereceram-se os Guaicurús a fazer guerra aos Paiaguás.

Plantou-se ali uma cruz e aclamou-se em altas vozes: Viva el-rei de Portugal, e com esta cerimônia findou-se o dia. No dia seguinte saltou logo em terra a soldadesca portugueza, sem prevenção alguma, a tratar negócios, misturados com os índios, ficando na ilha o cabo com parte dos companheiros. Seriam 10 horas do dia quando o gentio, com porretes e lanças, que os tinha prontos, entrou a matar os nossos, não escapando nenhum. Os da ilha, vendo o conflito, embocaram-lhes uma peça de artilharia carregada com bala miúda, deu-lhes fogo.

O gentio desapareceu logo, fugindo, e a nossa gente saltado em terra achou 50 cadáveres de portuguezes e de cinco índios, mortos estes pelas balas da peça. Voltou a expedição sem outra novidade.

Rendeu a capitação 17.926 oitavas.

1741

Chegou na monção de São Paulo o padre Antônio José Pereira que veio render o padre João Caetano, vigário de Cuiabá. Na mesma monção veio também como capelão de Mato Grosso o padre Manuel de Santa Maria.

1742

Houve notícia, nas minas de Mato Grosso, que da capitania do Pará tinham vindo algumas canoas para as Missões espanholas situadas sobre as margens dos rios que desaguam no Guaporé. Esta notícia fez que Manuel de Lima e mais três homens das ditas minas partissem occultamente e fôsem negociar nas mencionadas Missões.

depois do que arrojaram-se a viajar para o Pará. Foram ali presos, pela novidade, e dois d'elles foram remetidos à Lisboa (20).

No fim d'este ano principiam os jesuitas da provincia espanhola de Moxos a fazer estabelecimento sobre o território da margem direita do rio Guaporé, onde, nos anos seguintes, fundaram as Missões de São Romão, São Miguel e Santa Rosa. Esta última foi collocada nos campos chamados Santa Rosa, e pouco depois transferida para o lugar em que posteriormente se fundou o nosso forte da Conceição.

Apesar de não ter sido até então navegado o rio Guaporé, as suas margens eram conhecidas dos nossos sertanistas, os quaes em bandos numerosos haviam percorrido aqueles sertões em conquista do gentios que nêles habitavam.

Entraram muitas fazendas e gado de Goiás.

1743

Separou-se a freguesia das minas de Mato Grosso (São Francisco Xavier) das de Cuiabá, sendo primeiro pároco e vigário da vara o reverendo Bartolomeu Gomes Pombo, nomeado visitador de Cuiabá. Como vigário da freguesia de Cuiabá veio o padre Manuel Bernardo Martini Pereira.

Deu o gentio Paiaçuá no reduto do Sapé, no rio Cuiabá, onde se achavam muitas pessoas occupadas em pescarias. Matou muitos e levou vinte cativos.

Chegando a Cuiabá noticia de terem os padres jesuitas espanhóis fundado missão à margem direita do rio Guaporé, a Câmara convocou uma assembléa de tôdas as ordens, em que resolveu em ato de Junta de 30 de maio enviar ao governador de Santa Cruz de la Sierra protesto contra a occupação da dita margem, e desta comissão foi encarregado o ouvidor Dr. João Gonçalves Pereira, que a principio se escusou com justificados motivos.

Chegou na monção de São Paulo o Dr. ouvidor Manuel Antunes Nogueira, que tomou posse a 14 de dezembro. No mesmo mês de dezembro chegou o Dr. intendente João Nobre Pereira.

1744

Vindo de São Paulo para Cuiabá Antônio Alves de Siqueira, Manuel Lôbo e Antônio Quadros, foram atacados pelos paiaçuás no

(20) A viagem aventureira de Félix de Lima, pelo Guaporé abaixo e Madeira e Amazonas, foi descrita por Southey, que leu a narrativa do commerciante de Mato Grosso.

rio Paraguai. Apontaram a um reduto onde o gentio os cercou por todos os lados ; resistiram, porém, com tanto valor e fortuna que mataram 30 inimigos e só perderam um negro flechado.

Deu o mesmo gentio no sítio de João de Oliveira, na passagem do Paraguai ; matou parte da gente e pôs fogo às casas.

Como o Dr. João Gonçalves Pereira, depois de ter feito seguir para Mato Grosso parte da sua comitiva, demorou-se mais de um ano em cumprir a comissão de que fora encarregado ; o novo ouvidor não consentiu que se prosseguisse na dita diligência antes de ter resposta do general. Há quem atribua esta resolução do ouvidor a malícia e desavenças particulares.

Sertanistas de São Francisco Xavier encontraram ouro em alguns ribeirões que afluem no rio Corumbiara.

1745

Foram descobertas as minas do rio Arinos pelo mestre de campo de Almeida Falcão e seus filhos, moradores de Mato Grosso.

O Dr. ouvidor recebeu carta do capitão general Dom Luís de Assis Mascarenhas notificando que em vista da demora havida na viagem do Dr. Gonçalves Pereira para Santa Cruz de la Sierra, aconselhava que não se fizesse essa diligência e se esperasse ordem de sua majestade.

1746

A noticia das minas do Arinos quase deu um golpe mortal nas de Mato Grosso, desertando para aquelas como em fuga os moradores destas. Por este motivo, pelas faltas de roças e incêndio de alguns paíóis, houve muita fome no correr deste ano.

O vigário de Cuiabá, padre Manuel Bernardes indo ali estabelecer a sua jurisdição, encontrou ali o padre Antônio dos Reis Vasconcellos, enviado pelo vigário de Mato Grosso para o mesmo fim. Entraram a disputar o excomungaram-se mutuamente e aos seus partidários.

Foram infaustas as ditas minas ; produzindo pouco ouro, foram no entanto a sepultura de muitos dos novos colonos e até impediram que se continuasse a indagar as de Corumbiara de que os sertanistas já tinham dado noticias alcançadas nas pescarias que faziam pelo rio Guaporé, onde tinham fundado um arraial na Ilha Comprida, apesar do muito gentio que encontraram.

Eis o que a respeito d'este arraial diz o padre Agostinho Lourenço na relação de uma viagem que fez em 1752 de ordem do capitão general Dom Antônio Rolim de Moura (21):

"Foi esta povoação ou arraial formado parte de homens faciturosos foragidos, parte de pessoas individadas que ali se refugiavam dos credores, e parte também de outros que lhes parecia fundaram grandes conveniências na conquista injusta dos gentios daqueles contornos, ou falando mais claro: não eram outra coisa esta povoação, mais do que um covil de saltadores das vidas, honras e fazendas dos indios aquem declararam guerra sem outro motivo, e sem mais autoridade do que a cobiça.

"Armavam-se 50 ou 100 homens, e, deixando guardas no arraial, se lançavam ao sertão, e investindo com a primeira aldeia de indios que encontravam, matavam a todos os que pegavam nos arcos para a sua justa defesa, e aos mais que não escaparam fugindo metiam em correntes e gargalheiras, destruíam ou queimavam as casas, arrasavam as searas, matavam as criações e voltavam triunfantes para a sua Ilha Comprida, onde se repartiam os vencidos pelos vencedores e d'estes passavam em contrato de venda a Cuiabá e Mato Grosso. Viram-se, entretanto, entre elles, horrendas tragédias, porque como não havia juiz, que sentenciasse controvérsias, eram as armas de fogo o resumo para as decisões. Muitos indios acabaram aqui como rezes ao corte do machado, ou sendo alvo de flexas e a fogo outros, e de mau trato e enfermidades uma grande multidão. As mulheres pelo mesmo teor padeciam nas vidas e honestidades. Enfim estavam tão endurecidos os corações de alguns daqueles moradores que, colhendo-os a morte nestas occupaões, não recorreram á assistência do confessor que a Providência Divina lhes deparara, naqueles desertos, em missionários castelhanos, pertinazmente se não confessaram e morreram impenitentes. Durou esta povoação alguns anos, até que aconteceu com os seus moradores o mesmo que com os fabricantes da torre de Babel, porque se não houve a mesma confusão e divisão de linguas, se lhes confundiram e dividiram as vontades, de sorte que, não se podendo sofrer uns aos outros, se foram pouco a pouco separando, até que os últimos não podendo também sofrer insultos das onças de que abunda todo o contórno, últimamente a deixaram de tudo deserta e despovoada'.

(21) A transcrição de trechos do relatório do padre Agostinho Lourenço evidencia que Leverger não se limitou a seguir os "Anais do Senado de Câmara".

Compulsou documentos, que lhe estivessem ao alcance no Arquivo do Governo em Cuiabá, e servissem para completar as informações do cronista, como ocorre neste lance.

Os jesuítas espanhóis fundaram a Missão de São Simão sobre o rio do mesmo nome, três dias águas acima, desde o Guaporé.

Em agosto saiu da cachoeira grande do Jauru com seis canoas carregadas de mantimentos e 58 pessoas de comitiva, o sargento-mor João de Sousa Azevedo. Descendo o dito rio e subindo o Paraguai entrou pelo Sepotuba e navegou até as suas fontes. Varando as canoas por terra, passou-se pelo rio de Sumidouro e por ele desceu o Arinos, e continuando a navegação foi ter ao Pará (22).

Foram descobertas as minas do alto Paraguai pelo capitão Antônio de Pinho de Azevedo (23).

1747

Não houve chuva neste ano e nem nos dois seguintes, pelo que muito padeceu o povo por falta de mantimentos. Estando a seca no seu auge, ouviu-se em 24 de setembro ao meio dia um grande trovão, e ao mesmo tempo tremeu a terra, dando três balanços compassados.

As minas do Paraguai atraíram muita gente que formou o arraial de Nossa Senhora do Parto. Foi para lá o ouvidor Dr. Nogueira a por justiça na forma da Provisão de 1742. E como se veio a descobrir que nas ditas minas se achavam diamantes, mandou logo despejar o povo. Retirou-se de Cuiabá para São Paulo o vigário de Cuiabá padre Manuel Bernardes, e chegou depois o seu sucessor padre Fernando Batista.

1748

Em 9 de outubro publicou-se em Santos um bando relativo a ereção de uma vila nas minas de Mato Grosso, em virtude da Real ordem de 5 de agosto de 1746 (24).

Descobriu Manuel Cardoso de Siqueira nos ribeirões de Santana e de São Francisco Xavier novas minas além do Paraguai.

(22) A exploração realizada por João de Sousa Azevedo, de Cipotuba ao Arinos e por este abaixo até Belém, deu maior realce ao sertanista famoso, que se tornou o mais abalizado conhecedor da navegação entre o Pará e Mato Grosso.

O resultado da derrota exploradora consta do "Diário", que J. Severiano da Fonseca transcreveu em *Viagem ao redor do Brasil*, (Págs. 68 e seguintes).

(23) São as minas que tomariam o nome de Diamantino, depois que, levantada a interdição imposta por causa das suas pedras, puderam, no século seguinte, ser exploradas.

(24) Apesar da ordem régia de 1746, somente na década seguinte foi inaugurada a vila, quando o primeiro capitão geral de Mato Grosso, Dom Antônio Rolim de Moura, a fundou, a 19 de março de 1752, com o nome de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Mandou o ouvidor interino o mestre de campo Manuel Dias da Silva que as examinasse, e como apparecessem diamantes, queimaram-se as casas dos descobridores. Vieram alguns presos e outros fugiram.

O exmo. governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, communicou ao Dr. intendente que sua majestade fôra servido criar duas capitânias nas minas pertencentes à de São Paulo, uma no Mato Grosso e outra em Goiás, divididas pelo Rio Grande; e que ambas ficariam debaixo do seu Governo, enquanto não chegassem os novos governadores.

Recebeu também uma Provisão communicando que sua majestade havia de mandar para as duas novas capitânias, dois prelados isentos, criados pela Bula de S. S. P. P. Benedicto XIV — *Candor lucis, aeternae*, datada de 6 de dezembro de 1745.

Faleceu no mês de abril o ouvidor Dr. Mannel Antunes Nogueira.

1749

Entrava a servir como ouvidor o juiz ordinário, mestre de campo Manoel Dias da Silva, que, findo o ano, não quiz largar a vara, acastelando-se em sua casa, que proveu de armas para resistir à força com que pretenderam depô-lo.

Chegou a Cuiabá um religioso franciscano que fêz a sua missão com bastante fruto e passou a Mato Grosso com o mesmo fim.

O sargento-mor João de Sousa Azevedo que descera para o Pará pelo rio Arinos em 1746, voltou a Mato Grosso com a primeira carregação daquele Estado, subindo pelos rios Amazonas, Madeira, Guaporé e Sararé (25).

Em observância às ordens Régias, o Governo do Pará mandou explorar a navegação dos rios até as minas de Mato Grosso pelo sargento mor Luís Fagundes, em companhia do piloto Antônio Nunes de Sousa. A relação desta viagem, diz o general Luís Pinto, é pouco atendível por causa dos erros que há nas distâncias e na positura das cachoeiras.

Chegou por terra a Cuiabá o ouvidor Dr. João Antônio Vaz Morilhas, que tomou posse a 30 de novembro. Em dezembro chegou pela mesma via o Dr. intendente Francisco Xavier dos Guimarães Brito e Costa.

(25) João de Sousa Azevedo tornou-se o maior conhecedor dos rios que iam ter ao Amazonas e por isso era acatado o seu parecer em matéria de navegação fluvial. A sua biografia foi traçada por Artur C. F. Reis em *Paulista na Amazônia e outros ensaios*. (R. I. Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo 175, pág. 213 — e Virgílio Corrêa Filho — (R. I. H. G. B. — Tomo 179).

1750

Chegou a Mato Grosso o sargento-mor Luís Fagundes, comandando uma escolta militar enviada pelo Governo do Pará a explorar os rios da navegação daquele Estado para esta capitania (26).

No fim do ano chegou por terra a Cuiabá o reverendo Dr. João de Almeida e Silva com o cargo de vigário da Vara e pároco da igreja de Cuiabá.

Abriu visita geral a que procedeu com inaudita severidade. Prendeu por fúteis motivos na cadeia o vigário Antônio dos Reis, que pôde escapar-se para Mato Grosso. Metia o dito visitador todos os dias prêso na cadeia e os tirava, ao que por fim obsteu o ouvidor.

A pedido do povo o ouvidor mandou fazer novo exame a respeito dos ribeirões. São Francisco e Santana e repartiu-se êste último por terem achado nêle apenas alguns olhos de mosquito. Foi todavia posteriormente vedado por ordem do general Dom Antônio Rolim de Moura. (Carta de 16 de outubro de 1761.)

CAPITANIA

Dom Antônio Rolim de Moura Tavares, primeiro capitão general — (1751-1764).

1751

Por carta régia de 22 de setembro de 1748 foi nomeado governador e capitão general da recém criada capitania de Mato Grosso o capitão de infantaria Dom Antônio Rolim de Moura Tavares, senhor das vilas de Azambuja e Montragil, comendador da Comenda da Choupania da Ordem de Santiago, do Conselho de sua majestade e veador da casa da rainha (27).

Foi-lhe expedida, em data de 19 de janeiro de 1749, uma Carta Régia instrutiva cujas principais disposições constam do seguinte resumo :

§ 1.º determina que se ponha a cabeça do governo no Distrito de Mato Grosso onde deverá o governador fazer a sua mais continuada residência, indo contudo a Cuiabá e às outras miras do

(26) Dessa expedição resultaram as memórias de Fagundes Machado (R. I. H. B. Tomo LXVII) e de Gonçalves da Fonseca (R. I. H. B. Tomo XXIX).

(27) Estes últimos títulos Rolim de Moura só adquiriu depois que deixou a Capitania de Mato Grosso. "As Instruções", assinadas pela rainha e Marco Antônio de Azevedo Coutinho, foram publicadas na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro". (Tomo, 55, pág. 380). — Nesta publicação, a patente trás a data de 25 de setembro.

mesmo governo quando o pedir o bem do serviço e utilidade dos moradores.

§§ 2.º, 4.º, 5.º e 6.º, referindo o ter-se dado ordens para a criação de uma companhia de Dragões e a ereção de um Juízo de Fora no dito distrito e a concessão de isenções e privilégios para convidar gente que queira ir ali estabelecer-se, exigem que o governador indique quaisquer outras providências próprias para o fim de aumentar e fortalecer a povoação daquele território.

§ 3.º trata da vila que tem de fundar-se e aludindo à pouca salubridade do arraial de São Francisco Xavier recomenda que se escolha para colocar-se a mesma vila o sítio o mais próprio para a sua estabilidade e mais cômodo pelas suas circunstâncias, atendendo a que o lugar seja defensável e, quanto fôr possível, vizinho do rio Guaporé, ou a algum outro navegável que nêle desague.

§ 7.º diz respeito à construção de uma casa para morada dos governadores.

§§ 8.º, 9.º, 10 e 11 recomendou tôda a circunspeção e vigilância para evitar desavenças com os vizinhos espanhóis e para que os missionários de Espanha que em 1743 fundaram na margem oriental do Guaporé a aldeia de Santa Rosa não se assenhorem da navegação daquele rio, impedindo-a aos portugueses, enquanto não se faz, com a Corte de Madrid, alguma transação amigável a respeito da situação da dita aldeia, ficando os limites das suas monarquias pelo rio Guaporé; convindo por ora persuadir aos nossos moradores a que vão situar-se no circuito daquela aldeia a não muitas léguas de distância, para assim evitar que os índios da mesma penetrem no interior do país e porventura até as minas novamente descobertas do Arinos.

§ 12. Determina que se alistem em ordenanças todos os habitantes da capitania, procurando que andem, quanto fôr possível, exercitados e disciplinados.

§ 13. Prescreve que se faça freqüentar a navegação e pesca do Guaporé, para que não tome vigor, com a negligência da nossa parte, a pretensão em que tem entrado os espanhóis de apossarem-se delas.

§ 14. Diz que, quando venha a franquear-se a comunicação de Mato Grosso com o Pará, deve haver cuidado em que não se abandone por isso o trânsito de canoas que ao presente se pratica de Cuiabá para São Paulo.

§ 15. Recomenda tôda a vigilância para impedir aos moradores de Mato Grosso todo o comércio de gêneros com os espanhóis, visto

como o governo de Madrid tem muito ciúme de que de nossa parte se vendam fazendas de contrabando aos seus súditos americanos.

§§ 16, 17 e 18 versam sobre o gentio ; prescrevem que se faça diligência para reprimir ou prevenir as correrias dos Paingús, que continuam a infestar a navegação dos comboeiros pelo Paraguai ; devendo-se empregar a força depois de exaustos os meios de persuasão e brandura para que aqueles índios deixam das suas hostilidades.

Determinam outrossim que se use de rigor com os bárbaros Caipós que infestam o caminho de São Paulo a Goiás e até as mesmas povoações, e finalmente recomendam que se dê proteção aos índios Parecis que consta terem sido perseguidos pelos sertanejos de Cuiabá, os quais não só lhes destruíram as povoações, mas quase totalmente tem dissipados os mesmos índios com tratamentos indignos de se praticarem por homens cristãos.

§ 19. Ordena que se fundem aldeias onde se recolham os índios mansos que se acham dispersos, servindo aos moradores, a título de administração, devendo o Governador solicitar ao Provincial da Companhia de Jesus do Brasil que mande missionários para lhes administrarem a doutrina do sacramento.

§ 20. Declara que não pode limitar a divisa da capitania, e ordena que se envie informações e plantas.

§§ 21, 22 e 23 expõem o estado em que se acha a questão de limites entre o Brasil e as Possessões Espanholas, prescrevendo o modo por que deva o governador haver-se a tal respeito.

§ 24. Manda que se examinem os trabalhos empreendidos para prover de água a campanha alta chamada do Jassé em que se afirma haver uma extraordinária abundância de ouro, a fim de, averiguando-se que a obra é profícua e factível por meio da contribuição do povo, animá-lo a isso, sem porém usar de constrangimento, e indicar as providências que possam ser eficazes para conseguir-se o intento.

§ 25. Recomenda a maior vigilância em proibir toda a busca de diamantes no rio Coxipó e em outra qualquer paragem da capitania, castigando-se severamente toda a pessoa que se ocupar em buscá-las.

§ 26. (último) expõe nestes termos :

"Muitas outras coisas se oferecerão à vista do país que não é possível ocorrerem de longe para se lhes dar providências nestas instruções ; mas fio da vossa prudência e zelo que em todas sabereis tomar acôrdo tão conveniente ao meu serviço, que tenha muito de que louvar-vos. E pelo que respeita às faculdades e outras dependências do governo, vos regularéis pelo Regimento dos governadores gerais do Estado do Brasil em tudo o que não fór aqui diversamente disposto".

Tendo vindo de São Paulo pela via fluvial, em uma expedição de vinte e tantas canoas, Dom Antônio Rolim de Moura chegou a Cuiabá no dia 12 de janeiro e no domingo 17 tomou posse do governo.

Vieram em sua companhia o juiz de Fora nomeado para Mato Grosso Dr. Teotônio da Silva de Gusmão (era irmão do célebre cônego Alexandre de Gusmão) (28), os padres missionários Agostinho Lourenço e Estevão de Castro (29), o secretário e oficiais da sala e um companhia de Dragões de 54 praças em quatro esquadras.

A 25 de janeiro publicou-se um Bando declarando as mercês que concedia sua majestade aos que assistissem nas minas de Mato Grosso.

A 27 do mesmo mês houve outro Bando proibindo que se fôsse fazer guerra ao gentio sem ordem ou licença do governo e que nenhum índio saísse da capitania.

Mandou-se pôr uma guarda de dragões montados nas minas do Paraguai, vedada por causa dos diamantes.

(Estava também proibida a mineração do Coxipó, não com muita razão, porquanto diz Antônio Rolim em ofício de 5 de abril de 1757, "o coxipó-mirim, vulgarmente se diz, foi proibido pelo ouvidor Manuel Antônio Nogueira em ódio de João Nobre Pereira que havia acabado de intendente e trazia seus negros trabalhando com

(28) Mais de um autor afirma que Teotônio era irmão de Alexandre de Gusmão.

Entretanto, o visconde de São Leopoldo manuseou, em Santos, por volta de 1838 os autos de inventário "a que se procedeu pelo juiz dos Orfãos da Vila, em 4 de janeiro de 1721, por falecimento do pai de ambos (Alexandre e Bartolomeu), em 9 de dezembro de 1720, em que não figura o nome do magistrado.

"Nêles declarou a viúva inventariante Dona Maria Alvares, que do falecido marido lhe ficavam doze filhos, a saber:

Domingos Gonçalves (nascido em 1680).

Padre Simão Alvares (1682).

Maria Gomes (1683).

Padre Bartolomeu Lourenço (1685).

Isana Gomes (1688).

Frei Patrício de S. Maria (1690).

Paula Maria (1692).

Arcângela da Conceição (1693).

Alexandre de Gusmão (1695).

Brigida Monteiro (1698).

Inácio Rodrigues, Jesuíta.

Frei João Alvares de Santa Maria (1703) Ap. Afonso de Taunay — *A vida gloriosa e trágica de Bartolomeu de Gusmão*.

(29) Ou Crasto.

boa conveniência no dito rio, pois que nêle nunca se achara mais que algum olho de mosquito e com grande novidade)" Fundou-se em maio a aldeia de Santana da Chapada que teve por diretor o padre missionário Estevão de Castro, para nela se recolherem os índios que andavam em administração.

Por Bando de 31 de maio publicou-se a notícia do falecimento do Sr. Dom João V (em 31 de julho do ano anterior) e da aclamação do Sr. Dom José (30).

Em junho providenciou o governador a respeito do encanamento das águas do Motuca para a campanha do Jassé, de que trata o § 24 das suas instruções. Este serviço, empreendido pela diligência do ouvidor e desembargador João Gonçalves Pereira e do brigadeiro Antônio de Almeida, havia sido abandonado, e renovava-se havia dois anos e meio por uma associação de cinco mineiros, que obtiveram de S. Excia. o não pagarem as captações vencidas e por vencer até começarem a lavar o ouro com dito serviço, e juntamente não poderem ser executados pelos seus credores no decurso de três anos, tempo em que provavelmente o haveriam concluído.

A 3 de novembro, Dom Antônio Rolim partiu para Mato Grosso; a 27 chegou ao Jauru, que naquele tempo se atravessava no lugar da Cachoeira-Grande; ali existiam então em distância de duas léguas, quatro sítios de moradores pobres.

No dia 7 de dezembro chegou ao Guaporé, que naquelas paragens era reputado inavergável, por causa de cachoeira e sumidouros, até o tempo que ali chegou o Dr. Teotônio de Gusmão, que rodou pelo dito rio sem outro inconveniente do que uma pequena cachoeira. S. Excia., fez seguir por terra a sua comitiva e embarcando em uma canoinha acompanhado tão somente de um oficial e de um soldado desceu também pelo rio e com três dias de feliz viagem chegou no dia 14 ao sítio do Pouso-Alegre, onde veio a erigir a vila. No fim de quatro dias marchou para o arraial de São Francisco Xavier, onde chegou no dia 19 (31).

(30) O prazo de dez meses, entre a ocorrência em Lisboa e a sua divulgação em Cuiabá, apesar de se tratar da morte do rei, mostra como era demorada a comunicação entre a Metrópole e a vila bandeirante.

(31) A transcrição de trechos referentes à viagem de Rolim de Moura, prova que Leverger conheceu a carta por este enviada, a 29 de maio de 1752, a Diego de Mendonça Corte Real, na qual o primeiro governador de Mato Grosso relata minuciosamente a parte final da sua longa peregrinação até o Guaporé.

A primeira, que descreve a sua passagem por São Paulo e derrota pelos rios das monções bandeirantes, foi copiada por Varnhagen e oferecida ao Instituto Histórico, para ser publicada em sua Revista, em cujo tomo VII veio a lume.

O seguinte extrato de um officio dirigido pelo capitão general á secretaria de Estado em 28 de maio de 1752, dará idéia do que eram então as minas de Mato Grosso.

"... O clima é o mais destemperado que tenho visto. No pouco tempo que lá estive (na chapada de São Francisco) chegou a experimentar em alguns dias calma e frio, chuva, vento e névoa. Daqui precedem muitas queixas que padecem seus habitantes, principalmente de sezões que são continuas em muitos, e em quase todos os mais, de todos os anos. Também se experimentam febres catarrais e pleurizes, pelo tempo das friagens tão excessivas, que obrigam a fechar portas e janelas e chegam a matar, principalmente aos pretos, por menos enroupados, se os apanham no campo.

No principio do descobrimento destas minas, era maior o estrago tanto nos brancos, como nos pretos. Muitos e muitos homens não fizeram mais do que chegar a elas e morrer, e os vivos andavam todos arruinados a paus, encostando-se pelas paredes, porque os mais bem librados eram os que tinham sezões um dia sim e outro não. Nada disto embaraçava estar continuamente entrando gente nestas minas, trazidas pela ambição do muito ouro que então davam, chegando em certa paragem a apanhar os mineiros folhetos em chapas, como quem apanha zeixinhos.

Mineiro houve que tirou em um dia três mil oitavas, e em muitos successivos a duzentas e trezentas cada dia. Pôsto que este borbotão durou pouco tempo, continuaram por vários anos os jornais muito avantajados e ainda quando foram daqui ao descoberto do Arinos, há cinco para seis anos, que brumou e foi a causa de se arruinarem estas minas pelas despesas inúteis que fizeram os mineiros e serviços que perderam o que obrigou a muitos a não tornarem a elas; até esse tempo ainda os pretos davam aos seus senhores a oitava por dia. De então para cá foram descuindo muito e hoje o que é bom dá duas oitavas por semana em tempo das águas, e algum mais especial duas e meia; no da seca não passam de oitava e meia e daí para baixo. Além da Chapada há outro arraial a Nascente dela, intitulado Santana..." "terra plana com bons matos para lenha e madeiras e bons campos para gados; porém a água é pouca para formar-se povoação grande; e assim está como a da Chapada, sendo excelente para o gado, faz papos o que é sumamente desconforto e que disfigura a quem tem. Enquanto ao clima é mais quente e temperado que o da Chapada e por isso menos sujeito às febres catarrais e pleurizes, mas pelo que toca a sezões é o mesmo ou pior ainda. Quase todos os mineiros fazem serviços de que terão melhor conveniência do que as da Chapada, uns mais outros menos, conforme estão arranchados, por ser coisa mais permanente e terem também a de lhe ficarem as lavras

perto de casa, e as roças que nestas terras dão bem pelos muitos matos gerais que há. Os oficiais que vieram do Pará á exploração do rio Madeira deram aqui a conhecer a baunilha (32).

Acham-se estes arraiais tão despovoados que em amplas não chegam os brancos a 70 dos quais 7 são casados. Os mulatos baidardos e pretos forros podem ser outros tantos. Matricularam-se na última matrícula do ano passado 1.165 escravos..." "... Tem somente cinco vendas de 2.^a classe e entre lojas, boticas e cortes de carne — 12, todas de 3.^a classe; ao mesmo tempo que valem aqui as fazendas uns preços exorbitantíssimos. Os oficiais todos não passam na dita matrícula de 16. O rol da desobriga do ano passado contém 2.227 pessoas entrando carijós" (33).

Chegou neste ano o padre Fernando de Vasconcelos, para pároco de Mato Grosso.

1752

A 14 de janeiro tomou Dom Antonio Rolim lugar do Pouso Alegre onde resolvera, como lhe fôra determinado pela Provisão (34) de 2 de agosto de 1748 colocar a nova vila por achar nêe muita conveniência, como ser o clima menos doentio que o dos arraiais, estar quaze na margem do Guaporé e sobranceiro á alagação produzida pelo transbordamento do rio, ser defensável, ter campos com pastos para os animais dos moradores, capões abundantes de lenha e mesmo de madeiras, ter na sua proximidade grandes matas onde se podiam fazer estabelecimentos de lavoura, etc.

A 19 de março erigiu-se a vila, que foi chamada Vila Bela da Santíssimo Trindade teve por armas um triângulo. As mercês concedidas aos seus moradores pela Provisão Régia de 5 de agosto de 1746 consistiam em que só pagariam meio quinto ou meia capitação por tempo de doze anos, e os dizimos, perdoados-se-lhes pelo mesmo tempo os direitos de entrada, os donativos e as terças partes dos officios de justiça; e que todos os que viessem morar dentro da vila não poderiam ser executados por dividas contraidas fora dela e de seu distrito, dentro de três anos, não só na fundação da vila, mas no futuro; não sendo elles contudo dos que se levantam com a fazenda alheia.

(32) Refere-se naturalmente á expedição de Gonçalves da Fonseca.

(33) A carta de Rolim de Moura, de 28 de maio de 1752, é o mais completo relatório, em que se espelham as condições de fausto e penúria dos arraiais que enxamearam na chapada, entre o Sararé e o Galera, afluentes do Guaporé.

(34) Deve ser a ordem régia de 5 de agosto de 1746.

O governador julgou que estes privilégios não eram suficientes para atrair povoadores e pediu a sua majestade que se franqueasse o comércio com o Pará (35).

Criou-se uma companhia de Ordenanças dos homens brancos. Entrou no exercício de juiz de Fora o Dr. Teotônio da Silva Guzmão.

Ereta a vila, o general deixou voltar às suas lavras e roças os moradores que havia convocado para este ato, e até permitiu aos oficiais da Câmara e aos de justiça, não havendo ainda casas no lugar, que fôsem residir na Chapada e ali fizessem as vereanças que necessitam de pressa. Ele, porém, permaneceu no mesmo sítio, morando em uma palhoça.

Logo que souberam da chegada de Dom Antônio Rolim, os jesuítas que dirigiam as missões espanholas de Moxos, haviam-lhe escrito queixando-se do bárbaro procedimento dos sertanistas portugueses, que causavam natural desânimo às ditas missões, roubando índios já reduzidos e mesmo os batizados, e até haviam levado mulheres casadas. Iguais queixas tinham já dirigido ao juiz de Fora, cuja ida às minas de Mato Grosso precedera de alguns meses a do general. Respondera o Dr. Teotônio com alguma aspereza, exprobrando-lhes o terem ido à Ilha Comprida e ali maltratado um Bento de Oliveira e derrubado uma cruz que servia de padrão e sinal de posse em que o mesmo Bento e outros moradores estavam na mesma ilha por el-rei de Portugal.

Negaram este último fato os padres jesuítas. Dom Antônio Rolim significou-lhes em resposta o desejo e dever que tinha de conservar boa harmonia com eles e protestando contra o procedimento havido na Ilha Comprida. Resolveu restituir os índios roubados, que com efeito existiam entre os nossos, e encarregou desta diligência ao padre Agostinho Lourenço a quem incumbiu também tomar informações a respeito das referidas missões e dos moradores das margens do Guaporé. Partiu o dito padre em fins de junho e esteve de volta em princípio de novembro. Escreveu um minucioso diário da sua viagem em que revela o estado das Missões espanholas onde foi muito bem acolhido, e que do lado direito do Guaporé só existia a Missão de Santa Rosa, tendo-se mudado neste mesmo ano a de São Simão (do rio do mesmo nome para o de São Simão pequeno). Refere também o ter diminuído o número dos moradores portugueses, não restando mais que dois na margem esquerda no lugar da

(35) Rolim de Moura sugeriu, para o desenvolvimento da Capitania, não somente a abertura do Guaporé — Madeira à navegação, como também a sua colonização por meio de casais de ilhéus, como se estava praticando em Santa Catarina e Rio Grande.

casa redonda defronte do Corumbiara e três da parte oposta, o último destes no lugar das Pedras, em distância de cinco dias de marcha de Vila Bela, rio abaixo. Achou despovoada a Ilha Comprida e a respeito dos moradores que outrora ali existiam diz o que já ficou dito. Fala no mesmo diário das minas de Guarájus, que foram descobertas por Domingos Alves da Cunha e onde pouco se trabalhou por não serem de conta (36).

Em agosto criou-se uma companhia de homens prêtres.

Vindo na monção de São Paulo para Cuiabá o tenente Vito Antônio de Madureira, adiantou-se dela e foi na barra dos Chances atacado pelos Paiaguás, que o mataram e levaram uma canoa e escravos.

O juiz de Fora Dr. Teotônio fundou os Anais de Mato Grosso (37), determinando que o segundo vereador fizesse memórias dos fatos mais notórios e que no fim do ano a apresentasse à Câmara, para, depois de revista e aprovada, ser escrito em um livro para isso destinado (ofício de 28 de maio de 1752).

1753

Foi-se edificando a nova vila com muita mesquinhez e lentidão por falta dos precisos meios. Tendo o governador obtido do bispo do Rio de Janeiro autorização para mudar a sede da Freguesia, mandou fazer uma tal ou qual capela tão pobre que a cobertura era de palha, para servir de Matriz, enquanto os moradores ajuntassem esmolas com que fazer a Igreja, e tivesse a Provedoria com que levantar a capela-mor.

Em março criou-se uma companhia de ordenanças de homens pardos.

Deu o gentio Paiaguá acima do Croará, no rio Cuiabá: matou bastantes pescadores que ali estavam salgando peixe e levou muitos prisioneiros.

Chegou a Cuiabá, em junho, o vigário da Vara da dita Vila, padre Manuel Antônio Falcão Cota.

(36) Leverger parece ter lido o relatório do padre Agostinho Lourenço, que não mais foi encontrado pelos investigadores.

(37) Aliás, o nome se manteve no singular — "Anal de Mato Grosso" com que saiu a publicidade, nos "Anais do Congresso do Mundo Português (vol. X) — no *Jornal do Comércio*, publicado por A. de Tannay, na Revista da Academia Paulista de Letras.

Não se achou a sua continuação, depois da partida de Teotônio de Gusmão, que o autenticou a 31 de dezembro de 1754.

Faleceu o capitão Antônio da Silveira Fagundes, que servira de intendente e provedor, e fez-se célebre pelo seu testamento em que deixou cinquenta negros com liberdade (38).

O caminho por terra de Cuiabá para Mato Grosso seguia pela fralda da serra dos Parecis. O capitão Antônio Pinho de Faria abriu outro mais cutro e mais ao sul, que não é, porém, o atual.

1754

Em melado de janeiro os comissários da Demarcação de Limites colocaram o marco na margem direita do Paraguai, um pouco abaixo do Jauru. A expedição compunha-se de perto de 400 pessoas. Foi provida de mantimentos para a sua viagem de volta, pela F. R., que nisto dispendeu avultada quantia (39).

Em 22 de janeiro publicou-se por Bando a Provisão Régia de 14 de novembro de 1752, permitindo o comércio com o Pará pelos rios Madeira e Guaporé e proibindo-o por outra qualquer via (40).

(38) O episódio da libertação de 50 negros, por disposição testamentária de Antônio da Silveira Fagundes em 1753, reivindica lugar de realce para Mato Grosso entre os precusores do abolitionismo.

(39) A Comissão Demarcadora compunha-se de José Custódio de Sá e Faria, sargento-mor de infantaria, com o exercício de engenheiro, e primeiro comissário.

— Doutor Miguel Ciera, cosmógrafo; Gregório de Moraes e Castro Pimentel, segundo comissário e capitão de infantaria, João Bento Piton, ajudante de infantaria com exercício de engenheiro e cosmógrafo, além de cirurgião, capelão, auxiliares e escolta.

A partida castelhana constituía-se de :

Dom Manuel Antônio Flôres, capitão de fragata, 1.º comissário;

Dom Atanásio Varanda tenente da real armada, 2.º comissário, cosmógrafo;

Dom Alonso Pacheco, alferes de navio e cosmógrafo e mais cirurgião, capelão e contingente militar.

A expedição occupou duas fáluas, cinco barcos e seis canoas, com que partiu de Assunção.

A 13 de dezembro, deparou-se-lhe, à bôca do Paraguai-mirim, o socorro que lhe enviara o capitão general Rolim de Moura, sob o comando do "alferes de dragões da Companhia de Cuiabá Francisco Xavier da Horta".

Cientes das informações que lhes foram prestadas, resolveram os comissários aligeirar a flotilha, reduzida apenas a quatro barcos, dos menores, para os quais foram baldeadas as pedras trazidas de Portugal. O grosso da expedição permaneceu nesse local, enquanto os dois comissários, com o astrônomo da partida do S. M. F. e o cosmógrafo do S. M. C., continuaram a peregrinação, águas acima, até a barra do Jauru, a jusante da qual chantaram o marco inoperante, que se encontra atualmente na praça principal de Cáceres.

(40) A abertura do Guaporé e Madeira à navegação resultou dos insistentes pedidos de Rolim de Moura.

Determinava a mesma Provisão que se criasse um registro para a percepção das Entradas na cachoeira Aroeira de São João (é a de Santo Antônio); e outrossim que se tivessem cuidado os navegantes desde que saia de Mato Grosso até o fim no rio Madeira não tomar terra na margem ocidental destes rios por serem daquela banda domínio da Espanha.

Chegou a Cuiabá por terra um clérigo José Aires que se intitulava doutor e missionário. Na missão que fez na dita vila causou distúrbios, descompondo a várias pessoas do púlpito abaixo e pregando contra o procedimento da Intendência. Indo a Vila Bela continuou as mesmas desordens, embaraçando-se em contendas com o juiz de Fora, Câmara e vigário, do que resultou escandalo de excomunhão de parte a parte.

De volta a Cuiabá, sem embargo de tê-lo o general repreendido por se ter intrometido com os índios, ordenando-lhe que entregasse na aldeia os que havia trazido da mesma vila; não só não fez isso, mas procurou levá-los subtilmente para Goiás e resistir à escolta que se mandou ao seu alcance.

De ordem do governador foi padre Agostinho Lourenço para a Casa Redonda, na margem esquerda do Guaporé, lugar que havia muito occupado por portuguezes e onde existiam índios com os quais se devia começar o estabelecimento da Aldeia de São José no eposto lado. Ali se arranchou o dito missionário enquanto não escolhia situação azada para colocar a referida aldeia; o que deu lugar a contestação com os padres das Missões Espanholas. A única destas — S. Rosa — que se achava ao lado oriental do Guaporé, distava cerca de duas léguas para a banda dos Moxos.

Por falta de meios teve-se de parar a construção da casa de residência do governador e não se pôde completar a capela do altar-mor da Matriz.

Houve noticia em Cuiabá de que o coronel Amaro Leite Moreira se achava nos Aracs com a sua bandeira já enfraquecida por falta de gente, pólvora, chumbo e outros artigos necessários. Saiu a socorrê-lo em junho ou julho uma bandeira capitaneada por João Leme da Silva, porém adoecendo este, teve de recolher-se à vila e ficou frustrada a diligência. (Carta do ouvidor Morillos ao capitão general 2 de VIII de 1754).

Criou-se uma esquadra de Pedestres adidos à Companhia de Dragões. Eis o que a este respeito diz o general Dom Antônio Rolim em uma conta de 7 de fevereiro de 1755 :

“... Andam sempre descalços de pé e perna e o seu único vestido é um jaleco e umas bombachas. As armas de que usam, uma espingarda sem baionetas uma bolsa de caça e uma faca do mato.

.....

Em quanto ao serviço que deles se tira é grande, porque verdadeiramente diligência nenhuma podem fazer os Dragões, alguma coisa distante dos povoados, sem levarem consigo os pedestres. Na escolta das monções e em tôdas as diligências do rio, servem de pilotos e remeiros e ao mesmo tempo podem servir bem na ação, por que são ordinariamente bons atiradores...

Na guarda dos diamantes fazem-se sobretudo precisos, porque os dragões não podem examinar e penetrar por tôda a parte nem seguir um trilho com a mesma facilidade com que o fazem os Pedestres, aos quais, pelo seu modo de trajar, por serem bons nadadores, estarem acostumados a sulcarem matos e sertões e coisa nenhuma serve de embaraço” (41).

De um requerimento do povo de Cuiabá a sua majestade de 27 de abril, vê-se que o rendimento do pároco daquela freguesia era pouco mais ou menos de uma arroba de ouro.

1755

A 3 de janeiro chegou a Vila Bela o desembargador Fernando Caminha de Castro, que poucos dias depois faleceu, antes de haver tomado posse do lugar de ouvidor para que fôra nomeado em substituição do Dr. João Antônio Vaz Morilhas, a quem sua majestade dera o tempo por acabado e mandara suspender, em consequência de muitas representações do general e outros, contra as extorsões, injustiças e prevaricações de tôda a espécie do dito ouvidor Morilhas.

Em carta de 10 de março, Dom Antônio Rolim solicitou o seu rendimento, alegando que já estava fundada a vila, principal objeto a que sua majestade o mandara (42). Tinha nesta época a mesma Vila 47 fogos, 538 pessoas de confissão e comunhão, bastantes sítios de lavoura e alguns princípios de fazenda de criar gado.

Criaram-se em Cuiabá seis companhias de Ordenanças: duas na vila uma no distrito de Cáceres, uma na Chapada e Coxipó, uma no rio Cuiabá acima e abaixo.

Em 18 de maio publicou-se por Bando o Alvará de lei de 11 de agosto de 1753 sobre os diamantes.

(41) O capitão general proclamava assim os bons serviços dos sertanistas.

(42) Apesar de pedir a sua substituição, Rolim de Moura continuaria no governo até 1761.

Em agosto o general foi visitar a aldeia de São José, ali achou bastantes índios que se mostraram submissos e satisfeitos pela boa administração do seu diretor, padre Agostinho Lourenço, S. Excia. estendeu a sua excursão até a faz do Mamoré.

A 20 de dezembro o Senado da Câmara de Cuiabá, auxiliado das autoridades militares, depôs o ouvidor João Antônio Vaz Morilhas, por assim o haver determinado o general que resolveu a dar execução à ordem que tinha de cumprir o falecido desembargador Caminha de Castro (Desembargo de 22 de maio de 1753). Antes de dar esse passo, consultara S. Excia. não só aos ministros letrados desta capitania, mas ainda ao governador de Goiás que convocou uma junta cujo parecer foi unânime a tal respeito. (Em Meia Ponte. — A junta foi composta do conde dos Arcos, o conde de São Miguel e dos ministros e letrados de Goiás — officio do conde dos Arcos ao general Rolim de 22 de dezembro de 1755).

1756

Em maio chegou o Dr. Manuel Figueiro Frausto, nomeado juiz de Fora de Mato Grosso.

Em julho partiu o Dr. Teotônio da Silva Gusmão com o fim de procurar um lugar azado para a fundação de um estabelecimento nas cachoeiras que se encontram na navegação do Pará para Mato Grosso.

A 4 de setembro recebeu o governador comunicação official do terremoto que reduzira Lisboa a ruínas em 1 de novembro do ano antecedente. Convocou uma reunião da Câmara e de Adjuntos eleitos pelo povo, a qual teve lugar a 2 de outubro e deliberou-se oferecer o donativo de cinquenta mil cruzados para o reparo dos estragos causados por aquella catástrofe; estabelecendo-se impostos cuja percepção durava até perfazer-se a dita quantia, para cuja obtenção estabeleceu-se um imposto na carne verde, e criou também imposto aos engenhos de fabricar aguardente. A vila de Cuiabá concorreu para o mesmo objecto com o donativo de 60 mil cruzados, quantia — diz Dom Antônio Rolim (of.º de 5 de abril de 1757) comparativamente muito inferior à que deu Mato Grosso.

Em dezembro o general mandou publicar um Bando proibindo que súdito algum de el-rei de Portugal acompanhasse ou socorresse com armas ou munições de guerra às *Bandeiras* espanholas que constava terem vindo tirar gentio das terras do lado oriental do Guaporé. Outrossim fer sair duas canoas armadas em guerra e colocar uma guarda no sítio das Pedras a fim de embaraçar tais expedições.

Como, porém, o padre visitador superior das Missões escravesse a S. Ex.^a prometendo expressamente que não se haviam de renovar, foi mandada retirar a referida guarda.

Descobriram-se as lavras de N. S. dos Remédios ou do Médico na vizinhança de Cuiabá.

1757

Dom Antônio Rolim recebeu um aviso da Secretaria do Estado de 24 de junho de 1756 elogiando os seus serviços e declarando-lhe que não seria rendido no governo até quando se não findassem as demarcações.

Em officios dirigidos à Secretaria do Estado em 24 de maio e 24 de novembro, o governador dá conta da riqueza das lavras de N. S. dos Remédios, ou do Médico e diz que em 15 de setembro saíra de Cuiabá para São Paulo uma monção em que iam mais de 100 mil cistavas de ouro. Em outro officio, porém, de 2 de julho do ano seguinte (1758) participa que o mesmo descoberto não correspondeu às esperanças que fizera nascer.

Constou ter sido aprovada por sua majestade a suspensão do ouvidor Vaz Morilhas (43).

Ciente o governador de que os sócios da Mutua demoveram o serviço do encanamento, por verem que a vantagem do mesmo serviço não era tanto como esperavam a princípio, retirou-lhes os privilégios que, para animá-los, lhes tinha concedido e mandou-os executar pelo que deviam à Fazenda Real.

Chegou como vigário da Vara e da Igreja de Cuiabá o padre José Mendes de Abreu, o qual só tomou posse no ano seguinte.

1758

Autorizado pela Provisão de Dom Antônio Rolim de 16 de julho de 1756, o Dr. Teotônio da Silva Gusmão fundou a Povoação de Nossa Senhora de Boa Viagem, no salto grande, segunda cachoeira do Rio Matizira, vindo de baixo, que desde então ficou vulgarmente chamado — Salto Teotônio.

Mandou-se aplicar às despesas da Capitania a importância do donativo destinado ao reparo da cidade de Lisboa.

No fim do ano houve em Cuiabá uma epidemia de tosse e curtos de sangue de que morreu muita gente, que se estendeu ao ano seguinte.

(43) A luta entre o capitão general e o ouvidor, começada em 1751, sómente findou em 1757, com a prisão de Morilhas e o sequestro de seus bens, por ordem régia.

1759

Foi transferida a Ouvidoria de Cuiabá para Vila Bela, sendo primeiro ouvidor o juiz de Fora Dr. Manuel Figueiro Frausto. Ficou extinto o Juízo de Fora de Mato Grosso, criando-se o de Cuiabá (44).

Receber a Provedoria oito arrobas de ouro, primeiro subsídio que para esta capitania remeteu a Goiás (45).

Nos anos seguintes vieram 6, 8 e até 10 arrobas.

Em observância das ordens que recebera da Côrte acêrca dos jesuitas, o capitão general mandou recolher o padre Agostinho Lourenço da aldeia de São José, em que prestara os melhores serviços e fê-lo seguir para Cuiabá e de ali para São Paulo (46).

O padre Agostinho se heuve com todo o desinterêsse na direção da aldeia, sem embargo do que nela tinha despendido muito do seu próprio, de vários presentes que lhe haviam feito não só os padres espanhóis, mas muitas pessoas destas minas; e também empregou sempre com grande zêlo e cuidado no aumento da mesma aldeia; e havendo-a começado desde seus fundamentos, sem para ela caber mais coisa alguma que uns poucos índios brutos e muita parte dêles para batizar; e agora na sua retirada se achava a mesma aldeia com engenho de moer cana, teares de tecer algodão de que muitos índios andavam vestidos; muita planta e criação e um total de 30 cabeças de gado.

Foi substituído pelo padre Domingo Gomes da Costa. O outro missionário jesuita, padre Estêvão de Castro já tinha tido que deixar por estar parado a aldeia de Santana da Chapada; teve por sucessor o padre Simão de Toledo Rodovalho.

Tendo o general motivo de supor que das aldeias de Moxos, continuava a vir gente para o lado oriental do Guaporé, mandou de novo colocar uma guarda no sitio das Pedras, onde existia havia oito ou dez anos um velho cirurgião francês de nação e casado em São Paulo de nome J. B. Andrileux.

Com a noticia da sua promoção ao posto de brigadeiro (foi nomeado brigadeiro de Infantaria por decreto de 23 de novembro de

(44) A Ouvidoria tinha sede em Cuiabá, vila mais antiga e o juiz de Fora em Vila Bela. Alternaram-se, neste ocasião, as condições, passando o ouvidor para a Capital, indo o juiz para Cuiabá.

(45) O subsídio, determinado por ordem régia, atendia aos instantes apelos de Rolim de Moura, obrigado a enfrentar despesas avultadas com escassa renda.

(46) Em cumprimento da ordem de expulsão dos jesuitas, empreendida por Pombal.

1758) recebeu Dom Antônio Rolim os plenos poderes de primeiro e principal comissário para a decisão dos Reais Domínios setentrionais que lhe foram conferidos por R. C. de 17 de agosto de 1758, em substituição de Francisco Xavier de Mendonça Furtado (47).

1760

Por Bando de 3 de fevereiro publicou-se a P. R. de 26 de agosto de 1756, autorizando o capitão general a conferir nobreza e mercês dos hábitos militares, e a criar uma junta para processar sumariamente os réus de crimes gerais, marcando o modo de compor a dita junta, que devia ser presidida pelo general e ter por vogais três ministros letrados, e além destes três oficiais militares para o julgamento dos réus militares, e três vereadores para julgar os paisanos.

A 6 de fevereiro partiu o capitão general da Vila Bela para as Pedras e dali seguiu até o lugar onde estava na margem direita do Guaporé a Missão de Santa Rosa. Achou que os padres espanhóis, contra a promessa que lhe tinham feito em 1756, continuavam em mandar fazer roça, e plantações na vizinhança da dita aldeia. As casas, porém, e a mesma capela estavam quase completamente arruinadas. Alguns dos mencionados padres vieram ali visitá-lo. S. Ex.^a cuidou em reparar alguns dos referidos edificios, e em traçar a cada um deles uma estacada, e regressou em 17 de abril para Vila Bela. Passando pelas Pedras determinou que a respectiva guarda se fôsse unir à outra que ficou assim composta: 27 dragões, 13 pedestres e 20 soldados aventureiros e perto de 40 homens entre índios e escravos, sendo comandante um cabo arvorado em sargento. Consistia o armamento em armas de fogo das praças, algumas peças de amidiar e umas foices rocadeiras que montou-se em compridas hastes para uso dos índios e pretos.

(Os soldados que eu chamo Aventureiros, diz Dom Antônio Rolim em officio de 30 de setembro de 1762, são vários sertanistas que haviam por este rio e que antes da minha chegada a Mato Grosso tinham de fazer entradas pelos sertões e buscar gentio; e outros serviam aos padres castelhanos nas mesmas diligências ou de outras muitas nas aldeias. A estes mandei assentar praça a título de Aventureiros, dando-lhes o soldo de soldado, sem farda.)

Em setembro o governador de Santa Cruz de la Sierra, Dom Alvares Verdizjo veio à Santa Rosa a Nova e dirigiu a Dom Antônio Rolim reclamação acêrca da prematura ocupação de Santa Rosa a Velha

(47) Não consta que Rolim de Moura tivesse exercido funções de comissário, apesar da sua nomeação para substituir a Francisco Xavier.

pelos portugueses, antes da vinda dos comissários da demarcação de limites e bem assim contra o estabelecimento de um forte com artilharia na margem do Guaporé.

Em novembro veio a Vila Bela um official enviado pelo mesmo governador a fim de protestar contra essa occupação e fortificação.

Chegou a salvamento uma expedição vinda do Pará com pe- trechos.

Passaram para a guarda de Santa Rosa vários índios fugidos das missões espanholas. Mandaram-se situar coisa de meia légua acima da mesma guarda.

De uma conta relativa ao mesmo anno fizemos o seguinte extrato :

Receita

Da Provedoria da R. Faz. ^a	7.076-½-6
Da Intendência de Cuiabá	12.320-½-6
Da Intendência Vila Bela	895—15
Do subsídio voluntário	1.885-¼
Oitavas	22.117-½-9

Despesa

Fôlha eclesiástica	400
Fôlha civil	6.676-0-16
Fôlha militar	18.903-¾-6
Extraordinária	8.000
	33.986-0-4
Deficit	11.868-0-13

Foi abandonada a nova povoação de N. S. da Boa Viagem no salto Grande do Rio Madeira por terem se retirado os habitantes para o Pará de medo dos índios Maués, ficando ali só o Dr. Teotônio com sua família. (*Carta do Dr. Teotônio ao governador do Pará de 11 de setembro de 1760.*)

O capitão-general tomou providências no sentido de tornar-se efetiva a execução da Lei de 8 de maio de 1758, que estabeleceu a liberdade dos índios — mesmo daqueles que, embora tomados em

justa guerra, tivessem sido dados por cativos e assim conservados ou vendidos. Disposições iguais constavam das leis de 6 e 7 de junho de 1755 a respeito dos índios dos estados do Pará e Maranhão.

Recebeu-se notícia oficial do casamento da princesa do Brasil com o infante Dom Pedro, seu tio.

O vigário da Aldeia de Santana, padre Simão Toledo Rodvalho, propôs ao general a mudança da mesma para a localidade do Fecho dos Morros, no rio Paraguai, como meio de fazer barreira às correrias dos Guaicurus e dos Paiaguás, e quiçá chamá-los à civilização. S. Ex.^a entendeu que não convinha anuir a esta proposição por causa da grande distância, da despesa que ocasionaria e do ciúme que despertaria aos espanhóis.

Em cumprimento à determinação do Aviso de 25 de junho de 1760, expedido em consequência das representações e queixas oferecidas contra o ouvidor Dr. João Antônio Vaz Morilhas, efetuou-se em julho a prisão do dito ministro e o sequestro de seus bens, que montaram em 19.000 oitavas de ouro.

Em outubro vieram à Vila Bela dois oficiais enviados pelo governador de Santa Cruz, e foram portadores de ofícios anunciando a anulação do Tratado de Limites e protestando de novo contra a ocupação de Santa Rosa, assim como requisitando que voltassem ao seu anterior estado os estabelecimentos na margem direita do Guaporé.

Dom Antônio Rolim repeliu estas exigências e continuou a prover a defesa e fortificação do referido lugar de Santa Rosa, cuja guarnição se compunha de um alferes, dois cabos e 25 dragões, cinco aventureiros, 10 pedestres, um capão, um cirurgião e mais quatro pessoas agregadas e 18 escravos. Em pequena distância achavam-se aldeados os índios vindos das missões espanholas.

Entrou a funcionar em Vila Bela a Intendência e a Provedoria da Fazenda Real, em outubro.

1762

A 3 de fevereiro o governador recebeu o Aviso da Secretaria de Estado de 15 de março do ano antecedente, comunicando o fato de ter sido anulado o Tratado de Limites. Recebeu também reiteração das ordens que proibiram os Regulares nas terras minerais e recomendação acerca da execução da lei de proscricção dos jesuitas (48).

Foi publicada a Carta Régia de 19 de junho de 1761 proibindo o uso e entrada de besta muar, porque da preferência que a cavalo à espécie resultou desanimar a criação de cavalos.

(48) Os espanhóis tiveram ciência da anulação do tratado de Madrid quatro meses antes que o governador de Mato Grosso.

Foi remetido preso para o Pará, a fim de ali seguir para Lisboa, o Dr. ouvidor João Vaz Morilhas.

Em abril criou-se uma espécie de registro no Jauru.

Chegou a Cuiabá e tomou posse a 9 de agosto o primeiro juiz de Fora da dita vila, Dr. Constantino José da Silva e Azevedo, tendo sido criado esse lugar por Carta Régia de 28 de agosto de 1760.

A 25 de agosto saiu o governador para Santa Rosa, onde chegou a 13 de setembro. Pensou diligentemente em dar incremento ao estabelecimento feito nesse lugar, a que os nossos tinham dado o nome de — *Destacamento de N. Senhora da Conceição* (49).

Mandou ali aumentar e melhorar os quartéis, os armazéns e a capela, e cuidou de fortificar o ponto e exercitar a sua guarnição; cuidou também com empenho em atrair por meio de brinde os índios das vizinhas Missões Espanholas, tendo conseguido que passassem para a nossa parte mais de 170 índios, vindos principalmente das aldeias de São Miguel e Santa Rosa, a Nova, motivo por que os Missionários abandonaram esta última, levando os índios que lhes restavam, receiosos também de perdê-los.

Ordenou o general que todas as terras da margem direita do Guaporé se tratassem como nossas, não consentindo que os índios das Missões Espanholas nelas viessem buscar frutos e gados.

1763

Achava-se Dom Antônio Rolim ainda no Presídio quando a 14 de abril foi informado de que força armada espanhola tinha vindo postar-se na barra do rio Itonamas. S. Ex.^a mandou em reconhecimento um bote e uma igarité, e logo seguiu pessoalmente com outros dois botes. Tanto que chegou em distância conveniente, foi acolhido com fogo de bala — o que o obrigou a pôr-se fora do alcance, mandando no dia seguinte, por um sargento, saber a causa daquela novidade. O oficial que comandava a referida força respondeu que havia mais de ano que estava declarada a guerra entre Espanha e Portugal, e que vinha o governador de Santa Cruz a render o novo Presídio da Conceição, enquanto o governador de Charcas marchava a tomar Mato Grosso.

A guarnição do Presídio consistia em 224 pessoas, a saber: 3 oficiais, 1 sargento, 6 cabos e 60 soldados; 3 aventureiros, 13 pedestres 24 índios e 114 negros. Os espanhóis tinham força mais de três

(49) O nome de Santa Rosa foi mantido na vigência do Tratado dos Limites. Após a sua anulação, Rolim não titubeou em chamar-lhe de outra forma.

vêzes maior. A 16 de abril pôs-se o inimigo no rio com mais de 40 canoas; como, porém, para elas marchasse o nosso bote que ali estava de observação, voltaram as canoas ao alojamento, de onde não mais saíram.

No dia 17 o general, vendo que o inimigo não se movia, marchou para ele com três botes e quatro canoas, oferecendo-lhe combate, mas os espanhóis não fizeram outra coisa que se reunirem dentro da paliçada, de onde o general inferiu que o intento d'elles não era o de darem combate, mas de cortar comunicação entre o Presídio e Mato Grosso.

Os espanhóis, na sua chegada à barra do Itonamas, haviam surpreendido trinta dos nossos — que andavam à pesca e à caça. Dêstes conseguiram escapar e chegar a salvamento ao Presídio três soldados, três pedestres e alguns índios do Pará. Do resto dos prisioneiros fizeram os inimigos duas malocas que remeteram, pelo Itonamas acima, à Missão da Madalena. Da que ia mais atraz, três pedestres conseguiram soltura a esforços próprios, e desamarrando os seus companheiros investiram a escolta que os conduzia — composta de dois cruzenhos e 50 índios; mataram uns, feriram outros, e ficando senhores do campo conseguiram com excessivas fadigas e privações chegar ao Presídio na noite de 29 para 30 de abril (50).

Resolveu o general mandar passar uma canoa para a parte de cima do alojamento dos inimigos, a fim de aguar os nossos comboios e embaraçar a vinda dos das sete aldeias espanholas que transitam pelo Guaporé, e ainda para dar na de São Miguel, que mais vizinha ficava do Presídio.

Ofereceu-se para esta diligência o tenente de dragões Francisco Xavier Dutra Feijó. Na noite de 5 de maio passou para cima sem ser sentido pelos inimigos, com uma canoa, 10 soldados e outros tantos pedestres e negros, e na madrugada de 8 de maio deu na aldeia de São Miguel, onde aprisionou os padres Juan Rodríguez e Francisco Espi, que a governavam e que se renderam sem resistência, inclusive os índios, perfazendo tudo uma população de 600 para 700 almas. Pouco depois o padre Edar, cura da aldeia de São Martinho, escreveu a S. Ex.^a que se submetia a colocar-se sob a sua proteção (51).

A 15 de maio uma igarité tripulada por um pedestre e cinco negros armados, e um índio sem armas, que S. Ex.^a mandara reconhecer a

(50) Encabeçou a resistência, o soldado e pedestre Manuel Ramos de Queiroz, assinalou nota do autor.

(51) Em outro trabalho de Leverger, que também possuo em original, commentou E. de Mendonça, leio o que se segue: "Pelos papéis que foram achados em São Miguel, veio ao conhecimento de que os governadores de Chareas e de Santa Cruz haviam poderosamente concorrido com armas e gente para esta guerra, e que pretendiam fazer outra paliçada na barra do Mamoré".

barra do Mamoré, viu-se — ao chegar ali — perseguida por duas canoas muito grandes guarnecidas por gente branca com armas de fogo. Desembarcando a nossa gente, meteu-se no mato, fizeram sobre o inimigo fogo tão vivo e tão bem dirigido que uma das canoas fugiu logo, e outra, depois de perder muita gente, viu-se obrigada a fazer o mesmo. Todos esses atos de valor foram premiados por S. Ex.^a

Oficiou o general aos capitães-mores de Vila Bela e de Cuiabá que lhe mandassem tão somente alguns negros, e que expedissem bandeiras para levar a fogo e a sangue as aldeias dos padres jesuitas da Província de Chiquitos.

A 22 de junho recebeu o general o Aviso da Secretaria de Estado de 30 de abril do ano antecedente, prevenindo-o da declaração da guerra entre Portugal e Espanha (52). No mesmo dia recebeu de Mato Grosso 230 homens com que se completou pouco mais ou menos o número de 500 homens, sendo a maior parte escravos e entrando também carijós, muitos de uns e outros sem armas de fogo.

Determinou o general desalojar os inimigos da posição que ocupavam e dispôs o ataque para o dia 26 de junho, em que com efeito se realizara; porém sendo que a maior parte da nossa gente era de paisanos, mulatos e negros, e dos mesmos militares muitos recrutas, e que todos iam com grande animosidade e desprezo do inimigo, não foi possível seguir o plano delineado pelo general. De muito longe, de corrida e debandada lançaram-se à palissada, arrojando ou perdendo os machados que levavam para cortá-la. Isto deu lugar ao inimigo recobrar o ânimo, e o favor de uma segunda palissada que tinham por detraz da primeira, ponto atacado, se defenderam com vigor — ao que talvez o movia a mesma desesperação, porquanto intentando fugir e começando a fazê-lo alguns por uma porteira, os nossos lho embaraçaram e com a mesma inconsideração mataram outros que vinham a entregar-se.

O combate durou hora e meia, e os inimigos se achavam já bastante enraquecidos; mas a este tempo a maior parte da nossa gente estava ferida e não pouca morta, o obrigou a retirada, que foi feita soccedantemente, sem que os inimigos se atrevessem a inquietá-la, nem sequer a aparecer fora da sua palissada.

Os mortos que tiveram os nossos foram, na ação 21, e n'as dois dos feridos. A perda do inimigo foi muito maior, e durante a luta muitos, assim paisanos como militares, se distinguiram — porém ninguém mais que o ajudante de ordens Manuel da Ponte Pedreira e o furriel Antônio Felipe da Cunha, e também José da Cunha, cabo do Pará.

(52) Sempre os vizinhos recebiam notícias da Metrópole com antecedência de três a quatro meses em relação ao governo de Mato Grosso.

Depois disto constando terem sido vistos em São Miguel bastantes cruzenhos, marchava para lá o tenente de dragões com 60 homens, mas antes da sua chegada já os mesmos se haviam retirado.

A 10 de agosto chegou uma igarité trazendo para o governador cartas do de Pará e o Tratado de Paz, que foi logo remetido ao comandante da palissada do Itonamas — o que pôs fim às hostilidades.

A 7 de novembro recebeu S. Ex.^a a Carta Régia de 25 de março, mandando dar menção ao Tratado de Paris.

A 18 de mesmo mês recebeu a Carta Régia de 15 de junho encarregando-lhe o Governo da Bahia, e bem assim a noticia de ter sido promovido ao posto de marechal de campo, agraciado com o titulo de conde de Azambuja e com a medalha de Samora na Ordem de Santiago.

1764

Efetuou-se a troca dos prisioneiros e das terras pertencentes à aldeia de São Miguel, não sem alguma contestação, principalmente quanto aos índios que tinham vindo daquela aldeia e que espontaneamente ficaram de nossa parte.

O governador de Santa Cruz reiterou as suas reclamações pela restituição de Santa Rosa e até de Mato Grosso e Cuiabá, depois de uma entrevista que teve em setembro com o conde de Azambuja a respeito da mencionada restituição de terras e prisioneiros.

Confiando pouco na duração da paz, o capitão general conservou-se esperando o seu sucessor no Presidio da Conceição.

A 25 de dezembro chegou a Vila Bela o tenente coronel João Pedro da Câmara, nomeado para suceder ao conde de Azambuja no governo da Capitania. A viagem de S. Ex.^a foi muito demorada, principalmente por causa da artilharia que trazia.

2.º capitão general JOÃO PEDRO DA CÂMARA

1765 — 1768

O governador e capitão general João Pedro da Câmara tomou posse do governo a 1 de janeiro de 1765 (53).

Em sua subida pelo rio Madeira (54), encontrou no salto denominado Girau uma grande turma de índios Pamas, que lhe manifestaram desejos que ali se aldeassem, pedindo também um sacerdote;

(53) Nomeado por carta régia de 6 de junho de 1762, nota de E. de Mendonça.

(54) Foi o primeiro governador que praticou a viagem pelo rio Madeira. Por aí regressou Rolim de Moura a 15 de fevereiro de 1765.

nesse sentido, depois de sua posse, participou o governador à Secretaria de Estado, mostrando a utilidade de semelhante estabelecimento. Ponderou, porém, que esse compromisso deveria ser feito pelo Governo do Pará, em vista dos poucos recursos da capitania de Mato Grosso.

Persuadido o capitão general de que seria pouco duradouro o estado de paz com os espanhóis, duplicou principalmente a sua atenção ao estado militar da Capitania e aos seus meios de defesa. Solicitou do Governo a vinda de oficiais e armamento, e partiu em abril para o destacamento da Conceição, a fim de ativar a construção de uma fortificação de pedra para substituir a estacada que ali mandara fazer o conde de Azambuja. Dêse ponto oficiou ao governador do Pará pedindo-lhe um socorro de 70 soldados com os seus respectivos oficiais, e munições diversas.

Mandou S. Ex.^a reconhecer o rio Alegre e a canipaula em que corre. Os exploradores, depois de subirem o dito rio até onde puderam, saíram por terra e daram com índios mansos e com a Missão de Santana de Chiquitos.

Em setembro chegou a monção de São Paulo, que se compunha de 70 canoas, sendo 17 para Mato Grosso e as mais para Cuiabá. Em dezembro chegou também com um ano de viagem a monção do Pará, composta de 30 canoas carregadas de molhados e fazendas secas.

O governador mandou remover os índios que se achavam aldeados na vizinhança do Presidio da Conceição, para outro lugar, rio acima, distante quatro léguas, dando à mesma aldeia o nome de São Miguel, que depois foi mudado para o de São João.

Constou que, a instâncias do conde de Azambuja se mandara do Pará para o salto do Girau um sacerdote para catequizar os índios Pamas e um carpinteiro para fazer a Igreja.

Foi recebida a Carta Régia de 24 de dezembro de 1764 permitindo sob certas condições a criação das bestas muíres e o uso das nascidas no país. A 18 de dezembro o general recolheu-se a Vila Bela.

1766

O capitão general recebeu um aviso da Secretaria de Estado de 5 de julho do ano antecedente recontando-lhe todo o cuidado e vigilância em prevenir-se contra qualquer surpresa e invasão por parte dos vizinhos.

Recebeu também a Lei de 16 de maio declarando nulo e de nenhum efeito, por abretício e subretício o breve — *Apostolicum pascenti* — de nova confirmação da Companhia de Jesus.

Em fevereiro chegou um ofício do comandante do Presídio da Conceição em que participava que, tendo mandado uma canoa de ronda ao Mamoré, e outra ao Itenamas, a primeira não voltara e a outra trouxera a notícia de ter visto um grande número de espanhóis em terra, com muita artilharia e muitas canoas no rio. S. Ex.^a deu logo providências, solicitando socorro de gente de Goiás e do Pará, e remetendo mantimentos para o Presídio. Não se resolveu, porém, a afastar-se muito da Vila Bela receando que os espanhóis atacassem o seu distrito pelo Jauru e o de Cuiabá pelo Paraguai. Em 26 do mesmo mês seguiu para o Destacamento das Pedras, que fortificou do melhor modo que pôde e onde deixou uma guarnição de 40 homens de ordenança.

Voltando a Vila Bela foi reconhecer os lugares dos rios do Jauru e dos Barbados por onde podiam penetrar os espanhóis, e informado de que estes pareciam dirigir as suas principais forças para o lado da Conceição, mudou de intento em que estava de ficar em Vila Bela, e em 4 de junho partiu para aquêle presídio, deixando incumbido da defesa da mesma vila o seu ajudante de ordens, com uma guarnição de 200 homens de ordenanças e alguns Dragões e Pistoleiros, tendo recomendado ao capitão-mor de Cuiabá todo o cuidado e vigilância.

Nesta circunstância o já mencionado José Pais Falcão, de Cocais, enviou ao general o seu filho José Pais das Neves com 40 homens armados e municiados à sua custa. Partiram a 15 de abril e não voltaram senão em 1769. Foi orçada a despesa de José Pais em 6.000 oitavas de ouro, não entrando em conta o que gastou com o sustento e vestuário para as mulheres dos homens que marchavam com seus filhos.

Na mesma ocasião mostrou a maior relutância o capitão de ordenanças Antônio José Pinto de Figueiredo, pelo que foi preso na cadeia. O general não descansou um momento em prover os meios de defesa e ativar a construção do Forte. Não obstante a falta de operários e de materiais, principalmente de cimento, conseguiu concluir a obra de pedra, paus e terra, ficando bastantemente forte e defensável.

Mandara o general aprontar seis canoas armadas em guerra, cada uma armada com duas pecinhas e guarnecidas com 14 soldados e um cabo de esquadra. Era comandada esta flotilha por um tenente de Dragão que andava num bote, com 30 soldados, armado com uma peça de libra na proa e outra de três quartas na popa. Tinha ordem de conservar-se cruzando sempre nas canoas embarçando aos espanhóis a saída para o Guaporé, onde fortificando-se poderiam bloquear

o Forte. Neste receio já tinha o general mandado abrir um caminho por terra da barra do rio Mequens para o Presídio.

Em 1 de outubro vieram os espanhóis abarracar-se no sítio da Estância, meia légua distante da margem do rio oposta ao Presídio da Conceição. Constava o seu exército de 4.200 homens bem fardados e armados, comandados pelo presidente da Real Audiência de Chuquissaca, que trazia consigo um coronel de engenheiros, com quem viera à beira do rio fazer reconhecer o estado do mesmo Presídio (55).

Vendo que a passagem do rio fôra difícil por causa dos vários destacamentos que o general português havia postado para obstar a ela, resolveram levantar uma bateria defronte do Forte a fim de batê-lo, esperando assim efetuar a passagem e atacar o Presídio, tomando o general a ofensiva pela direita e o coronel de engenheiros pela esquerda. Para este fim o dito coronel fez marchar uma companhia de granadeiros e três de fuzileiros com cem cavalos a occuparem o sítio onde existira a Missão de Santa Rosa a Nova, duas léguas abaixo do Forte. Depois marcharam as outras tropas a postar-se na margem do rio, e entraram com grande diligência na construção de balsas capazes de transportar para a parte do Presídio a gente e a artilharia, — e em fazer trincheira e bateria, o que concluíram guarnecendo-a com 4 peças de bronze de c. 8, e 4 de 6. Além disso, abriram uma grande vala por traz da mesma artilharia, em que pretendiam segurar seus soldados para não serem ofendidos da praça.

1766

No dia 12 chegou um desertor que referiu tôdas essas coisas. A 21 veio outro que afirmou que na manhã seguinte se daria principio ao ataque. A 22 chegou outro que disse que nesse dia se devia bater a praça, porém que tendo chegado um postilhão ao general na noite antecedente mandara êle desmanchar a trincheira,

(55) De uma justificação, datada de Santa Cruz de 23 de abril de 1767, que o vice-rei do Peru dirigiu ao mencionado presidente de Chuquisaca Dom Juan Pestana acusado pelo coronel de engenheiros Dom Antônio Aymench, pelo mau êxito da expedição depreende-se que esta nunca excedera a 2.000 praças, tendo tão somente no dia 19 de outubro 748 homens pela maior parte bisonhos e faltos de disciplina, havendo apenas 18 artilheiros com alguma pericia. A bateria que se colocou diante do Presídio era de quatro peças, se bem que com a expedição tivessem vindo oito. Havia contado 484 balas. As tropas estavam muito maltratadas pelas doenças e pela falta de víveres: vê-se também da mesma justificação quando Dom Juan Pestana exagerava a força dos Portuguezes, dizendo que o Presídio era uma fortaleza capaz de resistir, por quinze dias, ao mais rigoroso e impetuoso fogo, guarnecido de 20 peças de artilharia e com quase mil homens, com bastantes destros nas armas bem apetrechadas e abastecidas (nota de Leverger).

retirar a artilharia e entupir a vala, passando ordem para que se retirassem as tropas.

A 23, assegurou outro desertor que já a artilharia ia em marcha e que haviam queimado os reparos deia e outras bagagens que lhes podiam embaraçar a retirada. Tudo se foi confirmando até que no último dia do mês ficou a fronteira totalmente livre dos espanhóis.

Trouxera o postilhão chegado na noite de 21 para 22 ordem para retirarem-se os espanhóis (56). Tal era a confiança que estes tinham nas medidas que haviam tomado que o coronel Aymerich chegou a aconselhar ao comandante em chefe que ocultasse a ordem e desse assalto ao Forte na certeza de que haviam de apoderar-se dele.

Antes de principiarem as hostilidades e desde o mês de junho, tinham vindo para o Presídio fugidos da Missão de São Martinho 35 índios dizendo que outros muitos pretendiam fazer o mesmo, por quererem os padres obrigá-los a virem à guerra. Todos traziam as setas envenenadas, o que tinham feito por ordem dos mesmos religiosos.

Em 24 de março fôra morto a porretadas e cutiladas Manuel de Oliveira Ferreira, juiz e guarda-mor do Arraial do Araés, por Antônio Ribeiro de Brito (b). Expediu-se de Cuiabá uma escolta de 30 capitães do mato para prenderem os criminosos, porém quando lá chegou a escolta, eles se haviam retirado.

Em dezembro chegou de São Paulo a Cuiabá o segundo juiz de Fora da mesma Vila, Dr. João Batista Duarte, que tomou posse em março do ano seguinte e funcionou até 1776.

1767

No correr de todo este ano o governador conservou-se no Forte da Conceição, menos nos primeiros meses em que esteve em Vila Bela — até fim de abril.

Celebrou-se no dito Forte a primeira junta de Justiça Criminal. Deixara Dom Antônio Rolim de Moura de dar execução à ordem de estabelecer a Casa de Fundição, por diversos motivos que fez presente ao Governo, sendo entre outros apontados o prejuízo

(56) O motivo que deu lugar à cessação das hostilidades foi ter chegado ao conhecimento do vice-rei de Buenos Aires Dom Pedro Cevallos que artilhara no porto do Rio de Janeiro o navio mercante *Príncipe San Lourenço*, saído de Buenos Aires em fevereiro com um milhão de pesos e carregamento de couros; e receando o mesmo vice-rei que fôsse sequestrado pelos portugueses, se estes tivessem noticia das hostilidades projectadas, resolveu expedir a comunicação de 13 de julho, que foi entregue a 21 de outubro. (Nota de E. de Mendonça).

ou incômodo que causaria aos habitantes de Cuiabá a obrigação de enviarem o seu ouro a Vila Bela e a fraude que poderia resultar da circunstância de não ter de pagar quinto o ouro de Mato Grosso por espaço de dez anos. E como este privilégio tivesse sido prorrogado por mais dez anos, em atenção a grande vontade com que procuraram os moradores de Mato Grosso defender a capitania na guerra passada, foi esta a razão por que o general João Pedro da Câmara não cumpriu o que lhe foi determinado pela Carta Régia de 30 de julho de 1776 a respeito da dita Casa de Fundição, providenciando todavia a respeito dos ourives, como prescrevia a citada Carta Régia.

Recebeu o general a Pragmática, Decreto e mais papéis respectivos à desnaturalização e proscrição dos jesuitas dos domínios espanhóis.

Recebeu também a aprovação das medidas que tomara acerca da aldeia dos Pamas no Salto de Girau. Teve noticia, por uns índios fugidos da Missão de São Pedro, que os jesuitas de Moxos dispunham-se a resistir às ordens expedidas pela Córte de Madrid a respeito da sua expulsão — o que todavia não se verificou.

Em setembro chegou por terra a Cuiabá o vistorador vigário da Vara e pároco daquela Freguesia, Dr. José Pereira Duarte, que tomou posse a 29 do mesmo mês.

1768

Continuaram a ter andamento os trabalhos para melhorar e completar o Forte da Conceição, o que deu lugar à representação do governador de Moxos e do presidente da Audiência de Charcas.

Foi remetido pela Secretaria de Estado o ato do Parlamento de Paris de 9 de maio de 1767 acerca dos jesuitas de França. A 25 de julho recebeu-se a noticia official do nascimento do infante Dom João. Separou-se o descoberto de São Vicente.

Em princípio do ano esteve o capitão general em Vila Bela; em julho foi para o Presídio da Conceição, onde pouco se demorou.

Em novembro chegou ao dito Presídio o capitão general Luís Pinto de Sousa Coutinho, senhor de Balsemão.

Trazia consigo do Pará forças para auxiliar os governadores espanhóis na expulsão dos jesuitas.

Como recebesse um officio do presidente de la Plata dispensando este socorro por terem já os mesmos jesuitas seguido para seu destino, despediu a mencionada força, que regressou para o Pará.

Na sua viagem trouxera seis casais de Vila de Borba e entre eles um ferreiro e um carpinteiro, que deixou no Salto do Girau,

Deu um regimento para a povoação ali começada e impôs-lhe o nome de Balsemão.

Desde o Salto escrevera ao governador João Pedro da Câmara pedindo licença para dar algumas providências provisórias, antes de tomar posse.

Do Forte da Conceição enviou às Missões de Moxos o tenente Francisco de Figueiredo a cumprimentar o governador e entregar-lhe um officio de resposta ao presidente de La Plata a respeito da saída dos jesuitas, e a reclamar uns escravos fugidos. Incumbiu o mesmo tenente de colher informações acêrca das mesmas Missões.

3.º capitão general LUIZ PINTO DE SOUZA COUTINHO

(1769 — 1777)

1769

O capitão general Luis Pinto de Sousa Coutinho chegou a Vila Bela no dia 1.º de janeiro e a 3 tomou posse da Capitania, que lhe fôra confiada pela Carta Régia de 21 de agosto de 1767.

A 7 de janeiro mandou publicar a Lei de 28 de agosto de 1767 que extinguiu a Companhia de Jesus nos Domínios Portuguezes e declarou nula como obreticia e subreticia a Bula *Animorum Saluti*.

Por Bando de 14 de março determinou-se em virtude da Carta Régia de 8 de agosto de 1758 a seguinte mudança de nome de diversos lugares :

Forte da Conceição — passou a chamar-se — *Forte de Bragança*.

Lugar de S. João (aldeia de índios) — *Lamego*.

Lugar de S. José (idem) — *Leonil*.

Lugar de Sant'Ana (idem, distrito de Cuiabá) — *Guimarães*.

Sítio das Pedras — *Destacamento de Palmela*.

Arraial dos Araés — *Amarante*.

Em junho o general remeteu à Secretaria de Estado o projeto da nova fundação de um estabelecimento no Salto grande (ou do Teotônio) que se propunham a fazer com outras condições o padre Inácio Pedro Jacone e Luis d: Pina Caltel Branco.

Na mesma data enviou os mapas da força militar da Capitania, cujo resumo é o seguinte :

Dragões	126 praças
Pedestres	122 praças

O corpo de Aventureiros tinha sido dispensado.

Corpo de ordenanças de Vila Bela

Estado maior	3
Branços	205
Pardos	80
Pretos forros	84

O mesmo em Cuiabá, quanto à organização.

Artilharia

12 peças de c.	6 de ferro
1 peça	c. 4 de ferro
3 peças	c. 3 de ferro
2 "	c. 2 de ferro
7 "	c. 1 de bronze
3 "	c. $\frac{3}{4}$ de ferro
4 "	c. $\frac{1}{2}$ de ferro
7 "	c. $\frac{1}{4}$ de bronze

Remeteu também mapas de onde se colige que a Receita e a Despesa da Capitania eram como segue :

	Mato Grosso	Cuiabá
Dizimos	5:415\$000	\$
Capitação	\$	22:747\$000
Entradas	3:297\$000	3:788\$000
Real censo	893\$000	3:161\$000
Real subsídio	\$	600\$000
Novos direitos	57\$000	71\$000
1% p. ^a obras pias ...	38\$000	62\$000
Donativos	\$	1:250\$000
Soma	9:700\$000	41:379\$000
Diferença ..	31:679\$000	

Despesa

Folha Eclesiástica	496\$000
" Civil	13:079\$360
" Militar	58:820\$387
Despesas extraordinárias	42:251\$590
Despesa eventual	720\$000
	15:367\$337

Ouro exportado em:

1768	251:782\$000	
1769	252:288\$750	504:070\$750

Abatendo o ouro de Goiás, que não

paga 5.º	96:000\$000	
----------------	-------------	--

Resta	408:070\$750	
-------------	--------------	--

Quinto	81:614\$150	
--------------	-------------	--

Quinto e capitação arrecadada	61:822\$000	
-------------------------------------	-------------	--

Falta	19:792\$150	
-------------	-------------	--

Em fim do mesmo mês de junho saiu de Vila Bela para o Forte de Bragança uma expedição de 82 pessoas, capitaneada por João Leme do Prado, enviado pelo general para abrir um caminho do dito Forte para Vila Bela a Cuiabá.

A expedição partiu do Forte a 18 de julho, e com mais de ano de viagem chegou a 22 de julho de 1770 ao Sararé, onde terminou a sua exploração, tendo perdido bastante gente. O autor de um Diário da mesma expedição avalia em 185 as léguas andadas do Forte a Vila Bela, e supõe que poderá a distância ser de 110 léguas seguindo a estrada pelo alto do terreno que divide as vertentes do Guaporé das do Juruena. Tendo o general seguido para Cuiabá, aí chegou a 20 de julho, e criou ali, em observância da Carta Régia de 22 de agosto de 1758, uma Legião de Auxiliares, a que deu a seguinte organização:

Estado maior	6
2 Companhias de Granadeiros	160
4 " Fuzileiros	280
1 " Caçadores	50
1 " Hussares	50

546

Foi na companhia do general o ouvidor Dr. Miguel Pereira Pinto Teixeira, que tomara posse em 3 de janeiro. Por Bando de 2 de outubro, determinou-se aos credores da Fazenda Real que trocassem na Provedoria da Vila Bela os títulos de dividas por Bilhetes ou Vales. Em officio de 24 de setembro o governador pediu ao ministro dos Negócios Ultramarinos licença para minerar o Coxipémirim, visto como constava não haver aí diamantes.

Os índios e mestiços que andavam dispersos no distrito de Cuiabá eram de 1454, fora 265 que se achavam aldeados sobre si no lugar de Guimarães, cuja povoação estava decadente por se terem muitos índios aliado ou misturado com a população branca.

Por Bando de 31 de outubro foram mandados reunir em uma só povoação os moradores dos Arais. Em dezembro esteve o general em Vila Bela. Criou uma Companhia do Mato, composta de 1 capitão, 1 alferes, 2 trilhadores e 20 soldados. Fizera o general outra semelhante em outubro, em Cuiabá. Nesse tempo a Igreja de Vila Bela tinha por sucursais quatro capelas :

A de São Francisco Xavier da Chapada, distante 10 léguas;

A de N. S. do Pilar, a igual distância;

A de Santana, 12 léguas distante, e a de São Vicente (novamente creta), a 19 léguas.

A dita Igreja desde a sua fundação achava-se servida por párocos encomendados. O seu rendimento ascendia a cinco mil cruzados pouco mais ou menos. As Igrejas de Lanego e Leonil achavam-se abandonados por falta de sacerdotes. No Forte de Bragança havia um capelão militar, e no lugar de Balsemão um vigário encomendado. A paróquia de Cuiabá era considerável, e era servida por vigários encomendados. O rendimento ascendia a perto de dez mil cruzados. Contava mais de 7.000 almas e havia três capelas. A freguesia da Chapada era administrada por vigário encomendado. O general julgava útil criar uma Paróquia que tivesse por distrito as margens de Cuiabá, do Coxipó-uau para cima; outra na capela de José Pais Falcão em Cocais, e outra na capela de Santo Antônio do Rio Abaixo.

Em data de 22 de dezembro deu o general um novo Regimento às Companhias do Mato.

1770

Houve notícia de novos indícios de ouro no Guarajuz não permitindo o general que ali se minerasse.

Esperava-se que fôsse vantajoso o trânsito do Paraná para o Paraguai pelo rio Igatimi; foi, porém, mal sucedida a primeira expedição que veio por aquela via.

Por Bando de 10 de fevereiro foi declarado isento de direitos de entrada o gado vacum de criação que se introduzisse nas imediações do Jauru e Aguapeí.

Destruiu-se um grande quilombo que existe na campanha do rio Galera desde o tempo em que se descobriram as minas de Mato Grosso. Compunha-se elle de 79 negros de ambos os sexos e 30 índios e era governado pela rainha viúva Tereza, que morreu enfurecida por

ver-se presa e conduzida a Vila Bela. Ela tinha um conselheiro chamado José Piolho, cujo nome se applicou ao rio Guaritaré, vizinho de onde se achava o quilombo, que contava com duas tendas de ferreiro, muito mantimento e algodão.

Em setembro saiu de Cuiabá para São Paulo uma motção de oito canoas. Separaram-se na entrada dos pantanaes, ficando atrazada uma em que ia Vicente de Oliveira Leme, sorocabano, sendo por isso atacado pelos bárbaros a quem derbaratou, ficando vivos apenas cinco índios dos vinte e tantos que o atacaram.

De um officio do general Luís Pinto aos directores da Companhia de Comércio do Pará consta que nos anos de 1769 e 1770 saiu de Mato Grosso para Lisboa a soma liquida de 199:488\$150.

1771

Em janeiro a Câmara de Cuiabá foi communicado pelo general que mandasse escrever por pessoa apta os successos notáveis occorridos em cada anno, devendo esses Anais começarem em janeiro de 1770, e ser no fim de cada anno remetidos ao Governo.

Por Bando de 15 de fevereiro o general determinou que o superintendente tomasse posse das salinas descobertas e que se descobrissem.

A 19 de março os Paiaguás deram no sitio dos Morrinhos, no rio Cuiabá (Croará dizem os Anais), onde aprisionaram alguns escravos e índios. No dia 21 os Caiapós, ou como outros quizerem, os Bororós acometeram as lavras do Médico ou N. S. dos Remédios e mataram mais de 70 indivíduos.

Houve noticia da tentativa de assassinato del-rei Dom José, no dia 3 de dezembro de 1769.

Deu-se começo á construcção da Igreja Matriz de SS. Trindade de Vila Bela.

Em maio remetteu-se ao conde de Oeiras os mapas de Receita e Despesa da Capitania de 1762 a 1769. Eis o resumo :

Receita efetuada ..	717.986\$306	
Dívida ativa	14.898\$998	732.885\$304
<hr/>		
D.s. efetuada	717.986\$119	
Dívida passiva ...	293.765\$120	1.011.751\$239
<hr/>		
		298.865\$935

Em março varou-se uma canoa de dez remos do rio Alegre para o Aguapeí. O último não chega a ter duas léguas, por uma campanha raze e de terra firme. Porém esta passagem só pode aproveitar durante quatro meses do ano.

Alguns movimentos nas Províncias de Chiquitos e Moxos fizeram recear a invasão dos espanhóis, que não tinham cessado de reclamar a demolição do Forte de Bragança, e em vista disso o general pediu ao vice-rei do Brasil petrechos e munições. Solicitou também dos governadores de São Paulo e Goiás uns 100 homens, remetendo também esta última capitania dez arrobas de ouro, e reiterou o pedido que fizera ao governador do Pará de, entre outros socorros, alguns artilheiros com os seus oficiais e um engenheiro. Expediu ao mesmo tempo as mais terminantes ordens a Cuiabá para que enviasse força auxiliar e deu minuciosas e convenientes instruções do comandante do Forte de Bragança. Nesta mesma ocasião recebeu a notícia de que a excessiva enchente do Guaporé e as aturadas chuvas tinham completamente arruinado o dito Forte, o que muito agravou o mau estado das coisas.

A primeira força que marchou de Cuiabá foi a companhia de lussares comandada por José Pais Falcão, seguiram-se-lhe duas de auxiliares sob o comando do capitão Pascoal Delgado e Lemos e duas de ordenanças, tendo por chefe o capitão Antônio Luís da Rocha. Todos, com quatro soldados pagos e escravos que entravam para o seu serviço constituíam o número de 300 pessoas.

Felizmente tornaram-se desnecessárias tôdas essas medidas, porquanto em principio de julho o general recebeu comunicação do governador de Moxos que dissiparam inteiramente os seus recelos, e em consequência suspendeu as medidas que havia tomado e fez as convenientes comunicações aos governadores a quem pedira auxilio.

No mesmo tempo em que fazia êsses aprestos, o general, sabedor das hostilidades praticadas pelo gentio no distrito de Cuiabá, ordenara a Câmara daquela vila que se expedisse uma bandeira contra o mesmo gentio. Saiu com efeito a bandeira em fim de junho, não passando, porém, além do rio do Porruados; fugiram muitos soldados e frustrou-se essa diligência que custou mais de 1.500 oitavas de ouro.

Em setembro foi recebido o alvará de 12 de dezembro de 1770 regulando as sucessões do Governo das Capitanias em caso de vacância.

Por Bando de 19 de novembro publicou-se que a Casa de Fundação, cujo estabelecimento fôra demorado por diversas causas, principiaria a funcionar no ano seguinte. Dando conta ao ministro dos Negócios Ultramarinos do estado da Capitania em 19 de dezembro, o general participa que se achava reparado o Forte de Bragança.

Desde 1767 o comandante do Forte, sargento-mor de engenheiros José Matias de Oliveira Rego, havia informado a má escolha do lugar, notando a falta de pedra e a ruindade da terra ou barro e tinha indicado como mais conveniente o lugar da antiga missão de Santa Rosa, um quarto de légua distante rio acima. Custara a construção do mesmo Forte de 1767 a 1771 — 85:803\$200, e a sua manutenção — 42:317\$500, tendo coisa de cem praças de guarnição.

De uma carta do general Luis Pinto ao Diretório da Companhia de Comércio do Pará vê-se que a população da Capitania era então de 15.765 almas.

Em officio de maio o general autorizara o comandante do Forte de Bragança a reunir os índios de Leomil aos de Lamêgo, visto ser menos própria a situação daquele lugar e serem poucos os seus moradores.

No principio do entrou a funcionar a Casa de Fundação.

Criou-se um Registro na passagem do Paraguai para se registrar o ouro que devia pagar o quinto. Em maio os bororós deram na Chapada em distância de não quarto de légua da Aldeia de Santana e mataram 23 dos índios seus habitantes. Passado um dia deram no lugar chamado *Quilombo* onde mataram cinco escravos.

A 4 de outubro chegou a Cuiabá o novo governador da Capitania Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Veio por terra e trouxe em sua companhia o official de engenheiros Salvador Franco da Mota, tendo feito um itinerário e mapa da sua viagem. Logo depois da sua chegada foi à Várzea Formosa, pelo Bento Gomes abaixo, distante 14 léguas de Cuiabá onde se dizia haver grande copia de sal e salitre. Achou que o produto da extração mal cobriria a despesa e para promover esse útil ramo de industria mandou depois suprimir os respectivos direitos.

A 3 de novembro saiu o general para Vila Bela, onde chegou a 5 de dezembro e tomou posse a 13.

No fim do ano voltaram a Vila Bela 51 escravos que haviam fugido para os Dominios de Espanha e foram restituídos a instâncias do Governo.

Foi assassinado na noite de 12 de novembro Manuel José Pinto, no sitio de Itapeba, rio Cuiabá abaixo, por seus escravos que fugiram para a provincia do Paraguai.

Em todo o ano fundiram-se na Casa da Fundação — 293,200 oitavas de ouro; do de Cuiabá que pagou de quinto — 41.323 oitavas e do de Vila Bela, de que só se cobrou meio quinto — 17.344 oitavas; o mais foi ouro livre por haver pago capitação em Cuiabá. Este último rendimento chegou a 18.998 oitavas 3/4. 150. Produziu termo médio, de 1766 a 1770 — 18.136 oitavas.

O general Luís Pinto, durante os quatro anos de sua administração, deu muitas providências para melhorar a administração civil e militar da Capitania, promover a sua segurança, animar a agricultura, o comércio e a navegação. Fez liquidar e pagar uma boa parte da dívida passiva da Capitania, que excedia de 700.000 cruzados. Fez igualmente liquidar o que a praça de Vila Rica devia às mais do Brasil, que importou em 450.000\$000. Providenciou também acerca da polícia interna e celebrou num acôrdo provisório com os governadores de São Paulo e Goiás acerca dos limites das respectivas Capitâneas.

4.º capitão general LUIZ ALBUQUERQUE DE MELLO PEREIRA E CACERES

1772 — 1788

O capitão general Luís de Albuquerque, nomeado por Patente de 3 de julho de 1771, tomou posse do governo da Capitania a 13 de dezembro de 1772, tendo-lhe sido dada em agosto de 1771 uma carta instrutiva, cujos principais preceitos foram :

Ter toda cautela e prevenção a respeito dos espanhóis; organizar os índios Bororós em um corpo de milícia, à maneira dos Sipais da Índia; animar o comércio clandestino com os domínios espanhóis; promover relações de amizade com os índios aldeados nos mesmos domínios; promover o aumento da população e por consequência da defesa da Capitania; enviar ao Governo minuciosas informações estatísticas a tal respeito; introduzir no ânimo dos povos a economia, a frugalidade e o desterro dos perniciosos vícios de vãs superfluidades e dispendiosas ostentações; sustentar e defender os povos de toda a opressão que lhes quizessem fazer os ministros da justiça, ou eclesiásticos ou quaisquer outras pessoas constituídas em dignidade ou sem ela; promover o mais possível a comunicação entre as capitâneas de Mato Grosso e Pará; conservar a ocupação de toda a margem oriental do Guaporé, defendendo-a até a última extremidade; dar completa liberdade aos índios; observar as apertadíssimas ordens existentes a respeito dos diamantes; concluir a edificação da Fortaleza que se mandou levantar no distrito da aldeia de Santa Rosa; promover a agricultura, pagando por justo preço aos índios os frutos que colherem.

Tendo o general vindo a Cuiabá por terra, logo depois da sua chegada fez presente ao Governo as vantagens que oferecia esta via de comunicação (a estrada por Goiás) e a conveniência de facilitar o seu trânsito, fazendo-se nela alguns estabelecimentos e concedendo alguns privilégios ou isenção aos respectivos moradores — sendo,

porém, preciso primeiro que tudo providenciar a respeito do gentio Caiapó, que a infestava e se estendia até Camapuã, tendo matado nestes dois últimos anos mais de duzentas pessoas.

1773

Em 27 de março celebrou pela primeira vez a Junta de Justiça criada por Carta Régia de 12 de agosto de (57).

Em abril procurou-se efetuar a variação do rio Aguaperi para o Alegre das canoas do comboieiro Gabriel Antunes, que havia indicado e assegurado a possibilidade da dita variação ao general Luís Pinto. Não obstante ter-se intentado esta variação na época da maior enchente e terem sido previamente, de ordem do general, preparado o varadouro e desobstruídos os rios, não foi possível a uma só canoa chegar ao varadouro e teve o dito comboieiro de retroceder ao Jauru.

Em ofício de 5 de abril o general solicitou da Corte a remessa de 12 contos da moeda provincial de prata e de cobre para a facilidade das transações.

Em maio recebeu um Aviso da Secretaria de Estado de 30 de setembro de 1772 em que lhe determinava que procedesse ao reconhecimento do rio Guaporé; que elegendo nas proximidades do rio dos Mequens um lugar azado para o estabelecimento de uma feitoria da Companhia de Comércio do Pará; que examinasse a Fortaleza da Conceição e os reparos de que necessitava, devendo haver dentro da mesma lugar para os armazéns precisos para outra feitoria da dita companhia; e finalmente que descendo até às cachoeiras, examinasse o lugar mais conveniente para se fundar outra Fortaleza, devendo entender a respeito de tudo com o governador do Pará.

Essas novas incumbências fizeram o governador adiar o projeto que tinha de mandar reconhecer o rio Paraguai e fundar um estabelecimento no *Fecho dos Morros*.

Em outubro o gentio matou 13 pessoas no lugar da Chapada dos Guimarães, que se achavam falcando nas margens do Aricá e mais três no ribeirão do Bandeira, três léguas distante da vila de Cuiabá.

Para comodidade dos particulares e a fim de evitar o extravio do ouro que tinha que pagar o quinto, estabeleceram-se correios para

(57) "Essa carta régia autoriza o governador a formar uma junta composta de cinco ministros letrados, e na sua falta, de advogados de nota para sentenciar todos os crimes, civis ou militares, por um processo verbal e sumariíssimo, executando-se logo depois da sentença, que podia ser até de pena última" (Nota de A. Leverger).

conduzirem o ouro de Cuiabá para a Casa de Fundição e reconduziram-no depois de reduzido a barras.

O governador começou a dar providências para a fomentação do comércio clandestino com os espanhóis. Tomou-se a respeito dos Araés medidas que levaram a efeito no ano seguinte.

Em dezembro o general embarcou para descer o rio Guaporé em desempenho da comissão acima designada. Antes de sair celebrou-se uma Junta de Justiça, em que foram julgados todos os réus que se achavam na cadeia. Quatro foram condenados a morte e executados logo depois da saída do general.

1774

O general desceu até o rio Madeira, onde encontrou-se com os engenheiros mandados vir do Pará, a fim de auxiliá-lo nas indagações que lhe haviam sido prescritas. Reconheceu-se que não havia lugar conveniente à margem direita do dito rio, na proximidade da sua confluência com o Mamoré, para construção de uma fortaleza, como fôra indicado, por ser tudo alagadiço; porém na margem esquerda, ou ocidental, de frente da Ilha Grande havia um pequeno espaço de terreno sobranceiro de nove palmos à inundaçào, que poderia servir para aquêlê fim.

Notou-se mais que haveria por ventura maior vantagem em fortificar a mesma Ilha Grande. Examinando a localidade da arruinada ou destruida Fortaleza da Conceição, convenceu-se o general de que coisa de 1.000 braças acima dela havia à margem do Guaporé um lugar mais azado para a construção de um novo forte, do qual mandou levantar a planta em proporções tais que, além dos edificios que devia conter uma tal obra militar, houvesse nêlê espaço para armazéns de uma feitoria da Companhia de Comércio do Pará.

Quanto à feitoria que fôra mandada estabelecer no rio Mequens, na aldeia de São José, a qual já ali não existia por ter sido removida mais para baixo, ao general pareceu que o lugar mais próprio para a dita feitoria era o lugar da Casa Redonda, à margem esquerda do Guaporé, em frente ao rio Corumbiara. Durante a referida diligência e estando o general e a sua comitiva na cachoeira da Bananeira, appareceu-lhe uma maloca de índios Pacovas dando sinais de quererem aldear-se; foram enviados uns 40 de ambos os sexos e algumas crianças para a Fortaleza da Conceição, onde não tardaram em morrer successivamente.

Em cumprimento às ordens e instruções do governador, o sargento mor Marcelino Roiz Camponês foi em maio para o Arraial dos Araés, a fim de examinar essa paragem e estabelecer entre os

seus moradores alguma ordem e policia. Do relatório que apresentou da sua viagem consta o seguinte :

Número de fogos	38
Homens adultos	158
Mulheres	42
Meninos e moços até 14 anos	25
Meninas e moças até 14 anos	15
Em 1 de junho	240

No mesmo mês de maio deu-se, em virtude de anteriores ordens do governador, começo a estabelecer o Registro da Insua nas imediações do Rio Grande ou Araguaia.

O governador recebeu noticia de ter sido abandonado o sítio de Balsemão, não só pelos índios Pamas, que ali estavam aldeados, como também pelo respectivo capelão, por outros moradores e pelos pedestres que faziam ali destacamento.

Em julho regressou o general à Vila Bela. No mesmo mês faleceu o capitão engenheiro Salvador Franco da Mota (58). Nos primeiros dias do ano (20 de janeiro) havia também falecido o mestre de campo de Cuiabá, Francisco Lopes de Araújo, que foi substituído por Antônio José Pinto de Figueiredo.

De um officio do governador de 25 de setembro depreende-se que :

O rendimento efetivo dos quatro anos antecedentes tinha sido termo médio por ano	60:168\$206
A despesa dos mesmos anos, inclusive o pagamento da divida passiva, termo médio	103:844\$379
Nos quatro anos do governo do general Luís Pinto pagaram-se de dividas atrasadas	134:099\$861
E no tempo do general Luís de Albuquerque	48:707\$773

1775

Em 28 de janeiro publicou-se um Bando estabelecendo uma pauta dos lucros que se consentia aos moradores tivessem dos gêneros

(58) Este engenheiro, Salvador F. da Mota, achava-se preso em Portugal, quando teve ordem de acompanhar o governador Luís de Albuquerque, de cuja comitiva fez parte na travessia do Rio ao Guaporé. Possivelmente seria o autor do mapa de viagem do capitão general. Faleceu em julho de 1774, conforme assinalou Leverger.

importados do Pará. Fôra tomada esta medida por ordem do marquês de Pombal, com o fim de evitar os excessivos preços a que chegavam os ditos gêneros. Eis os cálculos sobre os quais o general formulou a referida pauta, não devendo, de conformidade com a ordem recebida, o lucro liquido exceder de 10 ou 12% :

Pelos fretes e despesas (do preço do	
Pará)	18%
Pelo risco e avaria	10%
Lucro permitido	12%
<hr/>	
Total	40%
<hr/>	

Tolerou-se, contudo, um lucro bem tanto maior sobre os artigos de difficil ou arriscado transporte.

Em fevereiro publicou-se o estabelecimento do Subsídio Literário, na forma da Carta Régia de 17 de outubro de 1773.

No comêço de maio uns 200 índios que se supõe Guaicurus subiram o rio Paraguai em 20 canoas e mataram 16 pessoas em um sítio pouco acima do barra do Jauru. Pouco depois os Paiaгуás mataram também 28 pessoas nas imediações do Paraguai, pregando em pontas de pau as cabeças das vítimas e incendiando-lhes as casas; e pelo mesmo tempo os Bororós perpetraram mortes e depredações no Coxipó-açu.

Em junho saiu do arraial de Santana uma bandeira de 74 pessoas comandada pelo sargento-mor Inácio Leme da Silva, com destino a procurar minas de ouro pela banda de Urucumacuan. Esta expedição foi mal sucedida, e o seu chefe esteve por muito tempo preso na cadeia pelo seu mau procedimento, por ter maltratado a gente da bandeira e ter desamparado esta para voltar a Vila Bela. No fim do seguinte ano foi solto, porém privado da sua patente e declarado incapaz de servir cargo público. O general promoveu também a expedição de uma bandeira aprontada em Cuiabá, com o mesmo fim de descobrir ouro.

Informado o general por uma comunicação do governador de São Paulo, datada de 9 de janeiro, de que os espanhóis acabavam de fazer um estabelecimento acima da boca do rio Ipané (Vila Real de Conceição), resolveu não demorar por mais tempo a expedição que de há muito projetara para reconhecer o rio Paraguai e fundar

um presidio no Fecho dos Morros. Expediu a este respeito as convenientes ordens às autoridades civis e militares de Cuiabá e bem assim as precisas instruções ao capitão de auxiliares Matias Ribeiro da Costa, a quem incumbiu esta diligência. Em 22 de julho saiu de Cuiabá a dita expedição, composta de 9 canoas grandes, 5 menores e 142 homens, com poucas armas e pouca munição. O capitão Matias, enganado pelas aparências e por informações menos exatas, parou no primeiro lugar que encontrou onde o rio Paraguai corre entre dois morros (na paragem antigamente chamada Estreito de São Francisco Xavier) e ali estabeleceu à margem direita o presidio, que foi denominado Coimbra, a Nova, celebrando-se o auto da fundação e posse a 13 de setembro.

Pelo pôrto do Jauru entraram por diversas vezes alguns índios fugidos de Chiquitos e trazendo algum gado. Foram mandados para a aldeia de Guimarães ou Santana, no distrito de Cuiabá. No mês de dezembro chegaram ao mesmo pôrto do Jauru uns contrabandistas espanhóis, vindos de Salto, com 564 bestas e alguma prata; com eles vieram alguns índios com 300 bois.

No decurso do ano fizeram-se as disposições necessárias para a construção do Forte que se destinava a substituir o da Conceição, sobre o rio Guaporé.

O sargento-mor Marcelino Rodrigues Camponez foi no fim do ano substituir o capitão Matias Ribeiro da Costa no comando do Fecho dos Morros em Coimbra, a Nova. Nas instruções que lhe deu o general com data de 8 de dezembro de 1775 recomendou-lhe a exploração do Embot-teu que foi incumbida a João Leme do Prado.

Continuou o general na diligência de promover o comércio clandestino com os espanhóis. Para esse fim travou relação de amizade com os governadores de Moxos, Santa Cruz e com o presidente da Audiência de Charcas e o Arcebispo de La Plata, aos quais enviou presentes. Com o mesmo fim fez seguir até as Missões de Chiquitos o padre Estêvão Ferreira Ferro, sob fingidos pretextos.

Neste ano foi empossado o vigário da vara e freguesia de Cuiabá José Correia Leitão, que veio substituir o padre Dr. José Pereira Duarte. Este com relutância deixou o cargo em que no espaço de sete anos ganhara cerca de 70 mil cruzados.

1776

A 8 de janeiro chegou a Cuiabá o Juiz de Fora Dr. José Carlos Pereira, e a 28 do mesmo mês chegou a Vila Bela o ouvidor Dr. Luis de Azevedo Sampaio, acompanhado de sua mulher e uma filha.

O governador embarcou para descer o Guaporé e a 20 de junho pôs a primeira pedra do novo forte que teve o nome de Forte do Príncipe da Beira.

Aí veio ter o sertanista João Leme do Prado, de volta do reconhecimento que pelo general fôra incumbido no rio Embotetê e nos seus afluentes e adjacências. No diário dessa exploração deu como lhe havia sido ordenado, nomes portuguezes aos lugares notáveis. Esses nomes, porém, têm caído em desuso e até o do mesmo rio Embotetê, que apelidou de Mondêgo, e hoje é conhecido pela designação de rio Miranda ou Aquidauana, que são seus principais galhos. Informado o general da existência um pouco abaixo da boca do mesmo rio no Paraguai de um lugar alto, à margem direita projetou fazer aí uma povoação. Foi nesta ocasião promovido João Leme do Prado a capitão-mor de Conquistas e novas descobertas dos rios Paraguai e Mondêgo.

Voltando a Vila Bela o governador inaugurou a Feitoria que mandara estabelecer no lugar da Casa Redonda, em frente à foz do Corumbiara e pelo auto da fundação celebrada a 4 de setembro lhe impôs o nome de Povoação de Viséu.

O general deu ordem ao comandante de Nova Coimbra, sargento-mor Marcelino Rodrigues Camponez, para que continuasse a fazer explorar o rio Paraguai, daquele presidio para baixo. Em cumprimento dessa ordem partiu em 3 de outubro o capitão Miguel José Rodrigues com quatro canoas bem equipadas e armadas em guerra. Encontrou muitas canoas de Guaicurus qu, mostrando a princípio disposições hostis, deixaram contudo que se lhes chegasse à fala, mas não quiseram receber mimos que para elles foram deixados no barranco.

No terceiro dia chegou a expedição a uns pequenos morros que estão à margem direita do Paraguai, chamados pelos castelhanos Los Tres Hermanos, e que os nossos apelidam Morros de Miguel José. Ia como prático um homem, paiaçu, que havia pertencido à tripulação das canoas dos comissários que vieram colocar o marco de Jauru em 1754. Declarou que este lugar era o procurado Fecho dos Morros, e por mais que duvidasse o capitão por ser perfeitamente plana a oposta e oriental margem, o homem sustentava o seu dizer, asseverando que uns cabeços que dali se avistavam: a sul pertenciam a montes muito distantes das beiras do rio, — sendo que os ditos morros são, como bem presumia o capitão Miguel José, o verdadeiro Fecho. Prosseguiu a expedição o seu regresso rio acima; encontrou de novo com os Guaicurus e travaram relações de

amizade com elles, prometendo esses índios que, passadas três luas, viriam ao Presídio.

De uma conta enviada ao marquês de Pombal em junho consta que divida passiva anterior a 1769 ainda era de 47:560\$999, tendo já pago :

Da dívida de 1769 a 1772	50:136\$685
Da divida anterior a 1769	72:381\$891
Total	<u>122:518\$576</u>

1777

No dia 4 de fevereiro pelas 9 horas da noite houve no Presídio de Coimbra um incêndio em que arderam tôdas as casas, menos a da pólvora; apenas se salvaram alguns sacos de farinha. Morreu uma criança de 8 anos, em consequência das queimaduras recb'das.

A notícia da tomada de Santa Catarina [= de outras hostilidades da parte dos espanhóis, levou o general a mandar reforçar as guarnições da fronteira e tomar outras medidas relativas à sua defesa.

Em agosto repartiu-se o novo descoberto d: ouro na chapada de Beripoconé.

Em Bando de 23 de outubro publicou-se a criação do Corpo de Auxiliar de Voluntários do Distrito de Mato Grosso, pela resolução do general de 25 de junho antecedente.

Em novembro recebeu o general um officio do vice-rei marquês do Lavradio comunicando-lhe a suspensão de hostilidades entre Portugal e Espanha, em consequência do que mandou recolher os destacamentos com que havia reforçado as guarnições das fronteiras.

Embora não tivesse noticia official do desponsório de sua alteza o príncipe da Beira, o general mandou festejar em dezembro esse successo.

Havia três meses que se sabia do falecimento de Dom José I, e como demorasse a comunicação official a tal respeito, o general mandou publicar e celebrar um officio fúnebre.

A falta de remessas de gêneros e escravos pela Companhia de Comércio do Pará inquietou o general e fê-lo reccar que se tivesse alterado o plano de abastecer o comércio de Mato Grosso pela dita Companhia. Com effeito, em dezembro recebeu o Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios Ultramarinos de 3 de junho de 1777, em cumprimento do qual mandou publicar em 22 de dezembro um Bando

revogando a pauta e disposição de 28 de janeiro de 1775, fazendo constar que o comércio em grosso e a retalho ficava livre como dantes.

De um officio de 25 de novembro vê-se o seguinte :

Divida anterior a 1769, paga no tempo de Luis de Albuquerque	84:189\$314
Divida de 1769 a 1772	50:278\$348
Divida restante anterior a 1769	36:753\$576

1778

Em 6 de janeiro, tendo vindo uma porção de Guaicurus ao Presídio de Coimbra em termos de amizade, e tendo havido descuido por parte dos nossos, foram aleivosamente mortas 54 pessoas pelos ditos índios, em distância de 300 passos do Presídio.

Em fim de fevereiro o general embarcou para o Forte do Príncipe, cujas obras não cessava de ativar, e voltou ao cabo de três meses a Vila Bela. Em officio de novembro pedia o general ao Governo, entre outras coisas, a remessa para o dito Forte de uma duzia de peças de artilharia de bronze, bem montadas e de calibre mediano — de 6 e 8. — com os respectivos preparos e provimentos, e assim também 1.500 a 2.000 armas novas.

A 12 de junho o ouvidor Dr. Luiz de Azevedo Sampaio foi morto a tiro em Vila Bela. O assassino, José Tavares Barbosa não procurou fugir e entregou-se à prisão. Foi sentenciado à morte e executado dentro de oito dias. Fazendo ciente ao Governo deste acontecimento, o general participava que ia também mandar proceder a uma devassa sobre as violências e desatinos praticados pelo dito ouvidor — o que tudo foi aprovado por Provisão de 20 de julho de 1779.

Um officio do governador de São Paulo comunicou a noticia da demolição do Presídio de N. S. dos Prazeres de Igaratim pelos espanhóis.

Em julho chegou extra oficialmente a noticia dos Tratados de Paz e Limites de 1777.

A 21 de setembro celebrou-se o auto da fundação da povoação de Albuquerque, na margem direita do Paraguai, lugar escolhido pelo capitão-mor João Leme do Prado, que ali se conservou com alguns moradores vindos de Cuiabá.

A 6 de outubro celebrou-se também o Auto da fundação de Vila Maria do Paraguai, no lugar onde existia o Registro e habitavam 161 pessoas, entrando nesse número 80 índios desertados da Missão de São João de Chiquitos.

Retiraram-se pela navegação do Guaporé os contrabandistas espanhóis vindos em 1775 e que haviam introduzido na capitania 675 mulas.

Em officio de 28 de novembro o capitão general dava ao presidente do Real Erário as seguintes cartas (59) :

Dívida passiva anterior a 12 de dezembro de 1772 ..	172:407\$345
Paga por Luiz de Albuquerque até 28 de novembro de 1778	143:647\$447
Restavam	28:759\$898

Rendimento anual da capitania nos últimos quatro anos, termo médio	660:168\$206
Despesa anual nos mesmos quatro anos, termo médio	103:844\$379
Remessas de ouro de Goiás para a capitania, sob os governos dos generais :	
D. Antônio Rolim, de 1759 a 1764 — 102.792,78 oitavas a 1\$500	157:188\$182
João Pedro da Câmara, de 1765 a janeiro de 1769 — 136.300 a 1\$500	204:450\$000
Luís Pinto de Sousa, janeiro de 1769 a novembro de 1772 — 133.861 a 1\$500 e a 1\$350..	195:825\$900
Luís de Albuquerque, dezembro de 1772 a novembro de 1778 — 195.190½,34 a 1\$350..	263:513\$995

No decurso do ano continuou o general a providenciar a respeito do comércio clandestino com os espanhóis (60).

Foi neste ano extinta a Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão.

1779

Em cumprimento do disposto na portaria de 1 de agosto de 1778, o general convocou em janeiro uma junta em que se determinasse

(59) Estas informações, colhidas por Leverger na correspondência official dos governadores supre a falha existente em outras fontes e permite exame cuidadoso de evolução económica e financeira da Capitania.

(60) Luis de Albuquerque não somente facilitou o comércio com os vizinhos apesar da proibição vigente, como ainda atraiu, para os povoados fronteiriços que fundou, os índios das imediações, em represália a proteção que as autoridades espanholas proporcionaram aos escravos fugidos de Mato Grosso.

e se limitasse o tempo dentro do qual deveria ser pago o que se devia à Companhia do Comércio do Pará.

Atendendo a um requerimento da Câmara de Vila Bela, o capitão general, devidamente autorizado, fez público por Bando de 10 de fevereiro que vigorariam na Capitania diversas disposições do Regimento do Governador do Pará, autorizando o dito governador a passar alvará de fiança aos culpados em alguns crimes, e facultando também outras atribuições judiciárias, inclusive a de perdoar crimes menos graves, pelo Natal e Endoenças; devendo, porém, ouvir o ouvidor, embora sem obrigação de seguir o seu parecer.

Foi mandado socavar o ribeirão de Santo Antônio dos Guarajus sob a direção do tenente Manuel Veloso Rebelo de Vasconcelos, e depois foi mandado repartir o descoberto.

No dia 1 de junho o governador lançou a primeira pedra da Capela de Santo Antônio, em Vila Bela.

O padre Manuel de Albuquerque Fragoso fundou um sítio de lavoura na estrada de Goiás, nas imediações do rio dos Porruados, que desde então começou a chamar-se São Lourenço. O general animou e protegeu este útil estabelecimento.

Erigiu-se em paróquia a nova povoação de Vila Maria, cedendo os vigários de Vila Bela e de Cuiabá as suas jurisdições a Leste do Jauru e Oeste do Sangrador do Melo, salva a opposição do reverendo bispo Diocesano.

Deram-se providências para o melhoramento, ou antes restauração da Aldeia de Santa Ana da Chapada, no distrito de Cuiabá.

Edificou-se aí uma igreja, sob a direção e esforços do juiz de Fora, Dr. José Carlos Pereira, que com igual zelo erigiu depois a igreja de São Gonçalo no Porto de Cuiabá.

Comprou-se e providenciou-se para que se levasse gado à Fazenda da Caissara, nas imediações de Vila Maria.

Tendo-se explorado a campanha e as cabeceiras do rio Barbados as pessoas que foram a esta comissão declararam ter encontrado salinas em distância de 16 léguas mais ou menos, do curral da fazenda de um certo José da Silva (61).

Para reprimir as continuadas correrias dos índios nas paragens do distrito de Cuiabá, onde haviam matado 20 pessoas, expediu-se da dita vila uma bandeira de 80 homens, a qual recolheu-se em começo do ano seguinte, tendo mal desempenhado a sua tarefa. Trouxe, contudo, cinco índios adultos, oito mulheres e oito crianças, tendo dei-

(61) Tratar-se-á por ventura de Custódio José da Silva, pioneiro na região onde se afazendou, mudando-se depois para Santo Antônio do Rio Abaixo.

xado escapar uns duzentos, depois de aprisionados, com sacrifício de algumas vidas do pessoal da bandeira.

Por Bando de 1 de dezembro fez-se público que a contar de 1 de janeiro de 1780 perceber-se-ia em sua totalidade o quinto de ouro, por se ter acabado o prazo de isenção do meio quinto concedido aos moradores de Mato Grosso, — devendo por isso correr a oitava de ouro do dito distrito a 1\$200 réis. Corria até então a oitava a 1\$350 e ainda anteriormente a 1\$500, quando o ouro esteve isento do quinto.

Todo o ano trabalhou-se na construção do Forte do Príncipe da Beira, tendo-se mandado vir ao Jauru pedras de cal de Albuquerque.

Os oficiais militares pagos existentes na capitania eram :

1	1.º Tenente de Dragões	720\$000
1	2.º Tenente de Dragões	720\$000
1	1.º Alferes de Dragões	576\$000
1	2.º Alferes de Dragões	576\$000
1	Capitão de Pedestre	480\$000
1	Alferes de Pedestre	288\$000
1	1.º Ajudante de Ordens	1:041\$248
1	2.º Ajudante de Ordens	1:041\$248
1	Sargento-mor de Auxiliares de Cuiabá	731\$400
1	Ajudante de Auxiliares de Cuiabá	419\$400
1	Ajudante de Auxiliares de Vila Bela	464\$248

1780

Houve em fevereiro no rio Cuiabá uma excessiva cheia, que fez muito estrago.

O subsídio que a Capitania de Goiás prometia comumente a esta ficou reduzida a trezentos marcos de ouro.

Em maio o general autorizou a expedição de uma Bandeira contra os índios que infestavam as vizinhanças de Cuiabá, declarando, porém, que a Fazenda Real apenas poderia concorrer com algum provimento de pólvora e chumbo.

O general recebeu o Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios Ultramarinos de 8 de janeiro d'este ano, em que lhe dizia, entre outras coisas :

Que fôra nomeado para suceder-lhe no governo da capitania João Pereira Caldas, o qual, porém, antes da sua ida a Mato Grosso deveria occupar-se na demarcação de limites ao norte do Amazonas;

Que para a demarcação de limites haviam se formado quatro Divisões Portuguezas e quatro Espanholas, composta — cada uma — de dois comissários principais, dois Matemáticos, dois Engenheiros, dois Práticos e mais comitiva correspondente;

Que, enquanto não chegasse a Divisão Espanhola convinha que elle, capitão general, mandasse examinar os sitios por onde se havia de lançar a raia;

Que julgava-se importante que ficasse pertencendo a Portugal o istmo de varação entre o Aguapei e o Alegre.

Respondendo ao dito Aviso em officio de 25 de agosto, o capitão general enviou à dita Secretaria de Estado uma Memória contendo as suas idéias acérca da situação e direção da linha divisória, idéias, de acôrdo com as quaes, foi organizada a Carta da Capitania: corre a linha da Bahia Negra para ponta de limites; daí por diversos pontos notáveis até as cabeceiras do Paraguá; desce pelo alveo do dito rio até certa altura, em que corre paralelamente ao Guaporé, em ordem a cobrir o território dos Guarajus, e descendo pelo pequeno rio de São Simão entra no Guaporé e por elles segue até abaixo da confluência do Madeira e Mamoré (62).

Em observância das sobreditas ordens o general expediu, em setembro, uma bandeira de 54 homens ao mando do tenente Manuel Veloso Rebelo, a fim de explorar os terrenos do lado esquerdo do Guaporé, desde as serras fronteiras a Vila Bela até as cabeceiras do rio São Simão pequeno. Por portaria de 20 de outubro foi suprimido o posto de capitão de pedestres.

A 29 de dezembro tomou posse do lugar de ouvidor o Dr. Joaquim José de Moraes.

Neste ano erigiu-se a Capela de São Gonçalo no Pôrto Geral de Cuiabá, a diligências do juiz de Fora Dr. José Carlos Pereira, auxiliado pelo leigo frei José da Conceição Pao de Arco.

1781

A 21 de janeiro impôs solenemente o nome de Arraial de São Pedro d'El-Rei ao descoberto de Beripoconé, onde já existiam 2.118 habitantes de tôdas as condições, e havia esperanças de prosperidade durável, à vista das lavras de vieiros que tinham apparecido. Um escravo dava de jornal $1\frac{1}{2}$ oitava de ouro por semana.

(62) As idéias de Luís de Albuquerque abertamente contrariaram algumas das cláusulas do Tratado de Limites e por isso o ministro Martinho de Melo não as aceitou, embora lhe applaudisse o zelo.

Nesta ocasião concordaram os moradores em edificar uma igreja numa chapada fronteira àquela onde existia, com bom assento e boa vista, um rêgo d'água permanente passado pelo meio.

Por Bando de 27 de janeiro declarou-se que todo o gado introduzido no distrito de Mato Grosso, isto é, a Oeste do Rio Paraguai, pagaria tão somente metade do direito de entradas.

A 17 de janeiro chegou a Cuiabá e a 22 tomou posse do lugar de juiz e Fora da dita vila o Dr. Antônio Roiz Gaiozo, vindo da Bahia por terra.

Em fim de março voltou a Vila Bela a expedição exploradora do tenente Veloso, não tendo podido ultimar a diligência pelas muitas águas, fome, doenças e também pela má direção.

Em abril saiu outra expedição a cargo do sargento Francisco Garcia Velho Paes de Camargo, que embarcando desceu o Guaporé, subiu o Paraguai até onde tinha chegado Veloso e daí foi por terra ao Arraial de Santo Antônio dos Guarajus, fez as observações precisas e voltou a Vila Bela em julho.

Em novembro expediu-se de Cuiabá uma Bandeira, que aprisionou alguns índios.

No mesmo mês chegou como vigário da vara e de Cuiabá o reverendo Dr. Manuel Bueno de Pina. Em dezembro chegou a notícia do falecimento da rainha mãe. Apareceu na vizinhança da povoação de Albuquerque uma porção de gente a pé e a cavalo, que se supôs vinda das Missões de Chiquitos.

Continuaram as obras do Forte do Príncipe e a mineração dos Guarajus. Esta, porém, pouca vantagem ofereceu.

O general recebeu o Aviso da S. de E. U. comunicando que sua majestade mandara assistir a Capitania com 20.000\$000 anuais para as despesas das demarcações de limites.

Em outubro o general nomeou para primeiro e segundo comissário da 3.^a Divisão das demarcações o tenente coronel Antônio Felipe da Cunha Ponte e o sargento-mor José Manuel Cardoso da Cunha.

A 22 de fevereiro chegaram a Vila Bela, vindos do Pará, os seguintes membros da 3.^a Divisão de Demarcações de Limites, capitães engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra e Joaquim José Ferreira, Dr. astrônomo Francisco José de Lacerda e capelão padre Álvaro da Fonseca Zuarte, tendo ficado em viagem o

Dr. astrónomo Antônio Pires da Silva Pontes. Anuindo aos desejos dos mineiros de Guarajus, o general lhes permitiu que xassem aquêlê lugar e viessem trabalhar no novo descoberto de Santa Bárbara, situado entre Aguapei e Lavrinhas, o qual mandou repartir a 20 de fevereiro (63).

Em junho o general foi com os sobreditos engenheiros e astrónomos examinar o monte do Grão-Pará, fronteiro a Vila Bela (64). Em setembro foi também com êles à Fazenda de gado de Custódio José da Silva, sobre o ribeirão dos Barbados, onde estabeleceu Quartel General em uma barraca, e dispôs diversas diligências de explorações em diversas direções, que incumbiu aos mesmos officiaes.

O general ordenou que de Albuquerque (64.^a) se remetesse para o Jauru uma porção de pedra calcárea que pudesse produzir 1.600 ou 2.000 alqueires de cal, destinados às obras do Forte do Príncipe da Beira.

Em novembro o governador enviou ao dito Forte os astrónomos da Divisão de Demarcação de Limites, a fim de ali fazerem diversas observações.

Não haviam tido execução as Provisões de 12 de outubro de 1739 e 12 de julho de 1743, que proibiam a existência de engenhos de fazer aguardente. A 7 de outubro de 1749, modificava as antecedentes, deixando ao arbitrio do governador o conservar ou destruir os ditos engenhos. Fundando-se nela o general ordenou por Bando de 6 de novembro que não se erigissem, nem se reedificassem os mencionados engenhos e engenhocas, cujo número havia crescido de modo prejudicial.

Em dezembro chegaram a Cuiabá dois sacerdotes naturais da Capitania — os primeiros que se ordenaram — Francisco Xavier dos Guimarães Brito Costa e José Manuel de Siqueira, ambos de famílias pobres e ordenados no Rio de Janeiro.

(63) A razão predominante da refirada é outra. Ciente do início dos trabalhos mineiros em Guarajus, à esquerda do Gaporé, o ministro Martinho de Melo recomendou a Luís de Albuquerque promovesse a transferência dos seus povoadores para qualquer outra localidade à direita do rio estremenho, pois que as minas jaziam em território espanhol, de acôrdo com o Tratado de Limites. Por coincidência na mesma ocasião a descoberta de Santa Bárbara atraia os andejos mineradores, que não tiveram dúvida em cumprir as determinações governativas.

(64) A Comissão Demarcadora de Limites entre o Brasil e a Bolívia, em virtude do Tratado de 1867, deu a êsse morro a denominação de "Ricardo Franco, em homenagem à memória daquele grande servidor de Mato Grosso". (Nota de E. de Mendonça).

(64.^a) Atual Corumbá.

1783

Em janeiro foi erigido em julgado o Arraial de São Pedro d'El-Rei (65), na forma da Provisão de 26 de maio de 1742, tendo o ouvidor, com aprovação do general, procedido à eleição de dois juizes ordinários, que foram o guarda-mor André Alves da Cunha e o capitão-mor Salvador Jorge Velho. A população do dito Arraial excedia a 3.000 almas. Ficou separado do termo de Cuiabá e passou a pertencer ao de Vila Bela, ficando por limite o ribeirão Bento Gomes, que se supunha fazer barra no Cuiabá.

A 25 de janeiro chegou o novo secretário do govêrno, Joaquim José Cavalcanti. Contra a ereção do Julgado de São Pedro representaram a Sua Majestade a Câmara e o Juiz de Fora de Cuiabá, o que deu lugar à Provisão de 19 de março de 1784 mandando que a respeito o general prestasse informação, que assim o fez em officio de 22 de abril de 1787.

O general mandou levantar alguns edificios no lugar já mencionado da fazenda de gado de Custódio José da Silva, sobre o ribeirão dos Barbados, coisa de oito léguas a sul de Vila Bela, e ali se celebrou por Auto Solene, em 29 de setembro a fundação da Povoação de Casalvasco.

A esse lugar tinha chegado em agosto um coronel espanhol com numerosa comitiva, trazendo ao capitão general comunicações do comissário espanhol Dom Inácio Flores. Durante a sua estada mandou fincar uma grande cruz de madeira com a inscrição — *Real de S. Lourenço* (nome que de ordinário davam à cidade de Santa Cruz de la Sierra). O capitão Joaquim José Ferreira na presença da dita comitiva mandou arrancar a cruz, e mandou outrossim arrancar outra que diziam estar fincada nas Salinas; não foi, porém, achada e supôs-se que os mesmos espanhóis a houvessem queimado.

O astrônomo Dr. Lacerda empregou-se nas observações geográficas e astronômicas que lhe incumbira o general nas imediações do Forte do Príncipe.

Em outubro o Dr. Pontes e o capitão Ricardo Franco foram fazer o reconhecimento dos terrenos compreendidos entre o rio Barbados e Marco do Jauru.

Em novembro recebeu o governador comunicação de haver sido nomeado coronel de cavalaria do Exército por Decreto de 24 de julho de 1782.

(65) Pocené, presentemente.

1784

Em março houve uma excessiva enchente do rio Guaporé e que alagou Vila Bela; julgou-se haver arruinado uma terça parte das casas.

A 23 de abril, estando na Freguesia de Santana o Juiz de Fora de Cuiabá, Dr. Antônio Rodrigues Gayoso, disparou-se-lhe um tiro de arcabuz com balas e perdigotos que muito o maltratou, veio a saber-se que o mandante do crime fôra um Pedro Marques, taverneiro, natural de Portugal, e o mandatário um Pedro José dos Passos, pardo natural de Araritaguaba, os quais conseguiram evadir-se (66).

O general mandou remeter de Cuiabá para Albuquerque diversas sementes e mudas de cana de açúcar e o necessário para ali se levantar um engenho.

O general mandou o capitão Ricardo Franco e o Dr. Pontes completar a exploração começada no ano anterior dos terrenos a sul de Vila Bela até o marco do Jauru. A expedição compunha-se de 20 pessoas. Partiu em julho.

Em agosto recebeu o general um officio do vice-rei de Buenos Aires, Dom João José da Vertiz, annunciando a vinda do tenente de navio, Dom Rozendo Ríco Negro, 1.º commissário da 3.ª Divisão Espanhola da Demarcação de Limites, e em setembro a comunicação official de haver chegado em Santa Cruz o dito commissário.

1785

No dia 8 de setembro celebron-se com muita pompa e assistência do general, em Casalvasco, a festa de N. S. da Esperança.

Estabeleceu-se em Salinas, 7 ou 8 léguas distante de Casalvasco, uma guarda composta de um alferes, dois dragões e cinco pedestres com o fim de patrulhar as imediações e impedir a fuga de escravos e desertores.

Informado o general que nas cabeceiras do rio Alegre tinha apparecido ouro de conta, ordenou que se prosseguisse na diligência da socavação, e que no caso (67) execução à dita ordem, servindo-se do que tinha escrito José Barbosa de Sá, que consignou algumas noticias anteriores a 1765, e desta época para 1786 narrou os successos de que tinha sido testemunha ocular (68).

(66) Pedro Marques foi depois prêso, em São Paulo, em fins de 1785 ou começo de 1786 (Nota de Leverger).

(67) Ao original falta um pedaço correspondente a 21 linhas de papel comum de officio (Nota de E. de Mendonça).

(68) Refere-se à ordem de registrar nos "Anais" os successos locais.

Neste ano o reverendo Dr. vigário Manuel Bruno de foi nomeado visitador pelo Exm.^o bispo do Rio de Janeiro.

1786

Em abril partiram de Vila Bela para Jauru os engenheiros e astrónomos da Divisão de Demarcações, com suficiente comitiva, a fim de fazerem um exato e circunstanciado reconhecimento do rio Paraguai, desde o Marco até a Baía Negra, e bem assim das adjacentes baías. Desempenharam esta comissão, e saindo pelos rios São Lourenço e Cuiabá chegaram em setembro a Vila Bela.

Tendo sido enviados três sacerdotes de Cuiabá pelo respectivo vigário da Vara, de ordem do general e do Rio de Janeiro, para servirem os lugares de capelão das Demarcações, capelão do Forte do Príncipe da Beira e coadjutor do vigário de Vila Bela, evadiram-se furtivamente para São Paulo em canoas e com tal presteza que baldou-se toda a diligência que se fez para prendê-los (69).

Em setembro houve notícia de ter tomado conta do Governo da Província de Moxos, Dom Lázaro de Ribera, cujo nome se tornou depois notável nesta capitania.

Em novembro foi acometida pelo gentio Paiaguá uma canoa que ia de Albuquerque para Cuiabá, perecendo no conflito dois dos agressores.

A 3 do mesmo mês, pelas 10 horas da manhã, sentiu-se em Cas-salvasco um leve tremor de terra por espaço de dois minutos.

1787

Em março o general recebeu a notícia oficial dos desposórios dos infantes de Portugal e Espanha, e em abril a de ter falecido a 25 de maio do ano antecedente o Sr. Dom Pedro 3.^o

Em abril o general respondeu à Provisão de 19 de novembro de 1784, expedida em consequência da queixa da Câmara de Cuiabá contra a precipitação do ouvidor em erigir em Julgado o Arraial de São Pedro d'El-Rei. O parecer de S. Ex.^a foi em tudo favorável ao procedimento do ouvidor.

Em julho deu o gentio Caiapó duas vezes em sítio nas margens do Aricá, distrito de Cuiabá, matando oito pessoas.

Em agosto três soldados que haviam desertado para os Domínios da Espanha foram alcançados por uma escolta que se mandara em seguimento d'ells. Um resistiu, e foi morto; os outros entregaram-se.

(69) Padres Francisco Pinto Guedes, Francisco Xavier dos Guimarães e José Luís de Queiroz (Nota de Leverger).

Querendo um soldado tirar uma bolsinha que estava ao pescoço do morto, os companheiros dêste disseram que o não consentissem, porquanto o dito desertor lhes comunicara que na véspera da deserção fôra à Igreja Matriz confessar-se e comungar e que neste ato tirara da boca a sagrada partícula e a guardara porque, levando-a consigo, não temia pessoa alguma, porque nenhuma arma contra elle pegaria fogo, nem em seu corpo entraria bala ou coisa alguma que o pudesse ofender.

Verificou-se a bolsinha e foi a sagrada partícula conduzida com toda a decência ao palácio do governador, e daí debaixo de pálio à Igreja Matriz. Houve muitos dias de luto por ordem de S. Ex.^a

Os moradores de Cuiabá foram muito flagelados de catarrais, pneumonias, pleurizes malignas e febres pôdres nos meses de setembro, outubro e novembro.

Em setembro esteve de passagem, no Forte do Príncipe da Beira, o governador de Moxos Dom Lázaro de Ribera.

A 18 de novembro tomou posse do lugar de vigário de Cuiabá o Dr. Vicente José da Gama Leal.

1788

Em junho o governador mandou criar mais uma companhia no Corpo de Auxiliares de Cuiabá.

Em setembro seguiu para São Paulo o Dr. astrônomo Francisco José de Lacerda, incumbido do reconhecimento dos rios Taquari, Coxim, Camapuã, Pardo, Paraná e Tieté (70).

No mesmo mês, marchando uma Bandeira em busca de ouro no rio Guaporé acima, em distância de 15 léguas mais ou menos do Arraial das Lavrinhas, descobriu uma gruta notável, chamada das Furnas, a qual foi prolixamente descrita pelo Dr. naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, que a visitou em julho de 1790 (71).

1789

Em março o governador mandou explorar com todo o cuidado os rios Paraguaí, Verde e Capivari, afluentes do Guaporé, pelo Doutor astrônomo Antônio Pires da Silva Pontes.

(70) As "Memórias" e "Diários de Viagem" do astrônomo Francisco José de Lacerda e Almeida foram publicados em 1842, por ordem da Assembléia Legislativa de São Paulo, sua terra natal. Modernamente apareceram outras e mais completas edições.

(71) Publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo XII.

Em 7 de julho repartiu-se o novo descoberto chamado *Sapateiro*, em uma chapada que dista quatro léguas de Cuiabá, e suposto que fôsse sua extensão muito diminuta foi bastante rico, pois na data do Doutor superintendente, que não excedia de 12 palmos de largura com 30 braças de fundo e já havia sido desbastada por ladrões, tiraram assim mesmo, mais de mil oitavas de ouro.

Concorreram af perto de 400 sorteados com 2.250 escravos, além de mais de 100 forros, que entraram com seu indivíduo.

A 9 de junho chegou ao Forte do Príncipe o Dr. naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, encarregado da expedição científica de história natural.

Em setembro passou a servir como ouvidor o juiz de fora de Cuiabá.

Em outubro constou ter naufragado um navio em que vinha correspondência da Secretaria de Estado, e entre outros Avisos o de falecimento do infante Dom José, príncipe do Brasil.

Em novembro chegou do Pará a Vila Bela, pela navegação fluvial, o novo capitão general João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, que tomou posse no dia 20 (72).

De um officio de 1 de junho deste ano consta que as dívidas de diversos negociantes à extinta Companhia de Comércio do Pará, de cuja cobrança foi o general incumbido de angariar, estavam reduzidas a 8:615\$329, tendo-se pago 140:472\$544.

5.º capitão general JOÃO DE ALBUQUERQUE DE MELO PEREIRA E CÁCERES

(1789 — 1796)

Em 28 de novembro repartiu-se outro descoberto distante uma légua do Sapateiro, no distrito de Cuiabá, o qual de nenhum modo correspondeu ao que se esperava, pois já foi muito pobre.

Em dezembro foi o Dr. Pontes fazer um reconhecimento nos campos dos Parecis, das cabeceiras dos rios Guaporé, Jauru, Juarena, etc. Voltou nos primeiros dias do ano seguinte.

A 31 de dezembro, em observância às ordens do Ministério, foi extinta a 3.ª Divisão de Demarcação dos Limites, visto não se ter reorganizado a correspondente Divisão Espanhola, depois do falecimento do primeiro comissário Dom Rosendo Rico Negrón.

(72) João de Albuquerque alcançou o porto de Vila Bela a 16 de outubro. Mas, amofinado pelas sessões contraídas na viagem pelo Guaporé, somente entrou em exercício a 20 de novembro de 1789, como substituto do seu irmão mais velho, que se manteve no poder durante 16 anos, 11 meses e 7 dias.

1790

Na vila de Cuiabá declarou-se sacerdote o reverendo Domingos da Silva Xavier, denominado antes Joaquim José Ferreira, de baixo de cujo nome negociara e advogara por muitos anos na dita vila. O motivo que o levou a fazer esta declaração foi o achar-se elle preso na cadeia por ordem do general por traficâncias, e a requerimento dos seus credores.

Fez esta declaração por persuasão do juiz de fora Dr. Diogo de Lara Ordonhez, a quem muito anteriormente revelara que havia sido vigário da Vara em Caeté, Pitangui e Sabará, mostrando por documentos que saíra do seu bispado sem o menor crime, apresentando honrosíssimas atestações de muitas câmaras.

Em junho retirou-se da Vila Bela para Portugal, pela navegação fluvial para o Pará, o ex-governador Luis de Albuquerque, levando em sua companhia o Dr. astrónomo Antônio Pires da Silva Pontes. Antes de retirar-se deixou a seu irmão e sucessor uma carta instrutiva, em que expunha suas idéias acêrca da demarcação de limites e da conservação dos estabelecimentos de Albuquerque, Coimbra e Casalvasco.

Em julho deu o general diversas providências acêrca da soca-vação e exame de um descoberto no rio Cabaçal por João da Mota.

Em agôsto o gentio Guaicuru deu na Fazenda de Camapuan e matou duas pessoas, roubando alguma ferramenta.

Em 8 de setembro chegou ao Presídio de Coimbra um bote com o official da Marinha Espanhola, Dom Martin Boneo, com destino de explorar o rio Paraguai até o Marco. Como lhe fôsse negada esta faculdade, regressou para Assunção.

No mesmo mês o general mandou trancar uma picada que um particular estava abrindo do Registro do Jauru para as Salinas e prohibiu o dito trânsito.

Receioso o general de algum ataque da parte dos espanhóis pelo lado do Paraguai, fez seguir para Coimbra o sargento-mor Joaquim José Ferreira, com uma expedição de canoas que partiu de Cuiabá em dezembro.

Dando uns desertores noticia de um descoberto de ouro, nas imediações da Lagoa Mandioré, o general recomendou que não se procurasse verificar, antes desacreditar a referida noticia, que não convinha fazer certa.

Neste ano a população soffreu muito de sarampo. Construiu-se o chafariz do Rosário em Cuiabá.

1791

Marcharam de Cuiabá para o Presídio de Coimbra com soldados auxiliares com os seus oficiais. Os Guaicurus noticiaram a prontificação de forças espanholas para subir o Paraguai. Mandou-se repartir em duas a Companhia de Caçadores de Auxiliares de Vila Bela.

Em abril o general recebeu comunicação do governador de Pará, de uma disposição do Aviso da Secretaria de Estado de 27 de abril do ano antecedente, facultando, além da navegação do Pará para Goiás pela via Tocantins, a de Mato Grosso pelo Xingu e Tapajoz.

A 8 de junho uma preta cativa em Vila Bela, de nome Inês, deu a luz a três crianças (dois machos e uma fêmea), que logo morreram.

A 14 de julho chegaram a Vila Bela, vindos do Presídio de Coimbra, dois Principais do Gentio Guaicurus — Queima e Dmavidy, Chané (que tomaram o nome de João Queima de Albuquerque e Paulo Joaquim José Ferreira, com 17 índios de sua nação e uma preta crioula de Cuiabá, chamada Vitória, que desde muitos anos era prisioneira deles.

Foram recebidos com grande pompa, indo o governador ao encontro deles com grande concurso de nobreza e povo. Jantaram no Palácio, servindo-lhes de intérprete a preta Vitória.

No dia 1 de agosto, fez o general uma Assembléia a que assistiram os oficiais militares, Corpo da Câmara, todos os sacerdotes e mais nobreza, e perante todos esses os Guaicurus e secretário fez um Tratado de Paz, que de tudo se lhes fazia saber pela preta Vitória, e como estivessem por tudo, assinaram eles e toda a Assembléia, seguindo-se um grande banquete.

Do Forte do Príncipe saiu uma expedição a descobrir ouro na serra que borda a margem direita do Guaporé, em vinte léguas de distância sobre indícios dados por um pedestre que habitara a Aldeia de São José, no rio Miquens.

Em julho uma maloca de cento e tantos Guaicurus appareceu na Fazenda de Camapuan; mataram no terceiro cinco pessoas, e uma que andava campeando, roubando um relanho de éguas. Como, porém, se lhes resistissem com fogo, fugiram e ficou um deles morto e dois que foram morrer pelo caminho.

Em setembro saiu de Vila Bela de recolhida para o Pará o Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira.

Em 11 de dezembro chegou na monção de São Paulo o Dr. juiz de Fora, Luis Manuel de Moura Cabral.

A população da capitania em 1791 era a que consta do seguinte mapa :

MATOGROSSO	Família ou fogos	Meni- ros de 1 a 7 anos	Meni- nos de 8 a 15 anos	Rapa- zes de 8 a 15 anos	Rapa- ças de 16 a 18 anos	Homens de 16 a 50 anos	Mulhe- res de 15 a 40 anos	Homens de 50 para cima	Mulheres de 40 para cima	Total	Naci- mentos em 1791	Faleci- mentos em 1791	Cosa- mentos em 1791
Vila Bela, Arnaias, Canavieço e vizinhanças.....	721	299	294	487	322	2.717	961	564	221	3.804	121	241	22
Forte do Príncipe da Beira e Missões adjacentes.....	174	42	43	51	27	238	99	134	28	712	8	17	7
Viam, Guaraniés, Pedras.....	4	10	4	3	2	24	12	4	2	61	2	6	1
Cuiabá, São Pedro d'El-Rei e arredores.....	1.482	899	987	726	751	6.942	3.287	421	410	14.483	311	114	126
Registro da Iguaz e incul-ções.....	18	5	4	3	9	14	21	16	71	83	7	13	—
Arraial dos Anés.....	4	1	1	6	6	15	—	—	—	29	—	—	—
Sant'Ana dos Guimarães.....	122	70	73	61	14	311	143	41	23	736	16	12	3
Coinbra e Albuquerque.....	36	19	29	9	14	36	45	8	9	169	7	4	—
Vila Maria, Jauri e Santa Bar- bara.....	196	66	71	62	26	175	148	28	15	389	26	17	8
	2.737	1.411	1.506	1.438	1.171	10.039	4.716	1.146	719	22.637	497	424	157

OBSERVAÇÃO.— Nota-se que tres quartas partes ou mais ainda do referido número total dos habitantes, que são 22.637, são negros, mulatos e outros mestiços das muitas diferentes espécies que há no Paiz; sendo a mais consideravel parte a dos que tem albanos com os ditos negros d'África e sujeitos à escravidão.

Em janeiro expediu o comandante de Coimbra major Joaquim José Ferreira, um cabo de esquadra com cartas para o governador do Paraguai. Este foi encontrado na Vila Real da Conceição. À vista da resposta que deu às ditas cartas e das informações que deu o cabo de esquadra, dissiparam-se os receios de hostilidade.

Como, porém, o mesmo encontrasse com espanhóis que procuravam lugar para fazer um estabelecimento à margem esquerda do Paraguai, entre Ipané e o Rio Branco, ou Correntes, o referido comandante de Coimbra resolveu mandar aí uma força de 20 Dragões e 40 Hdestres.

O general, porém, atendendo à grande despesa que se faria, e à pouca aparência de hostilidades, determinou que se recolhesse a dita força e que se retirasse toda a mais tropa auxiliar. Foi enviado ao Paraguai, de ordem do general, mas com cartas tão somente do comandante de Coimbra, o forriel Francisco Rodrigues do Prado, que na volta confirmou as disposições pacíficas que ali havia e as intenções de abrirem os ditos espanhóis caminho para as Missões de Chiquitos e o desejo de negociar.

No relatório de sua viagem, diz o dito forriel que os espanhóis dão o nome de Opa (Apa) ao rio que chamávamos Branco, Correntes, ou Lapa.

Em janeiro (19) havia tomado posse do lugar de Juiz de Fora e ouvidor interino o Dr. Luís Manuel de Moura Cabral, chegado em dezembro do ano anterior.

Em julho houve notícia de estarem os espanhóis arranchados nos morros de Miguel José, denominados por eles Tres Hermanos, onde fundaram o Presídio de Bourbon.

Em novembro chegou a Cuiabá o Ouvidor nomeado, Dr. Antônio da Silva Amaral, trazendo sua mulher (73).

População

Masculina	14.658
Feminina	8.419
	<hr/>
	23.077
	<hr/>
Fogos	2.988
Nascimentos	943
Óbitos	360
Casamentos	120

(73) Este resultado diverge aliás do quadro anterior, que parece mais próximo da realidade.

1793

A 31 de maio, em Cuiabá, dois cavaleiros quebraram de noite as vidraças e galerias da casa do juiz de fora, Dr. Luis Manuel de Moura Cabral, deixando-lhe na porta um forcado, com um cartucho de pólvora e bala, e dispararam um tiro.

Reinava então muita intriga e que durou muito tempo e produziu muitos desatinos, prisões, queixas, etc. nascidas da inimizade que existia entre o dito juiz e o mestre de campo Antônio José Pinto de Figueiredo.

Com esmolas tiradas pelo general, deu-se começo à construção da Igreja Matriz de Vila Bela.

Começou-se a extrair do Registro do Jauru, para as obras do Forte do Príncipe da Beira, pedras calcárias que aí descobrira o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira.

Em setembro foi preso para ser remetido a Lisboa, por culpado na Deyassa dos Diamantes, o padre Domingos da Silva Xavier, que estava livre sob fiança.

Regressou para Portugal, pela via do Pará, o tenente coronel engenheiro Joaquim José Ferreira.

Houve em setembro noticia official da moléstia da rainha, por cujo restabelecimento mandou-se fazer preces.

Em dezembro recebeu-se a noticia do nascimento do príncipe da Beira a 29 de abril.

Neste ano os espanhóis construíram o Fortim de São Carlos sobre o rio Apa, então conhecido pelos nossos como Branco ou Correntes.

População

Masculina	14.647
Feminina	9.275
	<hr/>
	23.922
	<hr/>
Fogos	3.274
Nascimentos	1.139
Óbitos	928
Casamentos	125

1794

Em maio publicou-se o decreto de 10 de fevereiro de 1793 conferindo a Administração do Reino ao príncipe real.

Em julho o general autorizou a Câmara de Cuiabá a expedir uma Bandeira para o Arinos em descobrimento de ouro.

Em agôsto mandou o general ao tenente-coronel Ricardo Franco de Almeida Serra reconhecer as cabeceiras do Juruena, Galera, Pindaituba e Sararé.

Cessou a remessa de Goiás do subsidio de 20:000\$000 para despesa de demarcação, constituindo-se o de 300 marcos de ouro annualmente.

Em 31 de dezembro publicou-se uma Portaria do general, de 28 de novembro, isentando os militares de qualquer procedimento que a Justiça quizesse com elles praticar.

Esta ordem, feita para prevenir as desavenças entre o mestre de campo e o juiz de Fora de Cuiabá, fez com que este representasse contra a mesma Portaria, a qual foi mandada anular por Aviso da Secretaria do Estado de 20 de março de 1797.

População

Masculina	16.071
Feminina ..	9.844
	<hr/>
	25.915
	<hr/>
Fogos	3.373
Nascimentos	718
Óbitos	341
Casamentos	248

1795

Descobriram-se algumas notáveis grutas no morro do Puga, acima de Coimbra.

Faleceu a 5 de maio, em Cuiabá o mestre de campo Antônio José Pinto de Figueiredo.

Foi nomeado mestre de campo o sargento Mor de Ordenanças José Paes Falcão das Neves.

Expediu-se em maio uma Bandeira para destruir um quilombo que existia nas imediações do Rio Branco, ou do Pfolho, no mesmo lugar do quilombo, e com os seus próprios moradores, fundou-se a Aldeia Carlota.

Fundaram-se as fazendas de criar gado do Coité e Casalvasco, para onde se foram mandando os animais que se compraram aos Guai-curus.

Por determinação do governador do Paraguai e acôrdo do capitão general João de Albuquerque, deixaram as nossas canoas de ir a Vila Real, trocando-se as correspondências no Forte Bourbon.

Em dezembro foram a Vila Bela visitar o general dois capitães Guaicurus e 14 índios.

1796

Em fevereiro houve notícia do falecimento do ministro dos Negócios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro.

A 18 do mesmo chegou a Cuiabá o novo vigário da Vara, reverendo Agostinho Luís Gualarte Pereira, e a 28 faleceu o general João de Albuquerque, de umas sezões malignas.

Na conformidade do Alvará de 12 de dezembro de 1770, passou o govêrno da Capitania, enquanto não chegasse o novo capitão general Caetano Pinto de Miranda Montenegro, a uma junta composta do ouvidor Antônio da Silva do Amaral, do tenente coronel Ricardo Franco de Almeida Serra e do vereador mais velho, Marcelino Ribeiro.

Em julho expediu-se uma Bandeira em procura dos Bororós Aravirás, que infestavam as vizinhanças do registro do Jauru, cometendo mortes e depredações; do encontro havido foram mortos seis índios.

Foram frustradas as diligências que por esta ocasião se fizeram para descobrir ouro nas imediações do Cabaçal.

No mesmo mês veio a Coimbra uma canoa com papéis, que não quiz receber o comandante Francisco Rodrigues do Prado. Nesta ocasião soube-se que uma expedição de 800 espanhóis dera em uma aldeia de Guaicurus, abaixo do Fecho dos Morros, matando dez capitães, aprisionando tôdas as mulheres e crianças, tendo dos homens escapado apenas um.

A 17 de setembro chegou a Cuiabá o novo governador e capitão general Caetano Pinto de Miranda Montenegro, que em outubro seguiu para Vila Bela; em sua companhia vieram o reverendo Antônio Cardoso de Menezes Montenegro e o Dr. ouvidor Francisco Lopes de Sousa Ribeiro Freire e Lemos.

6.º capitão general CAETANO PINTO DE MIRANDA MONTENEGRO

(1796 — 1803)

O capitão general Caetano Pinto chegou a Vila Bela a 3 de novembro e a 6 tomou posse do govêrno, para o qual iôra nomeado por Carta Régia de 18 de setembro de 1795.

A 8 do mesmo mês tomou posse do lugar de ouvidor o Dr. Francisco Lopes de Sousa Ribeiro Freire e Lemos.

De um ofício dirigido à Secretaria de Estado dos Negócios Ultramarinos, vê-se o pé em que se achava a Capitania: a dívida passiva da Provedoria era de 27:981\$443 11/16, ainda não contempladas muitas parcelas que estavam por liquidar. Além disso, devia-se de fôlha militar 77:961\$723. O único comércio que florescia era com o Rio de Janeiro, o qual em grande parte consistia em importação de artigos de luxo; havia grande falta de objetos de primeira necessidade, como ferro, aço, baetas, linho, sal, pólvora, etc. Desta carestia resulta a dos gêneros do país e ainda o abandono de algumas lavras, cujo produto não pagava as despesas do mineiro.

A Fôrça Militar paga consistia na Companhia de Dragões e na de Pedestres, que tinham ambas 330 praças, quase sem oficiais em estado de servirem. A Legião Auxiliar de Milícias de Cuiabá contava 603 homens; a de Mato Grosso não chegava a ter 300. Apenas existiam 1.600 armas, más e pela maior parte em mau estado. Havia 39 peças de artilharia dos calibres de 6 libras e uma quarta, 607 arrobas de pólvora, 20.230 cartuchos de mosquetaria e algum cartuchame de peças, a maior parte de pequeno calibre.

Ao passar pela vila de Cuiabá encontrara aí o capitão general um dos principais chefes Guaicurus, Paulo Joaquim José Ferreira, que em nome da sua gente e dos índios Guanás que vieram fugidos da perseguição dos espanhóis, pedira que fôsem aldeados uns e outros no mesmo sítio que ocupavam entre Coimbra e Albuquerque, mostrando repugnância em situarem-se em outra parte. Depois de ponderar as vantagens e os inconvenientes de semelhante estabelecimento, em território controverso, o capitão general resolveu anuir ao referido pedido. Eram pouco mais ou menos 400 os Guaicurus e 600 Guanás.

1797

Pelo mês de junho suscitou-se alguma contestação com o governador de Chiquitos por ter êste mandado queimar uns ranchos que abrigavam as nossas rondas, a 7 ou 8 léguas de distância de Casalvasco e requisitar que cessassem as mesmas rondas. Os ranchos foram restabelecidos e continuaram as rondas. Os espanhóis adiantaram seu destacamento de São Miguel para próximo ao Angical.

A 25 do mesmo mês de junho deu parte o comandante do Presídio de Coimbra que cerca de 800 a 1.000 homens de tropas espanholas, com artilharia de campanha e comandados pelo coronel Dom José Espinola, marchavam para as cabeceiras do rio dos Guaxis, por nós denominado então Mondego (antes Emboteteu), a pretexto de perseguirem uns índios Guaicurus.

Pouco depois o general recebeu um aviso da cõrte recomendando-lhe tãda a cautela, à vista da aliança em que entrara a Espanha com a França.

Deram-se as seguintes providências :

Foi nomeado comandante de Coimbra o tenente coronel engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra, que para ali seguiu em julho com alguns soldados.

Com o mesmo destino marcharam de Vila Maria seis dragões e 30 pedestres, e de Cuiabá 50 dragões com 30 auxiliares.

Ficou assim a guarnição de Coimbra elevada a pouco mais ou menos 300 praças, além de 300 ou 400 índios de arco aldeados entre o mesmo lugar e Albuquerque.

Para o Forte do Príncipe da Beira seguiram 120 soldados entre auxiliares e ordenanças, com o ajudante de ordem sargento mor José Manuel Cardoso da Cunha, nomeado comandante do dito Forte.

Em Casalvasco puzeram-se às ordens do coronel Antônio Felipe da Cunha Pontes uma Companhia de Caçadores de Milícias, outra de Ordenanças, dos Pretos e 18 soldados de Cavalaria Auxiliar, que com os dragões e pedestres ali destacados perfaziam uma força de 700 homens. Para o Registro do Jauru marcharam de Cuiabá 100 soldados de milícias de infantaria e uma Companhia de Hussares. Seguiram também de Cuiabá para Vila Bela, que ficara desprovida de guarnição, 30 recrutas de dragões e 100 de pedestres.

Aprontou-se e conduziu-se a maior porção que foi possível de petrechos e munições de guerra e de boca. Ao governador do Paraguai Dom Lázaro de Ribera, e ao vice-rei de Buenos Aires, Dom Pedro Melo Portugal, escrevera o capitão general pedindo explicação e satisfação do movimento das tropas espanholas..

Ao mesmo tempo solicitara dos governadores das Capitãcias do Pará, São Paulo, Goiás e do vice-rei do Rio de Janeiro socorros de artilharia, munições e dinheiro. Ao governador de Goiás dizia já em officio de 11 de março : "Aqui careço de tudo — ouro, gente, armas e munições, mas a primeira falta é a que se faz mais sensível, porque sem dinheiro só os índios silvestres é que sabem atacar e defender-se".

Em agosto ordenou ao tenente coronel Ricardo Franco que mandasse fazer um estabelecimento em lugar azado na beira do rio Mondego, com os índios Guaicurus e Guanás, protegidos por um destacamento de 50 até 80 praças, indicando o tenente Francisco Rodrigues do Prado para comandar o dito ponto, onde se erigiu o Presídio que desde então se chamou Miranda.

Ao mesmo tenente coronel Ricardo Franco se determinara que depois de fazer em Coimbra a defesa que pudesse, viesse fortificar-se em Albuquerque, porquanto o Presídio de Coimbra era geralmente julgado indefensável pela sua má situação, e inútil porque na máxima

enchente do Paraguai poderiam os espanhóis passar de Leste para Oeste do mesmo Presídio.

A vista, porém, do que ponderou o dito tenente coronel, que mudara de opinião a semelhante respeito, resolveu o general continuar a fortificar Coimbra, substituindo a antiga estacada por obra de pedra e cal, no lugar onde atualmente existe.

1798

Em fins de janeiro o general esteve gravemente enfermo, de febre perniciosa.

Em junta da nobreza e povo de Vila Bela — a 2 de março, e em observância ao officio da Secretaria de Estado de 24 de abril de 1795, que ainda estava por cumprir, assentou-se em concorrer a mesma Vila com o subsidio de 50.000 cruzados para a reedificação do Palácio da Ajuda, destruído pelo fogo em 1794.

No mesmo mês de março, Gentio que se supôs Caiapó, acometeu o sitio do Jatobá (distrito de Santana ou Guimarães), onde matou uma escrava e dois filhos dela. Poucos dias depois deu no sitio do Quilombo, perto da dita freguesia e matou sete escravos.

Em junho houve noticia official do nascimento de uma infanta.

A 15 de julho chegou a Cuiabá o reverendo José Manuel de Siqueira, natural desta Capitania e primeiro professor de philosophia enviado para ella por sua majestade.

A 8 de dezembro batisou-se solenemente em Cuiabá um índio Guaná.

Por incumbência do governo, o general mandou coligir diversos artigos de história natural, e fazer indagações acerca da existência da árvore que dá a quina, e do salitre. As experiências relativas a esta última substância malograram-se pelo falecimento do sujeito que fôra encarregado delas e assegurava existir muito salitre tanto no distrito de Mato Grosso, como no de Cuiabá.

O general mandou fazer no Jauru um forno em que se queimou porção considerável de cal, de pedras extraídas duas léguas abaixo do Registro.

Conservaram-se mais de mil homens em armas, sendo 600 de dragões e padrestres, e o resto de auxiliares e ordenanças.

Em officio de 18 de julho o general apresentou a Secretaria de Estado diversas providências que julgava úteis para que a receita da Capitania igualasse a sua despesa.

O § 1.º diz respeito às Entradas, que indevidamente se cobram em Goiás. Os 2.º e 3.º indicam que se apliquem às despesas gerais sub-

sídio literário e o que se votou para a reedificação do Palácio da Ajuda. Os 4.º e 5.º a franquear aos mineiros as minas do Coxipó e do Paraguai. O 6.º promover o comércio com o Pará. O 7.º aumentar-se por enquanto o subsídio de Goiás. O 8.º a mudança da capital para Cuiabá ou Vila Maria, depois de concluído o negócio das Demarcações de Limites. O 9.º finalmente modificar convenientemente o Regimento para o Governo econômico das Minas.

1799

Em janeiro publicaram-se dois bandos relativos ao estabelecimento de um correio terrestre pela via de Goiás e outro fluvial pelo Pará.

Uma grande cheia destruiu as taipas do Fortim de Miranda (ofício do tenente coronel Ricardo Franco).

A 6 de junho recebeu-se a notícia do nascimento do infante Dom Pedro, que veio a ser imperador do Brasil. Na mesma ocasião receberam-se duas Cartas Régias de 12 de maio de 1798, relativas a um plano de comércio com o Pará, cuja principal execução foi incumbida ao governador dessa Capitania. Em virtude do que nelas era recomendado, as mercadorias deviam ser levadas até a cachoeira de Santo Antônio, ficando a cargo da capitania de Mato Grosso o trânsito das cocheiras e a ulterior condução a Vila Bela.

O general Caetano Pinto ponderou ao governador do Pará os inconvenientes e as dificuldades que nisso achava, à vista das circunstâncias da indecisão da questão de limites e da falta de recursos com que lutava. Apesar disso, resolveu mandar fundar um estabelecimento na cachoeira do Ribeirão e deu providência para o transporte das mercadorias, e para isso fez sair em julho uma expedição às ordens do ajudante Manuel Rabelo Leite, a quem deu circunstadas instruções.

O governador recebeu da corte a aprovação da mudança da estacada de Coimbra para o lugar onde está o forte.

A 17 de outubro tomou posse no lugar de juiz de Fora de Cuiabá o Dr. Joaquim Inácio Silveira da Mota.

Por Bando de 20 de novembro publicaram-se as disposições da Carta Régia de 22 de abril deste mesmo ano autorizando aos governadores de Mato Grosso a conceder alvará, cartas de provisões em diversos casos mencionados na mesma Carta Régia para os quais era até então o único competente o desembargo do Paço.

Em meiado de dezembro, marchou o capitão general para a vila de Cuiabá.

1800

Em janeiro o governador, estando em Cuiabá, determinou a Câmara que convocasse uma junta de nobreza e povo, a fim de estabelecerem, como já se havia feito em Vila Bela, acêrca do donativo de um subsídio para a reedificação do incendiado Palácio da Ajuda. Na dita junta resolveu-se oferecer o donativo de setenta mil cruzados, e para este fim se estabeleceu uma contribuição anual de 60 réis de ouro por escravo e mais uma sexta parte nas entradas das cargas de comércio.

Em fevereiro começou-se a socavar o rio Coxipó, que se achava, de há muito, vedado por causa dos diamantes. Desvaneceu-se a grande esperança do povo da riqueza do dito rio; achou-se ouro em pequena quantidade e 19 diamantes, cujo peso total mal alcançou a dois tostões de ouro (24 grãos). Para arrecadação destas pedras e das demais que se fossem achando, o general deu as convenientes providências.

Repartiu-se o mesmo Coxipó em abril, porém não tardaram muitos mineiros em abandonarem as suas datas por não acharem ouro que correspondesse ao serviço.

Por algumas dúvidas que ocorreram ao general acêrca das ordens que recebera relativamente às minas do alto Paraguai e dos seus afluentes Santana e São Francisco, ficou adiada a socavação do dito rio, e por este mesmo motivo também a exploração do Arinos e Tapajoz.

Dando conta das referidas medidas ao Ministério, o general informou também a respeito das minas de Guarajus, que de nenhum modo apresentaram a riqueza que o governo supunha.

Em maio publicou-se a Carta Régia de 15 de julho de 1799, declarando que sua alteza real tomara a regência do reino em seu próprio nome.

Foram processados vários réus que se achavam presos por crimes de roubo e assassinatos; foram sentenciados uns a açoite, outros a degredo e a pena última, que pela segunda vez se executou na vila de Cuiabá, no dia 28 de maio.

Em junho publicou-se um Bando regulando as passagens dos rios Cuiabá e Paraguai e os respectivos direitos.

Descobriu-se a árvore da *quina* na serra de São Jerônimo, e depois em outros lugares do distrito de Cuiabá. Esta descoberta foi feita pelo padre José Manuel de Siqueira, professor de filosofia, que também descobriu diversas plantas próprias para fazer papel (74).

(74) A respeito das pesquisas do padre José Manuel de Siqueira, occupou-se esta Revista no tomo...

Em observância das reais ordens de 21 e 27 de outubro de 1798, as Câmaras de Vila Bela e de Cuiabá estabelecaram impostos (75) para o pagamento de passagens e pensões alimentares de sete moços, escolhidos pelo general, que devem ir ao reino seguir os estudos da Universidade de Coimbra ou da Academia da Marinha, e foram: João Pedro de Moraes Batista, Antônio Gomes de Oliveira, José Leite Pereira, Manuel Felipe de Araújo, Manuel Rebelo da Silva, Joaquim Antônio Rebelo e Francisco José da Costa Rodrigues (76).

Um Aviso de 19 de abril de 1798 insinuou a fundação de um Jardim Botânico.

De Cuiabá saiu em fevereiro uma Bandeira, para o sertão do Norte, onde se dizia haver um grande quilombo de escravos fugidos. Voltou a Bandeira em junho com dois magotes de índios Chavantes e Bacairis, sem haver encontrado com os escravos fugidos, por terem sido mortos pelos Chavantes. Estranharam estes bárbaros os nossos alimentos, principalmente o sal.

A 7 de junho, o Dr. ouvidor Francisco Lopes passou a vara ao juiz de Fora de Cuiabá e seguiu para o Rio de Janeiro pela navegação para São Paulo.

A 25 de junho, pelas 8 horas da manhã, incendiou-se a povoação de Albuquerque, escapando tão somente a Capela, que era coberta de telha.

A 6 de setembro tomou posse o ouvidor proprietário Dr. Manuel Joaquim Ribeiro Freire. A 10 de novembro o general regressou para Vila Bela.

Criaram-se direitos de passagens nos rios Cuiabá e Paraguai, pagando de trânsito cada indivíduo 20 réis, cada animal 50 e cada carga 20 réis. No trajeto de Vila Maria para Caiçara — cada indivíduo 120, carga o mesmo e cada animal 240 réis.

1801

A 7 de janeiro chegou a Vila Bela o secretario do governador de Chiquitos a cumprimentar o general.

O general organizou a Legião de Milícias de Cuiabá na conformidade do Decreto de 7 de agosto de 1796 e remeteu o respectivo mapa ao Conselho Ultramarino.

Chegou de São Paulo, pela navegação fluvial, um destacamento de 20 a 30 soldados comandados pelo tenente coronel Cândido Xavier

(75) O imposto criado foi de 90 réis, ouro, por cabeça de escravo (Nota de E. de Mendonça).

(76) Na relação dos estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra, não consta o nome de nenhum dos referidos.

d: Almeida e Sousa, enviado pelo governador daquela Capitania para, com o auxilio desta, fazer nas imediações de Iguatemi as explorações prescritas pelo Aviso da Secretaria de Estado de 24 de abril de 1799.

O capitão general julgando menos conveniente o plano que a este respeito traçara o governador de São Paulo, assim lho declarou em officio de 19 de fevereiro em que lhe apresentava os inconvenientes que ofereciam essa empresa, e ponderava entre outras coisas a propriedade de fazer-se, por parte de São Paulo, um estabelecimento militar em alguma das cabeceiras do Ivinheima; mandou, no entanto, que o referido destacamento fôsse para o Presidio de Miranda, substituindo o tenente coronel Cândido ao tenente Francisco Rodriguez do Prado no comando do mesmo Presidio — substituição esta que todavia não se verificou.

Em Junta de 18 de maio deliberou-se lançar mão do dinheiro existente nos cofres dos órfãos ausentes, para acudir a despesas urgentes e principalmente ao pagamento da tropa — o que se verificou apesar de objeção do juiz de fora de Cuiabá.

A 19 de agosto o tenente coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, comandante do Presidio de Coimbra e Fronteira do Paraguai, foi avisado por uns índios Guaicurus de que vinham os espanhóis já de Vila Real para cima, com três grandes barcas para atacar o dito Presidio, e que marchava também força por terra.

Com effeito, no dia 16 de setembro pela tarde appareceu em frente ao Presidio o governador de Assunção, Dom Lázaro de Ribera, em três grandes sumacas, cada uma com duas peças de artilharia por banda, e outra menor. Bateram o forte até depois de Ave Maria.

A 17 dirigiu Dom Lázaro ao comandante uma intimação para render-se, ao que este respondeu com notável dignidade e bravura. Continuou o fogo, marchando os espanhóis já para baixo, já para cima; tentaram um desembarque por esta última parte, mas não o efetuaram, tendo-se-lhes matado seis a oito homens.

No dia 21 desembarcaram na horta, abaixo do forte, tiraram algumas couves e cebolas, mataram algum gado e porcos, e chegaram até a ponta do morro, onde uma emboscada ali colocada se lhes mataram três homens e feriram dois.

Os dias 22 e 23 passaram sem novidade por causa de um forte vento Norte e de uma tempestade. No dia 24 o inimigo renovou o fogo, e retirou-se às 9 horas da noite, sem ter conseguido o seu intento.

A força inimiga era de 600 a 800 homens, dos quais perdeu 20. O corpo que vinha por terra chegou até 12 léguas de Coimbra, mas não pôde aproximar-se mais por estarem ainda alagados os pantanaes.

A guarnição de Coimbra não passava de 110 praças com uma única peça de artilharia de calibre 1. Ainda se achava na velha estacada até o dia 14 em que, avisado o comandante, por um patrulha que mandara rio abaixo, da próxima chegada dos espanhóis, mudou-se para o novo forte, onde não havia ainda quartéis, nem ranchos, nem casa de pólvora.

Retirou-se nesta ocasião para Cuiabá o tenente coronel Cândido Xavier, que se achava 50 léguas distante do lugar da ação.

Há razão de supor que o principal motivo da retirada de Dom Lázaro foi haver recebido apertada ordem do vice-rei de Buenos Aires para acudir à fronteira do Rio Pardo, onde os portugueses iam se adiantando rapidamente.

Desde que teve noticia do projetado ataque de Coimbra, o general deu as mais prontas e enérgicas providências para o socorro do dito presidio e solicitou com empenho auxílios dos governadores das Capitánias limítrofes e do vice-rei do Rio de Janeiro.

De Cuiabá aprontou-se um socorro de gente e munição de guerra e boca, em cuja prontificação houve porém muita demora, pois não saiu senão a 2 de novembro. Foi sob as ordens do tenente coronel Cândido Xavier de Almeida, que tendo sido exonerado do comando de Miranda, ficou na povoação de Albuquerque (77).

1802

A 1 de janeiro o comandante do Presidio de Miranda, Francisco Rodrigues do Prado, à frente de 54 soldados, atacou pela madrugada o forte espanhol de São José, distante do nosso presidio 35 a 40 léguas, o qual estava guarnecido com 114 homens comandados por Dom Juan Cabalero; depois de algumas descargas de mosquetaria, que mataram o dito comandante e nove soldados, e à vista dos muitos feridos, os mais renderam-se à discreção.

Depois de mandar enterrar os mortos e socorrer aos feridos, o comandante mandou dar saque ao dito forte, tanto aos nossos soldados como a 207 Guaicurus, que tendo marchado com a nossa força, por medrosos não quiseram entrar em ação, e somente depois da nossa gente o ter concluído, é que elles quiseram arrojarse brutal e furiosamente sobre os vencidos.

Obstou com muito custo a este intento o comandante, consentindo somente que entrassem no saque, que constou para elles de alguns arcabuzes, espadas e roupas, com animais cavallares e perto

(77) A atuação de Cândido Xavier está assinalada em seu "Diário", publicado nesta Revista — tomo...

de 300 vacuns ; reservando-se para sua alteza real duas peças de c. 3 e 1 e 40 arcabuzes. Arrazaram-se depois o forte e as casas, reduzindo-se tudo a cinzas, e retirando-se a nossa tropa com um alferes e seis soldados prisioneiros.

Em junta de 3 de janeiro, assentou-se lançar mão do dinheiro do cofre da cruzada para ocorrer às mais indispensáveis despesas.

A 17 de fevereiro o general recebeu um officio de Dom Lázaro de Ribera comunicando-lhe o Tratado de Paz de Badajoz de 6 de junho de 1801, em consequência do que mandou logo cessar as hostilidades e entregar os prisioneiros.

A 29 de abril o general recebeu por via do Pará a noticia official da Paz, e no dia seguinte chegava-lhe por via de Goiás despacho da Córte, de março de 1801, comunicando-lhe a declaração da guerra (78).

Em maio foram mandados regressar para Goiás um tenente e 60 homens que tinham chegado a Cuiabá em fevereiro, enviado em socorro pelo governador daquela Capitania.

O comércio com o Pará não apresentava tôdas as vantagens que dêle esperava o capitão general daquele Estado, autor do plano. Os cálculos menos exatos e hipóteses menos realizáveis em que se fundava eram expostos em um officio do capitão general Caetano Pinto de 16 de setembro.

A 20 de outubro o governador saiu de Vila Bela para Cuiabá, onde chegou a 7 de novembro. Ao passar por Vila Maria expediu o capitão engenheiro Lacerda para o Escalvado, onde mandou fazer uma tal ou qual fortificação, com o fim de cobrir Vila Maria e de embaraçar os espanhóis de subirem até o Marco.

Mandou o governador repartir o descoberto de São Francisco Xavier, no distrito do Paraguai Diamantino.

Criaram-se em Vila Maria uma Companhia de cavalaria miliciãna e mais uma companhia de caçadores.

Deu o general diversas providências acêrca da provedoria comissária de Cuiabá, e mandou criar mais duas companhias de fuzileiros ou legião de milícias.

(78) As datas registadas evidenciam a tardança na correspondência official entre a Metrópole e a Capitania occidental.

A 17 de janeiro teve ciência Caetano Pinto da assinatura do Tratado de Paz de 6 de junho de 1801, por intermédio de Dom Lázaro, governador de Assunção. A noticia official, de Lisboa, só lhe chegou via Pará, decorridos três meses, a 29 de abril, ao passo que a declaração de guerra somente no dia seguinte se lhe tornou conhecida pelo correio de Goiás, quando tudo se achava normalizado.

1803

Em officio de 30 de janeiro o capitão general propôs ao ministério a fundação de um hospital em Vila Bela, lançando-se mão, para este fim, do que deixara por testamento Manuel Fernandes Guimarães, falecido em Cuiabá em 1755, atualmente constitui um capital de cem mil cruzados.

Em maio foi expedido João Alexandre Lemos de Brito com seu irmão e mais 26 pessoas para explorar o curso do rio Manso ou das Mortes e indagar onde faz barra, e se é navegável. Voltou a 21 de setembro e declarou que não era navegável o rio das Mortes até o lugar dos Araçes por ter varadouro em diversas partes, de léguas de comprimento, e ser em algumas paragens muito encaixotado. Trouxe algumas amostras de ouro.

A 6 de junho, estando ainda em Cuiabá, o general recebeu o Aviso de 5 de agosto de 1802 comunicando-lhe a sua nomeação para governador de Pernambuco. De ordem do general, o governo de sucessão começou a funcionar a 15 de agosto, e a 22 o general partiu com aquêlle destino.

O triunvirato que lhe succedeu era composto do Dr. cuvidor Manuel Joaquim Ribeiro, do coronel Antônio Felipe da Cunha Ponte e do vereador de Vila Bela João da Costa Lima.

Em setembro recebeu-se a Carta Régia de 28 de maio de 1802 relativa à produção da cochonilha e da colheita da quina; foi igualmente recebida em novembro a comunicação da remessa de moeda de cobre provincial.

Na mesma ocasião recebeu-se também a Carta Régia de 14 de junho de 1802 mandando extinguir a Provedoria Real e criar uma Junta de Fazenda, o que não pôde logo ser executado por falta de pessoal idôneo.

1804

Constou que os espanhóis estavam fazendo um novo forte de pedra e cal no lugar do arrazado forte de São José, sobre o Apa.

Remeteram duas peças de ferro uma de c. 9½ outra de c. 6 para o forte de Coimbra, para onde já se haviam remetido anteriormente duas peças de 3.

A 20 de março chegou a Cuiabá o novo governador Manuel Carlos de Abreu e Menezes. Vinha acompanhado do seu primo o Dr. ouvidor Sebastião Pita de Castro, do capitão Manuel Antônio Pinto, do cirurgião-mor Francisco José Ribeiro e de um alferes com cinco soldados da Brigada Real.

Passados alguns dias depois de sua chegada, o general fez publicar as mercês que sua alteza real havia feito pelos seus bons

serviços ao tenente coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, promovido a coronel com hábito de aviz e tença de 300\$000 ; ao tenente Francisco Rodrigues do Prado promovido a capitão com o hábito de aviz e exercício de comando de Miranda, onde se achava ; ao major de ordenanças Gabriel da Fonseca nomeado tenente coronel de milícias ; e ao capitão de milícias Leandro de Sousa nomeado Cavalleiro de Santiago (79).

A 27 de junho o general partiu para Vila Bela, onde chegou a 27 de julho.

7.º CAPITÃO GENERAL MANOEL CARLOS DE ABREU E MENEZES

(1804 — 1805)

O capitão general Manuel Carlos de Abreu e Menezes, nomeado por Carta Régia de 2 de agosto de 1802, tomou posse do governo a 28 de julho. A 30 do mesmo mês entrou em exercício de ouvidor o Dr. Sebastião Pita de Castro.

A 8 de agosto foi empossado no lugar de juiz de fora de Cuiabá o Dr. Gaspar de Sá Navarro. Em 11 de agosto publicou-se um Bando levantando a proibição de lavar o ouro nas terras diamantinas e permitindo trabalhar-se no vedado Paraguai. Na mesma data publicou-se um Bando para animar o comércio com o Pará, dando-lhe plena liberdade, visto não ter produzido o que esperavam o transporte das cargas por conta da Fazenda Real e facultando o pagamento de metade das entradas em documentos de dívida pública. Por Bando de 30 de agosto estabeleceu-se a passagem do rio Cuiabá em barcas da Fazenda Real.

Em setembro chegou a Cuiabá uma tropa de 110 bestas carregadas de petrechos e trem de guerra. Em outubro chegou outra com igual remessa.

A 6 de outubro publicou-se um regulamento para o hospital militar da Vila Bela. A 5 de novembro publicou-se um Bando ordenando a circulação da moeda de cobre provincial, determinando o governador que metade do pagamento das despesas que fossem feitas se realizasse em ouro, e outra metade em cobre dessa espécie.

Faleceu a 6 de novembro o capitão Francisco Rodrigues do Prado, na volta de uma diligência a Chiquitos. De um officio dirigido à Secretaria de Estado em dezembro viu-se que então existiam em Vila Bela tão somente quatro famílias brancas.

(79) Em recompensa ao que fizeram na guerra última, quando Dom Lázaro foi rechaçado de Coimbra.

1805

Em janeiro o general passou de Vila Bela para a Vila de Cuiabá. Em fevereiro chegou de Porto Feliz uma monção de canoas carregadas com trem de guerra, em que vieram o sargento mor Antônio José Rodrigues e o tenente de artilharia Jerônimo Joaquim Nunes.

O general, oficiando ao governador de São Paulo a respeito dessa remessa, menciona a possibilidade de virem sem maior custo por esta via as caronadas que estão naquela capitania, reconhecendo, porém, a extrema dificuldade da condução das peças de artilharia c. 12.

Mandou-se abrir ou limpar a estrada para o alto Paraguai pelos moradores da beira da mesma estrada.

Resolveu-se a proceder à socavação das minas do alto Paraguai, e a 16 de março publicou-se um Bando relativo a arrecadação dos diamantes que aí fossem achados, permitindo também no mesmo distrito o comércio de todos os gêneros da capitania, e dos de fora tão somente o ferro, o aço e o sal. Foi o ouvidor presidir à dita socavação, que teve começo em abril e fez minguar as esperanças que havia de naquelas paragens existirem muitas riquezas; entretanto o general ordenou que a partilha fosse feita em maio.

Deu o general providências para que se efetuasse o donativo de que tratava a Carta Régia de 6 de abril de 1804. Por Bando de 11 de maio foi proibida a extração e comércio da quina aos particulares que não exhibissem licença do governo.

Em julho partiu, de ordem do general e a diligências do ouvidor, uma expedição comandada pelo forriell Manuel Gomes para verificar a possibilidade de uma navegação para o Pará pelo rio Arinos.

No meado de julho voltou o general para Vila Bela, onde em setembro veio visitá-lo o secretário do governador de Chiquitos.

A 8 de novembro pelas 10 horas da manhã faleceu o capitão general, sucedendo-lhe um triunvirato composto do coronel Antônio Felipe da Cunha Ponte, do ouvidor Sebastião Piza de Castro e do vereador mais antigo José da Costa Lima.

Houve neste ano em Cuiabá uma epidemia, que levou o melhor de 200 adultos e 22 crianças.

1806

José de Castro Lima foi substituído no governo de sucessão pelo vereador Marcelino Ribeiro. Tendo o comandante da fronteira do Paraguai suspeitas de que os espanhóis projetavam atacá-la, mandou-se-lhe de Cuiabá em fim de março abundantes socorros de munições de guerra e de boca e 60 soldados milicianos.

A 3 de maio faleceu o Dr. ouvidor Sebastião Pita de Castro, que foi substituído no governo pelo Dr. juiz de Fora de Cuiabá Gaspar Pereira da Silva Navarro.

Por falta de pessoal idôneo não se tinha instalado a Junta de Fazenda mandada criar pela Carta Régia de 4 de agosto de 1802. Tendo chegado a Vila Bela Domingos Mendes de Miranda, enviado pelo governador do Pará para servir o cargo de escrivão deputado, foi empossado por portaria de 7 de junho, marcando-se para a instalação da Junta o dia 1 de janeiro de 1807; falecendo, porém, o coronel Antônio Felipe da Cunha Ponte, os outros dois membros do governo, sem esperar a chegada do 3.º, coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, resolveram a não instalação da Junta e deram conta desta medida à Corte de Lisboa.

A 30 de agosto faleceu o coronel Antônio Felipe, que foi substituído no governo a 12 de dezembro pelo coronel Ricardo Franco. Houve neste ano abundância de mantimentos.

A 8 de outubro uma mulher parda, de nome Inês, deu à luz a um bicho semelhante à cobra, que por muitas pessoas fôra visto mover-se como animal vivo.

1807

Por Bando de 5 de março proibiu-se absolutamente aos particulares a extração e comércio da quina.

Voltaram pela navegação do Madeira, Mamoré e Guaporé os da expedição que em julho de 1805 haviam descido pelo rio Arinos ao Pará.

A 1 de janeiro o vereador Francisco de Sales Brito substituiu a Marcelino Ribeiro no governo de sucessão.

A 7 de outubro chegou a Cuiabá o novo capitão general nomeado, João Carlos Augusto de Oynhausen e a 29 seguiu para Vila Bela.

8.º CAPITÃO GENERAL JOÃO CARLOS D'OYENHAUSEN E GREVENBURG

(1807 — 1808)

A 18 de novembro o capitão general João Carlos tomou posse em Vila Bela, do governo que lhe fôra confiado por decreto de 24 de julho de 1805 e Carta Régia de 9 de junho de 1806.

O seguinte trecho de um officio do capitão general ao visconde de Anadia, ministro dos Negócios Ultramarinos, em data de 23 de dezembro, dá idéia do estado da capitania naquela época :

"Ter ao mesmo tempo de dirigir a administração da Fazenda Real sem bons officiaes de fazenda, e de fazer face a grandes despesas

com poucas e incertas rendas; de dirigir a administração da Justiça sem bons ministros, e atualmente com um só em tôda a capitania; ter de defender uma fronteira de 500 léguas contra inimigo vigilante, ávido e de má fé, sem ter número suficiente de tropas e sem ter dinheiro para pagar e sustentar as poucas que há, e finalmente de dirigir um comércio amortecido, contra poderosos obstáculos e com comerciantes empenhados são obrigações superiores às minhas forças, etc."

De outro ofício de 20 do mesmo mês, vê-se que os pontos onde existia força militar eram: Casalvasco — Forte do Príncipe da Beira — São José de Montenegro (Ribeirão) Forte de Coimbra — Presídio de Miranda — Povoação de Albuquerque — Vila Bela e Cuiabá. Vê-se, também, que os oficiais militares que o general tinha à sua disposição eram um coronel, dois sargentos-mores, um capitão, um tenente e dois alferes, e alguns dêles doentes.

A 8 de dezembro tomou posse por procurador, Dom Luís de Castro, bispo de Ptolomaida, nomeado prelado de Cuiabá, em 29 de outubro de 1803.

1808

Por portaria de 1 de janeiro o governador desanexou a Intendência da Provedoria da Fazenda, dando-lhes empregados distintos, ficando contudo ambas sob as vistas e direção do Dr. provedor.

Desde o tempo de Dom Antônio Rolim d: Moura não existia na capitania outra força militar paga senão a Companhia de Dragões e a de Pedestres. Por Bando de 29 de março o governador criou uma companhia de voluntários que denominou — Companhia, França de Leais Cuiabanos, composta de quatro cabos e cem praças comandadas por um oficial e foi depois elevada a 230 praças, destinadas principalmente ao serviço de remar as canoas e com metade do soldo dos pedestres.

Estabeleceram-se dois destacamentos de seis praças na estrada de Goiás, um no sítio do *Jatobá*, do padre Albuquerque, e outro no Sangradouro grande, onde então existia um fazendeiro.

Deu o general providências para o reforço das guarnições das fronteiras. Foi mandado repartir o descoberto da Cachoeira, manifestado pelo revendo José Lemes da Silva, vigário da Chapada.

Em junho, por cartas vindas de São Paulo, soube o general da chegada d'el-rei ao Brasil.

Existindo no cofre, sem destino, fundos do subsídio literário, o governador resolveu applicá-los à fundação de uma aula de anatomia e cirurgia, que mandou abrir no dia 15 de agosto, em que se festejou a chegada de sua majestade.

A 16 de agosto chegou a Cuiabá Dom Luis de Castro Pereira, prelado nomeado por Decreto de 29 de outubro de 1803 e sagrado bispo *in partibus* de Ptolomaida em 14 de julho de 1805.

1809

A 21 de janeiro faleceu em Coimbra o coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, na idade de 61 anos. De ordem do general seus ossos foram, em julho do ano seguinte, para a Real Capela de Santo Antônio, de Vila Bela. Sucedeu-lhe no comando da fronteira o sargento-mor A. J. Rodrigues.

Por portaria de 1 de março, o general mandou que no princípio de cada mês se entregasse ao padre Tavares, a cujo cuidado estavam dois filhos do coronel Ricardo Franco, legitimados por testamento, a quantia de vinte oitavas de ouro, para sustento dos mesmos e de sua mãe.

Por Bando de 19 de janeiro, criou-se um Hospital Militar na vila de Cuiabá. Em Bando de 21 de fevereiro publicou-se o Aviso de 26 de julho de 1808, determinando que fôsse exclusivo da Fazenda Real o fabrico e venda de pólvora, e deram-se a respeito providências.

Por Bando de 28 de março modificou-se, em conformidade do Decreto de 7 de agosto de 1796, a organização da Legião de Cuiabá, que ficou sendo — Regimento de Milícias — com uma companhia de granadeiros, uma de caçadores e oito de fuzileiros. Foram anexadas as duas companhias de cavalaria, que formaram um esquadrão de cavalaria de Cuiabá. Das praças que sobraram formou-se um corpo de reserva.

Para fins económicos, o governador criou em 17 de abril duas repartições militares dirigidas cada uma por um oficial superior. Ao distrito da 1.^a pertenceram os destacamentos de Vila Bela — Casalvasco — Forte do Príncipe — Palmela — São José do Ribeirão — Jauru e Vila Maria; ao da 2.^a os destacamentos da Vila de Cuiabá — Miranda — Coimbra — Albuquerque e Insua.

Tendo no mês de junho, os índios Cabixis cometido grandes depredações nas vizinhanças do arraial de São Vicente, o general autorizou a expedição de uma bandeira contra eles.

Em setembro o governador modificou a organização do corpo de ordenanças de Cuiabá, que ficou composto de oito companhias, a saber: 1 de Vila Bela, 1 de São Pedro d'El-Rei, 1 da Serra acima, 1 de Cocais, 1 do rio acima e Diamantino, 1 do rio abaixo, 1 de homens pardos e 1 de Henriques.

No mesmo mês voltou o general para Vila Bela. A 15 de outubro o Dr. José Francisco Leal tomou posse do lugar de juiz de fora de Cuiabá e ouvidor geral interino.

Em novembro o general ordenou que se construísse em Vila Maria uma casa para depósito de pólvora da capitania.

1810

A 4 de fevereiro celebrou-se a primeira sessão da junta de Administração da Fazenda, mandada criar pela Carta Régia de 14 de junho de 1802 e Provisão do Real Erário de 24 de maio de 1809.

Com o fim de facilitar a comunicação fluvial com a capitania de São Paulo estabeleceu-se um registro e o destacamento na Fazenda de Camapuã, a cujo comandante deu o general previdentes instruções em data de 19 de julho.

Saiu de Cuiabá uma expedição com o fim de descobrir ouro. Recolheu-se sem fruto, tendo perdido oito homens, que morreram de sezões. Com o mesmo intento partiu de Mato Grosso em setembro uma bandeira que foi igualmente incumbida de reprimir os insultos dos Cabixis.

Por Bando de 16 de setembro mandou-se pôr em execução as disposições da Carta Régia de 5 de novembro de 1808, que facultavam aos moradores que segurassem alguns índios selvagens e hostis, conservá-los por 15 anos como prisioneiros de guerra e empregá-los no serviço.

Em fim do dito mês de setembro o general seguiu para Cuiabá.

Em consequência de desavenças ocorridas entre um major, um tenente e um capelão que vinham em uma monção de São Paulo, o major prendeu o tenente, e foi, pelo capelão, excomungado e preso à ordem do Santo Offício.

1811

Em março o general recebeu officios do governador da provincia do Paraguai pedindo-lhe armas, munições, duas ou três peças de campanha de c. 8 e a marcha de 600 homens, ou mais, a fim de auxiliá-lo contra a força da junta insurreccional de Buenos Aires.

Ainda quando não fosse a falta de meios, outros motivos políticos não permitiriam ao general atender a este pedido. Não tardou aliás a constar que foram repellidos os insurgentes invasores pelos realistas. Não tardaram, porém, os próprios paraguaios a seguir o exemplo das outras provincias, e no dia 24 de maio depuzeram o seu governador.

Em consequência desta revolução, chegaram em junho emigrados a Miranda o coronel espanhol Dom Pedro Garcia e alguns outros officiais. O general fez-lhes bom acolhimento e os mandou conjuzir para a Corte por via de Goiás.

Em 13 de agosto o general marchou de Cuiabá para Vila Bela.

Recebeu um aviso do ministro conde de Linhares recomendando-lhe que protegesse no que fôsse possível o governador do Paraguai, general Velasco, contra o ataque da junta de Buenos Aires. Em resposta o general mostrou que, à vista do ocorrido, e do estado da capitania, nada podia fazer senão o que tinha feito, reforçando a guarnição da fronteira a fim de preservá-la de algum insulto.

Constava que a provincia de Chiquitos, senhoreada pela junta de Santa Cruz, subalterna da de Buenos Aires, seguia o partido desta, e que a do mayor, fiel ao rei, se achava ameaçada por forças cruzeñas, e com poucos meios de resistir. Vindo, porém, o brigadeiro espanhol Goianacha à testa de um exército, mandado pelo vice-rei de Lima, reduziu os insurgentes à obediência.

Em fim d'este ano esperava o general o seu successor no governo, Luis Borba de Alardo Menezes, nomeado por Carta Régia de 25 de abril d'este mesmo ano; mas não veio.

O governador João Carlos fôra nomeado para o governo do Pará.

1812

Em abril o governador recebeu officio do general espanhol Goianacha pedindo-lhe armamento. A resposta foi de acôrdo com o constante procedimento do mesmo governador e às suas ordens e instruções dadas aos comandantes dos pontos da fronteira, a fim de se conservar a mais estrita neutralidade entre os partidos que dividiam os habitantes dos domínios espanhóis, linha de conduta que foi aprovada pelo conde de Linhares (80).

Em maio os Guaicurus, sob o comando do cacique Bruno, deram em Bourbon e mataram alguns espanhóis fora do forte; os outros embarcando-se em uma jangada de paus de carandá fugiram deixando desamparado o forte. Nela entraram os indios, utilizaram-se das armas e da pólvora e bala, desmontaram e encravaram uma peça de ferro que ali existia e lançaram fogo às casas.

Sabedor d'este acontecimento, o comandante da fronteira mandou ocupar o dito forte por genl: nossa. Apresentando-se depois uma expedição espanhola, não foi immediatamente entregue, mas sim logo que se receberam as ordens do governador para est: fim.

Efetou-se a entrega pelo tenente de dragões Antônio Maria da Silva Torres ao capitão Dom Francisco de Echague y Andía, a 20 de julho.

(80) Aviso de 12 de outubro de 1812. (Nota de Leverger).

Em agosto mandou o general que se fizessem disposições em Cuiabá e Vila Bela para a chegada do seu sucessor, a qual se não verificou.

Em setembro saiu para o Pará pelo rio Arinos uma expedição dirigida por Miguel João de Castro e Antônio Tomé de França, animados e protegidos pelo general, que lhes mandou fornecer gente, armas e munições de guerra e de boca.

Em fim de outubro o general marchou de Vila Bela para Cuiabá, onde chegou em meado de novembro.

A 1 de novembro o Dr. Antônio José de Carvalho Chaves tomou posse do cargo de juiz de fora de Cuiabá e interinamente do lugar de ouvidor.

1813

Por Bando de 25 de janeiro deram-se várias providências relativas à cultura do algodão e ao fabrico do fio e tecidos desse gênero.

Por portaria de 1 de fevereiro foi mandado transferir o Registro da Insua para o Rio Grande. Na mesma data renovou-se a publicação, por Bando, das disposições da Carta Régia de 22 de abril de 1799, concedendo faculdades especiais aos governadores de Mato Grosso.

Em 1 de abril instalou-se em Cuiabá a junta de gratificação dos diamantes na forma da Carta Régia de 13 de novembro de 1809, modificada pelo aviso de 8 de junho de 1811.

Por portaria de 10 de abril deu-se nova organização às Milícias de Cuiabá, que ficaram formando uma legião composta de um batalhão de infantaria com 10 companhias, uma brigada de artilharia com uma companhia de bombeiros, três de artilharia a pé e uma de artilharia montada, e dois esquadrões de cavalaria.

Tendo sido derrotado o partido realista nos vizinhos domínios espanhóis, a 9 de abril chegaram a Casalvasco e a 30 a Vila Bela os governadores das províncias de Chiquitos e Santa Cruz, Dom Juan Batista de Alto Leguirra e Dom Miguel José Bezerra, obrigados a refugiarem-se. Foram tratados com toda a consideração devida à sua posição social, porém, de ordem do general tiveram que marchar para Cuiabá e dali para a Corte do Rio de Janeiro, seguindo a 7 de junho a via dos rios até São Paulo, acompanhados de um tenente coronel ajudante de ordens do governador.

Este procedimento foi aprovado por avisos de 9 de agosto e 25 de setembro. Pouco depois teve também de refugiar-se no forte do Príncipe o Dr. Estêvão Roxas que assumira por parte dos realistas o governo da província de Mojos. Foi mandado seguir para Cuiabá e dali para a Corte por via de Goiás.

As canoas que no ano passado tinham ido ao Pará pelo rio Arinos, voltaram pela mesma via e chegaram em setembro ou outubro (81). Criou-se um registro no pórtio do rio Preto, afluente do Arinos.

O empenho sempre crescente da Fazenda Real, a escassez das suas rendas e ainda a sua diminuição principalmente da do quinto do ouro, obrigaram o governador a lançar mão de quantos recursos podia excogitar para acudir às necessidades do serviço público.

Lembrou-se para este fim de tirar partido do legado de Manuel Fernandes Guimarães de que já se fez menção nestes apontamentos. Este legado, que se achava sob a administração da Provedoria dos Resíduos, importava, com o acréscimo dos juros vencidos, uma avaliada quantia de 61:856\$023 réis, por conta do qual tinham-se recolhido aos cofres apenas 191\$524 réis, achando-se assim quase todo o capital em mãos de 69 devedores, a título de empréstimo vencendo o juro da lei. Por Bando de 5 de dezembro determinou o governador que a Fazenda Real tomasse por empréstimo a massa das referidas dividas, encarregando-se de cobrá-las com o encargo de aplicar o respectivo juro à fundação do estabelecimento pio projetado pelo testador.

E por portaria de 17 do mesmo mês, criou o governador uma comissão à qual encarregou essa administração, dando-lhe instrução para o fim que fôra organizada. Facilitou-se a cobrança aceitando dos devedores a importância em mantimentos e panos de algodão que os mesmos devedores pudessem fornecer à Fazenda Real quando fosse preciso. Em officio de 14 de janeiro do ano seguinte deu conta desta medida à Secretaria de Estado, sendo ella aprovada pelo príncipe regente por Carta Régia de 6 de junho de 1814.

1814

Em março levou-se a efeito uma providência solicitada pelo general e determinada pelo Decreto de 25 de agosto de 1813, que mandou anexar ao distrito de Cuiabá o julgado de São Pedro d'El

(81) Nota de Leverger, lançada posteriormente em uma tira de papel, com letra muito mais miúda do que aquella que usava, fôto muito comum nos últimos tempos de sua existência: "Em officio de 26 de outubro de 1813, diz o general a Miguel João de Castro: Esperava a Vm. com a maior impaciência para lhe agradecer por mim, pelo Príncipe N. S., e finalmente em nome do Povo desta Capitania o assinalado serviço que acaba de lhe fazer. Ao primeiro navegante do Arinos competem certamente as mais distintas mercês e pela primeira vez sinto a estreiteza do meu poder, que não permite que eu lhe faça outra senão o que já lhe fiz de o nomear Capitão agregado à brilhante Legião de Cuiabá".

Rei, ficando todavia pertencentes à Vila Bela as rendas do dito jugado.

Por este tempo, mandou o general fundar uma fazenda de gado em Miranda e abrir uma estrada daquele presidio para Cuiabá.

Tendo o general promovido a organização de uma companhia de mineração de Cuiabá, com a incumbência do encanamento das águas do ribeirão da Mutuca e outros confluente para lavar as terras minerais vizinhas da dita vila e ainda prover a esta de água potável, em portaria de 13 de maio aprovou provisoriamente os Estatutos da dita companhia, que enviou ao ministro em officio de 22 do mesmo mês, que foram aprovados definitivamente por Carta Régia de 16 de janeiro de 1817 (82).

Mandou-se construir, nas imediações de Cuiabá, uma casa para depósito da pólvora da Fazenda Real e dos particulares, e por portaria de 10 de junho prohibiu-se a estes o conservarem em suas casas mais de oito libras deste gênero.

Por Bando de 22 de junho fizeram-se públicas as disposições do alvará de 17 de setembro de 1813 ampliando a todas as fábricas de mineração os privilégios de que até então gozavam tão somente as que tinham de 30 escravos para cima, e prescreveram-se as regras para a matricula dos empregados nas ditas fábricas.

Em julho o governador marchou de Cuiabá para Vila Bela.

Continuava a guerra civil nas vizinhas provincias espanholas. O governador recebeu um officio do chefe realista Udaeta pedindo auxilios, que declinou ministrar. O general respondeu com o mesmo espirito de neutralidade a comunicação que, por via de Moxos, lhe dirigira o chefe independente Inácio Varnes.

No entretanto, autorizado por uma Ordem Régia que constava do aviso do marquês de Aguiar de 18 de março, voltaram a esta capitania os dois governadores que no ano passado haviam seguido para a Corte, e bem assim o espanhol emigrado de Moxos, Doutor Estêvão Rochas (83). Este, à sombra de seu passaporte, chegou em agosto até o Jauru, onde o capitão general ordenou que se demorasse, porém posteriormente determinou que voltasse para Goiás.

Os dois governadores espanhóis chegaram a Cuiabá a 29 de agosto e seguiram sem demora para Vila Bela; de ordem do general, porém, tiveram que retroceder. Foram mandados esperar em Vila

(82) A companhia cuja formação o capitão general incentivou tomou por divisa — *fortuna duce — comite virtute* — Pretendia canalizar as águas do Moineca e outros cursos d'água para as lavras do Jacé. Porém, não prosperou.

(83) A pedido do ministro da Espanha no Rio de Janeiro. (Nota de Leverger).

Maria, e depois fez o general com que regressassem para Goiás, seguindo viagem em outubro.

Declarou-se uma epidemia de *berigas* no forte do Príncipe. Logo que tal constou mandou-se por portaria de 27 de outubro estabelecer um registro no Cubatão, a fim de evitar que se estendesse o mal, o que felizmente não sucedeu.

Em setembro o governador recebeu comunicação da sua promoção ao posto de coronel. No mesmo mês fez-se a primeira remessa para o Rio de Janeiro dos diamantes recolhidos ao cofre depois da criação da junta.

Em outubro regressou com felicidade ao Diamantino uma segunda expedição que no ano antecedente desceu ao Pará pela navegação do Arinos.

Em novembro o general marchou de Vila Bela para Cuiabá.

1815

O capitão Bento Pires de Miranda, tendo aberto à sua custa, um varadouro do rio Arinos para o Cuiabá, para o transporte das cargas vindas do Pará, chegou no dia 6 de janeiro ao porto desta vila em uma igarité vinda por esta via.

No dia 23 de abril seguintes celebraram-se grandes festas em Cuiabá pela noticia da pacificação da Europa.

O general mandou expedir de Vila Maria uma Bandeira contra os índios Bororós, que infestavam a estrada de Vila Bela, entre Vila Maria e Jauru. Foram destroçados e fizeram-se alguns prisioneiros e a Bandeira recolheu-se em principio de setembro.

Em maio fizeram-se públicos os privilégios dos moradores do estabelecimento que se devia fundar no salto Teotônio, com a denominação de povoação de São Luís, sob a direção do tenente coronel José Pereira da Silva Guimarães, em virtude da disposição da Carta Régia de 6 de março de 1814. Mandou-se construir a ponte do Aricá.

A 20 de junho o Dr. José Francisco Leal tomou posse do lugar de ouvidor e o Dr. José Simões Marques de Almeida do de juiz de fora de Mato Grosso tornado a criar de novo por alvará de 25 de agosto de 1813.

O estado das limítrofes provincias espanholas era o mesmo, incerto e agitado. O chefe independente Udacta achava-se em Chiquitos mantendo-se sem socorro e sem esperanza de melhorar de partido. Era, pois, evidente a prudência da medida que tomara o capitão general João Carlos de fazer recolher à Córte do Rio de Janeiro os governadores emigrados, porquanto a sua estada nesta

capitania seria um motivo justo do partido independente desconfiar da neutralidade, e a sua volta aos seus respectivos governos não era menos perigosa, pois no caso de um revés, seriam obrigados a emigrar de novo, ou porventura a se ligarem com o partido que combatiam; e se fossem vitoriosos não deixariam de conservar má vontade pelo nenhum auxilio que se lhes tinha dado, e em ambas as hipóteses não nos podia resultar senão prejuizos dos conhecimentos que tinham adquirido do exame dos recursos e meios de defesa da capitania.

Foi, portanto, com a maior surpresa e desgosto que o general recebeu o aviso do marquês de Aguiar de 6 de março em que lhe significava que sua alteza real ficava inteirado de todas as ponderações feitas nos officios relativos aos emigrados e das razões alegadas para justificar a deliberação de fazê-los voltar; porém que não podia merecer a real aprovação do mesmo senhor um semelhante arbitrio, pois convencia mais à vista da régia permissão de que vinham munidos, que aquêles espanhóis prosseguissem a sua jornada e passassem as provincias a que pertenciam do que voltarem outra vez à Côte obrigados a fazerem tão dilatada viagem com grave incômodo e até despesa da Fazenda Real.

Os termos em que estava concebida esta resolução não permitiam ao general outra coisa senão (como diz elle mesmo em um officio ao commandante de Casalvasco) *abaixar a cabeça e obedecer*.

A 16 de agosto chegaram a Cuiabá os dois governadores e a 20 seguiram para seu destino. Em 7 de outubro foram desbaratados em Chiquitos, morrendo Alto Leguirre que desamparado pelos seus e na fugida o arrojou o cavallo já meio de debilidade e aí o acabaram os que o seguiam e passando para Mato Grosso o seu colega Bezerra acompanhou-o um grande número de espanhóis.

Em junho fez-se a primeira partilha dos lucros da recém criada companhia de mineração, na qual tocou :

A Real Fazenda	93\$734
Reserva da 6. ^a parte	73\$8086
A cada ação na partilha de 2:22\$700	61\$861
A cada ação na partilha de 2:290\$556	22\$195

Aos emigrados espanhóis mandou o general internar para Vila Maria e Cuiabá, e solicitou do governo permissão para fazê-los sair da capitania e de remeter o tenente coronel Udacta para o Rio de Janeiro, cuja pessoa fôra por vêzes reclamada pelo seu cunhado Wamis.

Em agosto o general teve noticia pelas gazetas de ter sido nomeado para succeder-lhe no governo o marechal de campo João de

Sousa Mendonça Corte Real, a qual com efeito foi expedida a Carta Régia de 7 de abril de 1815; mas não veio à capitania.

De outubro em diante deram-se diversas providências relativas à administração dos lazáros e começou-se a construção de um edificio para recolhê-los.

Em dezembro o capitão Bento Pires partiu de Diamantino para o Pará.

1816

De um officio dirigido pelo governador ao comandante de Vila Bela em 19 de janeiro vê-se que o número dos emigrados espanhóis que então existiam no distrito de Cuiabá era de 212.

Em fevereiro seguiu com um pequeno destacamento para o salto grande do Madeira o tenente coronel José Pereira da Silva Guimarães, a quem fôra por sua alteza real conferido este posto para fundar no mencionado salto um estabelecimento que se denominou de São Luís, como determinava a Carta Régia de 6 de setembro de 1814.

O general deu providências para a proteção e aumento de um estabelecimento rural fundado por um particular nas imediações do registro do Rio Grande.

Por Bando de 4 de fevereiro foi publicada Carta Régia de 14 de setembro de 1815 isentando por dez anos de pagarem direitos de entrada os gêneros que fossem conduzidos do Pará pela navegação do Arinos.

Por portaria de 17 de maio o general criou para o serviço das barcas canhoneiras que mandara construir, um corpo de artilheiros e marinheiros, que ficou sendo a 6.^a da Brigada de Artilharia da Legião de Milícias de Cuiabá.

Em junho seguiu o general de Cuiabá para Vila Bela. Mandou-se construir uma ponte no ribeiro e pantanal do Barreiro, na estrada de Vila Bela e construir a ponte do Guaporé.

A fim de remover os inconvenientes que causava a estada dos emigrados na capitania, estada que era preciso dissimular ou negar para não dar lugar a comprometimentos com os chefes independentes das vizinhas provincias, já tendo alhás noticia de estarem a chegar novos refugiados do partido realista, o general expediu ordem em julho para que alguns dêles marchassem para a capitania de Goiás.

Por ordem do dia de 15 de agosto foi criada uma força miliciana que se chamou Companhia de Caçadores de Casalvasco, composta de todos os homens maiores de 12 anos daquele distrito.

Em fim do mesmo mês celebrou-se com pompa officio fúnebre pelo óbito da rainha, pelo qual tomou-se luto rigoroso.

Nos meses de outubro a dezembro emigraram muitos espanhóis do partido realista, e neste último mês houve noticia de que o chefe

insurgente Dom Inácio Wanes fôra derrotado e morto em Santa Cruz.

Em novembro voltou o general a Cuiabá. Deram-se providências para regularizar a navegação do Arinos e fundar-se uma povoação a meio caminho, para cujos moradores o general solicitou alguns privilégios.

1816

A 8 de dezembro na vila de Cuiabá o general marcou o lugar destinado ao hospital geral da Santa Casa de Misericórdia, sob a invocação de N. S. da Conceição.

Criou-se na mesma vila uma aula de cirurgia, cujos estatutos foram publicados em portaria de 16 de dezembro, sendo esta medida aprovada por aviso de 12 de julho de 1817.

Neste ano deu-se andamento à construção da ponte do rio Coxipó.

1817

Em janeiro o general fez seguir para São Paulo pela via dos rios 16 espanhóis do partido insurgente que se haviam refugiado a esta capitania.

A 5 de fevereiro lançou-se a primeira pedra do hospital da Santa Casa de Misericórdia, sendo esta fundação aprovada por aviso de 10 de julho de 1817.

Concluiu-se a ponte do Barreiro, na estrada de Vila Bela. Tem de comprimento 148 braças com 144 estacas por banda.

Em abril entraram cinquenta e tantos emigrados espanhóis do partido patriota, que foram remetidos para Goiás. A 25 do dito mês, aniversário da Rainha, fêz-se em Cuiabá a inauguração do hospital dos lázaros sob a invocação de São João; e a 3 de maio foram para ali processionalmente conduzidos 33 lazarentos.

A 1 de junho transferiu-se para o novo edifício da Santa Casa de Misericórdia o Hospital Real Militar. Por portaria de 4 do mesmo mês estabeleceram-se prêmios mensais para os alunos da aula de cirurgia (84).

A 1 de julho celebrou-se a 1.^a junta de Justiça, e no mesmo mês celebraram-se festas pela elevação ao trono de el-rei o Sr. Dom João VI, tendo sido anteriormente publicado em 13 de maio o aviso de 11 de dezembro de 1816 comunicando que o dia 6 de abril fôra marcado para o ato solene do juramento de preito e homenagem.

(84) Entretanto, a aula não perdurou.

Em outubro o general mandou explorar a navegação dos rios Piquiri e Sucuriú e o varadouro entre os mesmos, a fim de mudar-se por esta direção a navegação fluvial para São Paulo.

Em novembro o general teve notícia de ter sido removido do governo do Pará (para o qual fôra nomeado em 1811) para o de São Paulo.

Concluiu-se em Vila Maria a construção de duas barcas, que depois foram para Cuiabá.

Voltaram do Rio de Janeiro em fim d'este ano e comêço do seguinte diversos espanhóis dos emigrados, com ordem do ministério de deixá-los seguir para os vizinhos domínios. Por portaria de 11 de novembro o general providenciou para o regresso dos outros refugiados que se achavam nesta capitania.

Em portaria de 8 de dezembro, fêz-se público, como solicitara o general, que sua majestade concedera (aviso de 10 de julho) aos recém criados estabelecimentos pios os privilégios de que gozam as mais Casas de Misericórdia. E em portaria de 19 publicou-se também a aprovação dada por aviso de 12 de julho a fundação da aula de cirurgia.

Além da ponte do Barreiro construiu-se neste ano a do Coxipó, fez-se de novo a do Aricá-mirim e concertou-se a do Guaporé.

De um officio do governador de 14 de novembro de 1818 consta que a população da capitania em fim de 1817 era de 29.801 almas, a saber : 5.266 homens maiores de 16 anos, 3.898 rapazes de 15 anos para baixo 9.689 mulheres forras e 10.948 escravos.

1818

Em officio de 27 de janeiro o governador participou ao ministério que, quando se retirasse para São Paulo, propunha-se a levar consigo dois moços hábeis para aprenderem a metalurgia do ferro na fábrica de Sorocaba, para onde pretendia remeter amostras do mineral de ferro que existe em diversas paragens desta capitania.

Em março celebraram-se festas reais pelos esponsais do Senhor Infante Dom Pedro com a Senhora Arquiduquesa da Austria. Deu-se andamento à construção de uma capela no arraial do Diamantino. Faleceu em abril o juiz de fora de Vila Bela, Dr. José Simões Marques de Almeida.

Tendo o general, em maio, noticia da saída da Córte do seu successor, expediu ordens para que se limpasse e preparasse a estrada de Goiás. No mesmo mês de maio renovou-se a expedição do Piquiri e Sucuriú, ordenando-se que a esta última via se desse o nome de

Novo Tejo e o de Azambuja à povoação que se pretendia fundar na vizinhança das cabeceiras do Piquiri (85).

Por portaria de 20 de maio deu-se organização às três companhias pagas, ficando a de dragões com 228 praças de pré, 226 a de pedestres e 290 a franca de leais cuiabanos.

Marcou-se também a distribuição desta força pelos diversos pontos da capitania. Em junho expediu-se uma Bandeira contra os índios Bororós, no distrito de Vila Maria.

Por portaria de 3 de julho declarou o general que tendo-se extinguido a antiga Missão de Santana da Chapada, no lugar Guimarães, a ninguém se consentia roçar e fazer plantações, nas matas da mesma, senão aos que nela fossem estabelecer domicílio construindo casa de telha.

Em 15 de julho, retirando-se o Dr. José Francisco Leal por ter acabado o seu tempo de ouvidor, foi substituído interinamente pelo Dr. José de Carvalho Chaves, juiz de fora de Cuiabá.

Em setembro o general reiterou as providências para a construção de ranchos e limpeza da estrada por onde tinha de passar o seu sucessor no governo.

Não satisfeito o general com a exploração do Piquiri e Sucuriú feita pelo alferes Gomes do Prado, deu por portaria de 23 de setembro esta incumbência ao alferes José de Vasconcelos.

9.º CAPITÃO GENERAL FRANCISCO DE PAULA MAGGESSI TAVARES
DE CARVALHO

(1819 — 1821)

No dia 6 de janeiro chegou a Cuiabá e entrou em exercício do governo o tenente general Francisco de Paula Maggessi Tavares de Carvalho, nomeado por Carta Régia de 7 de julho de 1817. Pela manhã do mesmo dia retirara-se o seu antecessor (86).

Do ofício que o governador dirigiu à Secretaria de Estado de 19 de janeiro depreende-se que os cofres estavam sem dinheiro; que no sertão não havia um só morador por causa dos índios; que a tropa de linha na capital era sómente fornecida carne e meio décimo de farinha por dia; que perto de 600 homens que guarneciam

(85) A expedição exploradora não teve êxito e nenhuma povoação foi fundada.

(86) O governador João Carlos retirou-se tomando o caminho da rua da Caridade, evitando encontrar-se com o seu substituto, que veio pela rua do Areão. (Nota de E. de Mendonça).

a fronteira eram sustentados pelos lavradores e senhores de engenho, a quem se tornava muito pesada a falta de pagamento; que a dívida da capitania era a seguinte:

Fôlha militar	401:897\$643	3/4
Fôlha civil	51:777\$305	1/2
Fôlha eclesiástica	8:208\$592	2/3
	<hr/>	
Dívida extraída de 1769 a	461:883\$541	11/12
1818	221:049\$952	1/2
Dívida contraída em 1818 ..	7:493\$874	3/12
	<hr/>	
Total	690:427\$368	2/3
	<hr/>	

A 25 de janeiro chegou o tenente coronel Félix Mermé com o casco de legião que se devia organizar, na forma do Decreto de 23 de janeiro de 1818, do seguinte modo:

Estado maior	10
4 Companhias de caçadores	300
1 Esquadrão de cavalaria	128
1 Companhia de artilharia	50
	<hr/>
Total	488
	<hr/>
Cavalos	136
	<hr/>

Por portaria de 16 de fevereiro foram extintas as companhias de dragões e leais cuiabanos, conservando-se, porém, a de pedestres, por entender o governador que era ela indispensável.

Tendo as ordens reais facultado o comércio com as vizinhas províncias espanholas, estabelecendo-se alfândegas de portos secos nos lugares onde fossem convenientes, o general organizou umas instruções para o regimento das ditas alfândegas, o que com as respectivas pautas submeteu à consideração da junta de Fazenda, tendo antes tomado a tal respeito o parecer do Dr. ouvidor e dos principais negociantes de Cuiabá. Foram posteriormente remetidas as mesmas instruções aos comandantes de Miranda, Coimbra e Casalvasco para por elas se regerem.

Em 12, 13 e 14 de abril apresentaram-se em Casalvasco 479 índios de Chiquitos, que, tendo-se levantado e morto o governador

daquella provincia, refugiaram-se nesta capitania. Deu-se-lhes para residência o sítio das Larangeiras, sete léguas distante de Vila Bela. O general, porém, ordenou que metade ou mais dêles fossem remetidos para Vila Maria.

Deu-se começo a 2 de maio, por conta da Fazenda Real, a construção de uma fábrica de pólvora, tendo-se antes, a 22 de abril, começado a construção de um quartel militar, concorrendo para esta diversas pessoas, cujos donativos foram remunerados com o hábito de Cristo.

Em 30 de abril publicou-se por Bando em Cuiabá, e em 22 de maio em Mato Grosso, a carta de lei de 7 de setembro de 1818 elevando as duas vilas à categoria de cidades.

De abril a julho reinou em Mato Grosso uma epidemia de disenteria sanguinolenta de que faleceram na cidade 92 pessoas, entrando neste número o comandante do distrito, coronel Manuel Antônio Pinto, e o escrivão deputado da junta de Fazenda, Domingos Mendes de Moraes.

Dos índios últimamente vindos de Chiquitos morreram 237, vitimados pela mesma epidemia. O general logo que teve conhecimento desse flagelo, fez seguir um cirurgião, um boticário e uma botica.

Em ofício de 18 de maio declara o general à Secretaria de Estado que julgava menos conveniente o projeto da navegação pelo Piquiri e Sucuriú.

A custa dos habitantes de Cuiabá mandou o governador aprontar uma expedição para o reconhecimento do rio Paranatinga, cuja exploração fôra projetada pelo general Luís Pinto, ignorando-se que o dito rio afflui no Tapajós ou no Xingu. Foram nomeados comandantes da dita expedição o tenente de milícias Antônio Peixoto de Azevedo e o alferes Domingo da Costa Monteiro, que saíram de Cuiabá em fim de julho e começaram a viagem fluvial a 21 de agosto.

Em maio e julho chegaram a Cuiabá monções de canoas vindas de São Paulo trazendo trem de guerra e sal.

Em setembro recebeu-se noticia official do nascimento da senhora princesa da Beira.

Frei José Maria de Macerata e outros dois missionários capuchinhos italianos, chegados em Cuiabá em fim de agosto, partiram em 23 de setembro para Albuquerque a fim de ali empregarem-se na catequese dos índios Guanáes.

Em setembro publicou-se em Mato Grosso um Bando declarando franco o comércio com os espanhóis, pagando-se os direitos de importação e exportação.

Em dezembro partiu de Cuiabá o capitão Perdigão conduzindo 130 éguas vindas do Paraguai e destinadas para as cavalarias do príncipe Dom Pedro.

Mandou o general conduzir para o Rio Grande uma porção de gado para se fundar ali uma fazenda. Mandou-se aprontar munições e consertar-se reparos para o parque de artilharia existente em Cuiabá, que constava :

1	obuz	de 6	polegadas
4	peças	de c.	6
2	"	c.	3
6	"	c.	1

Em um officio de 5 de novembro declarou o general que o meio quinto do ouro não chegava a sete contos. Foi morto o tenente coronel José Pereira da Silva Guimarães, comandante da povoação de Salto do Teotônio.

1820

Em 21 de fevereiro o general fez uma nova distribuição no corpo de ordenança de Cuiabá, que ficou dividido em 11 companhias.

Por portaria de 15 de março estabeleceu-se um novo modo de cobrança das dividas do legado de Manuel T. Guimarães.

O padre Francisco Lopes de Sá, sertanista que anteriormente fizera diversos descobertos, e entre outros os de São João da Bocaina e Conceição do Serro, empreendeu uma expedição em demanda dos célebres Martiros. Partiu em começo de junho à testa de uma *bandeira* de 26 pessoas, além de alguns escravos, tendo sido auxiliado pelo general, que tinha tôda confiança no bom êxito da empresa. Embarcou no pôrto do rio Preto e desceu pelo Arinos até entrar num dos seus afluentes da margem direita. Ai encontrou uma grande porção de (mais de 500) índios *Tapanhunus*, que não só não aceitaram os brindes que lhe levava, como também não corresponderam às demonstrações de amizade que se lhes fizeram; mais — obrigaram a *bandeira* a defender-se e a retroceder.

Em fim de junho o general e o ouvidor marcharam para Mato Grosso, donde voltaram em fim de agosto.

Os moradores de Diamantino requereram à sua majestade que o arraial fôsse erigido em Vila, para o que o general na respectiva informação indicou o nome que hoje tem, de N. S. da Conceição no Alto Paraguai Diamantino.

Os habitantes de São Pedro d'El-Rei requereram também que se tornasse a criar julgado naquela povoação.

Os índios Bororos que habitam a margem direita do Paraguai, nas vizinhanças do Marco, cometeram diversas depredações e mata-ram um pedestre. Expediram-se contra elles duas *bandeiras* que os

derrotaram, obrigando-os a se lançarem em uma baía, em que muitos pereceram devorados pelas piranhas.

Em 20 de agosto o Dr. Manuel Francisco Jorge da Silva tomou posse da vara de juiz de fora de Cuiabá e interinamente da de ouvidor. Faltou a 23 de setembro.

A expedição que partira no ano antecedente para explorar o rio Paranatinga, descendo por ele foi ter ao Amazonas pelo Tapajoz. Voltou pelo rio Arinos, trazendo do Pará quatro peças de ferro, velhas e arruinadas de c. 9, 6 e 12. O general não desistiu da empresa da navegação do Paranatinga e recomendou que a expedição se recolhesse, quando de volta do Pará, pelo dito rio.

No mesmo mês (outubro) recebeu-se a Carta Régia de 13 de março determinando que os militares de Mato Grosso fossem sujeitos ao fôro militar ficando abolida a junta de Justiça criada pelas Cartas Régias de 12 de agosto de 1761 e 29 de novembro de 1806.

Transferiu-se para Cuiabá a junta de Fazenda e a casa de fundição, em observância do Decreto de 5 de novembro do ano anterior, criando-se uma provedoria em Mato Grosso.

Em dezembro foi comprada por 1:440\$000 a casa da residência dos governadores em Cuiabá, que é até agora o Palácio da Presidência.

No mesmo mês o ouvidor Dr. Chaves repartiu diversas guapiaras auríferas do distrito de Diamantino (87).

1821

Entrando o ano começaram a funcionar em Cuiabá a junta de Fazenda e a casa de fundição (88).

Celebrou-se a 13 de fevereiro a primeira sessão da junta do desembargo do paço, na forma do alvará de 13 de setembro de 1813, sendo presidente o governador e vogais o ouvidor e o juiz de Fora. Em março fez-se uma remessa de diamantes para o Rio de Janeiro.

Em abril, o general facultou ao tenente de Milícias Diogo de Barros Cardoso o ir estabelecer-se com sua família e comitiva no salto do Teotônio.

Em maio houve notícia da revolução operada em Portugal, que foi oficialmente comunicada em aviso de 26 de fevereiro, acompanhando o Decreto de 24 do mesmo mês, e no dia 30 foram convocadas as autoridades eclesiásticas, civis e militares, e o povo, para

(87) Dr. Antônio José de Carvalho Chaves. Eram cinco os descobertos e tão ricos que deram origem a cinco opulentos arraiais: São João, Santana, Santa Rita, São Pedro e São Francisco de Paula (Nota de E. de Mendonça).

(88) A primeira sessão ocorreu a 4 de janeiro. (Nota de E. de Mendonça).

no dia 3 de julho prestarem juramento à Constituição que tinham de fazer as côrtes de Lisboa.

Em julho publicou-se o Decreto de 7 de março e o aviso de 23 do mesmo mês determinando que se procedesse à eleição de deputados e suplentes às côrtes de Lisboa, para o que se expediram as precisas ordens. No mesmo mês houve notícia do nascimento do infante Dom João príncipe da Beira.

Chegou a Cuiabá um parque de artilharia composto de quatro peças, um obuz e um carro mancheço.

Recebeu-se o aviso de 27 de abril comunicando a saída d'el-rei para Portugal e remetendo o Decreto de 22 do mesmo mês, encarregando do governo do Brasil a sua alteza real o Sr. Dom Pedro, como Regente. Foi publicado o dito decreto por Bando de 3 de agosto.

A 12 de agosto o ouvidor procedeu à inauguração da Vila de N. S. da Condição do Alto Paraguai Diamantino, mandada criar por alvará de 23 de novembro de 1820.

A imitação do que ocorrera em diversas provincias, na noite de 19 para 20 de agosto um concurso de povo e tropa de primeira e segunda linha depôs o general Magessi e elegeu para substituí-lo uma junta governativa de nove membros, que foram:

O Exm.^o Bispo de Ptolomaida (presidente)
Tenente coronel Jerônimo Joaquim Nunes
Capitão-mor João José Guimarães e Silva
Vigário-geral Agostinho Luís Gualarte Pereira
Tenente coronel Félix Merme
Tenente coronel Antônio Navarro de Abreu
Capitão Luís d'Alincourt (secretário)
Sargento-mor André Gaudie Ley
Padre José da Silva Guimarães (89).

Na representação que dirigiu a el-rei e ao Congresso Nacional a junta accusava o governador de ser ambicioso de dinheiro, que procurava haver por todos os meios, concussionário, caprichoso, brutal e hipócrita.

A 13 de setembro seguiu o mesmo governador com sua família para São Paulo pela via dos rios.

(89) Este procedimento foi aprovado por Portaria de 7 de dezembro. (Nota de E. de Mendonça).

JUNTA GOVERNATIVA PROVISÓRIA DE CUIABÁ

(1821 — 1822)

Por uma proclamação de 1 de setembro a junta comunicou a todos os habitantes da província (90) a sua instalação e o seu programa de governo. Dirigia-se com mais particularidade à cidade de Mato Grosso, e atendendo à requisição que ao ex-governador haviam feito 63 habitantes daquela cidade, para a deposição do comandante geral Manuel Rebelo Leite, nomeou para substituí-lo o capitão-mor José da Silva e Gama.

Os matogrossenses, porém, negaram a sua adesão, e a 11 de setembro elegeram um governo provisório de nove membros, presidido pelo vigário da Vara, e foram :

Vigário José Antônio de Assunção Batista (presidente)
Capitão Manuel Veloso Rabelo de Vasconcelos
Capitão-mor José da Silva Gama e Cunha
Padre Joaquim Teixeira Coelho.
Capitão Manuel Teodoro da Silva (secretário)
Tenente Luís Antônio de Sousa
Capitão Joaquim Vieira Passos
Ajudante Mateus Vaz Pacheco
Q. Mestre João Francisco dos Guimarães.

Às exortações, às insinuações da junta de Cuiabá, às ordens que ela expediu para as eleições, respondeu a junta de Mato Grosso com o silêncio de formal desobediência.

Em outubro, a junta mandou o tenente Luís Antônio, comandante de Cassalvasco, com uma força apoderar-se do registro do Jauru. Reinstalou a casa de fundição do ouro, e organizou uma provedoria de Fazenda.

Tendo um dos membros do dito governo provisório de Mato Grosso propalado doutrinas perwersas, como v. g. de serem independentes as mulheres, deixarem pais e maridos, foi deportado para o forte do Príncipe e ali conservado em ferros (91).

(90) A expressão, Província, em vez de Capitania, começou a aparecer na correspondência oficial mesmo no tempo do Magessi. (Nota de Leverger).

(91) O propagandista do amor livre era o ajudante Mateus Vaz Pacheco, um dos promotores da sublevação, juntamente com o quartel mestre João Francisco dos Guimarães como indica o "Sumário" publicado na Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso (Tomos XIII e XIV — 1931 e 1932).

Em 21 de outubro em Cuiabá juraram-se as bases da Constituição. Por portaria de 22 de novembro a junta declarou Cuiabá cabeça de comarca, para o fim tão somente de fazer-se a eleição de deputados.

Mandaram-se cessar as obras do quartel militar e da fábrica de pólvora. Mandou-se proceder à socavação no descoberto da ilha de Santana, no distrito de Diamantino.

No dia 16 de dezembro procedeu-se em Cuiabá à eleição de deputado e suplente de deputado às côrtes, recaindo a votação no exm.^a prelado bispo de Ptolomaida e no reverendo Manuel Alves da Cunha.

Em Mato Grosso elegeram ao tenente José de Sousa Guimarães, alferes João de Pina Macedo e capitão José Antônio Gonçalves Prego (êste último achava-se em Lisboa) para *procuradores* no Congresso.

O tenente Luís Antônio, que comandava a força de defesa do Jauru, requisitou do comandante de Vila Maria 300 bois para o sustento dos habitantes de Mato Grosso. Por ilegal, a requisição não foi logo cumprida, mas a junta de Cuiabá ordenou ao dito comandante da Vila Maria que remetesse o gado necessário para o consumo daquela cidade, regulando-se pelos dois anos anteriores.

1822

A 13 de janeiro o Dr. Antônio José da Veiga tomou posse do lugar de juiz de Fora de Cuiabá. Em officio de 19 a junta recomendou ao dito juiz a supressão do contrabando do ouro em pó, que era tal que quase nenhum entrava na casa de fundição.

Informação a junta de que fôra nomeado governador o tenente coronel Francisco de Assis e Lorena, significou-lhe os acontecimentos de agosto, dizendo que não se responsabilizava pelo resultado que poderia ter a respeito dêlé.

Em abril o capitão D'Alincourt pediu demissão do lugar de secretário da junta e foi substituído pelo capitão Antônio Correia da Costa.

Em junho houve notícia do nascimento da senhora princesa Dona Januária, e pouco depois do falecimento do Príncipe da Beira.

Em 3 de julho foi eleito *procurador* da província o capitão-mor João José Guimarães, que anteriormente a junta pretendia enviar em deputação para felicitar o príncipe regente, pela resolução que tomara de ficar no Brasil.

Em 1 de agosto faleceu o Exmo. prelado. Fôra S. Excia., nomeado bispo de Bragança em 21 de abril de 1821 (92). Tendo-se por esta ocasião, de eleger-se um presidente para a junta governativa, julgou-se conveniente, atendendo às queixas que se manifestavam no povo, proceder a uma nova eleição de todos os membros da junta, com designação do presidente e do secretário ; o que teve lugar no dia 20 de agosto, sendo eleitos :

Presidente, Dr. Antônio José de Carvalho Chaves
Vice-presidente, tenente coronel Jerônimo Joaquim Nunes
Secretário, capitão Antônio Correia da Costa
Tenente coronel Félix Merme
Tenente coronel Antônio Navarro de Abreu
Capitão João Poupino Caldas
Coronel Vitoriano Lopes de Macedo
Sargento-mor André Gaudie Ley
Reverendo Constantino José de Figueiredo

Em observância do disposto no decreto de 23 de março tornou-se a abrir a junta de justiça na forma de Carta Régia de 12 de agosto de 1771 e § 3.º do alvará de 24 de agosto de 1813. Celebrou-se a primeira sessão a 19 de setembro.

Em outubro receberam-se as proclamações e decretos de 1 e 3 de junho, relativamente à convocação de uma assembléa constituinte.

O Dr. Antônio José da Veiga tomou a vara de ouvidor, por estar o proprietário exercendo a presidência da junta governativa. Fize-

(92) Tendo sido seu corpo embalsamado, só foi sepultado a 4 de agosto, como se vê do seguinte registro de óbito, cuja cópia devo à gentileza do Sr. Manuel Ribeiro dos Santos Tocantins, um estudioso das nossas coisas do passado :

"Aos quatro dias do mês de agosto de mil oitocentos e vinte e dois anos, na Igreja Catedral desta cidade de Cuiabá foi sepultado o cadáver do exm. e rev. Sr. Dom Luís de Castro Pereira, bispo de Ptolomaida prelado de Cuiabá de idade de cinquenta e quatro anos, que havia falecido no primeiro do corrente pelas onze horas e meia da noite, com todos os Sacramentos. Fêz testamento: foi o seu corpo embalsamado, e depois amortalhado em vestes Pontificais: esteve em seu Paço depositado, onde foi encomendado, e depois do segundo dia foi conduzido solenemente em caixão para esta catedral, sendo acompanhado pelo Ilmo. governador eclesiástico e o clero desta cidade, e por todas as irmandades e confrarias e aí foi depositado, e no dia seguinte se fez um officio de nove lições missa solene e oração fúnebre: cumpridas assim todas estas cerimônias religiosas, foi sepultado em sepultura da Irmandade do Santissimo Sacramento. Do que para assim a todo o tempo constar se fez este assento que assinci. — *Agostinho Luiz Goulart Ferreira*". (Alías, Pereira). (Nota de E. de Mendonça).

ram-se seguir por motivo de politica para o Rio de Janeiro o capitão D'Alincourt e o tenente Oliveira, empregados na comissão de estatística.

Por portaria de 25 de outubro foi declarada a cidade de Cuiabá cabeça de comarca, para o fim tão somente de proceder-se à eleição de deputado à assembleia constituinte. Em Bando de 6 de novembro marcou-se o dia 10 do mesmo mês para a eleição dos eleitores paroquiais.

A 16 de dezembro foi eleito deputado o tenente coronel Antônio Navarro de Abreu.

As peças de artilharia vindas do Pará para o Diamantino foram transportadas para Vila Maria.

Referem os Anais de Cuiabá que no começo d'este ano o povo, descontente com a junta, tentou estabelecer a antiga forma de governo, dirigindo ao príncipe regente uma súplica assinada por muitos moradores nesse sentido. O mesmo já antes havia feito o povo de Mato Grosso (93).

Em resposta a estas representações appareceu o aviso de 23 de abril de 1823 que afetou este negócio à assembleia constituinte.

Segundo os mesmos annals foi excessiva a friagem neste ano; no mês de agosto, na chapada do Jatobá, morreram entanguidos 14 escravos novos que vinham do Rio de Janeiro, pertencentes a José Renovato, e cinco a Antônio de Cerqueira Caldas.

1823

O correio que chegou a 5 de janeiro trouxe a noticia de ter sido o Sr. Dom Pedro aclamado imperador do Brasil no dia 12 de outubro do anno antecedente. Festejou-se a dita aclamação no dia 22.

Havendo falta de três membros na junta governativa, por ter-se ausentado um para o Rio de Janeiro (Navarro de Abreu) e outros

(93) Nada consta a tal respeito na correspondência official. O que se vê na correspondência *Interior* é que em dezembro remeteu a Junta ao comandante militar uma representação que dá idéa de uma agitação no espirito público. Também as seguintes providências deixam entrever alguma coisa a respeito. A Junta exigiu em 19 do mesmo mês que o comandante da Legião lhe declarasse o motivo por que se achava fardada e armada.

A Junta abriu uma subscrição para manutenção de uma força policial. (Nota de Leverger).

Entretanto foi enviada a representação, a que se refere o capítulo — Primeiras Desilusões — de "Notas à Margem" de Virgílio Corrêa Filho.

dois por doentes (Vitoriano e padre Constantino), elegeram-se em lugar dêles o vigário Agostinho Luís Gualarte Pereira e reverendo José da Silva Guimarães e o sargento-mor Miguel Teotônio de Toledo Ribas.

Seguiu frei José Maria de Macerata e outro capuchinho com licença para a Córte. Receberam-se em fevereiro e março os decretos declarando o título do imperador, o escudo de armas, a bandeira e tope nacional, e a substituição de casa imperial a casa real.

Chegou a carta imperial de 18 de novembro mandando proceder à eleição de um governo legal de cinco membros (94). Consultou-se a câmara desta cidade a respeito, e a 11 de maio procedeu-se à eleição que se verificou no reverendo Manuel Alves da Cunha, para presidente; tenente coronel Félix Merme, secretário; capitão mor José da Gama e Silva; capitão Manuel Veloso Rebelo de Vasconcelos; sargento-mor João Pais de Azevedo; tenente coronel João Poupino Caldas e capitão Caetano da Costa Araújo e Melo. A 30 de julho a junta governativa deixou de funcionar e o novo governo tomou posse a 20 de agosto.

Em julho houve notícia de ter nascido a senhora infanta Dona Paula.

GOVÊRNO PROVISÓRIO E LEGAL DE MATO GROSSO

(1823 — 1825)

Em novembro publicou-se um Bando relativo à repressão do contrabando do ouro em pó. Em dezembro houve notícia de que frei José Maria de Macerata fôra nomeado prelado de Cuiabá e Mato Grosso. Soubese também que o major D'Alincourt e o tenente Oliveira foram de novo enviados em comissão de estatística nesta província.

1824

No começo do ano deram-se providências para reforçar a guarnição da fronteira do Paraguai, receiando-se hostilidades, em consequência do que communicava o aviso do ministério do império de 1 de outubro, de terem os espanhóis entrada pelo sul do rio Araguaia.

Vê-se de uma portaria expedida para mandar buscar sal no salto Teotônio, que ainda antes existia ali a povoação.

(94) Além do presidente e do secretário, ou sete ao todo.

Repartiram-se em março os lucros da companhia de mineração; tocou à Fazenda Pública 370\$000. Houve noticia da nomeação de Dom Nuno Eugênio de Lossio Seiblitx para presidente (95).

Comunicou-se às Câmaras por circular de 3 de abril o decreto de dissolução da assembleia constituinte, bem como o manifesto do imperador.

A 27 de maio chegou a Cuiabá o prelado nomeado frei José Maria de Macerata. Houve em Mato Grosso receio de uma trana para depor o governo.

Tendo as câmaras da provincia aderido ao projeto da Constituição (a de Cuiabá em 17 de março), designou-se o dia 11 de julho para a prestação do juramento, e assim realizou-se.

Em agosto soube-se ter sido nomeado presidente da provincia o Exmo. Sr. José Saturnino da Costa Pereira (96). Em setembro o Dr. Manuel Antônio Galvão foi empossado no lugar de ouvidor (97).

Dissolveu-se a companhia de mineração de Cuiabá. No dia 12 de outubro fez-se uso pela primeira vez da bandeira do império (98).

A 20 de outubro fez-se a eleição de deputados; saiu eleito o sargento-mor Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça, que tinha sido nomeado secretário do governo (99).

(95) Dom Nuno Eugênio de Lossio e Seiblitx, nomeado presidente de Mato Grosso, por Carta Imperial de 25 de novembro, communicou ao Governo Provisório em officio datado do Rio, a 19 de dezembro de 1823, que só no mês seguinte poderia iniciar a viagem a Cuiabá.

Entretanto, não a empreendeu como também occorreu com seu antecessor, apenas de nomeação, Francisco de Assis Lorena, que desistiu de assumir o posto, cujos occupantes se manifestaram contra a sua escolha.

(96) A nomeação de José Saturnino da Costa Pereira, embora datada de 20 de abril, somente se tornou conhecida em Cuiabá no mês de agosto.

Irmão de Hipólito da Costa, dedicara-se em Coimbra aos estudos de mathematica e ciências naturais, que lecionava na Academia Militar do Rio, quando lhe coube a Presidência trabalhosa em cujo exercicio se esforçou por bem merecer representar a provincia distante no Senado Imperial, quando substituiu Caetano Pinto de Miranda Montenegro, outro governante de Mato Grosso, de quem foi o substituto.

(97) Manuel Antônio Galvão, eleito deputado pela Bahia, em 1826, desempenhou com efficiência o seu mandato.

(98) A nova bandeira, simbolo do império nascente, foi hasteada no palacio do Governo em Cuiabá.

(99) A respeito informou E. de Mendonça, que era Gabriel filho do professor José Zeferino Monteiro de Mendonça. Natural de Cuiabá, serviu como secretário do Governo, por nomeação de 12 de dezembro de 1824, até ser eleito deputado para a Câmara. Governou, mais tarde as provincias da Paraíba do Norte e Espirito Santo, faleceu a 5 de janeiro de 1850.

Em novembro houve notícia do nascimento da senhora princesa Dona Francisca.

Fez-se constar a notícia do reconhecimento da independência do Império pelos Estados Unidos da América.

Em 30 do mesmo mês de dezembro expediu-se uma circular a todas as autoridades para que prestassem as informações exigidas pela comissão de estatística (100).

1825

Foi criada pelo prelado a Vigararia Geral de Mato Grosso (101). O coronel Sebastião Ramos, alegando pertencer ao partido realista, e sendo governador de Chiquitos, dirigiu-se ao governo provisório em cartas de 19 de março e 8 de abril oferecendo unir ao Império a referida provincia até que sua majestade católica recuperasse seu domínio sobre os povos sublevados. O governo provisório, que por ausência de alguns de seus membros, compunha-se do capitão Manuel Veloso encarregado do comando das armas, amigo de Dom Sebastião Ramos, do capitão José Pais de Azevedo e Manuel Bento de Lima, convocou no dia 13 de abril a câmara, o ouvidor e o provedor da Fazenda, e nesta reunião resolveu-se aceitar a proposição do mencionado governador.

Em ordem do dia de 14 declarou-se a provincia de Chiquitos incorporada à de Mato Grosso, devendo trazer por divisa o tope imperial e o espanhol e entender-se com o governo provisório, como dantes se entendia com a real audiência de Charcas. Marchou para Chiquitos um troço de 60 homens. Expediu-se ordem para que de Cuiabá se mandassem officiaes militares para Mato Grosso e para que estivesse pronto a marchar o corpo de milicias de Vila Maria. Seguiu para a fronteira o capitão Manuel Veloso.

Reconhecendo-se, porém, a inconveniência da resolução tomada em uma nova reunião das autoridades, em 10 de maio, decidiu-se por maioria de votos o abandono da provincia recém incorporada e a retirada da força que marchara para ella.

Como houvesse nesta occasião videntes altercações, não se assignou a ata da reunião senão no dia 13, em que se concedeu também

(100) Para a Comissão de Estatística foi nomeado Luís d'Alincourt, que apresentou trabalho excelente publicado pela Biblioteca Nacional, em seus *Anais*, tomos III e VIII sob o título "Quadro Estatístico da Provincia de Mato Grosso".

(101) Em outro trabalho de Leverger encontro o seguinte: "A Vigararia de Mato Grosso foi criada a 12 de março de 1824". (Nota de E. de Mendonça).

uma entrevista que Dom Sebastião solicitara com o comandante das armas, Veloso.

Chegando a Mato Grosso, o presidente do governo provisório, reverendo Manuel Alves da Cunha, desaprovou quanto se tinha obrado a favor da incorporação.

Entretanto insurgiram-se os índios do povo de São Miguel, onde estava a nossa tropa, o que deu causa a uma desordenada retirada. O governador de Chiquitos, retirando-se para Mato Grosso, conduziu em sua companhia muitos compatriotas.

Todos esses procedimentos deram lugar a representações e exigências do general Sucre, do presidente de Santa Cruz e de outras autoridades.

Estavam as coisas nesta estado quando chegou a Cuiabá o presidente nomeado tenente coronel José Saturnino da Costa Pereira. Em observância das ordens imperiais de que se lhe desse posse na dita cidade marchou para aqui e com esse fim o presidente do governo provisório.

1.º PRESIDENTE JOSÉ SATURNINO DA COSTA PEREIRA

(1825 — 1828)

Nomeado por carta imperial de 21 de abril de 1824, o tenente coronel José Saturnino da Costa Pereira tomou posse da presidência na câmara de Cuiabá, a 10 de setembro de 1825 (102).

Desde logo e antes que lhe chegassem reclamações da vizinha República, tratou o presidente de prevenir os males que podiam resultar do inqualificável passo que dera o governo provisório aceitando a oferta do coronel Sebastião Ramos e seu ajudante José Maria Velasco, mandando que a força se recolhesse a Cuiabá e substituindo o comandante militar Veloso pelo capitão Constantino Ribeiro da Fonseca, e determinando outras providências — tudo em virtude das portarias do ministério do império de 13 de agosto e do ministério dos estrangeiros de 5 do mesmo mês, as quais foram comunicadas ao comandante de Mato Grosso em fim de outubro. Todas estas disposições foram comunicadas ao governador de Chiquitos, tendo sido enviado em missão especial àquela província o seu enteado tenente Antônio Pinto Duarte.

(102) Por portaria de 9 de fevereiro de 1824, era o presidente autorizado a tomar posse na Câmara de Cuiabá, determinando, entretanto, que fôsse visitar Mato Grosso as mais vezes que pudesse. (Nota de Leverger).

A 12 de outubro prestou-se juramento às novas bandeiras do Império.

No mesmo mês chegou a Coimbra um bote do Paraguai com officios do cônsul do Império em Assunção Antônio Manuel da Câmara, fazendo-se então público o manifesto do dito cônsul junto ao ditador do Paraguai, comunicando a abertura de relações comerciais com o Paraguai.

Criou-se um destacamento de cabo de esquadra na missão de N. S. da Misericórdia em Albuquerque, onde existiam as aldeias dos Guanás e Guaicurus, cuja catequese fôra começada por frei José Maria de Macerata, atual prelado.

Estabeleceu-se no lugar do Barreiros e à margem do mesmo rio na estrada de Goiás um Sebastião José Machado, que antes habitara a Insua e fundara o sítio do Taquaral.

A guarnição e os moradores de Miranda recusaram-se a aceitar por comandante o tenente Joaquim Antônio de Góis (junho).

Enlouqueceu o vigário geral d: Mato Grosso, reverendo Manuel Ferraz de Sampaio Botelho.

A 23 de novembro fez-se a primeira eleição dos conselheiros da presidência ; saíram eleitos o coronel Jerônimo Joaquim Nunes, capitão André Gaudie Ley, reverendo Manuel Alves da Cunha, capitão mor João José Guimarães e Silva, coronel Vitoriano Lopes de Macedo e capitão Antônio Correia da Costa.

Em fim d: novembro houve notícia do Tratado de 29 de agosto com Portugal, pelo qual ficou reconhecida a independência.

1826

A 7 de janeiro celebrou-se a primeira sessão do conselho da província. Nela foi convidado para tomar posse o capitão mor de Diamantino Antônio José Ramos e Costa.

O coronel Jerônimo Joaquim Nunes foi encarregado do que diz respeito a barcos e à navegação fluvial (103). A 19 de fevereiro entrou de Vila Maria, uma expedição contra os índios do Cabaçal. Em fim do mesmo mês houve notícia do nascimento do príncipe imperial.

(103) Jerônimo Joaquim Nunes era, tenente coronel, quando assumiu o Governo de Mato Grosso em maio de 1823, por pertencer ao Conselho da Presidência. Viera de Portugal em 1805, como 1.º tenente, promoção ganha na luta contra os franceses.

Vice-presidente na Junta Governativa, análoga função lhe coube no Conselho da Presidência.

Comandante das armas em 1831, foi deposto pelos nativistas. Reformado em 1833, afazendou-se entre o Piquiri e o São Lourenço, em Pindaíval.

Em 26 de março publicou-se por Bando a declaração de guerra às províncias Argentinas.

Em maio fizeram-se festas reais que começaram a 13 pelo reconhecimento da independência.

Saiu para a Côte o Dr. Manuel Antônio Galvão, eleito deputado pela Bahia. Entrou a servir o lugar de ouvidor o juiz de Fora o Dr. Antônio José da Veiga.

O morador do Barreiro José Sebastião Machado mudou-se para o Passavinte, onde se pretendeu fundar uma fazenda. Renovou-se a exploração do varadouro entre o Piquiri e o Sucuriú, incumbindo-se a Pedro Gomes do Prado, que em setembro foi substituído pelo tenente Manuel Dias de Cantão. Em junho marchou para Mato Grosso o governador das armas.

Em ofício de 18 de julho o presidente informou ao ministro da Marinha de ter criado uma espécie de Arsenal de Marinha para a embarcação das barcas.

Em setembro ou outubro os índios Barbados cometeram depredações no distrito de Diamantino.

1827

Em janeiro chegou a Cuiabá, vinda de Porto Feliz pela navegação fluvial, uma comissão científica viajando por ordem do imperador da Rússia, sendo dela diretor o conde Jorge Langsdorff, e auxiliares astrônomo Rubzoff, botânico L. Riedel, desenhadores Florence e Taunay (104).

Em 3 de fevereiro o presidente deu um regulamento para o Arsenal de Marinha. Em março celebrou-se um funeral pela imperatriz Dona Leopoldina. Em abril veio um cacique dos Apiacazes visitar o presidente.

Dois guanás descendo o rio Cuiabá encontraram um guaratá, a quem mataram e furtaram alguma ferramenta. Chegados que foram a Albuquerque, o comandante coronel Jerônimo os mandou remeter presos para a capital.

(104) A narrativa dessa expedição terminada tragicamente, com a morte de Taunay, afogado no Guaporé e enlouquecimento de Langsdorff quando viajava pelo Juruena, foi feita por Florence, cujo escrito A. de Taunay traduziu e publicou na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Tomo 38, e por L. Bourroin, que lhe destinou interessantes comentários, ao tratar da biografia de Hércules Florence".

Os guaratós, sabedores dessa vinda, reuniram-se no lugar dos Dourados e tiraram-nos das mãos da escolta. Depois de torturá-los, os meteram e entregaram os ferros em que vinham presos ao inferior comandante da escolta.

A 14 de junho fez-se solenemente a inauguração do retrato do imperador no palácio da presidência.

O tenente Manuel Dias de Castro, deu conta da exploração de que fôra encarregado. Do Piquiri foi por terra a Camapuan, de onde descendo pelo rio Pardo e subindo o Paraná entrou no Sucuriú e navegou por êle léguas acima 17 dias, e do ponto onde chegou, mandou fazer exploração por terra. Não se descobriram contravertentes vizinhas em consequência do que voltou pelo mesmo caminho.

Em julho, o governador das armas seguiu para Mato Grosso, de onde voltou em setembro. Neste mês communicou o presidente ao governo que o Dr. Langsdorff descobrira a cainca.

A 10 de agosto fez-se a eleição de um senador para substituir o falecido visconde da Praia Grande. Entraram na lista triplice — João José Guimarães 24; Inácio Silveira Mota, 21; e o presidente José Saturnino da Costa Pereira, 25. Foi este o escolhido (105).

A 30 de outubro lançou-se ao rio a primeira barca das que recentemente foram mandadas construir.

1828

O presidente deu providências para a fundação de um jardim botânico, incumbindo da sua direção o cirurgião mor Antônio Luis Patricio da Silva Manso, porém, não se levou a efeito.

(105) Na relação dos Senadores por Mato Grosso figuraram :

1 — Caetano Pinto de Miranda Montenegro, marquês da Praia Grande, ex-capitão general de Mato Grosso, nomeado em 1826 e falecido em 1827.

2 — José Saturnino da Costa Pereira, nomeado em 1827, quando presidente da Província e falecido em 1852.

3 — José Antônio de Miranda, magistrado nomeado em 1855 e falecido em 1861.

4 — José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, nomeado em 1862 e falecido em 1880.

5 — Joaquim Raimundo de Lamare, visconde de Lamare, ex-presidente de Mato Grosso (28-2-1858 e 13-10-1859) nomeado em 1882 e falecido em 1889.

Em março o presidente remeteu ao ministro da Justiça o seguinte projeto da Divisão Judiciária e Eclesiástica da Província :

Comarca de Cuiabá :

Ouvidor em Cuiabá ;

Juiz de Fora em Cuiabá ;

Juiz de Fora em Diamantino ;

São Pedro d'El-Rei deve erigir-se em vila.

Comarca de Mato Grosso :

Ouvidor residente em Mato Grosso.

Freguesia do Sr. Bom Jesus de Cuiabá :

Livramento, Rosário e Santo Antônio.

Freguesia de Santana da Chapada :

Capela filial em Registro do Rio Grande ;

Freguesia de N. S. do Rosário em São Pedro d'El-Rei ;

Freguesia de São Luís em Vila Maria.

Freguesia de S. S. Trindade :

Capelas filiais que deverão haver em São Vicente, Pilar, Lavrinhas e Casalvasco ;

Freguesia de N. S. da Conceição do Alto Paraguai Diamantino ;

Freguesia de N. S. da Misericórdia de Albuquerque — capelas filiais que se deveriam criar em Miranda e Camapuã.

A 10 de abril partiu para a Corte o Exmo. Sr. Jose Saturnino para ir tomar assento no Senado, deixando a administração ao vice-presidente coronel Jerônimo Joaquim Nunes.

Veio da Bolívia o tenente Luís Ruiz enviado pelo governo daquela República á do Paraguai, a fim de reclamar a soltura do naturalista francês Aimé Bonpland. Seguiu para Olimpo, donde voltou em setembro sem ter podido obter permissão de chegar a Assunção (106).

Chegaram ás cachoeiras do Madeira quatro peças de broze c. 24 com os competentes petrechos enviadas do Pará por ordem do governo imperial de 1825.

(106) Bonpland, companheiro de Humboldt, separou-se do seu amigo, para estudar a flora do Paraguai. Suspeito de espionagem por Francia foi mantido prisioneiro por longo prazo, apesar de pedidos insistentes de associações culturais, de governos estrangeiros e de Bolívar.

Só o deixou partir, quando lhe pareceu que não mais haveria perigo nenhum ao seu poderio ditatorial.

Em junho tomou conta do comando da fronteira do baixo Paraguai o major Joaquim José da Silva Santiago. Em agosto teve lugar a primeira eleição de juizes de paz. Saiu eleito na cidade de Cuiabá o capitão Antônio Correia da Costa.

Em setembro fez-se a eleição de deputado à Assembléa Geral Legislativa. Verificou-se a apuração final em novembro. Foi eleito o Dr. ouvidor Antônio José da Veiga (107).

1829

Em janeiro a guarnição de Albuquerque revoltou-se e depôs o respectivo comandante, major J. J. da Silva Santiago, que se retirou para Coimbra.

O official que lhe succedeu no comando, capitão J. J. Gomes conseguiu desarmar e prender os cabeças do motim, reassumindo depois o comando o major Santiago, que voltou de Miranda com trinta praças.

A 20 de janeiro tomou posse do lugar de juiz de Fora de Cuiabá o Dr. Pascoal Domingues de Miranda. Em março levantou-se também a guarnição de Casalvasco e expeliu o seu comandante, alferes Manuel Moreira da Silva.

Em abril retirou-se para a Côrte o coronel Antônio Joaquim Costa Gavião, exonerado do comando das armas, em que foi substituído pelo vice-presidente coronel Jerônimo Joaquim Nunes.

Suscitando-se dúvidas acêrca da acumulação do cargo de vice-presidente com o de comandante das armas, consultou-se o governo imperial, e em consequência da sua decisão passou em setembro o comando das armas às mãos do tenente coronel João Poupino Caldas, por estar doente o coronel João Pereira Leite.

(107) Os primeiros representantes de Mato Grosso foram :

à Assembléa Constituinte de 1823 :

Antônio Navarro de Abreu, tenente coronel.

à Assembléa Legislativa do Império :

Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça (1826-1829).

Antônio José da Veiga (1830-1833).

Antônio Luis Patrício da Silva Manso (1834-1837).

Antônio Navarro de Abreu Júnior, bacharel (1838-1841).

José Joaquim de Carvalho, militar (1842).

José Joaquim de Carvalho (1843-1844).

José Joaquim de Carvalho (1845-1847).

José Crispiniano Soares (1848).

Joaquim José de Oliveira, militar.

Manuel Alves Ribeiro (1850-1852).

A 18 de julho apurou-se a eleição da câmara de Cuiabá; saíram eleitos Joaquim da Costa Teixeira, José Pereira dos Guimarães, Manuel Pereira de Mesquita, Sancho João de Queirós, Antônio José do Couto, José Leite Pereira Gomes, Albano de Sousa Osório, Manuel Pereira de Sousa Coelho e João Pedro de Moraes Batista.

Em junho deu-se começo a um estabelecimento no Piquiri, o qual foi incumbido ao sargento José Martins de Carvalho, que continuou nas explorações da nova comunicação com São Paulo.

Em julho mandou-se de Mato Grosso uma expedição buscar as peças de 24 que estavam nas cachoeiras do Madeira. Seguiu por esta ocasião para o Pará o Dr. Nottneiz (108).

Em setembro expedito-se uma bandeira contra os índios coroados que tinham hostilizado no sertão as tropas de José Coelho Lopes e Tomé Ribeiro de Magalhães. Recolheu-se a bandeira trazendo prisioneiras três crianças.

Em outubro apresentou-se no conselho da presidência um officio do vigário de Vila Maria, padre José da Silva Fraga, sobre a mudança da capital para aquêle lugar, idéia esta já anteriormente emitida pelo governador Caetano Pinto.

Em novembro saiu para Mato Grosso o prelado frei José Maria de Marcerata.

Neste ano deu-se principio a uma povoação nos Dourados, na margem do Paraguai, e deu o vice-presidente algumas providências acerca do fabrico de salitre e exploração de uma mina de ouro que se supõe haver nas vizinhanças da Gaiba.

1830

Em janeiro tomou conta da vice-presidência o capitão-mor André Gaudie Ley, o mais votado conselheiro do governo.

Retirando-se para a Corte o Dr. Veiga passou a vara de ouvidor ao juiz de Fora Dr. Pascoal Domingues de Miranda. Em sessões de fevereiro o Conselho do Governo resolveu: que a condução das peças de artilharia do Guaporé para o Jauru se fizesse pelos rios Alegre e Aguapeí; que se movesse para outra parte a casa da pólvora, construindo-se no lugar dela uma casa de correção; nada

(108) Provavelmente, será Natterer (Johan von) do grupo de naturalistas, que o Governo de Vieira enviou ao Brasil, na comitiva da arquiduquesa Leopoldina, por ocasião do seu casamento com Dom Pedro.

Ao contrario dos seus colegas, que regressaram em breve prazo, Natterer "demorou-se no pais cerca de 18 anos em plena atividade scientifica", assinalou Rodolfo Garcia. Em dezembro de 1824, visitou Cuiabá, donde seguiu para Caiçara e Vila Bela. Partiu para Borba em novembro de 1829.

disto se executou. Houve notícia de uma salina no sertão do Juruena, 150 léguas distante do Diamantino. O comandante da fronteira do Paraguai, major Santiago, mandou uma escolta de oito praças buscar os Terenas que moravam na margem direita do Paraguai, abaixo do Fecho dos Morros, por constar que queriam vir para Albuquerque. A escolta foi maltratada pelos índios, em consequência do que o major marchou contra eles e os desbaratou, matando-lhe 32 homens e fazendo muitos feridos. O governo da provincia desaprovava esta expedição, mandando que o major Santiago fosse substituido no comando pelo capitão Rufo e que respondesse a conselho de investigação.

Os coroados cometeram novas hostilidades, assassinando um José de Lara e dois escravos no Chacororé, e bem assim um camarada do negociante capitão, José Alexandre de Macedo, no ribeirão da Paranaíba. Mandou-se contra eles em julho uma bandeira de 80 homens ao mando do tenente José Teodoro de Araújo, que recolheu-se em outubro trazendo apenas dois pequenos índios, e tendo os índios Guaiás que faziam parte da mesma bandeira feito grande mortandade de mulheres e crianças, apesar das ordens do comandante.

Continuou o sargento Carvalho na exploração dos terenos entre o Piquiri e o Sucuriú.

Em officio de 11 de outubro remeteu o vice-presidente ao ministério do império uma porção de cartas e documentos históricos, estatísticos e topográficos exigidos pela portaria do mesmo ministério de 14 de janeiro.

Em outubro mandou-se o capitão Vicente Rabelo ao encontro do presidente nomeado Francisco de Albuquerque Melo, que se supunha estar já na provincia de Goiás.

Em dezembro foi nomeado o alferes Antônio José da Silva Negrão comandante do forte do Príncipe.

1831

Depois do falecimento do major José Francisco da Cunha (109), tomou o comando do forte do Príncipe o seu filho capitão Floriano José de Oliveira, que foi rendido pelo alferes Negrão. A 20 de março a guarnição amotinou-se e depôs o dito alferes, que seguiu para Mato Grosso.

O resto da artilharia e munições vindas do Pará chegaram a Mato Grosso e foi conduzido para a parte do Guaporé. A 23 de junho

(109) Faleceu no Forte do Príncipe a 30 de outubro de 1830. (Nota de E. de Mendonça).

chegou a Cuiabá a notícia da revolução de 7 de abril, e da nomeação do capitão Antônio Correia da Costa para presidente, o qual achava-se ausente na sua fazenda.

2.^o PRESIDENTE ANTÔNIO CORREIA DA COSTA

(1831 — 1834)

A 21 de julho o capitão Antônio Correia da Costa tomou posse do cargo de presidente, para o qual fôra nomeado por carta imperial de 20 de abril de 1831.

Recebeu o presidente, da comarca de Mato Grosso, um ofício acompanhado de um requerimento de vários cidadãos daquela cidade pedindo a demissão dos empregados públicos brasileiros adotivos, o qual não foi atendido.

Em agosto suspendeu-se por falta de meios pecuniários o trabalho do Arsenal de Marinha.

Em uma deliberação do Conselho do Governo, em setembro, facultaram-se aos índios de Chiquitos estabelecidos em Casalvasco o voltarem para seu país, o que deu lugar a uma representação dos habitantes de Mato Grosso e respectiva Câmara Municipal. Na sessão em que se tratou d'este negócio, agitou-se a queixa dos matogrossenses acêrca da usurpação de Cuiabá como capital, cujo direito alegavam pertencer àquela cidade.

A câmara de Mato Grosso remeteu ao presidente a ata da sessão de 12 de novembro, acompanhando-a de uma representação d'rigida à regência, pedindo que o distrito de Mato Grosso fosse creto em provincia.

Recebeu-se em comêço de dezembro o decreto de 7 de agosto exonerando do cargo de prelado frei José Maria de Macerata, por ser estrangeiro não naturalizado.

Na noite de 7 de dezembro reuniu-se a tropa armada, dando tiros e gritos — *viva o coronel Poupino!* — e — *morrão os pés de chumbo!* — O presidente convocou o conselho do governo e os magistrados.

Indo por esta ocasião o conselheiro Poupino ao quartel informar-se do que havia, voltou dizendo que a tropa queria a elle para comandante das armas, ao que o conselho annuiu, reabrindo-se a sessão às 2 horas da madrugada do dia 8.

Neste mesmo dia, depois de amanhecer, exigiu mais a tropa levantada a deposição de todos os empregados públicos adotivos, o que lhe foi concedido pelo presidente, em conselho.

Em 10 de dezembro ordenou-se às câmaras municipais que procedessem à organização dos guardas nacionais.

Deixaram-se celebrar as sessões do Conselho Geral, na maior parte, adotivos os seus membros.

No mesmo mês o alferes Claudino Alves Carnaúba, nomeado pelo comando das armas, tomou posse do comando do Forte do Príncipe.

1832

A 9 de janeiro tomou posse do lugar de ouvidor o desembargador Joaquim Francisco Gonçalves Ponce de Leão.

Organizaram-se em Cuiabá duas companhias da Guarda Nacional. Os pedestres da Caissara recusaram aceitar o administrador nomeado alferes José Inácio de Oliveira.

A guarnição de Albuquerque exigiu com motim que fosse demittido, por ser adotivo, o alferes Manuel Moreira da Silva e que se recolhesse à capital.

Os índios do Cabaçal cometeram hostilidades contra o destacamento do Coité.

Tendo a Câmara Municipal manifestado receios de que se amotinasse e cometesse excessos a tropa de linha, aquartelada no quartel do Pôrto, o Conselho do Governo, sob proposta do Conselheiro Comandante das armas, resolveu que fosse a dita tropa desarmada, que se desmontassem duas peças de artilharia que ali se achavam e que o quartel fôsse entregue a 12 praças da guarda nacional (110).

Essa resolução foi tomada a 18 de fevereiro, e como se não extinguisse a tal ou qual agitação de espirito que cercava a dita tropa, deliberou-se a 21 que marchasse a mesma para a fronteira do baixo Paraguai, e assim se verificou.

Como o conselho da provincia aceitara a proposição do 1.º inspetor dos índios Apiacás de formar um estabelecimento dos mesmos índios no Salto Augusto, ministraram-se-lhes os precisos recursos e com aquêlle destino saiu do Diamantino a 29 de fevereiro o 2.º inspetor com 16 homens e 5 mulheres.

Deu-se ao projetado estabelecimento o nome de São Francisco.

Organizou-se uma guarda municipal de 60 praças, de que foi comandante o capitão Antônio Pedro Falcão de Figueiredo.

(110) As inquietações da tropa eram prenúncios de agitação mais profunda, que avivou a luta entre nativistas e adotivos.

Ver "Notas à Margem" de Virgílio Corrêa Filho que versa miudamente o assunto.

Deram-se ordens para a execução da portaria do ministério da Guerra de 24 de dezembro, mandando desarmar as fortalezas.

Em junho, cumprindo-se as ordens da regência, foram reintegrados nos seus empregos os brasileiros adotivos. O brigadeiro Jerônimo Joaquim Nunes, alegando moléstia, não voltou ao comando das armas.

Em fim de agosto entrou em exercício o novo secretário do governo, Antônio Luís Patrício da Silva Manso.

A 22 de setembro a guarnição de Albuquerque amotinou-se, exigindo com armas na mão que se lhe pagasse os seus soldos e etapas, e fardamentos vencidos, declarando que não largariam as armas até que fosse atendida esta exigência. No dia 24 insurgia de novo declarando que ia para Coimbra esperar a decisão do governo, a fim de, não sendo favorável, passar-se para o Paraguai. Alguns arrependidos ou temerosos fugiram para o mato; os outros foram em busca dêles.

Aproveitando-se desta circunstância, o comandante (major Nunes), valendo-se dos oficiais, de um sargento de pedestres e dos moradores paisanos, retomou uma peça de artilharia que haviam colocado defronte do seu quartel e obrigou os amotinados a entregarem-se. Os índios distinguiram-se na perseguição dos mesmos amotinados.

Remeteram-se para a capital como cabeças de motim o cadete Antonio José Rodrigues, um anspeçada, quatro soldados de legião e quatro pedestres.

Organizou-se o Corpo de Ligeiros na forma do decreto de 22 de novembro de 1831, e em outubro o Conselho do Governo resolveu a dissolução dessa legião. Nessa época a força de linha era a seguinte:

Legião :

Tenente coronel — 1; estado maior — 5; estado menor — 2 officiaes — 13; inferiores — 14; cabos — 14; anspeçadas e soldados — 190; cornetas — 4. Total — 243.

Pedestres :

Capitão — 1; tenentes — 2; alferes — 1; sargentos — 6; cabos — 16; anspeçadas — 11; tambores — 3; soldados — 236. Total — 276.

Distribuição da legião :

Cuiabá	30
Albuquerque	38
Coimbra	40
Miranda	54

Camapuã	1
Povoação de Albuquerque	3
Dourados	2
Estabelecimentos públicos	6
Vila Maria	3
Jauru	2
Mato Grosso	18
Casalvasco	15
Forte do Príncipe	19
Ribeirão	3
Palmela	2
Itonamas	3
Salto Augusto	4

Em fim de outubro chegou ao Forte do Príncipe, vindo do rio Negro, o religioso Carmelita frei José dos Santos Inocentes, acompanhado de seis soldados e enviado pelo governo interino do Rio Negro com officios para o governo imperial. Seguiu para Mato Grosso e dali para Cuiabá (111).

Em novembro, em Cuiabá, foi preso o capitão de pedestres Antônio Rodrigues da Costa, por negar obediência ao comandante interino das armas Poupino.

A 10 de novembro tomou posse do cargo de comandante das armas o coronel Joaquim José de Almeida.

O presidente procurou entender-se com o de Goiás a respeito da vinda de pessoa habilitada para explorar as minas de ferro da província e estabelecer uma fundição.

O sargento Carvalho remeteu ao governo o resultado das suas indagações nos terrenos vizinhos do Piquiri, Sucuriú e Araguaia.

De fevereiro até outubro a junta de Fazenda sacou sobre o tesouro a importância de 71:491\$233, recebendo das toneladas :

Em moeda de cobre	15:524\$552	2/3
Em port. da junta	7:776\$160	
Em outras espécies	18:285\$130	
Em fazendas	29:905\$139	1/3

(111) Frei J. dos Santos Inocentes depois de exercer influência revolucionária na Amazônia, conduziu o fermento da revolta para Mato Grosso, onde encontrou ambiente já preparado, por motivos frequentes nos quartéis,

1833

Em janeiro o ouvidor desembargador Ponce de Leão procedeu à inauguração da recém-criada vila de Poconé, eleição de justicas, etc.

Começou a funcionar a nova Câmara de Cuiabá. Em 29 de janeiro amotinou-se a guarnição do Forte do Príncipe, depondo o seu comandante, alferes Cláudio Alves Carneiro, e assumindo as respectivas funções um sargento e um forriel, que por sua vez tiveram que conter novos motins.

Em março chegou a Cuiabá acompanhado de sua escolta armada frei José dos Santos Inocentes. O ouvidor representou ao presidente sobre o procedimento d'este religioso, que foi quem introduziu, para vilipendiar os adotivos, o odioso termo de *bicudo* (112).

Em 12 do mesmo mês publicou-se um Bando sobre organização do Corpo de Ligeiros na forma do decreto de 4 de janeiro de 1833.

A 23 de março o presidente em conselho suspende do cargo de juiz de Fora o Dr. Pascoal Domingues de Miranda, por crime de responsabilidade (ter denegado justiça a um Joaquim de Sousa Moreira).

A 15 de abril occupou-se o Conselho Geral dar denúncia que deram três inferiores de linha de terem sido convidados para uma rusga pelo cadete Joaquim Nonato Hiacinto.

A 19 de abril o presidente passou, por enfermão, a administração ao vice-presidente capitão-mor André Gaudie.

Feita a eleição de deputado à assembléa geral, a apuração final teve lugar a 30 de maio. Saiu eleito Antônio Luís Patrício da Silva Manso, tendo tido por competidores o coronel Joaquim José de Almeida e o capitão Manuel Peixoto de Azevedo.

Em sessão de 17 de junho o vice-presidente em conselho suspendeu do exercício de ouvidor o desembargador Ponce de Leão, pronunciado por calúnia para com frei José dos Santos Inocentes. Este religioso retirou-se de Cuiabá para Mato Grosso.

(112) As seguintes quadrinhas, recitadas então a miúdo, dão idéa da exaltação de ânimos que dividia portugueses e brasileiros:

O' maroto, pés de chumbo,
Calcanhar de frigideira,
Quem lhe deu a confiança
De casar com brasileira?

Gente cabra, brasileira,
Descendente de Guiné,
Desprezou as cinco chagas
Pelo ramo do café.

(Nota de E. de Mendonça).

Por deliberação de 22 de julho foi suspenso do exercício o secretário Manso, acusado de desobediência e abandono do emprego.

Publicou-se por Bando de 16 de setembro a proclamação da regência por ocasião da sedição de minas em maio.

Remeteu-se para a guarda paraguaia do Apa uma porção de cavalos (94) que haviam sido roubados nas estâncias do Paraguai.

Por circular de 12 de novembro o vice-presidente fez público o aviso do ministério do império de 8 de junho em que se prevenia que de notícias oficiais se coligia que o duque de Bragança projetava voltar ao Brasil — pelo que recomendava toda medida de precaução.

Este aviso, recebido em fim de agosto, não foi logo publicado por não parecer urgente ao governo, visto não existir na provincia partido restaurador que pudesse inquietar, e porque a publicação tenderia a sobressair a indisposição que existia por parte da população contra os nascidos em Portugal, cujo numero não chegava a cem em toda provincia.

Esta demora, porém, produziu mau efeito, porque serviu de pretexto para pessoas crédulas ou menos bem intencionadas attribuirem aos seus contrários intenções restauradoras.

Com efeito, appareceram representações a este respeito da parte da Câmara Municipal, e de uma sociedade que havia pouco fôra criada pelo deputado Manso e intitulada *Zelosos da Independência*.

Tendo vindo ao Diamantino um indio Mandurucú de nome Isidoro que pretendia ter noticia da situação de célebre lugar dos *Martírios*, o vice-presidente mandou que os juizes de paz e mais autoridades promovessem uma subscrição para custear uma expedição em demanda do dito lugar.

Urgido pelas instancias do vice-presidente e do conselho, o presidente Correia voltou ainda molesto á cidade e reassumiu o exercicio da presidência em 4 de dezembro. Neste ano organizou-se a Guarda Nacional em quase toda a provincia.

Abandonou-se pela insalubridade do clima e falta de convenientes meios o recente estabelecimento do Salto Augusto.

No decurso do ano tiveram lugar diversos processos de responsabilidade suscitados por espirito de partido, e entre outros o do secretario Manso, que esteve ameaçado de ser preso, não obstante a imunidade de deputado, e os tenente coronel Albano de Sousa Osório e Antônio J. Guimarães e Silva, cujas prisões foram requisitadas pelo

juiz de Paz ao Conselho do Governo, e que por este não foram consentidas.

A 27 de novembro tomou posse Dom José Antônio dos Reis (113).

1834

Em janeiro por deliberação do presidente em conselho dividiu-se a província em duas comarcas, sendo o Dr. Pascoal Domingues de Miranda designado para juiz de Direito da comarca de Cuiabá.

A 8 de fevereiro procedeu-se à nova apuração dos votos dos colégios para deputado à A. G. L., tendo dado o seguinte resultado : Manso — 22 votos; J. J. Almeida — 18; major Peixoto — 18; cônego Silva — 3; Dr. Pascoal — 2 votos.

A 23 de fevereiro começou a funcionar a tesouraria de Fazenda.

Em março publicou-se um Bando relativo ao tumulto ocorrido na Côte em dezembro a respeito da Sociedade Militar.

Em abril houve notícia da nomeação de Antônio Pedro de Alencastro para presidente.

Veio da Bolívia o major Oliden, incumbido de explorar a navegação do rio Otaquis, daquela República ao rio Paraguai.

A 3 de maio teve lugar a inauguração de uma roda de enfeitados na Santa Casa de Misericórdia, à diligência da Sociedade Filantrópica (fundada no ano passado, de alguma sorte em opposição à *Sociedade dos Zelosos da Independência*).

Tendo sido José Joaquim Vaz Guimarães, adotivo, nomeado procurador fiscal da tesouraria, pelo Tesouro, houve contra esta nomeação uma representação do povo a que anuiu o presidente em conselho em deliberação de 4 de maio.

(113) Na cidade de São Paulo nasceu a 20 de janeiro de 1798, Dom José que, orfão na juventude, trabalhou para se manter e estudar.

Amparado pelo bispo Dom Martins que o nomeou altareiro da Sé conseguiu frequentar o Curso Jurídico, onde obteve medalha de ouro, além de diploma de bacharel em ciências jurídicas e sociais.

Nomeado bispo de Cuiabá, pela Regência, a sagração realizou-se na Catedral de São Paulo, a 8 de dezembro de 1832.

Mediante procuração outorgada ao cônego José da Silva Guimarães, tomou posse do novo cargo a 2 de junho de 1833 e a 27 de novembro conheceu o povo, em cuja chefia espiritual permaneceu, até succumbir a 11 de outubro de 1876.

Em maio marchou o comandante das armas, coronel Almeida, para Mato Grosso. Desavenças entre guardas nacionais e guardas municipais ameaçaram perturbar a tranquilidade pública. Conciliaram-se.

A 24, o presidente Correia deixou por enfermidade a administração, passando-a ao vice-presidente José de Melo Vasconcelos.

A 26, porém, tomou conta da mesma administração o coronel João Poupino Caldas, mais votado que o capitão Melo.

Na noite de 30 para 31 de maio um grupo de facinorosos, a que se juntou a plebe iludida em parte, e em parte movida pelos mais ignóbeis sentimentos, apodera-se do quartel e manda tocar a rebate, fazendo sair escoltas que mataram seis adotivos e um brasileiro e saquearam as casas de comércio pertencentes a adotivos.

O Conselho do Governo, convocado extraordinariamente, anuiu às exigências dos insurgentes e deliberou que todos os brasileiros nascidos em Portugal menores de 60 anos fossem mandados sair da província, devendo pôr-se em caminho dentro de 24 horas.

Os amotinados cometeram atrocidades inauditas — cortaram as orelhas e partes pudendas das vítimas, queimaram cadáveres, violaram esposas e outros atos de selvajaria.

Aquela deliberação do Conselho e as ordens que se expediram em cumprimento dela deram lugar à *caça* que se fez dos adotivos, que se mataram onde eram encontrados. A pretexto de que pretendiam resistir, expediram-se escoltas para persegui-los e ameaçaram-se os brasileiros natos que lhes dessem couro.

Foram mortas 33 pessoas, sendo 3 brasileiros e 30 adotivos (114).

Movimento da mesma natureza, porém menos sanguinário, teve lugar nos dias 7 e 8 de junho na vila do Diamantino.

Mato Grosso, onde se achava o comandante das armas, recusara associar-se a tais atrocidades, e as reprovou por atos públicos.

O Conselho do Governo suspendeu o comandante das armas, em 7 de agosto, e receando que reunisse força e marchasse para Cuiabá, fez seguir para Vila Maria uma força comandada por um capitão da Guarda Nacional (J. F. M.).

(114) A tragédia passou à história, com o título de *Rusga*. Entre os adotivos assassinados incluíram-se João Cardoso de Carvalho, capitão da 1.^a linha; J. J. Vaz Guimarães, rábula sagaz; Domingos José Pereira, comerciante em Diamantino; Antônio José Soares, sargento-mor; Tomás de Aquino; João Campelo; José Antônio de Lima, tenente coronel; Manuel José Moreira, alferes; Antônio Joaquim Moreira Serra, sargento-mor.

Alguns brasileiros também pereceram, como Manuel Pinheiro de Almeida, alvejado por enganô.

No mesmo mês de agosto (24) renovou-se a *rusga* em Diamantino onde mataram a três adotivos; as autoridades, porém, e parte sã do povo obstaram a que prosseguisse a desordem.

Ausentes ou escondidos os poucos adotivos que existiam no município de Cuiabá, entrou-se a falar na proscrição de 33 brasileiros bastardos. O vice-presidente Poupino, unindo-se à gente ordeira, fez com que saísse do quartel a força que o ocupava, a fim de marchar para Diamantino e tomando conta do mesmo quartel no dia 4 de setembro com homens de ordem, deu-se começo à prisão dos insurgentes.

Em 9 de setembro houve em Miranda um movimento anarquista, à imitação do que se fizera em Cuiabá, e dirigido por um cadete, um sargento e um cabo da guarnição. Foram ali mortos três adotivos.

A 21 de setembro chegou o presidente nomeado.

3.º PRESIDENTE — ANTÔNIO PEDRO DE ALENCASTRO

(1834 — 1836)

Nomeado por carta imperial de 4 de janeiro, o presidente Alencastro tomou posse em Cuiabá a 22 de setembro. A 4 de outubro foi reintegrado o comandante das armas, coronel Almeida.

Efetuu-se a prisão de vários fautores dos crimes que começaram a 30 de maio e deram-se providências energicas para a captura e processo de todos.

Na noite de 30 para 31 de outubro foram presos cinco cidadãos notáveis pela sua posição social. Declarou o presidente que fora efetuada a prisão à ordem da Regência pelo povo em massa, que attribuia a esses homens a desordem havida e projetos de renová-la. Foram em consequência encontrados e previamente a qualquer processo, enviados para a Corte pela navegação fluvial de São Paulo (115).

A 10 de novembro remeteu-se às câmaras municipais a lei de reforma da Constituição e determinou-se-lhes que providenciassem para a eleição do regente e em seguida para a de deputado.

Suspenderam-se as quatro companhias da Guarda Nacional de Cuiabá, a 13 de dezembro, ficando formada a guarnição de Cuiabá de uma força de guardas municipais e outra das chamadas civicas, que desde setembro estavam de posse do quartel.

(115) Com o auxilio de Poupino, conseguiu Alencastro prender os cabeçilhas da *Rusga*; Pascoal D. de Miranda, Braz Pereira Mendes, José Jacinto de Carvalho, Bento Franco de Camargo José Alves Ribeiro Eusébio Luis de Brito, Manuel do Nascimento Moreira, Antônio F. Mendes.

1835

Deram-se providências para que o correio para Goiás e a Côrte se expedisse duas vêzes por mês. A 13 de janeiro foi suspensa a Guarda Nacional de Diamantino por vícios de qualificação.

Em fevereiro e março deu-se começo à organização do Arsenal de Guerra.

A 14 de março foi suspenso pelo presidente o inspetor da tesouraria João Luis Airoso por abusos, omissões e erros de officio, e ainda por propagar doutrinas anárquicas.

A 21 publicou-se por Bando a notícia do falecimento do Sr. Dom Pedro I, duque de Bragança. Em abril procedeu-se à eleição do regente, sendo mais votado o padre Diogo Antônio Feijó.

No mesmo mês elegeram-se também os membros da Assembléa Legislativa Provincial que se instalou a 3 de julho.

A 4 de julho publicou-se por Bando a proclamação da Regência de 3 de abril relativamente à sedição do Pará. Pelas leis provinciais de 26 de agosto criaram-se as freguesias de Santo Antônio e Livramento, e pela n.º 19 de 28 do mesmo mês foi declarada a cidade de Cuiabá capital da provincia.

A 20 do mesmo mês de agosto o presidente dirigiu um officio à Assembléa Legislativa pedindo suspensão de garantias, que não foi decretada por julgar a mesma assembléa inatendíveis as razões alegadas pelo presidente. Em outubro despediu-se a Guarda Cívica.

Em dezembro o coronel Poupino foi suspenso do lugar de tesoureiro por ordem do ministro da Fazenda. O mesmo coronel foi investido do comando da guarnição da capital.

Neste ano tratou-se da condução das peças que estavam na ponte do Guaporé, incumbindo-se o coronel Valério, comandante de Mato Grosso que apresentou para este fim um plano, que não se pôs em execução. Tratou-se também da abertura de uma estrada para Itaituba, que ficou, porém, em projeto.

Continuaram-se as providências a respeito da abertura da estrada para São Paulo, pelo Piquiri. Por portaria de 22 de dezembro foi adiada a próxima sessão da Assembléa Legislativa para 15 de outubro de 1836.

1836

A 4 de janeiro publicou-se por Bando a proclamação da Regência de 12 de outubro de 1835.

A 11 do dito mês foi nomeado José Garcia Leal "diretor da povoação de 30 fogos que se descobriu no vão do Sacuriú, Paraná e

Paranaíba, na exploração da nova estrada para São Paulo". Já se considerava este território como pertencente à província.

Em officio de 14 de janeiro, disse o presidente ao ministro do Império :

"... ficando a divisão desta província com a de São Paulo, pelo Paraná, e com a das Gerais pelo Paranaíba e com a de Goiás pelo rio Doce acima até as suas cabeceiras nas contravertentes do grande Araguaia, antiga divisão desta província com a de Goiás."

A 30 do mesmo mês recebeu-se o aviso da demissão do presidente Alencastro, e o que designava a ordem dos vice-presidentes: vinha em primeiro lugar o capitão Antônio José da Silva. Como se achasse este ausente em sua fazenda, tomou conta do governo no dia 1 de fevereiro o 2.º vice-presidente Antônio Correia da Costa.

Por circular de 11 de fevereiro foi convocada a Assembléa Legislativa Provincial para o dia 1 de março, ficando sem effeito o adiamento expedido pelo ex-presidente. A 22 mandaram-se recolher os *cívicos* que ainda estavam em serviço no quartel. A 24 eutrou em exercicio o 1.º vice-presidente Antônio José da Silva.

A 1 de março começou a 2.ª sessão da Assembléa Legislativa Provincial. A 11 remeteram-se para a cadeia de Mato Grosso, por julgar-se mais segura que a de Cuiabá, 17 presos quase todos sentenciados pelo juri a pena última, pela parte que tinham tomado nas mortes que derivaram do movimento de 30 de maio.

Em maio voltaram remetidos pelo chefe de policia da Côte doze dos deportados em 31 de outubro de 1834. Outros dois que se haviam remetido também se apresentaram voluntariamente (116).

Em 30 de maio a guarrição do forte do Príncipe depôs o comandante interino Floriano José de Oliveira, e elegeu para comandante o sargento Jacó José de Moraes.

Mandou-se um official (José Maria de Albuquerque) para comandar o destacamento do Piquiri e continuar a exploração relativa à abertura da nova estrada para São Paulo.

Colocou-se um destacamento no rio Arinos para obstar a qualquer desordem que pudessem cometer alguns sediciosos internados no Pará.

Deu o governo da província reiteradas ordens (que se não executaram) para que o quartel do comando da fronteira do baixo Paraguai fosse transferido de Albuquerque para Coimbra.

A meião de agôsto chegou o presidente nomeado. Dr. José Antônio Pimenta Bueno.

(116) Entre os que regressaram, libertos pelo Supremo Tribunal da Côte contaram-se Pascoal de Miranda, magistrado, José Alves Ribeiro e José Jacinto.

4.º PRESIDENTE — DR. JOSÉ ANTÔNIO PIMENTA BUENO

(1836 — 1838)

Nomeado presidente por carta imperial de 5 de novembro de 1835. Tomou posse o Dr. Pimenta Bueno no dia 16 de agosto (117).

A 20 de setembro publicou-se por Bando o auto de reconhecimento de sua alteza a senhora Dona Januária como princesa imperial. Ao capitão Antônio José da Silva foram incumbidas as diligências relativas à abertura da nova estrada para São Paulo.

O presidente tratou da construção e prontificação das barcas canhoneiras e solicitou providências para a fundação de um estabelecimento naval.

Veio da Bolívia o major Oliden incumbido da exploração de uma via fluvial de comunicação entre aquêl: país e o rio Paraguai.

A 3 de outubro fez-se notável redução na guarda municipal. Mandou-se expedir uma *bandeira* contra os índios Parecis, que tinham hostilizado os arraiais de Mato Grosso.

Mandou o presidente promover uma subscrição voluntária para a aquisição de um prelo e mais artigos necessários para montar uma tipografia.

A 17 de outubro foi convocada extraordinariamente a Assembléia Legislativa Provincial, que se reuniu a 1 de dezembro.

Pessoas mal intencionadas e outras irrefletidas fizeram correr um boato de *rusga*, que causou alguma sensação, mas não tardou a dissipar-se. Pretendia-se que o capitão Oliveira, comandante do Corpo de Ligeiros, tencionava mandar assassinar alguns cidadãos na iluminação que se fez na porta do quartel no dia 2 de dezembro e repetiu-se no dia 5.

1837

A 1 de janeiro procedeu-se à eleição de deputado à Assembléia Geral Legislativa.

A 9 foi nomeado diretor dos índios Apiacás João Soares Muniz a quem se deu instruções relativamente ao Salto Augusto. A 25 os

(117) Natural de São Paulo, Pimenta Bueno doutorou-se em ciências sociais e jurídicas na escola paulista. Magistrado, em seguida, não tardou a desempenhar cargos de relevo na administração, na política, na diplomacia.

Em Cuiabá, promoveu o estabelecimento da primeira tipografia, depois de restabelecer a ordem na provincia abalada pela Rusga. Visconde, e mais tarde, marquês de São Vicente, representou o Brasil junto ao governo de Carlos Lopes, que o apreciava e tomou parte em mais de um ministério, Senador por São Paulo, faleceu a 19 de fevereiro de 1876, setuagenário.

sentenciados à morte que de Cuiabá foram transferidos para Mato Grosso, tendo clandestinamente obtido algumas armas, saíram da cadeia à 1 hora da tarde, mataram o carcereiro, apoderaram-se do quartel, saquearam o parque, destruíram o arquivo militar e seguiram para Casalvasco e daí para a Bolívia sem encontrarem resistência.

A 10 de fevereiro fez-se a apuração dos votos da eleição de deputado, saindo eleito o Dr. Antônio Navarro de Abreu. Expeli-ram-se duas bandeiras para abrirem um trilho do Paraná a Piracicaba.

No dia 9 de maio à entrada da noite foi morto o coronel João Poupino Caldas de um tiro de espingarda, na rua Bela do Juiz, uma das mais freqüentadas de Cuiabá. O assassino desapareceu e até agora está o crime impune (118).

Organizou-se uma sociedade para a exploração dos terrenos que se supõem diamantíferos nas margens do rio Cachoeira. Seguiu em junho com esse destino o capitão Caetano da Silva Albuquerque. Foi o Cofre Provincial acionista desta sociedade.

Deu-se principio no meado do ano à reorganização da Guarda Nacional. Em agosto chegou ao Piquiri, vindo pela nova estrada, um carro carregado de sal. Estabeleceu-se um correio para a provincia boliviana de Chiquitos.

Recolheram-se em outubro as *bandeiras* que haviam sido pedidas de Vila Maria contra os índios Bororos do Cabaçal, trazendo quatro índios adultos e 24 crianças e tendo sido a perda dos índios no conflito de 40 a 50 pessoas.

Mandou-se explorar o terreno que medeia entre as cabeceiras do Anhandui e a do Mondego, a fim de conhecer a conveniência de haver ali um varadouro e mudar-se para esse pórtio a navegação que se faz para Camapuã.

Deu-se comêço à construção de um teatro e de um passeio público. Concluiu-se a abertura da estrada e picada do Piquiri para o Paranaíba, estabelecendo-se na passagem d'este duas canoas que dão passagem a cinco ou seis animais dentro de cada uma delas.

Desde 1 de setembro está exercendo o sagrado ministério na capela de Santana um eclesiástico que se mandou vir com a congrua de 200\$000, em virtude de uma decisão legal.

(118) Atribuiu-se o crime a represálias de antigos correligionários da Russa, contra os quais teria Poupino promovido reacção policial — Ver Virgílio Corrêa Filho — *Notas à Margem*.

Em circular de 4 de dezembro comunicou-se às câmaras a notícia oficial da renúncia ou demissão do regente, substituído pelo ministro do Império Pedro de Araújo Lima. Deram-se providências para a eleição do novo regente.

Deu-se começo ao troco e substituição da moeda de cobre.

1838

O presidente mandou explorar o varadouro entre o rio Mondego e o Anhanduí cuja navegação outrora freqüentada talvez seja preferível à que se faz por Camapuã.

A Lei Provincial n.º 4, de 19 de abril criou a freguesia de Santana do Paranaíba, na margem ocidental do rio do mesmo nome e do Paraná; e bem assim a freguesia do Piquiri a Oeste da antecedente, dando-lhe o nome de Santa Cruz. Não chegou esta, porém, a ter existência senão nominal.

A 21 de maio retirou-se o presidente Dr. Pimenta Bueno, entregando a administração ao vice-presidente cônego José da Silva Guimarães. Seguiu caminho de São Paulo.

Desavenças ocorridas entre o comandante militar e o delegado do governo em Vila Maria, levaram o governo a ordenar ao primeiro que seguisse para Mato Grosso a fim de mandar conduzir para o Juru as peças de artilharia, c. 24, que se achavam junto da ponte do Guaporé.

O governo de Goiás mandou um destacamento de permanentes para o porto de Alencastro sobre o Paranaíba, na nova e recém-criada freguesia de Santana, que entendia pertencer ao território de sua jurisdição: o que deu lugar a uma representação de 110 moradores da mesma freguesia, pedindo pertencer à jurisdição de Cuiabá.

A 15 de setembro chegou de Goiás o novo presidente, Doutor Estêvão Ribeiro de Resende.

5.º PRESIDENTE — DR. ESTÊVÃO RIBEIRO DE RESENDE

1838 — 1840

O Dr. Resende, nomeado presidente por carta imperial de 9 de fevereiro de 1838, tomou posse a 16 de setembro (119).

(119) Filho do marquês de Valença o segundo Estêvão Ribeiro de Resende não conseguiu governar com a mesma autoridade de Pimenta Bueno. Contra os seus atos levantou-se a Assembléa Provincial, que lhe dificultou a administração. Ver Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso. (Tomo XII — 1924), págs. 115 e seguintes.

1839

Em janeiro celebraram-se festas públicas pela eleição do novo regente Pedro de Araújo Lima.

Em fevereiro, tendo corrido o boato de ter falecido o Dr. Francia, ditador do Paraguai, o presidente fez seguir para Olimpo uma barca canhoneira, que voltou em maio, tendo-se demorado um dia naquele forte.

Houve notícias de receiar que as bexigas se introduzissem na provincia por via da navegação do rio Arinos, e para prevenir essa desgraça deram-se providências.

Em agôsto começou a funcionar uma tipografia destinada principalmente a publicação dos atos do governo e comprada por uma subscrição promovida pelo presidente Pimenta Bueno. A contar dessa época publicou-se semanalmente um periódico (120).

Continuou-se a tratar da abertura e melhoramento da nova estrada para São Paulo. Mudou-se para lugar mais sadio e conveniente o destacamento do Piquiri. Houve noticia de ter concluído a sua comissão a bandeira encarregada de abrir a picada até Piracicaba.

Tendo os indios Coroados feito em setembro hostilidades em uma Fazenda do São Lourenço e no lugar das Malas na estrada de Goiás, onde feriram cinco victimas, expediu-se contra elles uma bandeira, que não os pôde encontrar e bater, porém destruiu um grande quilombo que existia nas imediações do ribeirão das Piraputangas, donde trouxe muitos fugidos.

Para obstar as correrias dos mesmos indios mandou o presidente colocar um destacamento na passagem do ribeirão Sangrador e outro na do São Lourenço na entrada do Piquiri. Prosseguiram-se as diligências relativas à navegação do Anhandui, pela qual veio uma expedição de São Paulo a cargo de José de Lara Pinto.

Revoltou-se a 28 de novembro a guarnição de Mato Grosso contra o seu comandante, major Manuel Machado da Silva Santiago, a quem depôs, elegendo em seu lugar o tenente Generoso A. N. de Moraes Cambará.

Em dezembro teve começo a iluminação de Cuiabá.

(120) O jornal, de duas colunas, impresso em papel almaço de linho, intitulava-se *Themis Matogrossense*, e o primeiro número saiu a 14 de agôsto (Nota de E. de Mendonça).

1840

Em fevereiro (resolução de 4) organizou-se em Legião a Guarda Nacional da Província, que então se compunha de dois batalhões de infantaria e um esquadrão de cavalaria na capital; um batalhão de infantaria em Diamantino, outro em Poconé e outro em Mato Grosso.

A Assembléia Legislativa, cuja maioria continuava em opposição violenta e sistemática ao presidente, concluiu sua sessão sem decretar as leis de orçamento provincial e municipal. Foi para este fim convocada extraordinariamente em junho, sendo esta sessão menos tempestuosa do que era de supor-se.

Nesta sessão extraordinária cessou de publicar o periódico oficial e de funcionar a tipografia em razão de uma lei provincial que não foi sancionada e nem devolvida à Assembléia.

Tendo o presidente obtido a exoneração que solicitara, partiu para a Córte a 25 de outubro, entregando a administração ao vice-presidente Antônio Correia da Costa. No mesmo dia chegou a notícia oficial dos acontecimentos de 23 de julho na Córte e da proclamação da maioridade do Sr. Dom Pedro II.

Recebeu-se também a nomeação do cônego José da Silva Guimarães para presidente da província.

6.º PRESIDENTE — CÔNEGO JOSÉ DA SILVA GUIMARÃES

(1840 — 1843)

O cônego José da Silva Guimarães, nomeado por carta imperial de 30 de julho de 1840, tomou posse no dia 28 de outubro (121).

Chegou o arrojamento dos Bororós do Cabaçal a ponto de atravessarem o rio Paraguai e passarem pelo meio de Vila Maria.

1841

Em março o presidente fez seguir para Olimpo uma barca canhoneira, que voltou em maio sem que conseguisse passar daquêle forte para baixo (122).

Não tendo a A.L.P. decretado a lei de despesas provinciais na sua sessão ordinária, foi convocada extraordinariamente para este fim em maio.

(121) Natural de Cuiabá, o cônego José da Silva Guimarães incluía-se entre as individualidades de maior prestígio em sua terra.

(122) Comandou a barca-canhoneira o então capitão tenente, Augusto Le-verger, que dessa viagem escreveu interessante e proveitoso *Diário*. (Nota de E. de Mendonça).

Em setembro fez-se uma expedição para povoar o Salto Augusto. Contra os índios Coroados que haviam cometido hostilidades, expediram-se duas *bandeiras*, que nada fizeram senão capturar duas crianças.

Enigrou da Bolívia o ex-prefeito de Santa Cruz Lendaric, que se mandou residir em Vila Maria.

Em dezembro procedeu-se à eleição dos eleitores de deputados à Assembléa Geral Legislativa. Passou-se o ano sem que pudesse reunir o juri da capital nem as juntas de paz.

1842

A 3 de janeiro começou a funcionar a Escola Primária Normal, dirigida por um professor que à custa da Província fôra estudar na Escola Normal do Rio de Janeiro (123).

A 26 de fevereiro procedeu-se à eleição de deputado à Câmara de 1842. Foi eleito o tenente de Engenheiros José Joaquim de Carvalho; tinha por competidor o Dr. Antônio Navarro de Abreu (124).

(123) Este professor seria provavelmente J. F. Almeida Lousada, mandado à Escola Normal de Niterói, onde deveria aperfeiçoar os seus estudos durante 14 meses prorrogados por mais oito a 28 de fevereiro de 1839.

A sua pensão, estabelecida pelo presidente Pimentel Bueno, em janeiro de 1838, montava a 50\$000 por mês, paga adiantadamente.

A 24 de fevereiro de 1841, Lousada prestou juramento para entrar no exercício do cargo de secretário do Governo, em que permaneceu, até se aposentar, tendo, portanto, deixado o magistério.

(124) Nascido a 6 de julho de 1811, em Cuiabá, o segundo Antônio Navarro de Abreu formou-se em direito pela escola de São Paulo, e sem tardança obteve o mandato de deputado geral por Mato Grosso, na 4.^a legislatura.

Desempenhou papel saliente na campanha da Maioridade, quando se revelou orador fogoso e destemido.

Não obstante, perdido o apoio eleitoral, com o desaparecimento de João Poupino Caldas, seu tio, foi preterido pelo competidor.

Já então o empolgara a perturbação que o levava ao Hospital da Santa Casa da Misericórdia, a que eram recolhidos os dementes, mais tarde transferidos para o Hospício Nacional.

Afinal a 3 de outubro de 1845, precocemente envelhecido, paralisou-se-lhe a vida, que Pôrto Alegre sintetizou como "um delírio rápido, descreveu um círculo estreito sobre três pontos bem diferentes; começou nas aulas brilhou no alto do parlamento, e eclipsou-se nas grades de ferro do aposento de um alienado".

Foi publicada por ordem do presidente a Lei Provincial dando regulamento à tipografia. O periódico tornou a publicar-se em 30 de julho com o título de *Cuiabano Oficial* (125).

Começou no principio do ano a povoação do Salto Augusto. O encarregado, Manuel Teixeira Amazonas, estabeleceu-se provisoriamente no lugar denominado Religioso, no ângulo da confluência do rio São João da Barra (aldeia dos Apiacazes) com oito camaradas, seis soldados e quatorze escravos. Ajuntaram-se-lhe muitos indios Apiacazes.

Explorações feitas por particulares nos campos da Vacaria, fizeram conhecer um rio navegável que vai ter ao Paraná e ao qual deram o nome de Amazonas, de que o presidente deu parte ao ministro do Império. Este rio não é outro senão o Ivinhema, ou o seu galho Vacaria.

Em 4 de abril seguiu para Olinda o capitão tenente Leverger, nomeado cônsul geral do Paraguai. Voltou em maio, sem que conseguisse seguir adiante de Olinda, visto como o Governo do Paraguai não admitia comunicação senão por via de Itapua (126).

(125) Ao justificar a sua iniciativa, afirmou o presidente Pimenta Bueno, mais tarde marquês de São Vicente a 30 de março de 1837:

"O sistema administrativo que nos rege, exige a publicidade dos atos das autoridades, que também dele dependem; muitas vezes, para que bem possam corresponder a seus fins".

A mingua de recursos no Tesouro da Província, abriu subscrição entre particulares, que sem tardança montou a 2:948\$868.

Adquirido no Rio o preto, averbaram-se-lhe à conta as seguintes parcelas.

Custo de typografia	1:10\$180
Papel e tinta	72\$300
Comissões	62\$680
Frete de 20 volumes, pesando 72 arrobas e 5 libras	72\$346
	<hr/> 1:95\$506

E, assim, a 14 de agosto de 1839, saiu a lume o primeiro jornal cuiabano *Themis Matogrossense*, mercê da dedicação da turma encarregada de publicá-lo, que se constituiu de um administrador, um redator, um compositor e um ajudante, um distribuidor e dois serventes.

O presidente destinou-lhe modesta verba, que a opinião glosou na Assembléa de sorte que não conseguiu perdurar a gazeta da qual, mais tarde, o cônego José da Silva Guimarães, ao dar-lhe novo alento mudou o título para — *O Cuiabano Oficial* — a que se refere o autor.

(126) Vigorava o regime do fechamento das fronteiras paraguaias, estabelecido por França.

Por isso, nomeado cônsul a 14 de janeiro de 1841, Leverger recebeu de Aureliano escassas recomendações, pois que eram ignoradas as verdadeiras condições do Paraguai.

Mandou-lhe, porém, uma coleção da Revista do Instituto Histórico e, em troca, exigiu-lhe a remessa de suas próprias investigações.

Tendo sido dissolvida antes de funcionar a Câmara de 1842, procedeu-se em agosto a novas eleições primárias e em outubro a de deputado, fazendo-se a apuração em dezembro. Saiu novamente eleito o tenente José Joaquim de Carvalho.

Por enfermidade do presidente, tomou conta da administração em 9 de dezembro o vice-presidente capitão Antônio Correia da Costa.

1843

O major Dr. Manuel Bravo e o capitão Nicolau Metron, enviados ao Paraguai pelo Governo Boliviano, seguiram em fevereiro para Olimpo sob a proteção de uma barca canhoneira. Voltaram em março, não lhes tendo sido concedido ir adiante.

Organizou-se o Corpo Fixo de Caçadores e a Companhia de Artilharia, segundo o Decreto de 20 de agosto de 1842.

Os soldados e camaradas do estabelecimento de Salto Augusto, na ausência do diretor Amazonas, levantaram-se contra o encarregado das plantações e economia e o obrigaram a retirar-se entre os Apiacazes. Consumiram as roças de milho e mandioca.

Por Lei Provincial de 4 de abril foi criada a Freguesia de São Gonçalo de Pedro II, contigua à da cidade de Cuiabá. A Assembléa acabou as suas sessões sem decretar as Leis de Despesas Provincial e Municipal. O presidente reassumiu o exercício do Governo a 11 de maio, não convocando a Assembléa extraordinariamente por não confiar nas disposições da sua maioria.

Um destacamento de 50 soldados bolivianos poptou-se em Salinas o que fez receber hostilidades. Constatou posteriormente que neste mesmo ano os bolivianos exploraram o território de Santo Antônio dos Guarajus, retirando-se depois.

Em julho o *Cuiabano Oficial* passou a denominar-se simplesmente *Cuiabano*. A 7 de agosto o reverendo José da Silva Guimarães, exonerado por Decreto de 28 de abril, passou a administração da Província a Manuel Alves Ribeiro, (127) nomeado vice-presidente em primeiro lugar por Carta Imperial de 31 de março. Os outros vice-presidentes eram: Dr. Manuel Pereira Coelho, José Mariano de Campos e o Exmo. bispo diocesano.

(127) Manuel Alves Ribeiro, chefe acatado dos liberais, exerceu papel de relevo na Província, conforme evidencia excelente ensaio biográfico, que lhe dedicou José de Mesquita.

Em 21 de agosto o vice-presidente convocou extraordinariamente a Assembléa Legislativa para decretar as Leis de Orçamento Provincial e Municipal. Além destas, foi promulgada uma lei sobre a organização da Guarda Nacional, que foi causa de sua desorganização porque o vice-presidente não teve tempo de dar-lhe plena e completa execução e seus sucessores não o quiseram fazer por julgarem que na decretação dessa lei a Assembléa exorbitara de suas atribuições.

A 1 de setembro expediu-se pela primeira vez o correio para a Côte pela nova estrada de São Paulo pelo Piquiri, continuando-se a trabalhar nessa estrada (128). Abriu-se uma estrada de carro de Sant'Ana do Paranaíba para a margem do Paraná, e da parte oposta do rio uma picada para Piracicaba, pela qual já tinha passado uma boiada de 200 bois. Já tinham chegado à cidade de Cuiabá dois carros carregados vindo de Sant'Ana pela dita estrada. São, porém, os únicos que até hoje vieram (1859).

Em 9 de setembro foi demitido o coronel chefe da Legião da Guarda Nacional Antônio Peixoto de Azevedo, e nomeado em seu lugar o major reformado do Exército Antônio Bernardo de Oliveira.

A 24 de setembro celebrou-se pela primeira vez um funeral pelo duque de Bragança. O Governo mandou glosar a despesa de 300 e tantos mil réis, que por tal motivo ordenara o vice-presidente.

(128) A estrada do Pequiri foi esboçada em 1808, sem resultado. Por volta de 1832, Jerônimo Joaquim Nunes empenhou-se em abri-la com a colaboração de José Martins de Carvalho.

Mas somente se ultimou com as feições de picada em 1835.

Fraldejava a serra de São Lourenço, transpunha o Piquiri, donde rumava para as cabeceiras do Sucuriú, de cujo vale buscava a Paranaíba, que, atravessado, permitia a continuação até Uberaba.

Para lhe melhorar as precárias condições, Pimenta Bueno obteve o dedicado e valioso concurso de Antônio José da Silva, fazendeiro estabelecido em Santo Antônio da Barra, que se colocou à frente dos trabalhadores até o Pequiri, no pior trecho da mata.

Daí por diante, confiou o serviço ao tino sertanejo de José Garcia Leal, um dos fundadores de Santana do Paranaíba.

Por essa via, entraram, pela primeira vez, em Cuiabá, a 8 de outubro de 1836, uma vara de 70 porcos mandados de Uberaba, além da tropa de bestas de Manoel Bernardo, que, em troca, de torna viagem, conduziu boiadas dos fazendeiros cuiabanos, assim inaugurando o intercâmbio que se intensificaria mais tarde.

Tendo sido exonerado o 1.^o vice-presidente Manuel Alves, passou este a administração em 5 de outubro ao 3.^o José Mariano de Campos, por não ter querido entrar em exercício o 2.^o, Dr. Manuel Pereira da Silva Coelho.

No dia 22 de outubro chegou a Cuiabá o novo presidente coronel Zeferino Pimentel Moreira Freire.

7.^o PRESIDENTE — ZEFERINO PIMENTEL MOREIRA FREIRE

1843 — 1844

O coronel de 2.^a Classe do Exército Zeferino Pimentel Moreira Freire, nomeado presidente por Carta Imperial de 17 de maio, tomou conta da administração da Província a 24 de outubro (129).

Constando que o Governo do Paraguai franqueara a enviados do Governo a entrada naquele país por via de Olimpo, o presidente fez seguir para Assunção o capitão de fragata Augusto Leverger, que já se achava exonerado do cargo de cônsul geral e encarregado interino de negócios. Saiu de Cuiabá a 5 de novembro; chegou a Olimpo a 18 e continuou a viagem a 19. A 27 chegou em Assunção, onde demorou-se até 5 de dezembro, em que começou seu regresso para Cuiabá (130).

A 13 de novembro tomou posse dos cargos de juiz de Direito da Comarca de Cuiabá e chefe de polícia da Província o Doutor Manuel Eliziário de Castro Menezes.

1844

Em janeiro deu o presidente Estatutos para a aula do 1.^o ano matemático e de geometria.

(129) Zeferino Pimentel Moreira Freire.

Nascido em Lisboa, a 26 de agosto de 1800, conforme assegurou Sacramento Blake, em seu Dicionário Bibliográfico Brasileiro, acompanhou seu pai brigadeiro Bernardo Antônio Moreira Freire, que participou da comitiva do príncipe regente.

Aluno da Academia Militar, onde se formou, serviu em várias províncias, antes de ocupar a Presidência de Mato Grosso.

(130) Em todas as viagens, Leverger cuidava de ampliar os seus reconhecimentos hidrográficos, publicados pela "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", ao qual os remeteu por instâncias de Aureliano Coutinho.

A 2 de fevereiro chegou a Cuiabá o capitão de fragata Augusto Leverger, tendo cumprido a comissão de que o incumbiu o presidente. Em março dois estafetas do correio de Goiás foram mortos pelos índios Coroados, nas imediações do lugar das Lavrinhas. Expediu-se uma escolta de 14 praças, de linha para proteger os correios e mercadores da estrada de Goiás.

Em junho aportaram ao Forte do Príncipe 14 pequenas embarcações bolivianas, as quais com licença do comandante do Forte, seguiram pelo Mamoré e Madeira abaixo. Consta que, no trecho das cachoeiras, parte da tripulação se revoltou e teve de regressar a expedição.

Em julho houve no Forte do Príncipe um motim feito pelos habitantes extramuros e por parte da guarnição contra o comandante Francisco de Sales Maciel, que todavia conservou-se com parte da guarnição fiel.

A 24 de setembro chegou a Cuiabá o tenente coronel graduado Ricardo José Gomes Jardim, nomeado presidente e comandante das Armas da Província.

*
* *

Teve neste ano começo, um procedimento judicial que depois complicou-se muito com as circunstâncias políticas da terra. Manuel Alves Ribeiro e Antônio Peixoto de Azevedo se diziam co-proprietários, por herança, da Fazenda de Camapuã, existindo outros sócios na Província de São Paulo.

Em 18... Peixoto, voltando de Porto Feliz para Cuiabá, trouxe consigo alguns escravos da dita fazenda, que considerou como seus.

Em 1838 foi Manuel Alves a Camapuã e tomou cento e tantos escravos, deixando ficar mui poucos na Fazenda. Dispôs deles como lhe aprouve; muitos foram vendidos a diversos particulares.

Em fim de abril o juiz de Direito e chefe de polícia, Doutor Menezes mandou recrutar um desses escravos, que se dizia ter sido fôrro na pia e ter gozado de liberdade por mais de dez anos. O mesmo magistrado em Edital de correição determinou que o atual

possuidor da Fazenda de Camapuã lhe apresentasse os títulos que fundamentavam a sua posse e direito que tinha exercido, dispondo da quase totalidade dos bens da dita Fazenda, quando era voz geral que não tinha nenhum direito e era usurpação à Fazenda Nacional (131). E em ofício de 8 de janeiro de 1844, reclamou ao presidente providências para que os ditos escravos voltassem a Camapuã ou fossem retidos em Miranda, para onde tinham vindo, ou que viessem para a capital ficando sob a vigilância do Governo.

Dai originou-se um processo criminal em que Manuel Alves foi pronunciado a prisão, pelo crime inafiançável de reduzir pessoa livre à escravidão. Manuel Alves abrigou-se sob a lei de imunidades de outubro de 1835; entretanto foi por vêzes ordenada a sua prisão, a qual apesar d'isso não se verificou (132).

8.º PRESIDENTE — RICARDO JOSÉ GOMES JARDIM

1844 — 1847

Nomeado por Carta Imperial de 9 de maio, o tenente coronel graduado do Corpo de Engenheiros Ricardo José Gomes Jardim,

(131) A fazenda Camapuã foi fundada pelos irmãos Lemes, pouco antes das perseguições de que foram vítimas, por parte do prepotente governador Rodrigo César de Meneses, que logrou, por fim, exterminá-los.

A latitude de 19º 35', dilata-se pelo dorso do divisor de águas, que os sertanistas transpunham pelo varadouro de 13,706 metros, para passarem de tributários do Paraná aos do Paraguai.

Era um pósto de reabastecimento e auxilio dos viajantes que iam de São Paulo a Cuiabá, ou em sentido oposto.

Executados os seus fundadores, foram-lhes confiscados os bens, entre os quais se arrolava Camapuã, que Luís Vilares arrematou sem tardança.

Os seus netos, por não julgarem suficientes as provas que possuíam, obtiveram, em 1810, nova concessão, firmada pelo capitão general João Carlos.

A diminuição das monções pelo rio Pardo causou a decadência da fazenda, que os proprietários, legítimos ou não, apressaram, com a retirada de grande parte dos seus povoadores.

(132) Manuel Alves Ribeiro, como chefe liberal de comprovado prestigio, mantinha em Poconé o seu reduto onde não conseguia prendê-lo o governo da Província.

tomou posse a 26 de setembro, e bem assim assumiu o de comandante das Armas em virtude da Portaria de 22 de maio (133).

Em outubro, chegou a Cuiabá o Dr. Sabino, chefe da revolução da Bahia em 1837, que se achava como anistiado residindo em Goiás e foi mandado transferir para o Forte do Príncipe. Seguiu para Mato Grosso, onde o presidente ordenou que se demorasse, visto o perigo de sua residência no mencionado Forte em consequência do motim ali ocorrido (134).

Tendo notícia de que uma nossa patrulha de Miranda passara além do Apa, mandou o presidente que se respeitasse o dito rio como linha divisória entre o Brasil e o Paraguai.

Foi dissolvida a Câmara dos Deputados, em consequência do que procedeu-se à eleição primária em 3 de novembro, e de deputado em 1 de dezembro. Fêz-se a apuração final em 25. Saiu eleito o tenente J. J. de Carvalho.

Em dezembro chegou a Cuiabá uma expedição científica enviada à América do Sul pelo Governo Francês, e dirigida pelo conde F. de Castelnau. Foram os seus membros hospedados pelo presidente, que lhes facultou os meios de prosseguirem nas explorações a que se propunham.

Deu o presidente providências para a construção de uma casa de pólvora em lugar mais isolado de que aquêle em que atualmente

(133) Ricardo José Gomes Jardim nasceu, por volta de 1805, em São Paulo.

Formou-se na Academia Militar, onde se matriculou em 1823.

Exerceu diversas comissões técnicas no Rio Grande do Sul, regressando à Capital do Império em 1835, para ser nomeado lente no próprio estabelecimento em que estudara.

Enviado à Europa aperfeiçoou os seus conhecimentos em máquinas, construção naval e artilharia.

Instrutor dos Exercícios Práticos da Escola Militar, em 1843, meses depois fez parte da comissão incumbida de examinar o problema do abastecimento d'água do Rio de Janeiro.

Nomeado presidente da Província da Paraíba, comandante das armas de São Paulo, em seguida, acumulou ambos os cargos na Província de Mato Grosso, até ser exonerado, a pedido, por decreto de 16 de setembro de 1846.

As comissões ulteriores que desempenhou constam de sua biografia elaborada por Laurênio Lago, que lhe indica o falecimento a 1 de agosto de 1884, no Rio Grande do Sul, com as honras de marechal de campo, alcançadas a 29 de dezembro de 1877.

(134) Voltando a Cáceres, por ordem policial, o Dr. Sabino mudou-se para Poconé, onde interrompeu a viagem para Cuiabá.

O próprio chefe de Polícia foi buscá-lo, mas já não o encontrou. Refugiara-se no engenho da Jacobina, onde mais tarde sucumbiu, sem ser hostilizado pelas autoridades.

existe o depósito. Neste ano ficaram aldeados perto de 100 índios cabaçais no Jauru, sob as vistas do padre José da Silva Fraga.

1845

No princípio de sua sessão, em março, a A. L. Provincial examinou o processo formado contra o vice-presidente Manuel Alves Ribeiro e deliberou que não havia lugar a continuação do processo (135).

Com a intenção de processar o juiz de Direito chefe de Polícia Dr. Menezes, a mesma Assembléia modificou o seu Regimento por uma Resolução de 18 de março, marcando a forma do processo. O presidente da Província recusou-se a mandar publicar este ato legislativo, deliberação esta que não foi aprovada pelo Conselho do Estado (7 de outubro de 1845).

Em consequência de uma queixa dada pelo juiz de Direito substituto de Poconé, João Nunes Martins, e o juiz de Paz Antônio Vieira de Azevedo, contra o referido chefe de Polícia Dr. Menezes, e ouvido este magistrado, o presidente o mandou suspender do exercício em 5 de abril.

Houve notícia de ter falecido a 12 de dezembro do ano findo, o diretor Amazonas, do Salto Augusto, e da completa ruína d'este estabelecimento.

Em 1 de maio começou a funcionar a Pagadoria mandada criar por decreto de 20 de abril de 1844.

Em 19 do mesmo mês marchou para Mato Grosso o 2.^o Corpo Fixo. Em Resolução da Presidência de 10 de junho criou-se um colégio eleitoral em Albuquerque, onde devem reunir os eleitores da dita freguesia, de Miranda e de Sant'Ana do Paranaíba.

Por Aviso do ministro da Guerra foi dividida a fronteira em três distritos — Mato Grosso, Vila Maria e Baixo Paraguai.

Em julho suspendeu a publicação *O Cuiabano*, que não tornou a aparecer senão em 1847, sob o nome de *Gazeta Cuiabana*.

Em julho chegou à Povoação de Albuquerque uma escuna de guerra paraguaia, trazendo o bispo titular e o bispo auxiliar do Paraguai, que vinham para serem sagrados. Chegaram a Cuiabá a 20 de agosto; teve lugar a sagração a 30 do mesmo mês e S.S.E.E. se retiraram a 12 de setembro.

(135) A decisão da Assembléia prova que Manuel Alves Ribeiro lhe tinha recuperado a chefia.

Veio ordem para que o anistiado Dr. Sabino regressasse para Goiás ; porém, ocultou-se nas imediações de Poconé e algum tempo depois (no ano seguinte) faleceu no sítio da Jacobina (136).

O partido liberal soleniza a festa de Santa Luzia.

1846

Em janeiro o presidente adiou a sessão da A.L.P. para 10 de junho. O motivo que deu foi a intenção em que estava de visitar antes dessa época a fronteira de Vila Maria ; mas na realidade era porque esperava a resposta do Governo ao officio em que participara o occorrido acêrca do processo do chefe de Polícia pela A. L.

O coronel Sebastião Ramos, que desde algum tempo achava-se estabelecido nas Salinas, surpreendeu o pequeno destacamento das Onças na madrugada de 26 de março, à frente de uma escolta de 16 homens armados e um outro official, e arrebatou dois soldados brasileiros desertores e um paisano que haviam sido presos por suspeitos nos campos vizinhos e ali se achavam pascageiramente retidos, levando-os consigo além da fronteira.

Em 7 de abril partiram de Cuiabá para a República do Paraguai duas barcas canhoneiras comandadas pelo capitão de fragata Leverger, em virtude das ordens do Governo Imperial e requisição do encarregado dos Negócios do Brasil naquela República (137).

A 7 de maio tomou posse do lugar de juiz de Direito e chefe de Polícia o Dr. Teófilo Ribeiro de Rezende. A 10 de junho começou a sessão ordinária da A.L.P. Decretou tão somente as Leis de Orçamento Provincial e Municipal e a do subsídio dos membros da futura Assembléa.

Em setembro o presidente recebeu comunicação do encarregado dos Negócios do Brasil em Sucre, noticiando-lhe que o Governo da Bolivia estava disposto a mandar ocupar pontos na margem direita do Paraguai e que a fronteira tinha de ser acometida.

Em consequência o presidente mandou reforçar o posto das Onças que ficou sendo de 57 praças com duas peças de artilharia de c. 3, e solicitou do presidente de Goiás a vinda de um contingente de 100 praças e três officiaes. A 17 de outubro chegaram a Cuiabá

(136) O Dr. Sabino Vieira faleceu a 25 de dezembro de 1846, refugiado no sítio de seu amigo, major João Carlos Pereira Leite. A respeito do chefe extensivo da Sabinada na Bahia, ver Virgílio Corrêa Filho — *Baianos em Mato Grosso*.

(137) Embora não tivesse antes conseguido transpor a fronteira, então impedida, para servir de cônsul geral do Império em Assunção Leverger para lá partiu, a convite de Pimenta Bueno, a quem o primeiro Lopes permitiu representasse o Brasil na República.

as barcas que tinham ido ao Paraguai. A 12 de novembro partiu o presidente para visitar a fronteira de Vila Maria (138).

No dia 28 encaminhando-se para as Onças encontrou com um próprio do encarrgado dos Negócios do Brasil em Sucre, que communicava ter saído daquela capital para Chiquitos uma força de 60 soldados de cavalaria com 10.000 cartuchos embalados, fardamento e armamento para 200 praças, tudo à disposição do general Firmino Rivero em Santa Cruz para ir abrir caminho ao Paraguai.

O presidente voltou ao marco e mandou colocar um destacamento num ponto firme da margem direita do Paraguai, duas léguas abaixo do Escalvado. Recolheu-se depois à capital, onde chegou a 21 de dezembro.

Neste mesmo mês o general Firmino Rivera percorreu com um troço de cavalaria os campos de Marco, em cuja vizinhança mandou fazer um curral e escrever a ponta de faca ou de baioneta no tronco de uma árvore de Jatobá — Vila del Marco. Depois desta singular inauguração da vila criada por decreto do Congresso Boliviano, retirou-se o general para Salinas e daí para Santa Cruz.

Sabedor de tal ocorrência, o presidente mandou uma barca canhoneira a Escalvado e outra nas imediações de Uberaba, a fim de obstar qualquer edificação boliviana (139).

Em 22 de dezembro havia o presidente recebido um officio do general Rivera datado de 14, cujo portador declarara ao comandante de Vila Maria (140) que o general vinha com grande força militar estabelecer uma posição junto ao Paraguai e ocupar os campos pertencentes à República, ao sul do Jauru. A este officio o presidente respondeu protestando contra os atentados perpetrados.

A 21 de dezembro o tenente coronel Severo José de Sousa Lima, nomeado comandante das armas, tomou posse deste cargo, do qual fôra a pedido exonerado o presidente.

1847

Chegou de Goiás em janeiro um contingente de 54 praças de linha e um official. Mandados para a fronteira de Vila Maria; amotinaram-se ao sair da cidade contra o official que os comandava.

(138) Em companhia do presidente seguiu Leverger, que já conhecia a região fronteiriça.

(139) Coube ainda a Leverger o comando da mencionada barca.

(140) Vila Maria, fundada a 6 de outubro de 1778, por ordem de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, que lhe deu o primeiro título, em honra à rainha Dona Maria I, então reinante.

Atualmente denomina-se Cáceres que recorda o sobrenome de seu fundador.

Foram presos e castigados os amotinadores e substituídos por outras praças, sendo eles destacados para diversos pontos.

Constou que na Corixa-grande se estavam aprontando quartéis para muita gente. O presidente mandou colocar um pequeno destacamento no lugar das Lages numa bocaina da serra de Borborema, caminho das Onças para Corixas.

A 4 de abril chegou o novo presidente, Dr. João Crispiniano Soares.

9.º PRESIDENTE — DR. JOÃO CRISPINIANO SOARES

1847 — 1848

O Dr. João Crispiniano Soares, nomeado presidente por Carta Imperial de 17 de setembro de 1846, tomou posse a 5 de abril de 1847 (141).

Em dias do mesmo mês chegou a Cuiabá, vindo pelo rio Paraguai, o capitão Antônio de Peña, enviado como correio de Gabinete para Bolívia, pelo ministro daquela República em Montevideu. O presidente mandou-o retroceder.

Em Resolução da Presidência de 20 de abril foi dividida a Província em quatro círculos eleitorais — Cuiabá, Diamantino, Mato Grosso e Poconé. A esta última ficaram pertencendo as freguesias que compunham o distrito eleitoral de Albuquerque. A A. L. P., que fôra adiada, começou a funcionar a 3 de maio. Entre outras, foi promulgada nesta sessão uma lei que marcava o dia 3 de maio para abertura da mesma Assembléa. Promulgou-se também outra lei reorganizando a Guarda Nacional, e outra reformando o Regimento da Assembléa e nela marcando a marcha de processos contra magistrados.

(141) João Crispiniano Soares, de São Paulo, nasceu por volta de 1808, conforme registrou Sacramento Blake.

Pelos próprios esforços, começando a trabalhar como porteiro do Conselho Geral da Província, conseguiu bacharelar-se em direito na Faculdade de São Paulo, onde mais tarde lecionou.

Depois de ter exercido a presidência das Províncias do Mato Grosso, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e ser deputado geral em duas legislaturas, faleceu a 15 de agosto de 1876, como professor jubilado.

Outra lei incorporou ao Município de Poconé as freguesias de Albuquerque, Miranda e Sant'Ana, que pertenciam ao município de Cuiabá (142).

O comandante das armas, que fizera uma digressão pela fronteira de Vila Maria, estabeleceu um quartel neste último ponto. Em outubro chegaram a Cuiabá dois missionários Capuchinhos italianos destinados para a catequese dos índios. Em 7 de novembro procedeu-se às eleições primárias. Em 8 de dezembro teve lugar a eleição de deputados à Assembléia Geral, cuja apuração fêz-se, a 6 de fevereiro do ano seguinte, saindo eleito o presidente Dr. João Crispiniano Soares.

1848

Em fevereiro teve lugar, como já se disse, a apuração dos votos para a eleição de deputado à Assembléia Geral Legislativa. Publicou-se a promoção de oficiais da Guarda Nacional em consequência da nova lei; foi coronel comandante superior Manuel Alves Ribeiro.

O presidente participou ao governo em officio de 7 de março o resultado da exploração feita pela navegação de Curitiba para Miranda pelos rios Tibagi, Paranapanema, Paraná e Ivinhema.

Participou-se também que se tinham fabricado na margem direita do rio Paraguai, abaixo da Baía Negra, cerca de dois mil alqueires de sal. A 4 de abril o presidente suspendeu o chefe da Polícia Dr. Teófilo Ribeiro de Rezende, por duvidar, ou antes, contestar a legitimidade de entrar a exercer a vice-presidência Manuel Alves Ribeiro.

A 6 de abril, tendo o presidente de seguir para a Córte para tomar assento na Câmara dos Deputados, passou a administração ao 1.º vice-presidente Manuel Alves Ribeiro. Chegando, porém, a noticia official da exoneração d'este, entrou a funcionar o 2.º vice-presidente Antônio Nunes da Cunha, que tomou posse a 31 de maio (143).

Na sessão d'este ano da Assembléia Legislativa Provincial foi promulgada uma lei criando um Liceu na capital: e pela lei de orçamento foi autorizado o presidente a mandar arrenatar a typografia, quando julgasse inconveniente que continuasse a funcionar à custa dos cofres públicos. Foi com effeito, arrematada em 31 de agosto por 810\$000, e entrou a publicar um periódico denominado

(142) Medida de influencia meramente partidária, para garantia da eleição que o presidente pretendia de deputado por Mato Grosso à Assembléia Geral.

(143) Antônio Nunes da Cunha, primo e cunhado de Manuel Alves Ribeiro.

Echo Cuiabano. O presidente contratou por 1:200\$000 a impressão dos atos oficiais (144).

A 24 de setembro chegou o novo presidente, major de engenheiros Dr. Joaquim José de Oliveira, que a 26 tomou conta do Comando das Armas, cargo para o qual também fora nomeado (145).

10.º PRESIDENTE — DR. JOAQUIM JOSÉ DE OLIVEIRA

1848 — 1849

A 27 de setembro o major do Corpo de Engenheiros Doutor Joaquim José de Oliveira, já de posse do Comando das Armas, tomou posse do cargo de presidente, que lhe fora conferido por Carta Imperial de 28 de março.

A 18 de outubro foi demitido o promotor público José Delfino de Almeida. A 9 de novembro foi suspenso o diretor do Arsenal de Guerra, major Antônio Bernardo de Oliveira e bem assim o chefe de Polícia Dr. Aires Augusto de Araújo, este pela negligência com que se houve na captura de introdutores de notas falsas. A 18

(144) A transação, a que deu causa o regime deficitário da tipografia, evidenciou-se por cifras eloquentes.

Autorizado a vendê-la, o presidente Soares mandou avaliá-la em 800\$000, e o seu sucessor, A. Nunes da Cunha, completou-lhe a iniciativa.

Por ordem de 25 de agosto a "Estação das Rendas Provinciais" anunciou hasta pública, mediante a qual foi arrematada, por dedicados correligionários do governante por 810\$000.

Ao fim de dez dias, o novo proprietário, José Leite Penteadó, contratou a publicação dos atos oficiais por 1:200\$000.

Os subscritores protestaram e a venda foi anulada.

Enquanto corria morosamente o processo, Penteadó transferiu o material a Manuel Alves Ribeiro, que o transportou a Poconé, onde estaria a salvo de qualquer medida policial.

Afinal, lei de 23 de agosto de 1851 rematou a contenda, ao revalidar a negociação.

Embora adversário político dos compradores, Leverger, que a sancionou, deu as razões do seu procedimento.

"Entendo que fora conveniente que a tipografia não saísse do domínio do governo da Província; mas não me parece que eu devesse ou pudesse deixar de sancionar a citada lei, que não fez mais do que declarar válido um ato competentemente autorizado, efetivado e aprovado".

(145) Joaquim José de Oliveira era major de engenheiros, quando assumiu a Presidência, em que lutou contra o partido de Manuel Alves Ribeiro.

Ambos foram eleitos para a Câmara dos Deputados, na legislatura de 1850-1852, em datas diferentes.

Oliveira, a 7 de setembro de 49, na véspera de deixar a Presidência, e Manuel Alves, a 20 de fevereiro seguinte.

do mesmo mês propalou-se ter sido clandestinamente levada a tipografia para Poconé (146).

A 19 o presidente convidou, por uma proclamação, os cuiabanos a reunirem-se pela uma hora da tarde a fim de formar-se uma guarda provisória de segurança pública, declarando que o Governo da Província carecia de força para manter a tranquilidade pública, visto como se achava dissimulada pela fronteira a força e a guarda nacional e seus oficiais, salvas as exceções, não mereciam confiança do mesmo Governo (147).

Organizou-se com efeito a dita guarda, que se compôs toda de pessoas pertencentes a uma parcialidade política, e desde então até agosto do ano seguinte fez a policia da cidade.

A 22 de dezembro procedeu-se à eleição de juizes de paz e vereadores, por ter sido anulada a que se fez em setembro. Os indios Caiuás, cometeram hostilidades no distrito de Miranda e os Coroados e Caiapós no sítio do Roncador, na estrada de Cuiabá a Goiás.

Foi pronunciado o juiz de Direito interino, Dr. Aires Augusto de Araújo por abandonar o emprego, tendo-se retirado da cidade depois de suspenso do cargo de chefe de Polícia.

1849

Em março foram suspensos o inspetor e escrivão da Pagadoria Militar. Reuniu-se a Assembléa Legislativa Provincial na forma da lei, foi instalada a 3 e adiada, em 5 de maio, pelo presidente, para 5 de novembro.

Foram mandados marchar para a Côte, por o exigir o bem do serviço, o comandante e o major do Corpo de Artilharia, coronel Severo José de Sousa Lima e major Gabriel Alves. Em junho (18) partiu o presidente para ir visitar a fronteira de Vila Maria; regressou a 28 de julho, e no dia seguinte publicou-se uma proclamação desmentindo os boatos que corriam acerca da sua exoneração e de ter sido demitido os vice-presidentes, attribuindo-se esses boatos a

(146) José Delfino de Almeida, negociante, era correligionário de Manuel Alves Ribeiro, bem como Bernardo de Oliveira.

Deputados provinciais, ambos figuraram como arrematantes da typografia cujo preço pagaram sem desembolso algum, mediante encontro de contas, como credores do tesouro provincial.

(147) J. J. de Oliveira definiu a precária situação em que se achava: "os funcionários públicos, desde o vice-presidente até os continuos das repartições, desde os deputados até os votantes qualificados, pertencem à mesma grei" (do partido de Manuel Alves Ribeiro).

Para combatê-la, criou a sua guarda pessoal, de que dá noticia o autor.

Manuel Alves Ribeiro, que voltara da Córte, para onde tinha marchado em 1848.

A 5 de agosto procedeu-se à eleição primária, visto ter sido dissolvida a Câmara dos Deputados. A 16 do mesmo mês à noite deu-se um tiro no juiz municipal suplente José Joaquim Graciano de Pina, que se achava em sua casa (148).

O assassino evadiu-se.

A 5 de setembro fêz-se a eleição de deputados à Assembléa Geral Legislativa, saindo eleito o presidente Dr. Oliveira. A 7 de setembro chegou o novo presidente, coronel João José da Costa Pimentel.

Os procedimentos judiciais contra Manuel Alves Ribeiro, por causa do pardo Maximiliano e dos bens de Camapuã, tinham cessado durante as administrações do Dr. Crispiniano e capitão Antônio Nunes (149). Renovaram-se com vigor sob a do Dr. Oliveira. Foram arrecadados pelo Juízo Municipal os escravos que tinham sido da referida Fazenda, muitos dos quais se achavam em poder de terceiros, que os tinham comprado. Procurou-se também fazer efetiva a prisão de Manuel Alves, em virtude da pronúncia do Dr. Meneses, entendendo-se que não podia prevalecer a imunidade de que o cobria a Lei Provincial. Atribuiu-se à parte ativa que tomou o juiz municipal neste procedimento, a vingança do seu contrário e o assassinio de que este cidadão por pouco foi vítima.

11.º PRESIDENTE — JOÃO JOSÉ DA COSTA PIMENTEL

1849 — 1851

Nomeado presidente por Carta Imperial de 11 de junho, e comandante das armas por Decreto de 9 de julho, o coronel do

(148) Conistou que o atentado resultara de sua atuação no litígio de Camapuã, cujos pretensos proprietários descontentara como juiz.

Livrando-se do assassinio, desgostou-se da judicatura e resolveu tomar ordens religiosas, apesar de viúvo.

Escandalizou-se, por isso, mais tarde, o novo bispo Dom Carlos Luís d'Amour, exigente na moralização dos costumes do clero, quando lhe foi apresentado o sacerdote que lhe referiu candidamente ter um filho.

Explicadas, porém, as circunstâncias em que se ordenou, não lhe fálou a simpatia episcopal.

(149) A respeito de M. A. Ribeiro, ler o excelente ensaio de José de Mesquita apresentado ao 3.º Congresso de História Nacional.

Estado Maior de 1.^a Classe João José da Costa Pimentel, tomou posse no dia 8 de setembro de 1849 (150).

O coronel Pimentel adiantara-se da sua condução, que vinha acompanhando seu filho tenente Pimentel, pelo caminho do Piquiri. Foi a tropa atacada no lugar do Itiquira pelos índios, que mataram com flecha aquêle official (151). Esta triste noticia chegou em outubro a Cuiabá pouco depois da chegada do presidente, que deu providências para que se expedissem duas bandeiras do distrito de Cuiabá e uma de Miranda a fim de bater os referidos índios.

Chegou também a noticia de pretender o ditador Rosas invadir o Paraguai, em consequência do que o presidente mandou reforçar a guarnição da fronteira meridional da Província, e marchar o capitão J. J. de Carvalho comandante da mesma fronteira, nomeado pelo Governo Imperial e acompanhados de carpinteiros, ferreiros, etc., com o conveniente provimento para reparar e pôr em bom estado os pontos militares de Coimbra, Miranda, etc.

A 3 de novembro tomou posse dos cargos de juiz de direito da Comarca de Cuiabá e chefe de Polícia da Província o Doutor Viriato Bandeira Duarte. A 5 de novembro, abriu-se a sessão da Assembléia Legislativa Provincial.

A 6 do mesmo mês teve lugar a apuração geral dos votos para deputados à Assembléia Geral Legislativa, saindo eleito o ex-presidente Dr. Joaquim José de Oliveira.

O presidente mandou explorar a mina de cobre do Jauru pelo tenente de engenheiros Pedro Dias Paes Leme (152).

(150) João José da Costa Pimentel. "Nasceu em 1802, no Rio de Janeiro, onde assentou praça de 1.^o cadete no 3.^o regimento de infantaria de linha a 15 de abril de 1817", informa Laurênio Lago.

Mais tarde, completou o curso da Academia Militar e já em 1830 conseguiu a promoção a major, depois de várias comissões militares, de que ainda seria incumbido até receber, a 9 de junho de 1849, a nomeação de comandante das armas de Mato Grosso, que se completou com a de presidente da Província, dois dias após.

Serviu na campanha platina de 1852, e também de diretor do arsenal de guerra, comandante das armas de Pernambuco, da Bahia e de vegal no Conselho Supremo Militar.

Promovido a marechal de campo a 2 de dezembro de 1861, faleceu a 25 de agosto seguinte.

(151) O presidente adiantou-se à comitiva, cuja direção confiara a seu filho e ajudante de ordens, tenente Antônio Correia da Costa Pimentel, que dormia, descuidado, à beira do Itiquira, quando o assaltaram os índios, a 9 de outubro de 49. Traspassado por flechas, ainda padeceu durante 10 horas dolorosas, até sucumbir.

(152) O "Cobre do Jauru" foi estudado por Jorge da Cunha, no Boletim de 6 do Departamento da Produção Mineral — 1943.

1850

As Bandeiras expedidas contra os índios nada ou pouco fizeram, e continuaram a praticar hostilidades os mesmos índios, chegando estes a atacar o destacamento Estiva, que o presidente mandou reforçar.

Em fevereiro tornou a ser publicado o *Echo Cuiabano*. A 22 de março foi suspenso o Dr. Viriato Bandeira Duarte do exercício de chefe de Polícia, por abuso de autoridade e falta de cumprimento de deveres.

Em abril incumbiu-se o tenente de engenheiros Pedro Dias Paes Leme, de fazer o nivelamento necessário para saber-se a possibilidade de ser prolongado até Cuiabá o rego da Mutuca (153). Na sessão da Assembléia Legislativa Provincial foram promulgados entre outros atos os seguintes, que merecem menção. Foi revogada a lei que dava aos membros da Assembléia a imunidade dos deputados gerais; foram incorporadas ao município de Cuiabá as freguesias de Albuquerque, Miranda e Sant'Ana do Paranaíba (154), decligadas em 1847; criaram-se mercados para nêles se pagar o dízimo; criou-se a nova freguesia da Guia, desmembrando o seu território do das Brotas e fazendo-se uma nova circunscrição das freguesias da Província; erigiu-se em vilas as freguesias de Albuquerque e de Vila Maria.

A 29 de junho fundou-se, de ordem do presidente, um destacamento no Pão de Açúcar ou Fecho dos Morros. A 14 de julho

(153) A tentativa de adução das águas do ribeirão Mutuca provinha de longa data.

Refere J. da Costa Siqueira que o brigadeiro Antônio de Almeida Lara organizou sociedade, a 17 de julho de 1732, para empreendê-la, mas desistiu.

Mais tarde, Francisco da Silva Ribeiro — o Canelas — ensaio: prosseguir, a 9 de julho de 1749, com quatro sócios, mas interrompet os trabalhos em 1757.

As "Instruções" a que deveria obedecer o primeiro governador de Mato Grosso, Rolim de Moura, apontaram-lhe, entre outros melhoramentos animadores da mineração, o projeto que dessa vez não foi também adiante.

Para organizar a sociedade, a que deu por divisa *fortuna ducit — comite virtute*, João Carlos Augusto de Oeynhansen ordenou ao sargento-mor José Antônio Teixeira Cabral, em portaria de 20 de fevereiro de 1814, effectuasse o nivelamento entre os ribeirões "Mutuca e Mutuquinha e rio do Peixe", e o ponto escolhido pela Companhia, no Jacé, que foi concluído, conforme indica o perfil do terreno então desenhado.

Da incumbência dada ao tenente Pedro Dias Paes Leme, a que se refere o autor, não conhecemos os resultados.

(154) Estas medidas tinham sido tomadas por mera conveniência particular.

partiu o presidente para visitar a Fronteira de Vila Maria e em agosto seguiu da dita fronteira para a do Baixo Paraguai. A 10 de setembro esteve no Fecho dos Morros e no dia 12 no rio Apa. A 15 uma igarité paraguaia trouxe officios do encarregado dos negócios do Brasil em Assunção, que foram respondidos no dia seguinte.

A 20 passou o presidente por Coimbra, e seguiu para Albuquerque, onde se demorou alguns dias, marchando depois para Miranda. Seguiu poucos dias depois o comandante da Fronteira (Capitão J. J. de Carvalho), com licença para capital.

Em outubro o presidente ao passar o Taquari, no regresso de Miranda para Cuiabá, recebeu a noticia de ter sido atacado por considerável força fluvial paraguaia o nosso destacamento do Pão de Açúcar, que depois de se manter quanto lhe foi possível teve que se retirar (155).

Em novembro chegou o presidente a Cuiabá; em dezembro fez partir o capitão Carvalho para o Rio de Janeiro, passando por Coimbra e Miranda, a fim de dar parte ao Governo Imperial do ocorrido e do estado da fronteira e do uso que tinha feito dos meios que se puseram à sua disposição.

Tendo chegado à Província uma porção de armamentos destinados ao Paraguai (3.000 espingardas), que tinham vindo pelo Piquiri, donde devia seguir pela navegação fluvial, o presidente mandou que ficasse retido em Coimbra. O capitão Antônio Peixoto de Azevedo foi nomeado comandante interino da fronteira do Baixo Paraguai. A 16 de dezembro saiu para a mesma fronteira uma barca-canhoneira com o capitão de fragata Leverger (156).

(155) A propósito, escreveu Rio Branco em suas Efemérides "1850 — 14 de outubro — Um corpo de 800 paraguaios ataca a guarda brasileira do Pão de Açúcar (Fecho dos Morros em Mato Grosso), composta de 25 homens sob o comando do tenente Francisco Bueno da Silva. A guarda retira-se fazendo fogo, e perde, neste conflito três homens mortos. Os agressores tiveram um oficial e oito soldados mortos e feridos. Poucos dias depois, o mesmo destacamento reforçado com os índios guaicurus dos capitães Lixagota e Lapagate, e sob o comando do capitão José Joaquim de Carvalho, vingavam esse insulto, apoderando-se, por surpresa do forte paraguaio denominado Olimpo ou Bourbon, e o capitão Quidanani, e outro cacique guaicuru, invadia o Paraguai pelo Apa, e capturava grande porção de gado".

(156) Informou E. de Mendonça que no dia seguinte ao da partida de Leverger, chegou correio da Côrte, que fez a entrega à sua Senhora da correspondência em que se inclui um officio do Ministério do Império.

Ela entregou-o ao tenente Peixoto, que se incumbiu de fazê-lo chegar às mãos do destinatário, como, de fato, ocorreu, conforme registou o autor.

1851

Tendo o presidente noticia official da sua exoneração do Comando das Armas, fez entrega d'este cargo ao official mais graduado, o tenente coronel José Pedroso Duarte.

Em viagem para Coimbra o tenente Peixoto alcançou a barca canhoneira em que ia Leverger, e a este entregou um officio do Ministério do Império, que era a sua nomeação de presidente. Prosseguiu, e a 7 de fevereiro de regresso chegou a Cuiabá.

12.º PRESIDENTE — AUGUSTO LEVERGER

1851 — 1858

A 11 de fevereiro entrou no exercicio de presidente o capitão de fragata Augusto Leverger, nomeado por Carta Imperial de 7 de outubro de 1850.

A 20 do mesmo mês procedeu-se a eleição de mais um deputado que tem de representar a Provincia na Assembléa Geral Legislativa. Foi a apuração dos votos a 20 de abril, saindo eleito Manuel Alves Ribeiro.

A 17 de março tomou posse do cargo de juiz de direito da Comarca e chefe de Policia da Provincia o bacharel Silvério Fernandes de Araújo Jorge. Estando exausto o cofre da Tesouraria Geral, os negociantes Henrique José Vieira e Luis Moreira Serra ofereceram emprestar sem prêmio algum por espaço de um ou dois meses a quantia de cem contos (70 o primeiro e 30 o segundo). Outro negociante tomou letras sacadas pelo tesoureiro sobre o Tesouro ao par, e desde então socorreu-se neste ano e nos seguintes mais de mil contos isentos do prêmio de 18 e 9%, que costumava pagar a Tesouraria (157).

Não se tendo reunido para o dia 3 de maio sufficiente número de membros, só no dia 10 se pôde verificar a instalação da Assembléa Legislativa Provincial. Em 16 de junho tomou posse do Comando das Armas o tenente coronel João Francisco de Oliveira Lobo.

Tendo-se refugiado no Forte do Príncipe um general e outras pessoas notáveis da Bolivia, o comandante em vez de mandá-los

(157) Estes e outros fatos iguais bem patenteavam a confiança que a administração de Leverger inspirava", commentou acertadamente E. de Mendonça. Ver a propósito Virgílio Corrêa Filho "O Bretão cuiabanzado".

internar, consentiu que voltassem a Mochos e até acompanhados de um oficial e praças armados da guarnição do Forte. Sabedor destas ocorrências, o presidente mandou demitir e recolher presos o comandante e bem assim o oficial que fôra na expedição. Emigrou de novo para o Forte o general (Dom Manuel Canário), acompanhado do major Van Nyvel; foram mandados para Mato Grosso e daí para a Capital.

Em setembro faleceu repentinamente o comandante de Miranda, major J. J. Gomes, o que paralisou os trabalhos do projetado estabelecimento do varadouro entre Nioac e Brilhante, sob a inspeção do dito major. Em 19 de outubro estando ausente o comandante Antônio Peixoto de Azevedo, que viera à capital, sublevo-se a guarnição de Coimbra contra os oficiais, e requereu a sua mudança. Chegou esta notícia a Cuiabá em 13 de novembro.

Mandou logo o presidente seguir para aquêle ponto o comandante das armas com toda a força militar disponível (151 praças) e acompanhado de duas barcas canhoneiras. Antes desta expedição chegar à fronteira havia sido restabelecida a ordem no Forte pelo capitão Peixoto, desprezando-se os principais amotinados, que vieram em demanda de Cuiabá, onde foram presos.

Em consequência das indagações feitas pelo comandante das armas e subsequente conselho de investigações, foram mandados responder a conselho de guerra o comandante Peixoto, os oficiais de linha e trinta e tantas praças de pret.

Em dezembro (3) teve a Presidência comunicação oficial de que houvera em Forte do Príncipe, em 19 de setembro, um motim contra o sargento que ali comandava por falecimento do novo comandante (Alferes Magessi), mas que fôra restaurada a ordem pela ida de um tenente que foi substituir o falecido.

Na seca d'este ano foram transportadas da ponte do Guaporé para Registro do Jauru, e dali embarcados para Coimbra, onde chegaram em novembro, quatro peças de artilharia c. 24, que tinham vindo do Pará há vinte e tantos anos e desde então se achavam junto da ponte do Guaporé (158).

(158) "Foi incumbido dessa comissão, com a qual dispenden 311\$000 o tenente coronel reformado Vicente Coelho, pai do marechal Antônio Maria Coelho.

No ataque que sofreu o Forte de Coimbra em dezembro de 1864, foram as únicas peças que funcionaram, e quando Barrios se apoderou do Forte — por ter sido abandonado — mandou reforçar o armamento do "Marquês de Olinda" com essas quatro peças" (comentário de E. de Mendonça).

Apareceu na Província, depois de um período de 30 anos, a epidemia do sarampo. Apareceu também nos distritos de Mato Grosso e Vila Maria uma epizotia que matou o gado cavalari. Consta ter feito os maiores estragos em Chiquitos e Moxos (159).

Concluíram-se os trabalhos preparativos da reorganização da Guarda Nacional, na conformidade da nova lei.

Houve diversas reclamações das autoridades de Santa Cruz acerca da ocupação da Coricha.

1852

Em fevereiro regressou o comandante das armas da fronteira do Baixo Paraguai.

O presidente tomou posse em 28 de abril do comando das Armas, que lhe fôra conferido por Patente de 17 de janeiro. Desde alguns dias estava exercendo interinamente o dito comando o tenente coronel José Pedroso Duarte, por ter o tenente coronel Lôbo recebido a sua demissão em 4 do mesmo mês.

Em julho chegaram a Cuiabá o agente (Dr. Medardo Rivani), diversos empregados e 98 africanos livres da recém criada Sociedade de Mineração de Mato Grosso. Foram-se estabelecer em Diamantino.

Foram tomadas medidas para prevenir que o distrito de Mato Grosso fôsse invadido pela epidemia de bexigas, que constava estar fazendo muito estrago na província boliviana de Chiquitos. A 15 de agosto recebendo o presidente a noticia de que os bolivianos pretendiam vir segunda vez ao Marco, fez seguir para aquele ponto o comandante interino do Batalhão de Caçadores, capitão Generoso Antônio de Moraes Cambará, com toda a força militar disponível, e pessoalmente marchou com o mesmo destino poucos dias depois; regressou, porém, logo por ter recebido participação oficial de que tal noticia não tinha fundamento.

A 1 de outubro, procedeu-se à eleição de eleitores para senador, e a 31 do mesmo mês à eleição do mesmo senador, a qual foi apurada em 31 de dezembro, formando a lista triplíce: Dr. João

(159) Assim penetrou a peste de cadeiras nos pantanais matogrossenses, onde só modernamente foi contida pela aplicação de preventivos apropriados, depois de dizimar milhares de equinos.

(Ver — Considerações acerca da Peste de Cadeiras de Virgílio Corrêa Filho. editada pela Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, do Estado de São Paulo — 1927).

Antônio de Miranda, Manuel Alves Ribeiro e José Joaquim de Carvalho.

A 7 de novembro teve começo a eleição de eleitores para deputados. Suscitou-se algum rumor por dúvidas que fez a Mesa no recolhimento da idoneidade dos votantes. Recusou-se o presidente a intervir nesse negócio, assim como também recusou-se a ingerir em semelhantes dúvidas que na eleição de eleitores para senador se dera na freguesia Dom Pedro II; foi adiada a eleição para o dia 10, em que se realizou sem novidade (160).

A 7 de dezembro teve lugar a eleição de deputados à A. Geral L., que se apurou a 7 de fevereiro seguinte; saíram eleitos — Drs. Viriato Bandeira Duarte e Silvério Fernandes de Araújo Jorge (161).

No decurso deste ano teve conclusão a ponte do Aricã, começada no ano anterior. Continuaram os consertos e reparos do Forte de Coimbra; deu-se impulso às obras do varadouro de Nioac, e começou-se a construir a ponte do Coxipó.

1853

A 3 de janeiro foram nomeados pelo presidente os oficiais da Guarda Nacional, segundo a nova organização. Em 7 de julho deu-se um regulamento para passaporte na fronteira de Mato Grosso. No mesmo mês recebeu o presidente um pedido de armamento do prefeito de Santa Cruz.

Em novembro chegou ao Baixo Paraguai em viagem de exploração científica o vapor dos Estados Unidos da América, *Water-Witch*, ao qual foi facultado chegar até Albuquerque em observância das ordens do Ministério (162).

Concluiu-se a ponte do Coxipó.

(160) Leverger, no exercício da Presidência, ou fora, sempre se manteve sobranceiro às injunções partidárias e costumava dizer: "ou a política não me serve, ou para ela não sirvo".

(161) O Dr. V. Bandeira Duarte, chefe da Polícia desde 3 de novembro de 1849, deixara o exercício a 22 de março seguinte, suspenso "por abuso de autoridade e falta de cumprimento de deveres".

S. F. Araújo Jorge entrara, a 17 de março de 1851, em exercício do mesmo cargo, que serviu a ambos de trampolim para a Assembleia Geral, embora fosse anteriormente personagens estranhos à Província.

(162) "O primeiro vapor que sulcou as águas do Paraguai brasileiro, foi em 1853 o *Water-Witch* da marinha dos Estados Unidos, comandado pelo capitão Th. Jefferson Page, incumbido pelo seu governo da exploração dos afluentes do Prata", escreveu Leverger em "Vias de Comunicação".

Page divulgou o resultado de suas observações em "*La Plata, Argentine Confederation and Paraguay*".

1854

Em janeiro aportaram ao Forte do Príncipe um coronel e mais pessoas prófugas da Bolívia. Ao chegar, faleceu o coronel de um tiro que por descuido dera em si ao atirar numa capivara. As outras foram mandadas para Mato Grosso.

Em março o presidente fêz seguir para o Baixo Paraguai o comandante da Força Naval com duas barcas, e algumas canoas, a fim de obstar, caso isso se desse, a subida de qualquer embarcação estrangeira de Albuquerque para cima.

Tendo falecido o cidadão Manuel Alves Ribeiro, que fazia parte da lista tríplice para senador, tornou-se preciso nova eleição e até mesmo de eleitores por ter cessado os poderes destes. Teve lugar a eleição a 17 de maio, e a de senador a 17 de junho, a qual foi apurada a 17 de agosto e deu a seguinte lista: Dr. João Antônio de Miranda, o Exm.^o bispo diocesano e João Alves Ribeiro.

A 27 de outubro chegou a Cuiabá um cadete enviado como expresso pelo presidente de São Paulo, trazendo despachos reservados dos ministros da Guerra e Marinha, prevenindo o presidente da intenção em que estava o Governo de mandar ao Paraguai, sob o comando do chefe de esquadra Pedro Ferreira de Oliveira, uma expedição naval (163), parte da qual deveria chegar ao Fecho dos Morros, e ordenando ao mesmo presidente que até fim de fevereiro estivesse em Coimbra com toda a força que pudesse dispôr a fim de,

(163) A decisão do Governo Imperial derivava da desconsideração sofrida pelo seu representante, Filipe José Pereira Leal, que Lopes sumariamente afastou de Assunção, com desabonadora nota de despedida.

Como desagravo, seguiu o chefe da esquadra Pedro Ferreira de Oliveira, à testa da flotilha construída por duas fragatas, cinco corvetas e mais cinco escunas.

"A missão do Sr. Pedro Ferreira, que foi acompanhada de alguma força naval, explicaria mais tarde Silva Paranhos não tinha por objetivo essencial o ajuste de limites, e sim a reparação da ofensa feita ao Brasil na pessoa de seu Encarregado de Negócios".

"A 10 de dezembro de 1854 deixou o porto do Rio de Janeiro a expedição naval, assinalou Hélio Lôbo, ao analisar-lhe proficientemente as causas e consequências, chegando a 29 de fevereiro às Três Barras, onde fundeou".

Comentário final: "nunca corresponderam, em assuntos diplomáticos, a designios tão ruidosos, resultados tão mesquinhos". (Hélio Lôbo — Coisas Diplomáticas — 1918).

logo que chegasse a expedição ao Fecho dos Morros, houvesse ali um estabelecimento em que se fortificasse.

Deram-se providências em consequência destas ordens.

1855

Em janeiro chegou da Côte uma remessa de trem naval e bélico, acompanhado de um parque de seis canhões obuzes de c. 12. Tudo veio em sofrível estado, menos as peças.

No mesmo mês seguiu para Miranda o comandante do Batalhão de Caçadores com toda a força disponível do mesmo corpo. Seguiu depois a força do corpo de artilharia.

A 1 de fevereiro partiu o presidente para Coimbra, onde chegou a 12. A 9 de maio um desertor paraguaio vindo a Coimbra, por via de Miranda, trouxe o Seminário de Assunção de 17 de março, mencionando a chegada àquela cidade do chefe da esquadra Ferreira no dia 15.

Em julho receberam-se jornaes da Côte, dos quais constava o êxito que tivera a missão do chefe de esquadra (164). A 18 do mesmo mês veio à Baía Negra o vapor paraguaio *Taquari*, tendo a bordo o general Lopes, que tomou a seu bordo para esta excursão uns brasileiros que se achavam extraindo sal no lugar das Salinas à margem direita do Paraguai e noticiou-lhes que estava feito o tratado de navegação entre o Império e a República.

A 3 de setembro o presidente marchou para Albuquerque, onde chegou no mesmo dia e recebeu noticias por parada; um officio do Ministério da Guerra communicava-lhe que o Governo não ratificara o Tratado feito pelo chefe de esquadra, determinando que puzesse a fronteira no melhor estado de defesa. No dia seguinte voltou o presidente a Coimbra.

1856

Em 25 de janeiro chegou a Coimbra, vindo por Miranda e pela Província do Paraná, o capitão Manuel Joaquim Pinto Pacca, trazendo

(164) As noticias da Côte referiam-se por ventura aos episódios das salvas, que se trocaram, a 25 de março, como inicio das negociações, rematadas por um Tratado de Comércio e Navegação, de 27 de abril de 1855, que o Governo Imperial não homologou.

despachos datados de novembro dos Ministérios da Guerra e dos Estrangeiros.

Por estes despachos comunicava-se ao presidente a próxima vinda do 2.º Batalhão de Artilharia a Pé, sob o comando do major Argolo Ferrão, e a remessa de dinheiro e trem de guerra, recomendando que o presidente puzesse a fronteira em estado de defesa.

Em maio, chegou a Coimbra, vindo da Corte por via do Paraná, o major José Pedro Heitor, a quem o presidente deu o comando do distrito do Baixo Paraguai.

A 19 de agosto recebeu o presidente jornais de Minas, em um dos quais (um número do Bom Senso) vinha a notícia de ter sido concluído a 6 de abril um tratado de comércio, amizade e navegação entre o Império e a República do Paraguai, cuja ratificação devia ser trocada em Assunção dentro de 80 dias (165).

A 22 de agosto recebeu o presidente comunicação oficial de ter sido como pedira exonerado do comando das armas, sendo nomeado para o substituir o tenente coronel Caetano Manuel de Faria e Albuquerque.

Em setembro houve notícias de estar o Forte Olimpo novamente guarnecido pelos paraguaios, notícia que foi confirmada por um oficial que o presidente mandou a fim de verificar a verdade.

A 30 do mesmo mês recebeu o presidente comunicação oficial da conclusão do Tratado de 6 de abril, e bem assim da partida do comandante das armas e do 2.º Batalhão de Artilharia do Rio de Janeiro para a Província do Paraná.

A 1 de outubro chegou ao Forte em uma pequena igarité o português Antônio de Sousa Vasconcelos, sobrinho do cônsul de Portugal em Assunção. Trouxe despacho do dito cônsul e do cônsul geral do Brasil, dos quais constava que o Tratado de 6 de abril fôra ratificado a 13 de junho.

O dito Vasconcelos vinha dispor do carregamento de uma escuna paraguaia, que por causa do vento contrário ficara um pouco abaixo da Baía Negra.

(165) Negada ratificação ao Tratado de Assunção, Paranhos convidou o Governo Paraguaio a mandar seus plenipotenciários ao Rio de Janeiro, para nova negociação.

Impedido por doença, o brigadeiro general Francisco Solano Lopes, que deveria representar o governo de Carlos Lopes, seu pai, foi substituído por José Berges, que assinou, a 6 de abril de 1856, o Tratado de Navegação, em virtude do qual se franqueou o Paraguai aos navios brasileiros.

A 19 de outubro saiu o presidente de Coimbra (166) para Albuquerque, onde chegou a 20. Encontrou no caminho uma parada de Miranda noticiando terem chegado no dia 13 ao lugar das Sete Voltas o comandante das armas e o major Argolo com o 2.º Batalhão de artilharia.

O presidente recolheu-se a Cuiabá (167).

(166) A 2 de janeiro de 1850 dizia Leverger a Nabuco de Araújo.

"Há quase um ano que estou neste forte com um punhado de militares, sempre disposto a marchar de um dia para outro para este ou aquele ponto".

Partida de Cuiabá a 1 de fevereiro anterior, apenas acompanhado pelo secretário do Governo e ajudante de ordens do comandante das armas, cargo que então acumulava com o exercício da Presidência.

Alojara-se "em uma pequena sala que servia ao mesmo tempo de secretaria, sala de ordens e dois aposentos, o maior do qual tem vinte palmos em quadra" (Offício de 28 de janeiro de 1856).

Ai permaneceria até 19 de outubro de 1856, à espera de solução cabal do conflito provocado pela expulsão de F. Leal.

Durante 21 meses e dias esteve aguardando ordens, em regime de prontidão mais ou menos rigorosa, como se fôra simples comandante do distrito militar, em que deveria operar, quando assim decidisse o Governo Imperial.

Dessa vez, não seria posta à prova a sua disposição de cumprir o dever a todo o transe, como ocorreria, volvida inquieta década, quando se ofereceu, apesar da velhice, para organizar a defesa da Capital que os invasores da Província não ousaram acometer, pois que lá se achava quem seria, por isso nobilitado com o título de barão de Melgaço.

(167) "Infelizmente não alcançou este trabalho data posterior a 1856. Ainda assim é a mais completa notícia histórica que há sobre Mato Grosso", assim afirmou E. de Mendonça em 1906.